UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RICARDO URQUIZAS CAMPELLO

Versão Corrigida

Faces e interfaces de um dispositivo tecnopenal:
o monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil

São Paulo
2019

RICARDO URQUIZAS CAMPELLO

Faces e interfaces de um dispositivo tecnopenal:
o monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C193f Campello, Ricardo Urquizas
 Fases e interfaces de um dispositivo tecnopenal:
 o monitoramento eletrônico de presos e presas no
 Brasil / Ricardo Urquizas Campello ; orientador
 Marcos César Alvarez. - São Paulo, 2019.
 207 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Sociologia. Área de concentração:
 Sociologia.

 1. Estado. 2. Controle. 3. Tecnologia. 4. Prisão.
 I. Alvarez, Marcos César , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Ricardo Urquizas Campello

Data da defesa: 17/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Marcos César Alvarez

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16 /12/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

CAMPELLO, Ricardo Urquizas. **Faces e interfaces de um dispositivo tecnopenal: o monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil.** Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho às pessoas encarceradas ou submetidas a sistemas de monitoramento remoto que se dispuseram às trocas realizadas ao longo do percurso de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Marcos César Alvarez, cuja perspicácia e delicadeza foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao René Lévy, que com generosidade e rigor me apontou caminhos teórico-metodológicos que fortaleceram esta pesquisa.

À Profa. Vera Telles, pela intensidade e energia cujo contágio redirecionou meus percursos de investigação.

Ao Valdir Silveira, referência de vida e luta, pelo acolhimento e pela importância confiada a este trabalho.

Ao Leandro Siqueira, pela presença, inteligência e companhia que atravessa os contornos acadêmicos.

Ao Prof. Laurindo Minhoto e à Profa. Marta Kanashiro, pela inspiração, apontamentos e sugestões quando da banca de qualificação.

Ao Fábio Mallart, pela potência, parceria e desassossego nessa caminhada incômoda.

À Rosa Vieira, pelo encontro intempestivo de vida em expansão. Por seu afeto e suavidade.

À Andrea Roca, parceira querida, agradeço seu sorriso largo.

Ao Claudio Altenhain, pela simplicidade complexa e pelo carinho irrequieto.

Ao Prof. Fenando Salla e ao Prof. Luiz Claudio Lourenço, pelas conversas abertas.

Ao Rafael Godoi, pelas discussões e batalhas compartilhadas.

Ao Alcides Perón, pelas leituras que apontou e fizemos juntos.

Ao Felipe Szabzon, pelos copos e escutas.

À Juliana Machado, pelos interesses em ressonância nesse espaço de luta que é a universidade.

Ao Guilherme Mansur, pela atenção e sensibilidade em um inverno distante.

A Adrien Marret e Valérian Bénazeth, pelas trocas realizadas naquele mesmo inverno.

Ao Fernando Konesouk, Sâmia Fortes e Carolina Bertol, pela amizade abolicionista.

À Claire Lavigne, por sua força, disposição e entusiasmo.

À Pastoral Carcerária, em especial ao Francisco Crozera, Geralda Ávila, Nice Rocha e Marcelo Naves. Por me mostrarem algumas das delicadas dimensões da luta antiprisional.

Ao Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em especial Gabriela Ferraz, Raquel Lima, Anderson Fonseca, Michael Nolan e Denise Blanes, pelos trabalhos em parceria.

À Profa. Margareth Rago, por sua produção intensiva e pelo caminho que me apontou.

Ao Prof. Dean Wilson, pela leitura generosa e pela motivação.

À Profa. Ia Junqueira, por sua amizade e atenção.

À Profa. Ernesta Zamboni, pela força que me deu nos preâmbulos que antecederam esta pesquisa.

Aos Drs. Gustavo Scarazzato, Cezar Belmino e Fernando Mendonça, pelas portas gradeadas que abriram.

A Maia Sprandel, pela contribuição indispensável a este trabalho.

Aos meus pais, Elisa e Max, pela alegria e companheirismo infinitos.

Às minhas irmãs Camila e Juliana e suas lindas crias, Luana, Olívia, Gael, Mia e Maya. Pelas tardes e manhãs de sol.

Aos meus velhos companheiros e companheiras, Fernando Bilenky, Pedro Ferreira, Marcelo Lima, Helena Ladeira, Fabiana Zayat, Isabel Teixeira, André Bilenky, Diogo Chaguri e Frederico Guerini.

À Joana Egypto, pela intensa caminhada de vida ao seu lado.

Aos meus primos queridos, Fabiana, Renato e Daniel.

Ao Gustavo e à Evânia, por seu trabalho e paciência.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo financiamento dado a esta pesquisa.

Ao CESDIP, pelo acolhimento.

À Universidade de São Paulo, por sediar este trabalho.

RESUMO

CAMPELLO, Ricardo Urquizas. **Faces e interfaces de um dispositivo tecnopenal: o monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil**. 2019. 206 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho analisa os elementos técnicos, políticos, epistemológicos e subjetivos que constituem os dispositivos de monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil. São investigados os efeitos da utilização de tornozeleiras eletrônicas em regime semiaberto, prisão domiciliar ou medidas cautelares diversas da prisão, conectados às atuais transformações operadas pelo poder de punir. O trabalho se desenvolve a partir de três eixos investigativos: 1) a análise do processo de implementação da política de monitoração eletrônica de pessoas no país, tendo por escopo a compreensão de seu desenvolvimento e formas de aplicação, confrontados aos anunciados propósitos de desencarceramento; 2) a investigação dos discursos e racionalidades que fundamentam a medida, articulados à emergência e consolidação de uma nova economia da pena e 3) os efeitos das práticas de monitoramento eletrônico sobre a vida e sobre o corpo de pessoas monitoradas, conectados aos processos de subjetivação desencadeados por novas tecnologias de controle penal. Esses três eixos constituem as linhas de condução da investigação e da análise, estabelecendo, ao longo da tese, uma série de entrecruzamentos e pontos de contato entre eles. O material de pesquisa básico consiste em entrevistas e registros produzidos em pesquisa de campo, além de documentos legislativos e dados quantitativos relacionados à aplicação do monitoramento eletrônico no Brasil. As entrevistas e o trabalho de campo foram realizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Ceará, passando por unidades prisionais de regime semiaberto, centrais de monitoramento eletrônico, tribunais estaduais de justiça, centrais de penas e medidas alternativas e espaços urbanos diversos. Com base nos dados produzidos, o trabalho apresenta uma análise dos movimentos de densificação e dilatação do sistema penal brasileiro, impulsionados pelo monitoramento eletrônico; a transversalização de práticas discursivas heterogêneas – punitivas, econômicas e humanitárias – na constituição do dispositivo de monitoramento; e a produção de novas formas de subjetivação e dessubjetivação mediadas pelas interfaces estabelecidas entre o corpo penalizado que circula e a máquina que conduz essa circulação.

Palavras-chave: Monitoramento Eletrônico. Prisão. Biopolítica. Penalidade Neoliberal

ABSTRACT

CAMPELLO, Ricardo Urquizas. **Surfaces and interfaces of a techno-penal *dispositif***: Electronic monitoring and the crisis of the Brazilian prison system. 2019. 206 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This thesis analyzes the technical, political, epistemological and subjective elements that constitute the electronic monitoring (EM) of prisoners in Brazil. It investigates the effects of the use of electronic anklets in semi-open prisons, house arrest curfews and pre-trial measures, connected to the current transformations operated within the power of punishing. The research develops from three organizing axes: 1) the analysis of the implementation of electronic monitoring policies in Brazil, having as scope the understanding of its development and forms of application, confronted with the announced purposes of decarceration; 2) the investigation of the discourses and rationalities that underlie the measure, articulated with the emergence and consolidation of a new economy of punishment and 3) the effects of electronic monitoring practices on the lives and bodies of monitored people, connected to the processes of subjectification triggered by new control technologies. These three axes constitute the guiding lines of research and analysis, establishing throughout the thesis a series of intersections and contact points between them. The basic research material consists of interviews and notes produced in field research, as well as legislative documents and quantitative data related to the application of electronic monitoring in Brazil. Interviews and fieldwork were conducted in the states of São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão and Ceará, including semi-open halfway houses, electronic monitoring centers, state courts and several urban spaces. Relying on the empirical data, the thesis presents an analysis of the expansion and densification movements of the Brazilian penal system, driven by electronic monitoring; the transversalization of heterogeneous discursive practices - punitive, economic and humanitarian - in the constitution of the monitoring *dispositif*; and the production of new forms of subjectivation and desubjectivation mediated by the interfaces established between the penalized body that circulates and the machine that conducts its circulation.

Keywords: Electronic Monitoring. Prison. Biopolitics. Neoliberal Penalty.

SUMÁRIO

Introdução	13
Contornos iniciais	17
Percurso metodológico	22
Capítulos	26
Capítulo 1 – Questões preliminares sobre a interface corpo-máquina	29
1.1. Biomáquina	30
1.2. O carcereiro de si mesmo	40
1.3. Ponto de junção	51
1.4. O corpo marcado	60
Capítulo 2 – Composições diagramáticas	68
2.1. Caixa-preta	69
2.2. Formações mecânicas, fluxos orgânicos	80
2.3. Diagramas sobrepostos	87
2.4. Silício em Pedrinhas	96
Capítulo 3 – Linhas de emergência	108
3.1. Proveniências epistemológicas: psicotecnologia e criminologia ambiental	109
3.2. Imaginário ficcional e penalidade neoliberal	119
3.3. A guerra produtora do sistema penal: GPS	132
Capítulo 4 – Enunciados convergentes	139
4.1. O sistema penal produtor da guerra: PCC	140
4.2. Guarabira	153
4.3. O mercado do castigo	161
Capítulo 5 – Tecnofísicas do controle	173

5.1. Sem controle	174
5.2. Nota final sobre o ciborgue aprisionado	186
REFERÊNCIAS	196

Introdução

Senado Federal, 29 de março de 2007.
Sala das Sessões, Senador Magno Malta:

“A prisão deixou de ser o controle perfeito. É ultrapassado porque ainda é estabelecido em espaço rígido. O limite territorial determinado pelo cárcere não é mais um aspecto positivo do controle penal, mas um inconveniente, haja vista que é insustentável para o Estado manter aprisionadas as inúmeras pessoas condenadas. Alguns países, a exemplo dos Estados Unidos da América, França e Portugal, já utilizam o monitoramento de condenado, exigindo-se o uso de pulseira ou tornozeleira eletrônica como forma de controle das pessoas submetidas ao regime aberto. Muitos argumentos favoráveis à utilização desse tipo de controle penal são trazidos à baila, tais como a melhoria da inserção dos condenados, evitando-se a ruptura dos laços familiares e a perda do emprego, a luta contra a superpopulação carcerária e, além do mais, economia de recursos, visto que a chamada ‘pulseira eletrônica’ teria um custo de 22 euros por dia, contra 63 euros por dia de detenção (...). O controle eletrônico surge para superar as limitações das penitenciárias, podendo ser universalizado. (...) É preciso que criemos sistemas que não tenham os inconvenientes do cárcere, tais como a impossibilidade de expansão rápida e custo muito elevado. (...) O controle monitorado de presos, já aceito socialmente em alguns países, pode substituir eficientemente a prisão. (...) Seria um controle estabelecido, através de satélite, sem limites, presente no corpo do indivíduo onde quer que ele fosse. Dessa forma, conclamamos os ilustres pares à aprovação deste projeto, que, se aprovado, permitirá a redução de custos financeiros para com os estabelecimentos penitenciários, a diminuição da lotação das prisões e a maior celeridade na ressocialização do apenado” (PLS nº 175/07, p. 2-3).

A conclamação do Senador Magno Malta (PR-ES) compõe a justificativa do Projeto de Lei do Senado nº 175/07, uma das principais procedências jurídicas da Lei Federal nº 12.258/10, que autoriza o monitoramento eletrônico de condenados no Brasil. Aprovada no dia 15 de junho de 2010, a medida alterou a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), especificando que, em casos de saída temporária no regime semiaberto de cumprimento de pena e na determinação de prisão domiciliar, o juiz poderá definir a “fiscalização” por meio de “monitoração eletrônica” (Lei 7.210/84, Art. 146-B). Menos de um ano após a autorização do controle eletrônico no âmbito da execução penal, suas possibilidades de aplicação foram ampliadas para medidas cautelares diversas da prisão, determinadas antes da sentença condenatória, por meio da Lei Federal nº 12.403/11, aprovada em 4 de maio de 2011.

Hoje, o chamado monitoramento telemático de pessoas condenadas ou processadas pela justiça criminal é aplicado em mais de 50 mil pessoas ao redor do país, conforme os dados apresentados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2017a). No decorrer dos últimos anos, a medida vem se estabelecendo como técnica penal difundida por todos os estados da federação. Introduzido em um cenário de colapso do sistema carcerário brasileiro, o dispositivo de supervisão à distância levanta questionamentos a respeito das atuais transformações nas práticas de controle e punição, suscitando indagações relativas tanto aos efeitos de sua aplicação na política penal, quanto aos seus impactos sobre aqueles que são submetidos a programas de monitoramento.

Esta tese tem como objetivo principal a investigação e análise dos efeitos sociais e políticos da aplicação do controle eletrônico de presos e presas no Brasil. Para isso, são mobilizados registros produzidos em pesquisa de campo, entrevistas com pessoas monitoradas e operadores de sistemas de monitoração, documentos legislativos e normativos relacionados à aplicação da medida, além de dados quantitativos referentes aos contingentes populacionais monitorados no país. O cruzamento entre as diferentes técnicas de pesquisa instrumentalizadas neste trabalho procurou corresponder ao caráter heterogêneo e multifacetado do objeto sob análise.

Desse modo, a pesquisa desenvolveu-se em torno de três principais eixos investigativos: 1) a análise do processo de implementação da política de monitoração eletrônica de pessoas no Brasil, tendo por escopo a compreensão de seu desenvolvimento e formas de aplicação, confrontados aos anunciados propósitos de desencarceramento; 2) a investigação dos discursos e racionalidades que fundamentam a medida, articulados à emergência e consolidação de uma nova economia da pena e 3) os efeitos das práticas de monitoramento eletrônico sobre a vida de pessoas monitoradas, conectados aos processos de subjetivação desencadeados por novas tecnologias de controle penal.

No desenvolvimento da pesquisa, estes três pontos foram tomados como guias metodológicos que orientaram a produção dos dados em campo e a coleta de documentos oficiais referentes ao monitoramento eletrônico. Mais do que uma estratégia expositiva, os eixos constituíram instrumentos de investigação, estabelecendo, ao longo da tese, uma série de entrecruzamentos e pontos de contato entre eles.

O interesse subjacente ao primeiro eixo reside nos quadros de superlotação do sistema carcerário brasileiro, cuja demografia absoluta é hoje a terceira maior do planeta (DEPEN, 2017). Instalações precárias e condições sub-humanas de sobrevivência no interior do cárcere qualificam um sistema prisional expansivo e reprodutor de crueldades, determinando a urgência de interrupção dos modelos político-penais até aqui adotados. O segundo eixo investigativo consistiu na análise das práticas discursivas que permitiram a concepção e difusão do monitoramento eletrônico, com o intuito de contextualizá-las no interior de um conjunto de reformulações nos modos de se pensar o poder de punir. A pesquisa no âmbito deste eixo perseguiu a identificação das fundamentações racionais e epistemológicas que constituem o dispositivo de monitoramento. Por fim, o interesse específico que mobilizou o terceiro eixo reside na significativa ausência de informações no Brasil a respeito dos impactos da monitoração eletrônica sobre a vida de pessoas monitoradas. Quase nada se produziu até aqui a respeito das percepções daqueles e daquelas sobre quem a medida incide mais diretamente. Dessa maneira, as conversas e interlocuções com as pessoas monitoradas que se dispuseram em contribuir com este trabalho possibilitaram a realização de um deslocamento fundamental nas perspectivas e ângulos de observação.

Destaque-se que esta pesquisa realizou-se no âmbito do Projeto Temático FAPESP, intitulado “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista”, coordenado pela Profa. Vera da Silva Telles, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (DS-USP). Mais especificamente, a investigação se inseriu em uma frente de pesquisa que objetivou analisar a “Rearticulação dos dispositivos de segurança, repressão e encarceramento”. O conjunto de discussões realizadas no âmbito do Projeto Temático adquiriram importância central para as questões de pesquisa aqui elaboradas.

Enfatizo, ainda, a importância da pesquisa bibliográfica realizada no *Centre de recherches sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales* (CESDIP - Centro de Pesquisas Sociológicas sobre o Direito e as Instituições Penais), supervisionada pelo Diretor de pesquisa René Lévy, no âmbito de uma Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior, concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP-BEPE). O acesso ao acervo bibliográfico do CESDIP foi fundamental para a ampliação do instrumental analítico utilizado neste trabalho, considerando o caráter

incipiente das discussões sobre a monitoração eletrônica no contexto brasileiro, para além do enquadramento jurídico.

Apresento, a seguir, uma breve contextualização do tema de pesquisa, com o propósito de situar o leitor a respeito da introdução inicial dos dispositivos de monitoramento no Brasil.

Contornos iniciais

De maneira geral, o monitoramento eletrônico consiste na utilização de dispositivos de detecção à distância da localização e movimentação de indivíduos condenados ou processados pela justiça penal (Nellis, 2014; Lévy, 2016). Trata-se da utilização de sistemas eletrônicos de georreferenciamento, que permitem o controle em meio aberto do posicionamento de pessoas submetidas à tutela do sistema de justiça.

As primeiras experiências voltadas à localização remota e georreferenciada de indivíduos tidos como delinquentes remetem aos irmãos Ralph e Robert Schwitzgebel, pesquisadores do Comitê Científico de Experimentação Psicológica da Universidade de Harvard. No ano de 1964, os irmãos Schwitzgebel iniciaram uma série de investigações com o propósito de elaborar um sistema de detecção à distância dos signos físicos e neurológicos de seres humanos considerados “*socialmente inadaptados*” (Schwitzgebel, Scwhitzgebel, Panke & Hurd, 1964). Para isso, utilizaram um conjunto de tecnologias de transmissão de dados resultante da interconexão entre os recursos disponibilizados pelas telecomunicações, a informática e a engenharia eletrônica, mediante o que foi posteriormente denominado de *comunicação telemática*.

No início da década de 1980, o juiz estadunidense Jack Love, de Albuquerque, Novo México, implementou pela primeira vez um sistema de monitoramento eletrônico com o respaldo da justiça criminal. Conforme a literatura, o magistrado havia se inspirado em uma história em quadrinhos do personagem Homem-Aranha, no qual o vilão do episódio fixava ao braço do herói um aparelho de localização. Jack Love convenceu o empresário Michael Goss, especialista em engenharia eletrônica, a fabricar um mecanismo semelhante para monitorar os presos de sua jurisdição (Whitfield, 2001; Burrell & Gable, 2008; Lilly & Nellis, 2013). A partir de então, os dispositivos de monitoramento se difundiram rapidamente pelos Estados Unidos. Em

1985, mais de 20 estados já haviam adotado a medida no país. No ano de 1998, 95 mil equipamentos já haviam sido vendidos ou alugados nos EUA (Whitfield, 2001). Em 2006, cerca de 100.000 pessoas eram monitoradas, conforme as informações publicadas pelo periódico especializado *Journal of Offender Monitoring* (2006).

Dos Estados Unidos, a medida foi exportada para o Canadá e para o Reino Unido ainda no final da década de 1980. Atualmente, programas de rastreamento penal já encontram-se implementados em diversos países, alcançando os quatro continentes do globo. Sua aplicação é realizada nos mais variados contextos sociais e políticos, difundindo-se pela Europa Ocidental e Oriental, chegando à Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Senegal, Israel, Coreia do Sul, Japão, Argentina, Colômbia, Chile e Brasil (Leal, 2011; Nellis, Beyens & Kaminski, 2013).

O caso brasileiro é um dos mais recentes. A introdução da modalidade eletrônica de execução penal no ordenamento jurídico brasileiro deu-se em junho de 2010, mediante a aprovação da Lei Federal nº 12.258/10. A lei determinou que a medida se tornaria aplicável nos casos condenação ao regime semiaberto ou prisão domiciliar. Desse modo, as saídas temporárias das unidades de regime semiaberto – ocasiões em que os presos e presas em progressão de regime têm o direito de estar com seus familiares em datas específicas (Lei 7.210/84, Art. 122) – poderiam agora ser monitoradas eletronicamente. Da mesma forma, as condições de cumprimento de pena em regime domiciliar, relativas aos horários de circulação e recolhimento do apenado, estariam passíveis de aplicação do monitoramento, a critério do juiz de execução.

Em maio de 2011, a aprovação da Lei Federal nº 12.403/11 (Lei das Cautelares) incluiu a monitoração eletrônica dentre as medidas cautelares diversas da prisão (Art. 319, IX). A partir de então, as pessoas processadas que aguardavam julgamento poderiam ser submetidas ao controle eletrônico. O propósito era criar ferramentas para a redução dos altos índices de presos provisórios, que correspondiam, na época, a cerca de 40% da população prisional do país¹. A inclusão da monitoração como medida cautelar possibilitava, ainda, sua utilização para controle de medidas protetivas de urgência, no âmbito da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Nesse caso, o mecanismo seria utilizado como forma de supervisão do posicionamento do agressor em relação à vítima.

¹ Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>> Acesso em 20 de agosto de 2018.

Ressalte-se, de partida, que a implementação do monitoramento eletrônico no país fora sustentada pela necessidade de elaboração de novas técnicas penais diante da superlotação do sistema carcerário brasileiro. De maneira geral, as justificativas que fundamentam as leis e projetos de lei que autorizam a medida no Brasil enfatizam as possibilidades de substituição do cárcere pelo controle telemático.

Todavia, o acompanhamento dos dados oficiais relativos à evolução dos índices de encarceramento e ao avanço dos programas de monitoramento eletrônico aponta para o crescimento da quantidade de pessoas trancadas no interior das unidades prisionais do país, concomitante à difusão do uso de tornozeleiras eletrônicas, aplicadas majoritariamente em pessoas condenadas ao regime semiaberto. O desenvolvimento e expansão da política de monitoração tem ocorrido no Brasil de maneira simultânea ao crescimento da população carcerária.

Conforme as informações do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2009, cerca de um ano antes do início dos programas de rastreamento, a quantidade total de pessoas no sistema penitenciário brasileiro era de 469,5 mil. Já em junho de 2016, os dados apontam para um contingente de 726,7 mil indivíduos encarcerados. O número absoluto de presos e presas não parou de crescer e a taxa de aprisionamento no país seguiu aumentando. Se em junho de 2009 havia cerca de 248 presos para cada 100 mil habitantes no Brasil, em junho de 2016 essa taxa chegou a mais de 352/100 mil (Brasil, 2017b). Paralelamente, o avanço da política de monitoração eletrônica fez com que em 2017 já houvesse 51,5 mil pessoas rastreadas pelo sistema penal (Brasil, 2017a).

Desse modo, uma das teses desdobradas neste trabalho reside no fato de que o controle telemático de apenados tem sido aplicado de maneira complementar ao cárcere, repercutindo na *dilatação* e *densificação* dos controles penais, sem, contudo, favorecer o anunciado processo de desencarceramento. Apesar disso, a medida permanece em expansão e crescem os investimentos voltados à sua estruturação. Órgãos dos poderes Executivo e Judiciário demonstram-se empenhados em fomentar o seu uso e encontrar meios para promover o seu “*potencial desencarcerador*” (Brasil, 2017a)

A utilização de tornozeleiras eletrônicas ganhou inédita visibilidade no Brasil com o monitoramento de políticos e empresários acusados de corrupção e lavagem de dinheiro, em meio à chamada Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal a partir de 2014. O dispositivo tornou-se uma opção para o controle de medidas penais

aplicadas aos chamados “crimes do colarinho branco”. Nesse contexto, seu uso passou a ser associado pela imprensa aos casos emblemáticos de desvios de verba pública, pagamentos de propina, apropriação indébita, evasão de divisas, etc. De maneira geral, o imaginário público passou a vincular a utilização de tornozeleiras aos processos que envolvem expressivas irregularidades financeiras, restringindo-se os debates em torno da medida a esses casos particulares. Entretanto, a imensa maioria das pessoas monitoradas no país é composta por pessoas que se encontram distantes dos grandes circuitos de corrupção e lavagem de dinheiro público. Nesse sentido, vale sublinhar que esta pesquisa não aborda a especificidade da aplicação do monitoramento aos casos notórios de crimes do colarinho branco. O interesse que motivou este trabalho recai sobre a utilização sistemática da medida, direcionada a determinadas parcelas da população prisional brasileira, a saber, presos e presas em progressão de regime ou sob medidas cautelares extra-cárcere, que compõem os grupos tradicionalmente selecionados pelo sistema de justiça penal: pobres, pretos, pardos e periféricos².

A gestão do monitoramento de pessoas condenadas ou processadas ficou a cargo das administrações estaduais que passaram a contratar, por meio de processo licitatório, empresas privadas que desenvolvem aparelhos, disponibilizam infraestrutura e fornecem os serviços necessários ao controle eletrônico empregado pelo sistema penal. Cada estado é responsável pela gestão dos serviços e contratação das empresas que fornecem os equipamentos, estrutura e auxílio técnico à aplicação da medida. A principal empresa do ramo na América do Sul é a *Spacecom Monitoramento Ltda.*, com sede na cidade de Curitiba. Seu sistema de rastreamento, denominado SAC24 (Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas), baseia-se em um conjunto de hardware e software que integra tecnologias de telecomunicação e geoprocessamento. Um aparelho é fixado no tornozelo da pessoa monitorada, calculando seu posicionamento por meio dos sistemas GPS (*Global Positioning System*) e GPRS (*General Packet Radio Services*) e enviando as informações de geolocalização em tempo real para as centrais de monitoramento³. Um conjunto de

² Não há no Brasil uma determinação legal que faça corresponder a aplicação do monitoramento a um crime ou tipificação penal específicos. O direcionamento do dispositivo é realizado conforme a natureza e regime da medida (penal, cautelar ou protetiva; regime semiaberto ou domiciliar), sendo que hoje cerca de 66% das aplicações no país são dirigidas ao controle de pessoas condenadas em regime semiaberto (Brasil, 2017a),

³ Spacecom. *Sistema SAC24 – Apresentação*. Disponível em: <http://spacecom.com.br/?s=mon> (Acesso em 6 de janeiro de 2017).

alarmes é acionado e reportado ao juiz responsável, caso seja detectado algum tipo de violação. O papel da empresa nas atividades de supervisão varia conforme os estados e os contratos estabelecidos com as secretarias de justiça e administração penitenciária.

Atravessando as discussões jurídico-políticas, a pulverização de aparatos tecnológicos voltados ao controle do crime e do criminoso é impulsionada pela ascensão do mercado da punição no Brasil. O castigo é um negócio rentável e a indústria brasileira da pena cresce, alavancada pelo eterno retorno das crises penitenciárias, cuja invariável resposta tem girado em torno do investimento na construção de mais unidades prisionais, na terceirização de serviços penitenciários e na elaboração de novas formas de controle extra-cárcere (Minhoto, 2002). Entre 2011 e 2015, a *Spacecom* obteve um crescimento de 296% com o avanço dos programas de monitoramento eletrônico⁴.

Nils Christie alertara há tempos para o potencial contido no avanço do mercado do controle do crime em converter a sociedade em uma espécie de prisão a céu aberto. O sociólogo norueguês desloca a análise criminológica centrada no fenômeno criminoso, sinalizando para o fato de que os maiores perigos do crime residem nos efeitos implicados pelo aparelhamento direcionado contra ele (Christie, 1998). Impulsionado pela indústria de sistemas eletrônicos de segurança, o monitoramento eletrônico de presos vem compondo os processos de expansão ilimitada da malha punitiva, operando nas ambiguidades entre o meio aberto e o meio fechado.

A introdução das dinâmicas de mercado no campo da penalidade é analisada neste trabalho como um processo vinculado à emergência da *governamentalidade neoliberal*, investigada por Michel Foucault (2008; 2008b). Trata-se da orientação racional e estratégica que norteia as formas pelas quais se conduz a conduta dos homens por meio do cálculo econômico-político que equaciona custos e benefícios, definindo a racionalidade econômica como parâmetro de concepção e inteligibilidade das esferas jurídicas, políticas e sociais. Incorporada ao sistema de justiça criminal – e produzida também a partir dele –, a racionalidade neoliberal de governo deflagrada nos dias de hoje passa a demandar a criação de novas tipologias penais diante dos

⁴ O Globo. *Uso de tornozeleiras eletrônicas dispara e mercado cresce quase 300%*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/uso-de-tornozeleiras-eletronicas-dispara-mercado-cresce-quase-300-19637514> (Acesso em 5 de dezembro de 2016).

diversos entraves econômicos, políticos e sociais gerados pelas já antiquadas técnicas disciplinares de punição.

De um lado, o cárcere é apontado como um problema orçamentário, dispendioso demais aos cofres do Estado. De outro, os altos índices de reincidência revelam a ineficiência da prisão em “ressocializar” aqueles que a ela são enviados, estabelecendo uma demanda por soluções custo-eficientes, por meio de intervenções penais mínimas⁵. Para isso, a governamentalidade neoliberal exigirá novas formas de controle que se apliquem além da prisão, orientando-se por prognósticos avaliativos de risco e eficiência (Foucault, 2008; Garland, 2008; Aviram, 2016).

A tese ora apresentada organiza os achados de pesquisa relativos aos diferentes elementos técnicos, sociais, políticos e epistemológicos que constituem os dispositivos de monitoramento eletrônico no Brasil, com o propósito de identificar os seus atuais efeitos e funcionalidades, que hoje parecem deslocar-se de sua propalada função estratégica de substituição à prisão.

Percurso metodológico

Nas prévias da Revolução Industrial, operários dos ramos da fiação e da tecelagem se viram confrontados com o início do processo de automatização do trabalho, na medida em que as máquinas passaram a ocupar os espaços de produção com eficácia inumana. Os corpos de trabalhadores eram gradativa e sistematicamente substituídos pela produção maquinica. Diante disso, a estratégia de resistência de um certo grupo de operários consistiu em destruir a maquinaria da qual os meios de produção fabril vinham se munindo. Conhecidos como *ludistas*, os trabalhadores que animavam as revoltas invadiam as fábricas no período noturno e destruíam as instalações de tecelagem. Quebrar as máquinas que preenchiam os galpões industriais recém-instalados aparecia-lhes como atitude óbvia diante do mar de desemprego que a aurora do capitalismo trazia com ela.

Em meados dos anos 80 do século XX, o filósofo estadunidense Langdon Winner (1978; 1986) recuperou as experiências ludistas para propor um procedimento analítico capaz de detectar o caráter político das novas tecnologias. Para ele, artefatos

⁵ Isso não significa, contudo, o estabelecimento de um Direito Penal mínimo, considerando o vultuoso incremento da população encarcerada simultaneamente ao processo de diversificação seletiva das penas, impulsionado por campanhas pela deflagração de alternativas penais aos criminosos considerados de “baixa periculosidade”.

tecnológicos não são neutros politicamente. A técnica implica, em si mesma, uma política. Winner sugere o exercício de um *ludismo epistemológico*, por meio do qual as diferentes tecnologias sejam desmanteladas mediante a análise político-filosófica.

Perseguindo as sugestões de Winner e conectando-as à noção de *dispositivo*, elaborada por Michel Foucault (1979; 1987; 1988) e desdobrada por Gilles Deleuze (1990) e Thomas Lemke (2018), a tese ora apresentada procura desmantelar analiticamente os dispositivos de monitoramento eletrônico de presos e presas para tornar decifráveis as relações de poder que nele se inscrevem. Procura-se observar suas diversas faces e interfaces consideradas chave para o entendimento de seu funcionamento.

É nesse sentido que a noção de *dispositivo* se mostrou útil no decorrer da pesquisa, apontando para as possibilidades de análise dos diversos elementos que constituem o objeto de estudo. Compreendido como um dispositivo, o monitoramento eletrônico deixa de ser tomado como mero aparato técnico ou jurídico e passa a ser investigado como um feixe conector que se estabelece entre máquinas, programas, leis, instituições e enunciações tão heterogêneos quanto versáteis (Foucault, 1979; Deleuze, 1990; Lemke, 2018). Nessa medida, a noção aparece como ferramenta propícia no interior de uma estratégia metodológica que dê conta do caráter multifacetado da monitoração eletrônica. O esforço consistiu, portanto, em desmontar o dispositivo de monitoramento e verificar suas conexões internas; procurar separar algumas de suas partes consideradas fundamentais e analisá-las mais detidamente.

Atenta-se aqui às sugestões de Gilles Deleuze (1990), quando o filósofo compreende o dispositivo como um conjunto multilinear no interior do qual se estabelecem relações de poder, produções de saber e linhas de subjetivação. Baseando-se na produção foucaultiana em torno da noção, Deleuze descreve um dispositivo como um agenciamento complexo, composto por curvas de visibilidade e enunciação, concebidas a partir de elementos políticos, epistemológicos e subjetivos. Esta caracterização específica permitiu o delineamento dos três eixos de investigação que conduziram a pesquisa, a partir das seguintes questões iniciais: Quais as relações de poder mobilizadas pelo monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil? A que discursos e racionalidades ele se conecta? Quais as formas de condução de si desencadeadas pelo dispositivo sob análise? Sem pretender esgotar estas perguntas, a pesquisa se desenvolveu a partir delas.

A investigação das configurações políticas da monitoração eletrônica baseou-se em pesquisa de campo realizada em unidades de regime semiaberto e centrais de monitoramento eletrônico; entrevistas com servidores públicos e privados, operadores da política de monitoramento; análise dos diagnósticos e modelos de gestão produzidos pelo Poder Executivo Nacional a respeito da implementação da medida no país (Brasil, 2015; 2017a; 2017c); além de dados quantitativos fornecidos pelas secretarias estaduais de justiça e administração penitenciária, via Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11).

Para a realização do trabalho de campo, optou-se por estados que apresentam cenários particularmente críticos do ponto de vista das políticas penais e de segurança pública. No interior de um amplo espectro de unidades federativas com tais características, foram perseguidos os caminhos em que uma entrada de pesquisa foi possível, dado o caráter hermético do sistema penal e penitenciário brasileiro. Desse modo, o trabalho de campo básico foi realizado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Ceará.

Apresentando os maiores índices de encarceramento do país (Brasil, 2017b) e tendo sido o primeiro estado a implementar o monitoramento eletrônico, São Paulo foi tomado como base principal da pesquisa de campo. Foram realizadas 26 visitas semanais a Centros de Progressão Penitenciária, onde são executadas as penas em regime semiaberto sob monitoramento eletrônico. É também no interior destas unidades que os sistemas e terminais de controle eletrônico encontram-se instalados. As interlocuções realizadas com presos monitorados e agentes prisionais que operam os terminais permitiu, portanto, a compreensão do funcionamento dos sistemas eletrônicos e suas formas de operação. Foi também realizado um levantamento dos contratos estabelecidos entre a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP-SP) e as empresas de monitoramento, possibilitando a identificação dos direcionamentos público-privados dados aos dispositivos de monitoramento.

No Maranhão, o desencadeamento de uma sequência de massacres no interior de unidades prisionais durante os anos iniciais desta pesquisa e as campanhas subsequentes pela modernização do sistema penal do estado chamaram atenção para o papel que o monitoramento eletrônico desempenharia nesse contexto. Desse modo, foram feitas duas visitas à Central de Monitoramento Eletrônico do estado; um levantamento dos dados penitenciários locais junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-MA), particularmente relacionados à aplicação

da monitoração eletrônica; além de uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas penais e de segurança pública do estado.

No estado do Ceará, a chamada “crise penitenciária” reverberou com maior ênfase do lado de fora dos muros, suscitando indagações sobre os possíveis impactos da política de monitoramento nesse cenário. A frequente mobilização do monitoramento eletrônico como política de segurança pública, para além de uma medida penal (Brasil, 2015), apontou para um interesse específico no caso cearense. Lá, foram realizadas 2 visitas à Célula de Monitoramento Eletrônico do estado; duas entrevistas com o juiz titular da 3ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza e uma entrevista com o psicólogo da Central de Alternativas Penais de Fortaleza. Um conjunto de dados quantitativos referentes à aplicação do monitoramento foi também levantado junto à Secretaria de Justiça do Ceará (SEJUS-CE).

Com o propósito de identificar os discursos e linhas de argumentação que fundamentam a implementação da monitoração eletrônica no Brasil – segundo eixo de investigação deste trabalho –, foi realizado um levantamento dos debates legislativos e projetos de lei que precederam a sua autorização constitucional. Com esse objetivo, analiso os oito projetos de lei anteriores à autorização da medida em âmbito federal, além das notas taquigráficas das quatro sessões realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que discutem o projeto que culminou com a aprovação da medida pela Presidência da República. Apresento também uma sessão ordinária específica realizada na Câmara, dedicada à exposição de soluções tecnológicas apresentadas pela iniciativa privada à questão penitenciária. A sessão é particularmente relevante na medida em que esclarece o papel político de fabricantes e empresários de sistemas de rastreamento no processo de implementação do monitoramento no país.

Por fim, o terceiro eixo investigativo, dedicado aos efeitos do monitoramento sobre as pessoas a ele submetidas, desenvolveu-se a partir de interlocuções realizadas junto a pessoas que encontravam-se sob supervisão eletrônica durante a pesquisa, ou que passaram por esta experiência, ou ainda com seus familiares. Estas conversas e acompanhamentos se realizaram nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse caso, as unidades federativas foram determinadas pela disposição e disponibilidade das pessoas que se interessaram em participar da pesquisa.

Ressalto, portanto, que o desenvolvimento desta pesquisa só foi prática e eticamente possível devido à parceria e envolvimento com a Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo. Foi como agente pastoral que tive acesso às pessoas

monitoradas e às unidades prisionais em que fiz pesquisa de campo. Foi a partir desta organização e seu comprometimento com as pessoas presas que pude desenvolver meu trabalho. A partir disso, as palavras que me foram confiadas implicavam e implicam e um *estar lado a lado*, procurando amparar como podia algumas urgências e necessidades básicas daqueles e daquelas com quem estabeleci essas interlocuções – seja fazendo contato com familiares de pessoas presas ou buscando informações sobre seus processos.

A partir desta aproximação, realizei 25 entrevistas e acompanhamentos em profundidade com pessoas monitoradas em São Paulo e duas no Rio de Janeiro, somando aproximadamente 40 horas de entrevistas. Estas entrevistas foram feitas em suas casas, cafés, bares ou no interior de unidades prisionais. Seu grau de desenvolvimento também variou conforme a disposição das pessoas com quem conversei. Realizei também duas entrevistas com companheiras de pessoas sob monitoramento, sendo uma delas em São Paulo e outra no Rio de Janeiro.

Dessa maneira, as diferentes técnicas e abordagens metodológicas foram mobilizadas conforme os eixos de pesquisa. No decorrer do texto, contudo, tais eixos são inevitavelmente entrecruzados, dada a impossibilidade, conforme o referencial analítico adotado, de se apartar discursos e práticas, racionalidades e técnicas, sujeito e poder (Foucault, 1987; 2009). O estudo dos programas políticos de monitoração eletrônica passa impreterivelmente pela análise dos discursos que os constituem e fundamentam. Do mesmo modo, a investigação dos impactos implicados pelas práticas de monitoramento sobre a vida de pessoas monitoradas é atravessada pelas diferentes racionalidades que orientam a política de monitoramento. Um emaranhado de linhas, nas palavras de Deleuze (1990), caracteriza o objeto colocado sob análise.

Capítulos

O primeiro capítulo da tese apresenta e elabora os principais desdobramentos das questões de pesquisa, tomando como ponto de partida o corpo monitorado. Ao longo do capítulo, são mobilizados relatos e entrevistas realizadas com pessoas sob monitoramento eletrônico; registros produzidos em visitas a unidades prisionais de regime semiaberto; notas elaboradas em visitas feitas em centrais de monitoramento; além de documentos oficiais referentes à aplicação da monitoração eletrônica no Brasil. Além de levantar o conjunto de questionamentos que conduzem a tese, o

objetivo central do capítulo consiste em situar alguns dos efeitos dos dispositivos de rastreamento sobre a vida e sobre o corpo de pessoas monitoradas.

O segundo capítulo concentra-se na investigação das dimensões políticas da monitoração, analisando suas formas de aplicação nos estados do Ceará, São Paulo e Maranhão. Nele, são apresentados os aspectos qualitativos e quantitativos da ampliação e da intensificação dos controles penais decorrente da política de monitoração eletrônica. O material empírico básico é constituído pelos registros feitos em sessões visitas realizadas na Célula de Monitoramento Eletrônico do Ceará; visitas a unidades prisionais de regime semiaberto em São Paulo; entrevistas com servidores públicos e dados estatísticos sobre a evolução dos programas de monitoramento eletrônico, fornecidos pelas secretarias de administração penitenciária ou publicados pelo DEPEN. O capítulo tem como escopo central apresentar e analisar a atual sobreposição entre o monitoramento eletrônico e o dispositivo carcerário nos estados pesquisados.

O terceiro capítulo promove um certo recuo histórico e um deslocamento geográfico com o propósito de examinar os processos de elaboração e consolidação dos dispositivos de monitoramento nos Estados Unidos, país que inaugurou o desenvolvimento da medida. Nele, realizo uma revisão da bibliografia sociológica sobre as primeiras experiências com sistemas de rastreamento de apenados durante as décadas de 1960 e 1970, e o desenvolvimento do dispositivo nas três décadas subsequentes. A partir desse material, o capítulo apresenta uma análise genealógica dos processos de emergência histórica e epistemológica do monitoramento eletrônico.

O quarto capítulo investiga os discursos e contextos de introdução dos sistemas de rastreamento de presos no Brasil, além de identificar alguns dos principais agentes que promoveram a sua implementação inicial no país. Com base em debates e documentos legislativos sobre o tema, são apresentadas as justificativas e linhas de argumentação que sustentaram a aprovação da Lei Federal nº 12.258/10, que autoriza a monitoração eletrônica como modalidade de execução penal. A participação de empresários e fabricantes de sistemas de geolocalização é também situada e analisada, demonstrando o processo público-privado de construção legislativa que se desenvolveu em torno da monitoração eletrônica.

Por fim, o quinto capítulo retoma e sistematiza os principais achados de pesquisa, particularmente relacionados aos efeitos do dispositivo de monitoramento na política penal e penitenciária brasileira, bem como aos seus impactos sobre a vida

de presos e presas monitorados. Neste último movimento, o material produzido em campo retorna à frente da análise, por meio das visitas, entrevistas e interlocuções realizadas em unidades prisionais e centrais de monitoramento eletrônico. O objetivo do capítulo consiste em apresentar uma síntese analítica dos efeitos e funcionalidades adquiridos pelos dispositivos de monitoramento nos estados pesquisados. O capítulo finaliza reposicionando o corpo no centro da análise e encerrando uma espécie de círculo expositivo por meio do qual a tese é construída. O ponto de chegada e de partida da trabalho reside, portanto, nas interações e integrações estabelecidas entre o corpo monitorado e o dispositivo de monitoramento.

Capítulo 1

Questões preliminares sobre a interface corpo-máquina

1.1. Biomáquina

*“Ela vibra, só vibra. E a luz muda de cor. Se ela começar a vibrar, vai acender uma luz vermelha ou roxa. É pra avisar que eu tô fora da área, ou que tá precisando carregar a bateria. Porque a luz é só verde, pisca verde”*⁶. Sérgio descreve o sistema de alertas emitidos pela tornozeleira eletrônica que controla o cumprimento de sua Prisão Albergue Domiciliar (PAD). Uma combinação de alarmes luminosos e vibratórios que sinalizam o bom ou mau uso do equipamento, detectados por sua presença ou ausência no interior de um perímetro delimitado em decisão judicial. Thaiane, monitorada enquanto cumpria pena no regime semiaberto, explica: *“Você tem um raio. Um raio invisível, que você pode circular. Passou daquilo lá... se fudeu, colega, se fudeu. Por que? Porque a luz lá fica vermelha, daí você se fudeu”*⁷.

Em caso de violação das condições impostas, as possíveis consequências são várias e difíceis de se prever. Deivid relata que foi espancado e isolado por 1 mês na cela do *castigo* quando retornou da saída temporária de natal para a Penitenciária II de Sorocaba, no interior do estado de São Paulo. Sua *pulseira* havia acusado “afastamento”. Depois de 30 dias trancado no *poço*⁸, regrediu do regime semiaberto para o fechado. Sérgio, por sua vez, habituou-se aos alarmes emitidos pelo aparelho acoplado à sua perna. Mora na zona oeste do Rio de Janeiro e estuda no centro da cidade. Conforme as orientações do Sistema de Inteligência Penitenciária, Sérgio não pode se ausentar do município. *“Mas acaba acontecendo de você violar. Eu violo. Vou pra Friburgo, vou pra qualquer lugar. Nunca sofri nenhuma sanção por isso. De todo modo, dizem que se pegar dá ruim. Mas eu vivo isso”*⁹.

O software de monitoramento pressupõe a programação e edição de *zonas de controle*, customizadas para cada usuário monitorado. As *áreas de inclusão/exclusão* são definidas por agentes penitenciários, junto aos técnicos da empresa contratada, a partir das determinações da justiça penal. Computadores pré-cadastrados acessam o software via interface web por meio da utilização de login e senha pessoais,

⁶ Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016. Todos os nomes próprios citados nesta tese são fictícios, exceto os de autoridades públicas.

⁷ Entrevista realizada em 31 de agosto de 2015.

⁸ *Poço, pote* ou *castigo* são os nomes dados, no sistema prisional paulista, às celas reservadas a detentos que supostamente violaram regras de execução penal ou que entraram em conflito com a administração da unidade. Em geral, são pequenas celas superlotadas nas quais os presos são privados de banho de sol por dias, semanas ou até meses.

⁹ Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016.

permitindo a configuração do zoneamento conforme os casos particulares. “*O sistema é bem personalizado, eu posso configurar de acordo com a decisão que foi feita pra aquele monitorado específico*” (Supervisor Técnico Spacecom)¹⁰.

As *áreas de inclusão* geralmente compreendem a residência do indivíduo (nos casos de cumprimento de prisão domiciliar ou em saída temporária), a unidade prisional (para presos em regime semiaberto) e seu local de trabalho ou estudo. A partir desses pontos geográficos e do trajeto que os conecta, uma determinada zona é definida, delimitando o perímetro no interior do qual a pessoa poderá circular. A distância entre os pontos do trajeto e o limite espacial tolerado forma o *raio invisível* mencionado por Thaiane. As *áreas de exclusão* podem abranger bares, casas noturnas, aeroportos, rodoviárias, regiões demarcadas como *zonas de risco* ou locais onde habitam “vítimas em potencial”, tais como ex-companheiras de indivíduos em cumprimento de medida protetiva de urgência, no âmbito da chamada Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Nos casos de medida protetiva, a suposta vítima também porta um equipamento de localização, do qual a tornazeleira do agressor deve manter certa distância.

Aos perímetros espaciais pré-programados correspondem horários de circulação. Cada usuário possui um itinerário próprio, definido de acordo com sua rotina de trabalho, estudo e recolhimento. Um horário é estipulado para a entrada no local de trabalho/estudo e outro para a saída, reservando-se um intervalo de tempo para os deslocamentos necessários. Um período é fixado para permanência no local de detenção, seja ele a casa do usuário ou a unidade prisional em que cumpre sua pena. As áreas de inclusão vinculam-se, portanto, a uma grade horária específica, convertendo-se em áreas de exclusão conforme o período do dia e da semana. O lugar de trabalho torna-se território proibido nos horários de recolhimento domiciliar, por exemplo.

Desse modo, as zonas de controle são móveis, moduláveis e obedecem a uma dinâmica espaço-temporal programável, imprimindo velocidades variadas que oscilam entre pontos de parada e regimes de aceleração. É o cruzamento relacional *espaço-tempo* que viabiliza a produção e a regulação dos circuitos, e não a

¹⁰ Registro de campo produzido em 20 de outubro de 2016 na Central de Monitoramento Eletrônico de São Luiz, Maranhão.

independência das grandezas tempo e espaço (Virilio, 2016)¹¹. O domínio compreendido pelos interstícios entre castigo e controle não escapa a uma microfísica das velocidades, sendo antes um campo privilegiado de experimentações, emaranhado político no qual se entrecruzam múltiplas tecnologias de poder indexadas ao par movimento-pausa.

O conjunto das condições relativas à execução penal institui dinâmicas de *progressão* e *regressão*, celeridade, morosidade e pausa, por meio de diferentes composições de acessos e bloqueios, sejam eles virtuais ou atuais – o atual e o virtual sendo compreendidos aqui como formas correlatas de produção do real (Deleuze, 2009; Lévy, 1995)¹². As leis de execução penal são leis de velocidade, ainda que seus efeitos não sigam o ritmo programado – observe-se a evolução progressiva de regimes penais, qualificados e quantificados pela relação entre o tempo e o lugar de cumprimento da sentença proferida pelo juiz, entremeados pelos intermináveis *lapses* temporais durante os quais o sentenciado aguarda a liberação para os regimes semiaberto e aberto¹³, ou mesmo pelas regressões, decorrentes de faltas disciplinares, que fazem endurecer o regime e reiniciar o ciclo.

Além ou aquém dos códigos de execução, a penalidade contemporânea é concebida a partir de estratégias voltadas ao controle dos trajetos, procedimentos de inserção dos corpos em um espectro segmentado de circuitos possíveis (Cunha, 2008; Godoi, 2015; Mallart, 2019). A trajetória diária e semanal de Anderson, preso e monitorado enquanto cumpria pena no regime semiaberto na Região Metropolitana de São Paulo, é dirigida por uma combinação de diferentes mecanismos de incitação à

¹¹ Paul Virilio analisa os modos pelos quais as liberdades são equacionadas no interior de uma engenharia política que contrapõe vetores de velocidade. As estratégias ligadas ao manejo do espaço em função do tempo são tomadas como chave analítica para o estudo das relações de poder nas sociedades modernas. O governo dos deslocamentos requer a concepção de técnicas de condutibilidade que regulem a passagem das coisas e dos corpos, facilitando ou dificultando os “cursos”, as “corridas”. Virilio utiliza a palavra grega *dromos* para designar velocidade, curso, corrida, deslocamento. O autor analisa as sociedades capitalistas como *sociedades dromocráticas*, pautadas pela lógica da velocidade como parâmetro de urbanização, arma de guerra e instrumento de poder (Virilio, 1996).

¹² Gilles Deleuze (2009) desconstrói a oposição entre o virtual e o real, definindo o virtual como dimensão própria e imanente a um determinado objeto ou existência real (pp. 294-298). Para o filósofo, “o virtual não se opõe ao real, mas apenas ao atual” (Idem), sendo a realidade composta necessariamente por uma dimensão virtual e outra atual. Mobilizado pelas discussões propostas por Deleuze, Pierre Lévy (1995) compreende a realidade como um produto da virtualidade, mesmo que o virtual esteja desprovido de “*presença física imediata*” (p. 10). Ao longo desta tese, serão discutidos alguns dos aspectos e efeitos da virtualização do castigo, assim como de sua atualização, tomando os trabalhos de Deleuze e Lévy como importantes referenciais analíticos.

¹³ O “lapso de benefício” é o tempo em que a pessoa condenada aguarda a progressão de seu regime penal.

mobilidade, intervalados por paradas induzidas. O registro a seguir descreve o seu itinerário:

Todos os dias da semana, Anderson acorda às 5:30, na cela 29 da galeria térrea do “Castelinho”, como é conhecido o Centro de Progressão Penitenciária (CPP) de Franco da Rocha. Antes de sair para trabalhar, verifica se a bateria de sua Unidade Portátil de Rastreamento (UPR) está suficientemente carregada. Junto à tornozleira acoplada ao seu corpo 24 horas por dia, a UPR compõe o sistema de monitoramento eletrônico que controla sua permanência no interior de uma área de inclusão, durante suas saídas diárias para estudar e trabalhar. O equipamento emite as informações relativas à sua localização para o terminal de controle instalado na própria unidade prisional. Às 7:00, Anderson inicia sua jornada no escritório da Fundação ‘Dr. Manoel Pedro Pimentel’ (FUNAP), onde trabalha como faxineiro até as 16:00. Por volta das 16:30, toma o trem sentido estação da Luz. Desce na Barra Funda e pega o metrô até o Largo Santa Cecília, onde fica a faculdade que frequenta. Suas aulas no Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia vão das 19:00 às 22:30. O mais tardar, às 00:00, Anderson é esperado de volta ao CPP. Aos domingos, impedido de deixar a prisão, toma dois comprimidos de Rivotril e dorme em sua cela.¹⁴

Em agosto de 2012, Anderson foi enquadrado no Art. 33, da Lei nº 11.343, após ter sido flagrado com êxtase e cocaína por agentes do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC), em uma boate na região central de São Paulo. Condenado a 5 anos e 10 meses de prisão, com regime inicial fechado, hoje ele trafega pelos ambientes ambíguos constituídos pela interseção entre o interior e o exterior dos muros prisionais, permanentemente monitorado. Sua pena já não tem espaço fixo, é cumprida no circuito prisão-trabalho-faculdade-prisão e gerida pelo quadro administrativo do Castelinho junto ao “parceiro privado” que desenvolve o sistema e fornece os serviços de controle eletrônico à distância – nesse caso, a empresa *Spacecom Monitoramento*.

Mais do que um espaço de clausura e exclusão, mas sem deixar de operar mediante o confinamento, o Castelinho incide no trajeto de Anderson como aparelho regulador de sua circulação: ponto de parada e inspeção ao estilo *pit stop*. É lá que ele passa suas noites e finais de semana. É lá também que seu equipamento de monitoração é instalado, vistoriado e supervisionado, através de um pequeno

¹⁴ Registro produzido a partir de entrevistas realizadas entre 23 de setembro de 2015 e 24 de junho de 2016.

computador situado em uma das salas do setor administrativo. O aspecto arcaico e imponente do prédio, construído no início da década de 1930 com base nos padrões da arquitetura clássica, rendeu-lhe o apelido irônico que remete à combinação ambivalente de lar suntuoso e monumento da agonia¹⁵. Pelas escadarias estreitas e corredores escurecidos do Castelinho, presos caminham de um lado a outro, de cima a baixo, convivendo com o inevitável cheiro fétido que toma conta do lugar, decorrente da superlotação e do escasso fornecimento de água. Em uma cela projetada para 50 pessoas, mais de 110 homens improvisam barracas de lençol e compartilham colchões dominados por percevejos. “*A vida lá é insuportável*”, afirma Anderson.

Todavia, a maior parte de seu tempo corre do lado de fora da unidade, nas idas e vindas entre o município carcerário de Franco da Rocha¹⁶ e o centro da metrópole paulista. Nesse trânsito, seus movimentos são rastreados pelo dispositivo que integra seu corpo à malha tecnológica formada pelo terminal de controle instalado no CPP, pela Central de Monitoramento da *Spacecom* e pela rede de satélites que compõe o Sistema de Posicionamento Global (GPS). Um complexo sociotécnico constituído por hardwares, softwares, satélites artificiais, agentes prisionais, técnicos de monitoramento e usuários monitorados. Anderson é inserido em uma engrenagem penal e comunicacional na qual ele próprio converte-se em componente, roda dentada entreposta no *agenciamento maquínico* (Deleuze e Guattari, 1997; 2014) que conecta tanto elementos técnicos quanto políticos e econômicos, cristalizados em programas governamentais, codificações jurídicas e demandas de mercado¹⁷.

Conforme exposto, o circuito sofre ainda a interferência provocada pelo consumo semanal de ansiolíticos e tranquilizantes nos dias de descanso e

¹⁵ Inicialmente, o edifício que hoje abriga o CPP de Franco da Rocha fora projetado para funcionar como um dos pavilhões do Hospital Psiquiátrico do Juquery, localizado nas proximidades da unidade. Não é mera coincidência histórica, contudo, o fato de que boa parte dos presos daquela unidade sejam hoje diagnosticados com problemas de “saúde mental”, conforme me relatou a psicóloga responsável. Sobre as atuais interfaces entre práticas punitivas e psiquiátricas no estado de São Paulo, ver: Mallart, 2019.

¹⁶ A cidade de Franco da Rocha situa-se na Zona Norte da Região Metropolitana de São Paulo. Com cerca de 130 mil habitantes, o município abriga 3 Penitenciárias, 2 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, 1 Centro de Detenção Provisória, 1 Centro de Progressão Penitenciária e 6 unidades de internação da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo para Adolescentes (Fundação CASA).

¹⁷ Em Deleuze e Guattari, um *agenciamento maquínico* é mobilizado tanto por componentes técnicos e materiais, quanto por pessoas, símbolos e instituições. O conceito de *máquina* se aproxima aqui da noção Foucaultiana de *dispositivo*, embora a ideia concebida por Foucault tenha recebido contornos mais delimitados, particularmente em sua coletânea *Microfísica do poder*. De todo modo, tanto a noção de *máquina* quanto a de *dispositivo* são definidas, em primeiro plano, pela heterogeneidade de seus elementos e, em segundo, pelos regimes de correlação que se estabelecem entre esses elementos. “*O que faz máquina, falando propriamente, são as conexões, todas as conexões que conduzem a desmontagem*” (Deleuze e Guattari, 2014, p. 148).

recolhimento na unidade prisional – espécie de desativação psicotrópica, parada forçada que, mais do que uma chave de desligamento, constitui outro conector que atravessa seu organismo tornando-o ponto de convergência entre práticas e saberes punitivos e psiquiátricos, regulando as atividades de seu sistema nervoso central nos momentos de pausa confinada: circulação molecular, neuroquímica e intracorpórea como alvo de intervenção e objeto de governo.

De todo modo, a experiência penal de Anderson, marcada pelo fluxo pendular prisão-monitoramento, é conduzida e atravessada por uma série de tecnologias de poder cujos efeitos vinculam-se aos processos de subjetivação implicados pelas técnicas atuais de punição e controle. Do flagrante policial à expectativa para a liberação de seu regime aberto, passando pela lenta e progressiva evolução da execução penal, por cada beco sem saída do labirinto processual, o encadeamento entre criminalização, encarceramento e monitoramento é composto por toda uma maquinaria de produção e aniquilação do sujeito. A construção do *homo penalis*, do homem penalizável e penalizado, torna-se apenas uma parte de um procedimento mais amplo e capilar de individuação e desindividuação, subjetivação e dessubjetivação, operado pela composição e sobreposição de diferentes dispositivos de poder.

Por ter nascido pobre e pardo, Anderson é imediatamente classificado no recorte biossocial que habilita sua entrada e permanência no aparato punitivo¹⁸. Sua propensão ao crime é dada de antemão, pelo perpétuo cruzamento de determinismos antropológicos que a ele imprimem uma raça, uma classe e uma qualificação moral correspondente, sendo o simples porte de narcóticos insuficiente para a fabricação do criminoso. A aplicação da lei penal, ainda pautada em grande medida no Brasil pelo arcabouço criminológico de inspiração italiana (Alvarez, 2003) – notadamente pelos autores da chamada Escola Positiva, tais como Lombroso, Ferri e Garofalo, que oscila entre a anatomia política da delinquência e a sociologia criminal –, atua aqui como instrumento de validação de uma verdade construída previamente, mobilizando o binarismo legal-ilegal como meio de ratificação das marcações identitárias que definem os critérios de seleção do sistema de justiça penal. O dispositivo jurídico é

¹⁸ O último censo penitenciário indica que 64% das pessoas presas no Brasil se declaram negras, ao passo que a população total do país conta com 53% de pessoas que assim se consideram. A categorização realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclui as pessoas “pretas” e “pardas” na categoria “negra”.

posto em funcionamento como aparelho de *sujeição social*, orientado pela qualificação valorativa das raças e das classes (Foucault, 1999; Deleuze & Guattari, 1997; Misse, 2014).

A partir da ilegalidade demarcada pela lei e sentenciada pelo juiz, a conversão de Anderson em sujeito delinquente é operacionalizada no interior do sistema carcerário. Os regimes disciplinares da cadeia, fixados seja pela administração da unidade, seja pelas codificações estatutárias de “movimentos” ou “facções”, seja ainda pela mediação espiritual de igrejas e organizações religiosas, seguem tendo por efeito a transformação do criminoso em delinquente, convicto ou arrependido, ainda que esse processo de conversão fuja ao controle das autoridades penitenciárias e eventualmente se volte contra ela. A prisão massificada, tornada aparelho de distribuição e administração de grandes contingentes populacionais (Godoi, 2015), continua sendo, contudo, o espaço por excelência de individuação da delinquência.

Após dois anos e meio no regime fechado, a transferência de Anderson para o semiaberto de Franco da Rocha mobiliza novas subjetivações produzidas pelo monitoramento eletrônico de seus passos. Se, por um lado, a fixação de um dispositivo de controle em seu corpo confere a Anderson a tarefa individual de gerir a própria pena, por outro, sua inserção no agenciamento maquínico que constitui o sistema de controle eletrônico promove um dismantelamento do elemento individuado, agora tornado peça, fragmento ou *ponto de conjunção* instalado na composição sociotécnica que conforma o dispositivo de monitoramento e que necessita de seu corpo como feixe de ligação e conexão do circuito. Anderson é subjetivado como agente prisional de si mesmo ao passo que se torna elemento componente da máquina penal. É também no regime semiaberto que seu sofrimento passa a ser administrado por meio dos comprimidos de Rivotril que um parceiro de cela lhe fornece.

Nessa medida, sua trajetória no sistema penal é realizada mediante um conjunto de mecanismos que atuam sobre e a partir de sua circulação, regulando suas intensidades, definindo suas frequências, demarcando seus trajetos e tendo seu corpo como principal veículo e ponto de incidência. Seja por meio do acoplamento de um dispositivo eletrônico de monitoração em sua perna, seja pela medicalização periódica via psicofármacos, seja ainda pelo encerramento noturno e dominical na unidade prisional, as diversas técnicas mobilizadas na execução penal de Anderson dependem, antes de mais nada, da intervenção sobre seu corpo. Têm necessidade de seu corpo.

É *no corpo e com o corpo* que a máquina penal exerce seu poder sobre os indivíduos, fazendo máquina de seus corpos. É o corpo enquanto substrato biológico que veicula e viabiliza exercícios de poder (Foucault, 1987; 1988). Malgrado as significativas transformações pelas quais atravessam hoje as tecnologias de punição, seus procedimentos fundamentais parecem guardar uma dimensão biológica cuja atual mecânica de funcionamento requer maiores investigações.

A noção foucaultiana de *biopoder* oferece aqui um campo vasto de pistas e problemas. A emergência de uma estratégia política que se realiza no corpo, pelo corpo, desenvolveu-se, conforme Foucault, através de dois pólos correlacionados. De um lado, os mecanismos de controle social estiveram ligados, a partir do século XVII na Europa Central, à elaboração de técnicas disciplinares voltadas ao adestramento do corpo individual. Das casas de instrução aos estabelecimentos de correção, dos espaços de produção aos locais de tratamento, a vida individual era perpassada por um conjunto de práticas e saberes voltados aos atributos e utilidades do corpo humano, à extorsão sistematizada de suas forças, possibilitando a extração de um lucro econômico-político a partir do corpo do indivíduo confinado; toda uma rede interconectada de dispositivos disciplinares erigidos sob configurações político-diagramáticas semelhantes, cuja mecânica operacional era dada pelo duplo vigilância-punição (Foucault, 1987). O *corpo-máquina* nasce com as disciplinas. De outro lado, Foucault investiga a edificação, já no século XIX, de um aparato governamental direcionado à gestão da população enquanto corpo orgânico sobre o qual se desenvolvem técnicas de regulação. Os fenômenos relacionados à proliferação da espécie humana, sua reprodução, os índices de mortalidade e natalidade, os níveis de saúde e higiene pública, passavam a ser inseridos em planejamentos urbanos, sanitários, médicos e sobretudo securitários, cuja regulamentação era direcionada por uma estratégia de governo voltada à população tomada como corpo-espécie (Foucault, 1988). O biopoder recobriria, dessa maneira, tanto uma *anatomopolítica* do indivíduo quanto uma *biopolítica* da população. Duas frentes a partir das quais emerge, entre os séculos XVII e XIX, essa estratégia geral de poder que se incumbe da vida em seu conteúdo político.

As leituras e releituras das noções de biopoder e biopolítica são inúmeras e seria impossível recuperá-las aqui¹⁹. Das análises sobre o racismo de Estado e campanhas de extermínio (Agamben, 2002; Mbembe, 2003; Espósito, 2010) às investigações a respeito do avanço da engenharia genética (Rose, 2007; Lemke, 2011), passando pelos estudos acerca das reestruturações do capitalismo contemporâneo e sua correspondente produção de subjetividades (Hardt e Negri, 2000; Lazzarato, 2014; Dardot e Laval, 2016; Pelbart, 2009), as contribuições de filósofos, sociólogos, cientistas políticos, geógrafos e antropólogos são tão valiosas quanto ecléticas. Alguns desses trabalhos serão retomados ao longo desta tese, na medida em que fornecem instrumentos para o estudo dos impactos do monitoramento eletrônico sobre a vida das pessoas que a ele são submetidas, implicados pelas interações e integrações entre o corpo individual e o aparato penal, alterando substancialmente os modos pelos quais os castigos são empregados e os controles difundidos.

Tomando como referencial analítico algumas investigações a respeito das reconfigurações nas táticas e estratégias biopolíticas na atualidade, interessa investigar como o biopoder se insere nas transformações pelas quais atravessam as tecnologias de punição, já que apesar dos expressivos deslocamentos e redimensionamentos que elas implicam, o poder de punir parece manter o corpo como sua matéria-prima. Como se realiza hoje um governo do corpo que ultrapassa a anatomia política individual e tampouco se atém a uma macrogestão populacional? Que espécie de corpo é produzido pelas técnicas atuais de punição e controle, já distante do corpo adestrado pelos dispositivos disciplinares, porém cada vez mais próximo da maturidade de um *corpo-máquina* que eles fizeram emergir?

Tais indagações devem orientar os próximos movimentos desta tese, fornecendo repertório instrumental para a análise dos efeitos produzidos pelo controle telemático georreferenciado sobre aqueles e aquelas que a ele são submetidos. De imediato, interessa sublinhar que alguns dos procedimentos e princípios de funcionamento biopolíticos são indispensáveis para a viabilização do monitoramento eletrônico como forma de controle penal, sustentado por práticas regulatórias da circulação dos corpos, orientado por uma nova economia política da pena e

¹⁹ Para citar uma bibliografia elementar, pode-se destacar os trabalhos de Agamben (2002) a respeito do nazi-fascismo, Nikolas Rose (2007), sobre o desenvolvimento e transformações no saber médico e Michael Hardt e Antonio Negri (2000), a respeito das atuais metamorfoses nas relações sociais e produtivas alavancadas pelo avanço do capitalismo de império.

instrumentalizado como tecnologia de gestão da população prisional. São esses, portanto, os principais eixos de investigação desta pesquisa: os impactos do controle eletrônico na administração da superpopulação carcerária brasileira; a transversalização da racionalidade econômico-política que orienta a elaboração de novas técnicas penais; e a relação entre o corpo penalizado que circula e a máquina que conduz essa circulação.

Este capítulo organiza alguns dos principais questionamentos suscitados pelo trabalho de pesquisa, relacionados aos três eixos de investigação. Nele, são apresentados o conjunto de camadas e o emaranhado de linhas que constituem o dispositivo estudado, para que se possa instalar em cada uma delas nos capítulos subsequentes. A principal via de entrada reside, contudo, no corpo monitorado. É a partir da interface estabelecida entre o corpo e a máquina que as diversas camadas do dispositivo em questão serão identificadas e analisadas. Sendo assim, os próximos itens levantam algumas hipóteses a respeito dos efeitos dos dispositivos de monitoramento relacionados à condução dos corpos, sua conversão em peça maquínica e sua marcação pública. O trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica e a análise documental realizados durante esta pesquisa indicam que o corpo monitorado é, a um só tempo, corpo conduzido, corpo-conector e corpo marcado.

1.2. O carcereiro de si mesmo

“Art. 146-C. O condenado será instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico e dos seguintes deveres:

I – receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações;

II – abster-se de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoração eletrônica ou de permitir que outrem o faça;

(...)

Parágrafo único. A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa:

I – a regressão do regime;

II – a revogação da saída temporária;

(...)

VI – a revogação da prisão domiciliar;

VII – advertência, por escrito, para todos os casos em que o juiz da execução decida não aplicar alguma das medidas previstas no incisos de I a VI deste parágrafo” (Lei nº 12.258/2010).

“Equipamento TZPR01 (1 peça)

Se a luz roxa piscar, ligue para 0800 643 5510;

Você é fiel depositário destes equipamentos;

A sua liberdade depende do cumprimento destas regras;

Recarregue por pelo menos 3 horas por dia;

Não quebre e nem mexa neste aparelho”.

(Instruções de utilização ao monitorado, Spacecom).

O primeiro documento acima compõe a Lei nº 12.258 de junho de 2010, que alterou a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), autorizando a aplicação do monitoramento remoto em pessoas condenadas ao regime semiaberto ou prisão domiciliar. Trata-se da primeira lei federal que aprovou a modalidade eletrônica de cumprimento de pena no Brasil. O segundo excerto foi extraído da folha de instruções, entregue aos condenados à Prisão Albergue Domiciliar no estado do Rio de Janeiro, referente à utilização da tornozeleira de geolocalização que integra o Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas (SAC24), desenvolvido pela Spacecom. Ambos os textos ressaltam os cuidados e responsabilidades do usuário monitorado para com o equipamento, especificando ocasiões de contato com os agentes responsáveis pela operacionalização do sistema.

A monitoração eletrônica é também monitoração humana, na medida em que requer o trabalho de agentes, públicos e privados, encarregados de sua supervisão. Alguns estados brasileiros contam com equipes de psicólogos e assistentes sociais voltados ao acompanhamento das pessoas monitoradas. É o caso do Acre, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina (DEPEN, 2015). No restante do país, o trabalho de monitoramento é realizado exclusivamente por agentes penitenciários e funcionários da empresa contratada, restringindo-se à verificação se a pessoa rastreada está ou não cumprindo as condições judiciais determinadas e à execução das sanções decorrentes de possíveis descumprimentos.

O artigo 146-C da Lei nº 12.258/10 especifica tais sanções: regressão de regime; revogação da saída temporária para presos no regime semiaberto; suspensão da prisão domiciliar ou advertência. Cada um dos incisos guarda, contudo, implicações subjacentes, irredutíveis à codificação legal, na medida em que são aplicados a partir do critério dos operadores diretamente responsáveis pelos serviços de rastreamento. No limite, a qualidade das sanções será efetivamente definida pelos agentes encarregados de fiscalizar a execução penal, tendo a lei como contorno normativo. O dispositivo de monitoramento é composto, dessa maneira, pelas conexões que se fazem entre a lei, os servidores públicos e privados envolvidos, o sistema eletrônico de rastreamento e os próprios usuários, sem os quais o sistema não se fecha. Essa malha sociotécnica (Latour, 2013), como qualquer outra, não é imune a imprevistos, interferências e falhas de comunicação, cujas consequências serão determinadas pelo juiz, intermediado pelas equipes de monitores. Nesse sentido, não são raros os percalços técnicos e sociotécnicos relatados por presos monitorados e seus familiares. É frequente a ocorrência de falhas nos equipamentos, que acarretam em sanções regimentais ou extra-regimentais aos indivíduos rastreados. O destino de Deivid diz um pouco sobre isso.

Durante os primeiros dias de 2016, em ocasião da saída temporária para as comemorações de natal e ano novo, Deivid enfrentou problemas com seu equipamento de monitoração, composto por duas peças: uma tornozeleira e uma Unidade Portátil de Rastreamento (UPR). Os equipamentos comunicam-se entre si via radiofrequência. Conforme as orientações do Diretor de Reintegração da Penitenciária II de Sorocaba, onde o rapaz cumpria pena no regime semiaberto, a tornozeleira não pode ultrapassar uma distância de 30 metros da UPR. Caso contrário, o aparelho

acusaria “afastamento”, sinalizado, nesse caso, por um LED de luz branca. Por conta disso, Deivid permanecia com a UPR na mão, ou em uma mochila, enquanto mantinha a tornozeleira fixa no corpo. Quando saía de casa, levava sempre os dois aparelhos.

Certo dia, no entanto, Deivid e sua esposa, Irene, notaram que a mencionada luz branca havia acendido na UPR. Pouco tempo depois, o equipamento passou a emitir um *beep* sonoro. Preocupados, Deivid e Irene telefonaram para a unidade prisional, dizendo o que se passava. Foram orientados pelos agentes penitenciários a manter os equipamentos próximos um do outro e retomar suas atividades normalmente, já que, segundo eles, o software de monitoramento instalado na penitenciária não apontava nenhuma irregularidade. O casal seguiu a orientação. No dia de retorno da *saidinha*²⁰, contudo, Deivid foi surpreendido ao ser recebido na unidade prisional sob socos, algemas e empurrões. Foi imediatamente colocado no *castigo*, onde o mantiveram por um mês, sob a justificativa de que tinha se afastado da UPR. Na carta a seguir, ele relata o ocorrido:

Eu, sentenciado Deivid Matias Nascimento no momento me encontro na unidade Penitenciária 2 de Sorocaba. Quero relatar o que ocorreu no dia 3 de janeiro de 2016 às 13 horas quando eu voltava da saidinha de natal. Quando eu cheguei aqui os funcionários vieram para cima de mim me algemando me batendo e dizendo que eu ia descer pro castigo. Eu perguntei o que tava acontecendo. Eles disseram que tinha dado problema no UPR da pulseira que eu tinha afastado e tava dando fora de área. Por causa disso eu fiquei 30 dias trancado no poço e depois regredi pro fechado. Antes quando eu tava na minha casa na saidinha deu problema na pulseira. Começou a apitar e acendeu a luz branca. Deu afastamento mas eu tava em casa. Ai logo minha mulher ligou pra unidade. Eles disseram que tava normal. Eu perguntei se ia dar problema aquilo. Eles disseram que não, pode voltar normal. Quando eu cheguei de volta pra unidade me mandaram pro castigo. Aqui a gente só tem 3 horas de sol ficamos o dia todo trancado. Tem um monte de gente na mesma situação que se encontra no Raio 1. A comida é pouca tem preso passando fome e quase não tem atendimento médico pra gente. O castigo tá cheio. Qualquer coisa eles colocam no castigo. Fico muito agradecido pela atenção. Deus abençoe (Deivid, P-II de Sorocaba)²¹.

²⁰ *Saidinha* é como os presos e presas denominam as saídas temporárias no regime semiaberto. Elas não excedem 7 dias cada uma e são autorizadas cinco vezes ao ano, nas datas comemorativas de Natal/Ano Novo; Páscoa; Dia das Mães; Dia dos Pais; Finados.

²¹ Carta de Deivid, remetida pela intermediação de sua esposa, Irene, entrevistada no dia 27 de agosto de 2016.

Deivid aguardou por dois anos no regime fechado até que o “benefício” do semiaberto fosse novamente concedido. Durante o mês em que esteve isolado, Irene pouco sabia sobre suas condições e tampouco os motivos do isolamento. Como é de praxe nos casos de sanção disciplinar, suas visitas eram proibidas enquanto ele era mantido no castigo. Evandro, preso na Penitenciária de Presidente Prudente, no interior de São Paulo, também regrediu de regime quando, segundo ele, seu equipamento de monitoração passou a vibrar e apitar sem que houvesse motivo claro. Permaneceu por mais de 15 meses no regime fechado.

A respeito das falhas nos sistemas de monitoração, Maurício, agente prisional no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã, relata: *“Tinha vez que a central ligava aqui na unidade às 3 da manhã dizendo que tinha acusação de rompimento da tornozeleira. Quando ia ver, a presa tava dormindo na cela. Tava com o aparelho e fez algum movimento, sei lá”*²². Tanto o equipamento quanto a leitura humana das informações emitidas por ele são passíveis de erro, como todo sistema de comunicação. Monitorada em 2011 na capital paulista, Maria reitera: *“É uma pegadinha. Você pode se dar bem, não ter problema nenhum, ou o aparelho falha e você se dá mal. Acontece muito. É um aparelho que dá defeito, como qualquer outro”*²³. Todavia, as implicações decorrentes de “problemas técnicos” são, nesse caso, bastante particulares a um dispositivo conectado ao aparato penal e penitenciário. Na ocasião relatada por Deivid, um suposto defeito no equipamento, atrelado à intransigência do juiz e à truculência dos agentes penitenciários, resultaram na regressão ao regime fechado e nas agressões mencionadas. Maria acrescenta: *“A verdade do aparelho é a mentira nossa. Nunca a falha vai ser do aparelho, vai ser sempre do preso”*²⁴.

Associado ao descrédito prévio nas explicações e depoimentos fornecidos por presos e presas, a aposta na eficiência e objetividade da tecnologia confere às informações emitidas pelo equipamento a qualidade de verdades incontestáveis. Artefatos não mentem. A suposta neutralidade tecnológica garante a veracidade do sistema. Nesse sentido, a percepção de Maria é clara. Os agenciamentos entre as máquinas e seres humanos que compõem os sistemas de monitoração eletrônica

²² Conversa informal registrada a partir de pesquisa de campo no CPP do Butantã, realizada no dia 14 de abril de 2016.

²³ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 2016.

²⁴ Idem.

desencadeiam os mais variados efeitos ligados à produção da verdade. Uma verdade codificada por LEDs, *beeps* e alertas vibratórios, transmitida à equipe de monitores, retransmitida ao juiz de execução e recodificada pelo enquadramento na lei penal. Uma verdade produzida no interior do agenciamento maquínico que constitui os mecanismos de controle eletrônico e que será então contraposta à verdade do preso. No caso de Deivid, prevaleceu a verdade do aparelho, convertendo alarmes luminosos em espancamentos na cela do castigo.

De todo modo, as ligações entre os dispositivos de monitoramento e o dispositivo carcerário se fazem também mediante os alarmes falsos, os erros de leitura, as “falhas técnicas” que trazem de volta ao interior dos muros os que tiveram a má sorte de portar um equipamento defeituoso. Se o controle eletrônico permite uma flexibilização da constrição espacial fixada pelos limites duros da prisão-prédio, essa flexibilidade é qualificada por uma certa *elasticidade* (Augusto, 2013), cuja tendência de reposicionamento reafirma a centralidade da prisão com suas torturas, espancamentos e agressões subjacentes. As relações de conexão e complementaridade entre a prisão e suas atuais modulações eletrônicas são estabelecidas inclusive a partir dos *bugs*. Não se trata, portanto, de enxergar nas falhas a inoperância do sistema, mas detectar o seu funcionamento também a partir dos erros, dos distúrbios, das comunicações interrompidas. Furtar-se à conclusão rápida de que o dispositivo não funciona porque é falho e indagar como, a partir de sua falibilidade, uma certa funcionalidade é produzida (Foucault, 1987).

Para além do erro, inerente aos aparatos técnicos, importa considerar os aspectos políticos inscritos nos projetos, programas e protocolos que compõem uma determinada tecnologia. Aparatos tecnológicos não são neutros e a sua utilização implica em direcionamentos nas formas pelas quais se pretende mediar e ordenar as relações sociais (Winner, 1986). Projetado como componente de uma estratégia específica de controle penal e inserido nos procedimentos de gestão penitenciária, o sistema de monitoramento eletrônico dificilmente pode ser apartado de sua dimensão política intrínseca, distante, portanto, de uma neutralidade presumível. Seu caráter político é dado desde a sua concepção até a sua operacionalização, através das interações com os diversos agentes dos quais o seu funcionamento depende (Latour, 1994). De ponta a ponta, intencionalidades se materializam. Relações de poder se inscrevem em aparatos técnicos e aparatos técnicos se inscrevem nas relações de poder (Winner, 1986; Latour, 1994).

Interessa, portanto, investigar quais as relações de poder mobilizadas sob o invólucro dos discursos, práticas, leis e tecnologias que constituem os programas de monitoramento de presos e presas. A que tipo de racionalidade esses dispositivos obedecem e retroalimentam? Quais os efeitos dessa racionalidade quando ela se materializa na vida e no corpo das pessoas monitoradas? Não se pretende aqui buscar uma única resposta ou modelo explicativo, mas explorar possibilidades analíticas suscitadas pela aproximação junto a indivíduos monitorados e suas percepções.

A ideia de que os propósitos da monitoração eletrônica vinculam-se à reiteração da sensação de vigilância pelo usuário, lembrando-o permanentemente de que seus movimentos estão sendo observados e que o descumprimento das determinações judiciais acarretarão em uma punição mais severa (Nellis, Beyens & Kaminski, 2013), provoca reverberações que conformam as experiências vivenciadas por aqueles que são sujeitos ao controle eletrônico a distância. *“Pra mim, a pulseira mexe com a cabeça tanto quanto a cadeia”*, afirmava Anderson durante os meses em que foi monitorado. *“Eu vou pra rua, mas eu continuo preso. Parece que eu tenho um guarda do meu lado o tempo todo, me olhando em todo canto”*²⁵.

A interiorização da vigilância na mente do preso é um dos aspectos do modelo *panóptico* de disciplinarização intramuros (Foucault, 1987). A máquina benthamiana, projetada no tardar do século XVIII, já transferia a inspeção centralizada para cada elemento inspecionado, subjetivado como vigia de si mesmo. *“Tratava-se de um novo modo de garantir o poder da mente sobre a mente, em um grau nunca antes demonstrado”*, dizia Jeremy Bentham a respeito de sua invenção (2008, p. 17). Entretanto, o exame do comportamento do indivíduo e sua respectiva transformação no interior de espaços fechados é redimensionado e reconfigurado pelas atuais tecnologias de punição mediante a transposição dos procedimentos de observação e controle para ambientes a céu aberto, ao nível e alcance de sistemas de sensoriamento remoto e geolocalização. A ultrapassagem da mecânica disciplinar é efetivada por um movimento de *desterritorialização* das técnicas de vigilância (Froment, 1996; Bogard, 2006), convertidas em monitoramento móvel, modular e ininterrupto.

Mais do que o sequestro das liberdades, o que está em jogo aqui é a produção, a concessão e o gerenciamento de liberdades sob medida. O poder inclui a liberdade como elemento indispensável ao seu exercício, mobilizando mecanismos que não

²⁵ Entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2015.

bloqueiem as possibilidades de circulação dos indivíduos, mas regulem essa circulação, garantindo uma margem de segurança através de medidas que atuem como contrapesos às liberdades concedidas pela justiça criminal sob a forma de benefícios. Nesse sentido, os princípios operativos do monitoramento eletrônico respondem a uma racionalidade política orientada por práticas de *governamentalidade*, cuja efetividade supera a dominação baseada na constrição comportamental em instituições de encerramento. “Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (Foucault, 2009, p. 244). Ao conceder uma liberdade de circulação ao indivíduo monitorado no interior de zonas de controle mais ou menos restritas, vinculadas a horários de entrada, saída e permanência, o juiz de execução penal estabelece a demarcação do campo de condutas possíveis do condenado, abdicando a uma intervenção excessiva fundada em técnicas de adestramento.

“Não se trata tanto de corrigir e moldar o sujeito, mas de criar um padrão de vida de baixo risco, com hábitos, rotinas e um estilo de vida seguros para a sociedade. (...) Um posicionamento ilícito faz disparar o alarme não porque implique necessariamente que a pessoa tenha cometido um novo delito: implica o risco de que ela o cometa” (Vitores & Domènech, 2007, pp. 13-15)

A análise de riscos futuros deve orientar as políticas penais, pautadas pelo cálculo que equaciona liberdade e segurança na formulação e otimização de técnicas de controle, concebidas em termos de eficiência e utilidade. As atuais tecnologias biopolíticas atuam “por antecipação de ações, na previsão dos próximos movimentos, operando e agindo nos limites da variação da incerteza” (Kanashiro, 2011, p. 66).

O objeto de intervenção passa a ser menos a individualidade do sujeito do que a sua *conduta*, entendida aqui, a partir da definição de Michel Foucault, como “a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (2009, p. 243). É a conduta do usuário em seu “ambiente natural” que se deve controlar, governar e conduzir por meio das tecnologias de monitoramento eletrônico (Schwitzgebel, 1969). Para isso, invertem-se os termos: ao invés de inserir o corpo do indivíduo em um dispositivo de controle, instala-se o dispositivo de controle no corpo do indivíduo. Do corpo na prisão passa-se à prisão no corpo.

Essa inversão técnica e procedimental não ocorre sem maiores implicações nas maneiras pelas quais o criminoso é subjetivado. O imperativo do *autocontrole*, ancorado no paradigma neoliberal da *responsabilização individual*, encontra aqui sua

expressão prototípica, a níveis impensáveis à distopia benthamiana. O sujeito submetido ao monitoramento remoto deve projetar, por sua própria conta, o risco ao qual se expõe caso decida violar as condições impostas pelo juiz. Nenhum impedimento físico lhe é imposto senão a virtualidade da prisão. Onde quer que esteja, o indivíduo deve ser capaz de conduzir a si mesmo, a partir das possibilidades que as condições judiciais lhe oferecem.

A respeito das regras de seu regime semiaberto, Anderson explica:

“Não posso estar em lugares que oferecem algum risco pra mim. Perto de um ponto de droga, balada, bar... Mas na real, tem umas barreiras aí que eu mesmo crio. Às vezes eu acho que eu sou muito correto. Às vezes até dava pra extrapolar, mas eu penso mil vezes”²⁶.

Mais do que fixar limites estabelecidos por muros e estruturas arquitetônicas, a ideia é fazer com que o indivíduo crie ele mesmo seus próprios limites, mediados pelo acoplamento de um dispositivo de controle em seu corpo. A prisão e sua iminência permanecem no horizonte próximo ao qual o sujeito monitorado deve se livrar por meio de uma conduta segura, distante dos circuitos de ilegalidade que o conduziram a ela. Se não se trata de *moldar* o comportamento do indivíduo por meio de mecanismos disciplinares, uma certa *modulação subjetiva* é operada pelo monitoramento remoto²⁷.

Sobre as condições relativas à execução de sua PAD sob controle eletrônico, Sérgio pondera:

“Eles falaram que eu não posso frequentar lugar que vende bebida, por exemplo. Mas se eu tiver que entrar num bar, eu vou entrar. Não me privaria de ir. Agora qual é a questão? Se rola uma briga no bar e eu tô ali, eu tô lascado. Se eu sou pego pra testemunho, mesmo se eu for vítima no fato ali, no caô, eu vou pra delegacia. Posso ser vítima nesse processo, mas eu não deveria nem tá ali. Eu vou preso. Então tem que avaliar, pensar bem”²⁸.

²⁶ Entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2015.

²⁷ Na diferenciação entre dispositivos disciplinares e dispositivos de controle, Deleuze afirma que “os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (1992, p. 225).

²⁸ Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016.

A ameaça da regressão penal aparece como o risco a ser avaliado e evitado. O indivíduo monitorado deve analisar os riscos que corre com a violação das regras judiciais, contrabalanceando-o aos benefícios que poderia obter com seu descumprimento. O cálculo íntimo que opõe as vantagens de uma conduta “livre”, que negligencie as regras judiciais, aos riscos da regressão penal, deve servir de parâmetro para que o sujeito monitorado conduza a si mesmo, a partir de seus próprios julgamentos, orientados por avaliações e prognósticos de perdas e ganhos.

A racionalidade utilitária que equaciona vantagens e desvantagens converte-se em parâmetro orientador das formas de condução de si do sujeito monitorado, vinculando os dispositivos de monitoramento ao conjunto de técnicas de poder que constituem a *governamentalidade neoliberal*, compreendida como uma forma específica de *condução das condutas* pautada pela transversalização dos fundamentos da economia de mercado sobre as esferas jurídicas, políticas, sociais e subjetivas (Foucault, 2008). A grade racional pela qual se governa as relações econômicas torna-se o princípio de concepção e inteligibilidade da política penal, associando a liberdade ao lucro e a intervenção punitiva ao prejuízo.

Nessa medida, a governamentalidade neoliberal não apenas assume que todos os aspectos da vida social e política podem ser reduzidos a cálculos de utilidade, mas desenvolve programas e tecnologias de poder sustentados por práticas e discursos que ratificam essa visão, produzindo individuações pautadas pela balança que pesa e contrapesa prognósticos de riscos e benefícios (Brown, 2005)²⁹. “*O risco tornou-se um microrrisco personalizado*” (Aubrey, 2000, p. 101). “*O indivíduo deve governar-se a partir de dentro por uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo*” (Dardot & Laval, 2016, p. 350). A pena é vista, antes de mais nada, como uma dívida social a ser paga e administrada pelo próprio condenado.

Vinculados ao imaginário criminológico que toma o infrator como um agente racional e calculista que empreende o crime como um investimento qualquer – tendo como único parâmetro de diferenciação a quantidade e a qualidade do risco implicado pelo investimento (Becker, 1974) – os efeitos mobilizados pelo monitoramento eletrônico relacionam-se à transferência das tarefas do agente prisional para o próprio

²⁹ Observa-se, nesse sentido, a emergência e deflagração de saberes criminológicos que tomam o infrator como um agente calculista que empreende sua conduta pautado em escolhas racionais orientadas por avaliações e prognósticos de custo-benefício. “Baseada em teorias como a da *rational choice*, tal concepção insiste na ideia de que os delinquentes calculam suas ações e de que o crime é um aspecto trivial da existência cotidiana, um risco que deve ser calculado ou um acidente a ser evitado” (Alvarez, 2014, p. 57). O *Homo criminalis* dá lugar ao *homo oeconomicus* (Foucault, 2008).

prisoneiro, reposicionando as atividades de vigilância para o campo do autogoverno. A abordagem econômica do fenômeno criminal encontra sua eficácia no sujeito concebido pela política penal. O indivíduo monitorado torna-se tecnicamente orientado, analista dos riscos que corre e gestor individual de sua própria pena.

Entretanto, a conversão do condenado no agente prisional de si mesmo que transpõe o olhar do vigia para os espaços em que habita revela-se das mais variadas maneiras, dentre elas a tendência de isolamento e auto-exclusão reforçada pela marca ostensiva que o aparelho de monitoração imprime no corpo. Deivid permanecia a maior parte do tempo fechado em sua casa durante as saídas temporárias em que esteve monitorado, receoso de que a vizinhança desse conta da presença de um prisioneiro no bairro. *“Mesmo dentro de casa, quando chegava visita, uma pessoa que ele ainda não conhecia, ele procurava tá sempre no quarto, não saía do quarto”*³⁰, relata sua companheira, Irene. Anderson descreve a saída temporária sob monitoramento como mais um momento de recolhimento: *“Dá vontade de me isolar e ficar só em casa. Acho que é medo, por causa dessa pulseira”*³¹.

Já a reação de Elton foi mais esdrúxula. Monitorado no Rio de Janeiro em cumprimento de prisão domiciliar, Elton ergueu um muro ao redor de sua casa para que ninguém da rua pudesse cogitar em vê-lo com uma tornozeleira, conforme conta sua esposa, Ângela: *“O Elton, quando chegou aqui, a primeira coisa que ele fez foi fazer obra na casa. Levantou um muro em volta e tampou todas as frestas do portão. Todas as passagens do portão entreabertas, ele tampou tudo. Ele lacrou a casa”*³².

À vergonha de ser exposto com um aparelho que identifica o usuário como criminoso atrelam-se as ameaças suscitadas pela sensação persecutória. A prisão desterritorializada, virtualizada por meio de sistemas telemáticos de localização e comunicação que transpõem seus limites para além dos muros institucionais, se *reterritorializa* e se atualiza nos espaços em que habita o indivíduo rastreado, seu trabalho, seu bairro, sua casa, tornada casa-prisão em que os muros são finalmente repostos, agora pelo próprio prisioneiro. Não se trata de um confinamento voluntário, mas de um isolamento induzido, conduzido pela relação que se estabelece entre o sujeito monitorado e o dispositivo de monitoramento.

³⁰ Entrevista realizada no dia 27 de agosto de 2016.

³¹ Entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2015.

³² Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016.

De todo modo, a imposição de limites físicos que demarcam espaços de encerramento já não é necessária para que a condição de prisioneiro se estabeleça. O dentro e o fora atingem um tal ponto de indiferenciação em que as muralhas já não circunscrevem o espaço penal e seus controles, agora atrelados ao próprio corpo do apenado. O prisioneiro converte-se em seu próprio carcereiro, orientado pela aritmética utilitária que reitera a regressão penal como risco e virtualidade permanente. Uma nova individualidade criminosa é construída, imanente à sua linha de supressão que erradica a cisão entre o corpo e a prisão do corpo.

1.3. Ponto de conjunção

A sujeição social nos dota de uma subjetividade, atribuindo a nós uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade e assim por diante. Em resposta às necessidades da divisão social do trabalho, ela fabrica sujeitos individuados, sua consciência, representações e comportamento. Mas a produção do sujeito individualizado vai de par com um processo completamente diferente, e por uma posse da subjetividade também completamente diferente, que procede através da dessubjetivação. A servidão maquínica desmantela o sujeito individualizado, sua consciência e suas representações, agindo sobre os níveis pré-individual e supraindividual (Lazzarato, 2014, p. 17).

Situado no bairro do Outeiro da Cruz, na cidade de São Luís, o prédio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP-MA) mais se assemelha a um edifício abandonado, com suas obras inconclusas e instalações mal acabadas. Diante do terreno utilizado como estacionamento para as viaturas e motocicletas dos servidores, localiza-se uma das dependências da Academia de Gestão Penitenciária do Estado (AGEPEN), onde são ministrados cursos de capacitação para agentes penitenciários. Ao lado, um pátio coberto armazena restos de material de construção, pedaços de madeira e pilhas de areia e pedra. Mais adiante, um galpão pouco iluminado dá acesso a dois lances de escada que levam ao piso superior. Quase não se nota movimento.

No andar de cima, uma pequena área é utilizada para instalação, vistoria e troca dos equipamentos de monitoração eletrônica adquiridos pela SEAP. Os servidores testam os aparelhos estocados e examinam os equipamentos que apresentam problemas, enquanto os usuários aguardam nas cinco cadeiras reservadas à área de espera. Alguns permanecem com o aparelho acoplado ao corpo e plugado na tomada até que a bateria esteja totalmente carregada. Outros fazem fila, aguardando a liberação de uma tomada. A cena de pessoas mantidas por algumas horas com suas tornozeleiras eletrônicas presas ao corpo e ligadas na tomada é cotidiana. O homem monitorado ainda é o homem plugado, dependente dos pontos de eletricidade sem os quais seus aparelhos de localização indicarão violações de mau uso.

Adiante, um corredor estreito leva à sala que abriga a Central de Monitoramento do Maranhão. Um pequeno aposento sem janelas, com cerca de vinte metros quadrados, no qual são disponibilizados sete computadores enfileirados em

duas bancadas, e um aparelho de telefone. É nesse espaço reduzido que os agentes da SEAP acompanham a movimentação dos usuários, verificando sua permanência nas zonas de controle e realizando contatos telefônicos com aqueles que cometem algum tipo de violação. Um funcionário da *Spacecom* é encarregado da supervisão do sistema, instalação e manutenção do software, além da assistência técnica dos equipamentos. Na parede frontal, um monitor de 120 polegadas exibe um plano cartográfico composto por fotos de satélite, sobre o qual são assinalados os pontos em deslocamento que indicam as posições das pessoas rastreadas em todo o estado.

O contraste entre a precariedade do lugar e a modernidade dos recursos utilizados chama atenção. Os aparatos tecnológicos que equipam a central são instalados e dispostos em um espaço com pouca ou nenhuma ventilação em pleno trópico maranhense. A base do sistema de monitoramento eletrônico do estado, fixada como terminal principal de controle e sensoramento à distância e conectada ao Sistema de Posicionamento Global, é acomodada no interior de um edifício visivelmente debilitado, cercado por ruas esburacadas e mal pavimentadas, suscitando indagações a respeito da descompassada convivência entre a alta tecnologia instituída sob discursos e projetos de modernização e a reiteração do abandono das estruturas públicas no Nordeste brasileiro – mas não só lá. A disparidade é ainda mais gritante quando se leva em consideração as instalações penitenciárias da região. Como pensar os altos investimentos direcionados ao progresso tecnológico voltado à modernização do sistema penal maranhense, em concomitância à permanência de um parque carcerário arcaico e reprodutor de violências, tal como o que se apresenta e se mantém na ilha de São Luís? Como conceber a emergência e organização de uma *sociedade de controle*, fundada e orquestrada sob a égide do silício (Deleuze, 2014), instalada nos escombros da terra de Pedrinhas³³?

³³ O Complexo Penitenciário de Pedrinhas, situado na cidade de São Luís, ganhou visibilidade a partir do ano de 2010, quando 18 presos foram mortos em uma rebelião eclodida em decorrência da superlotação, da má qualidade da comida e da pouca quantidade de água fornecida aos internos. No ano seguinte, uma nova rebelião resultou na decapitação de 3 presos, além de demais mutilações. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) documentou em relatório a morte de mais de 60 presos no complexo. Ver: G1. *Sobe para 18 total de presos em rebelião no MA*. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/sobe-para-18-total-de-presos-mortos-em-rebeliao-no-ma.html>; Última Instância. *Decapitações no Maranhão não são novidade*. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68412/decapitacoes+no+maranhao+nao+sao+novidade+diz+oab.shtml>; Folha de S. Paulo. *Presos filmam decapitados em penitenciária no Maranhão*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1394160-presos-filmam-decapitados-em-penitenciaria-no-maranhao-veja-video.shtml> (Acesso em 17 de fevereiro de 2017).

Talvez seja essa a real face do projeto modernizador deflagrado pela sociedade de controle, erigida à perpétua sombra de velhas estruturas prisionais, cenário dos mais radicais maus tratos e palco para a mutilação enfurecida dos corpos, exibidos como suplício revisitado e espetacularizado nos ávidos canais de comunicação e nas onipresentes redes sociais que escancaram ao público atônito os inevitáveis resultados de sua política penal: fratura exposta da penalidade neoliberal que faz coexistir avançados sistemas de teledetecção e geolocalização com a prolongada agonia de suas instituições de sequestro e de suas casas de tortura, ironicamente equiparadas às masmorras medievais pelos próprios ministros responsáveis. Distante da assepsia presumida e vendida nos programas de aperfeiçoamento das técnicas de punição, os novos aparatos de controle são implantados em meio à poeira persistente e anacrônica do sistema prisional brasileiro cuja violência intrínseca segue, contudo, em funcionamento franco e expansivo.

É também de se notar a introjeção de instalações *high tech* de controle remoto sobre corpos e fluxos ao estilo *smartcities*, em meio à paisagem tropical maranhense. Na Central de Monitoramento do estado, funcionários da SEAP observam os deslocamentos de usuários monitorados nos pequenos vilarejos, matagais e igarapés que constituem a zona rural do Maranhão. As matas e planícies litorâneas tornam-se cenário cartográfico digitalizado, recortado em zonas de controle sobre a movimentação de suspeitos e condenados.

Ao todo, 987 pessoas eram monitoradas em outubro de 2016 no Maranhão, onde os serviços de monitoração encontram-se em funcionamento desde 2014, ano em que se registra uma considerável expansão da política de monitoramento eletrônico no país, impulsionada pelos convênios firmados entre as administrações estaduais e o DEPEN no final de 2013 (Brasi, 2015). O estado é uma das poucas unidades da federação que iniciou a implementação da medida direcionando-a majoritariamente para controle de indivíduos em situação de liberdade provisória, aplicada antes da sentença condenatória, no âmbito da Lei Federal nº 12.403/2011. Cerca de 810 usuários e usuárias encontravam-se nessa situação no Maranhão em 2016. Tratava-se de uma tentativa de redução dos altos índices de prisão preventiva, que em 2014 constituía 66% da quantidade total de indivíduos encarcerados no estado (Brasil, 2014). Todavia, o monitoramento como medida cautelar, aplicado sob o pretexto da periculosidade do suspeito ou da garantia do devido processo legal, não deixa de figurar aqui como pena antecipada submetida à lógica securitária.

Assim como na maior parte das licitações firmadas no país, o mecanismo de monitoração utilizado no Maranhão é o SAC24. O sistema é constituído por um conjunto de hardware e software formado por diferentes modelos de equipamentos a serem portados pelos usuários e um aplicativo de monitoração disponível via web para os terminais de controle. *“Com isso, a instituição tem acesso aos dados de monitoramento de qualquer terminal conectado a Internet em tempo real”*³⁴.

O aparelho portado pelo usuário pode constituir-se de uma ou duas peças. Na versão de peça única, as informações relativas ao posicionamento da pessoa monitorada e os alarmes de violação são transmitidos pela tornazeleira ao software de monitoramento por meio de sinais GPS (*Global Positioning System*) e GPRS (*General Packet Radio Services*). O equipamento é dotado de LEDs de sinalização que indicam a falta de comunicação GPRS, ausência de sinal GPS, baixos níveis de bateria e chamadas para contato eventualmente realizadas pelos monitores. Além disso, a tornazeleira emite alertas sonoros e vibratórios quando registra perda de sinal GPS, bateria reduzida, contatos de monitores, ou ainda quando são detectados descumprimentos às regras relativas às áreas de inclusão e exclusão. A cinta de fixação no tornozelo é revestida por fibra óptica para detecção de tentativas de rompimento. O aparelho fixo ao corpo pesa em torno de 200 gramas³⁵.

Já o equipamento de duas peças é formado por uma tornazeleira que emite sinais de radiofrequência a uma Unidade Portátil de Rastreamento (UPR) que armazena a bateria do sistema, além dos transmissores GPS. Ambos os aparelhos devem ser mantidos a uma distância máxima programável, a qual, caso seja ultrapassada, um alarme de violação é acionado. Na versão de duas peças, os LEDs e alarmes sonoros são emitidos pela UPR que transmite as informações de localização e os alertas de violação para o software instalado no terminal de controle³⁶.

O software de monitoramento SAC24 permite a visualização em tempo real da movimentação dos usuários. *“Os pontos de localização podem ser plotados em um mapa, em fotos de satélite, ou ainda, em um mapa híbrido (fotos de satélites com as ruas)”*³⁷. Por meio do aplicativo são definidas as zonas de controle para cada usuário,

³⁴ Spacecom. *Sistema SAC24 – Dispositivo de Peça Única*. Disponível em: <http://spacecom.com.br/?s=mon&ss=1p> (Acesso em 18 de fevereiro de 2017).

³⁵ Idem.

³⁶ Spacecom. *Sistema SAC24 – Dispositivo de duas peças*. Disponível em: <http://spacecom.com.br/?s=mon&ss=2p> (Acesso em 18 de fevereiro de 2017).

³⁷ Spacecom. *Sistema SAC24 – Software de Monitoramento SAC 24*. Disponível em: <http://spacecom.com.br/?s=mon&ss=sac24> (Acesso em 18 de fevereiro de 2017)

determinando as áreas em que a pessoa deve estar localizada conforme os horários estipulados pelo juiz. Caso seja detectada alguma violação, o software aciona um alerta, especificando a ocorrência. As possíveis violações são: ausência da área de inclusão, penetração em área de exclusão, término ou baixos níveis de bateria, perda de sinais GPS ou GPRS, rompimento do lacre ou danificação do aparelho. *“O sistema armazena ainda todo o histórico do sentenciado, permitindo a geração de relatórios visando municiar as autoridades responsáveis. Acessos e atividades dos usuários do sistema também são armazenadas para fins de auditoria”*³⁸.

Conforme relatado pelo servidor da *Spacecom*, que atua na central do Maranhão, a ocorrência de violações não implica necessariamente em consequências judiciais, mas indica padrões de conduta dos usuários, que serão reportados ao juiz por meio dos relatórios gerados pelo sistema para futuras avaliações e tomadas de decisão relativas à execução da pena ou ao cumprimento de medida cautelar. Uma ocorrência isolada de perda de sinal GPS, por exemplo, pode não acarretar maiores consequências. Entretanto, se o software registra a frequente ausência de sinais de um aparelho, o padrão de mau uso deverá ser levado em consideração pelo magistrado responsável. Ainda segundo os operadores da central, chamadas telefônicas são realizadas pelos servidores aos usuários quando alguma desobediência às regras é detectada no sistema. *“Se ele não atende, a gente emite um alerta na tornozeleira que vai vibrar e acender a luz roxa. Como o alerta de vibração perturba, normalmente ele já liga de volta aqui pra central”* (Servidor da SEAP, Central de Monitoramento de São Luís)³⁹.

As centrais estaduais, assim como os terminais situados nas unidades prisionais, são interconectadas à central da *Spacecom*, localizada na cidade de Curitiba. Em algumas unidades da federação, o monitoramento é realizado diretamente pela central da empresa, que notifica as autoridades responsáveis pela execução penal quando um alarme de violação é gerado. É o caso do Rio de Janeiro, por exemplo, em que os equipamentos são instalados e inspecionados na base da Superintendência de Inteligência do Sistema Penitenciário (SISPEN), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-RJ), mas as atividades de supervisão são realizadas na central da *Spacecom*. No estado de São Paulo, em que a monitoração é direcionada exclusivamente para controle de saídas temporárias e

³⁸ Idem.

³⁹ Registro produzido a partir de pesquisa de campo, realizada em 20 de outubro de 2016.

realização de trabalho externo no regime semiaberto, o controle é realizado por agentes penitenciários em computadores instalados nas unidades prisionais e supervisionado pela central da *Spacecom*. No Maranhão, assim como no Ceará, a monitoração é feita em uma central gerida pelo Estado, que conta com o suporte técnico de um servidor da *Spacecom in loco* e da própria central da empresa, em Curitiba.

A opção pelo estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP), em seus mais variados modelos, baseia-se no compartilhamento das atividades de controle junto aos agentes privados que fornecem equipamentos, serviços e conhecimento técnico direcionados à operacionalização do monitoramento. A participação crescente do capital privado na elaboração e gestão da pena levanta discussões a respeito do esfacelamento do Estado de Direito e da salvaguarda de seu monopólio do uso legítimo da força, em processo avançado de deterioração. Questiona-se a legitimidade jurídica, política e moral implicada pela atividade de extração de um lucro econômico mediante o exercício privatizado do poder de punir. Função secular do Estado moderno e sustentáculo fundamental de sua edificação, a punição passa cada vez mais a ser produzida e gerida por agentes híbridos constituídos pelas parcerias público-privadas. Para além do debate valorativo, o processo de mercantilização do castigo tem levado à infalível ampliação do mercado consumidor da pena, fomentada pelas exigências de um contingente populacional mínimo – que tende sempre ao máximo – submetido ao aparato penal para que se assegure um coeficiente de produtividade e crescimento econômico da indústria público-privada do controle do crime (Christie, 1994; Minhoto, 1997; 2002; Davis, 2003; ACLU, 2011).

Isso não significa, contudo, que o Estado esteja se ausentando da tarefa de punir. O crescimento da atuação de empresas particulares no controle do crime indica mais uma readequação do que uma retração do Estado na área penal. As agências estatais assumem o papel de contratante e co-gestor, definindo as diretrizes a serem perseguidas por meio de parcerias, acordos de cooperação e gestão compartilhada do aparelhamento punitivo junto à iniciativa privada. Além disso, o Estado permanece como agente encarregado da seleção e captura do público a ser encaminhado às instituições penais. Em contrapartida, além do fornecimento de estrutura e equipamentos, companhias particulares disponibilizam serviços e expertise voltada à gestão dos programas penais.

No caso do monitoramento eletrônico, as diretrizes políticas de sua aplicação têm sido perseguidas, não sem dificuldades, pelo DEPEN junto às secretarias estaduais de justiça e administração penitenciária. Entre 2013 e 2017, o Poder Executivo nacional procurou estabelecer padrões de gerenciamento das centrais e utilização dos equipamentos, em uma tentativa de instituir protocolos de operação. O lançamento, em 2017, do “Manual de Gestão para a Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas”, indica a investida do DEPEN na elaboração de modelos nacionalmente padronizados de administração da medida. Contudo, o fato das políticas penitenciárias serem de responsabilidade dos estados, associado à partilha das atividades de supervisão entre os agentes públicos e privados encarregados dos serviços de monitoração, resulta em uma descentralização da política de monitoramento e uma notável ausência de padrões operacionais nos procedimentos administrativos da medida, uma vez que cada unidade federativa possui suas próprias formas de gestão e cada empresa desenvolve os seus sistemas de monitoramento.

No sistema SAC24, a *Spacecom* monitora não exatamente o indivíduo, mas o número de identificação do aparelho que ela porta. A identidade dos usuários é restrita às administrações penitenciárias. Cada equipamento é identificado por uma cifra gerada pelo sistema que codifica os dados do indivíduo, disponíveis somente nos terminais de controle acessados pelos servidores das secretarias estaduais ou pelos agentes prisionais. De acordo com a empresa, “*o sistema de transmissão e armazenamento de dados é criptografado, o que garante a segurança das informações*”⁴⁰. A partir do número de identificação fornecido pela *Spacecom*, a administração penitenciária acessa os dados cadastrados de seu usuário: nome completo; idade; foto; endereço; telefone; artigo no qual foi enquadrado; natureza jurídica do monitoramento (cautelar, penal ou medida protetiva); vara criminal onde se localiza seu processo; número de matrícula em instituição penal e o número de seu aparelho de monitoração.

Na perspectiva do sistema, portanto, o indivíduo monitorado é constituído por seus dados pessoais e jurídicos, administrados pelo Estado, e pelo número de seu equipamento de monitoração, supervisionado pela empresa contratada. As atividades de rastreamento realizadas pela empresa são efetuadas sobre o aparelho, cuja conexão com seu portador é restabelecida nas bases de dados das agências penitenciárias

⁴⁰ Spacecom. *Sistema SAC24 – Apresentação*. Disponível em: <http://spacecom.com.br/?s=mon> (Acesso em 18 de fevereiro de 2017).

estatais. Quando se fala, portanto, em “pessoa monitorada”, fala-se necessariamente no conjunto de dados relativos ao indivíduo e ao aparelho a ele acoplado. Não há monitoramento sem esse conjunto. Se a conexão é desfeita, a supervisão é interrompida.

É nessa relação que os processos de subjetivação implicados pelas práticas de controle eletrônico concorrem com um movimento correlato de *dessubjetivação*, na medida em que o elemento controlado é constituído por uma composição fragmentada de informações de identificação referentes ao indivíduo e ao aparelho ao qual ele corresponde. O que faz a “pessoa monitorada” não é a sua unidade enquanto sujeito, mas a composição de dados pessoais, jurídicos e digitais relativos a ele e ao seu equipamento.

Da mesma forma, o que constitui a sua conduta já não é apenas o seu comportamento individual, mas os circuitos de comando e controle estabelecidos entre o sistema tecnológico de supervisão e o posicionamento físico a ser supervisionado. É o intercâmbio de informações e mensagens sinaléticas entre emissores e receptores técnicos e orgânicos – alarmes luminosos, sonoros e vibratórios; percepções táteis, visuais e auditivas – que deve definir os modos de condução de si da “pessoa monitorada”. É essa a corrente que promove a sua *dessubjetivação*, estabelecendo a composição híbrida entre o sistema de controle e o sujeito controlado (Haraway, 2009).

Se, por um lado, o monitoramento eletrônico veicula mecanismos de subjetivação fundamentados na fabricação do indivíduo autocontrolado, por outro, um processo de *dessubjetivação* é efetivado pela interrupção da relação inspetor-inspecionado, vigia-vigiado, aniquilando a dicotomia sujeito-objeto que caracteriza os mecanismos de observação e intervenção fundados na alteridade entre o aparato que pune e o elemento punido. A fixação da máquina-prisão no corpo-prisioneiro desfaz a separação entre os termos sujeito e objeto, por meio do que Deleuze e Guattari (1997) chamaram de *servidão maquínica*. O usuário monitorado já não é mero sujeito fabricado, apartado da máquina que o fabrica, mas torna-se parte componente, interface de entradas e saídas que permitem as conexões de um agenciamento específico⁴¹. A responsabilização individual produzida pela governamentalidade

⁴¹ Para Deleuze e Guattari, “*Jamais uma máquina é simplesmente técnica. Ao contrário, ela só é técnica como máquina social, tomando homens e mulheres em suas engrenagens, ou, antes, tendo*

neoliberal exige o movimento paradoxal de esfacelamento do indivíduo, tornado engrenagem conectora, amálgama do acoplamento entre o sujeito-vigia e o objeto-vigiado, agora convertidos em peça única.

A vigilância enquanto relação de observação e intervenção entre termos apartados é finalmente suprimida. Já não há mediação do vigia como elemento alheio, fixo em seu posto de inspeção. Já não há ponto central no qual o controle possa ser localizado. O diagrama panóptico é desfigurado, redimensionado em detecção móvel, fragmentada e pulverizada, sem centro, sem rosto, acoplada ao corpo do elemento inspecionado. O corpo-presos converte-se em corpo-prisão cujo agente prisional identifica-se ao prisioneiro em um processo concatenado de constituição e desmantelamento do indivíduo. Já não pode haver, dessa maneira, segregação efetiva entre o aparato punitivo e o elemento punido. O ideal da penalidade neoliberal seria portanto o fim da *alienação* entre a pena e o sujeito penalizado?

homens e mulheres dentre suas engrenagens, não menos que coisas, estruturas, metais, matérias. O que faz máquina, falando propriamente, são as conexões” (2014, p. 147).

1.4. O corpo marcado

Em *Marcados*, a fotógrafa suíça Claudia Andujar expõe uma sequência de retratos de índios Yanomami com placas de registro numérico penduradas em seus pescoços. As imagens foram feitas entre 1981 e 1983, quando o território amazônico Yanomami já havia sido invadido pelos militares para a construção da rodovia Perimetral Norte, parte da campanha transamazônica iniciada em 1972 pelo governo Médici. Com a abertura da rota, as buscas por ouro, diamante e estanho na região levaram ao desenvolvimento de áreas de exploração clandestinas e outras “*não tão clandestinas*” (Andujar, 2016, p. 14). Paralelo às remoções forçadas e ao genocídio de índios e trabalhadores, o contato entre as populações nativas e o homem branco desencadeou a contaminação em larga escala dos povos indígenas pelo vírus da gripe, malária e demais doenças (Brasil, 2014,).

Andujar acompanhou dois médicos responsáveis pela vacinação dos Yanomami, fotografando cada índio vacinado e registrando seus retratos em fichas cadastrais. Para fins de identificação, os homens, mulheres e crianças atendidos haviam de ser retratados com números sobre o peito, já que os Yanomami não possuem nomes próprios. Os registros fotográficos eram inseridos no cadastro de saúde, junto a informações referentes à anatomia de cada indivíduo. As estranhas imagens de corpos indígenas numericamente marcados pelo trabalho de vacinação interpelaram a própria fotógrafa, cuja família também havia sido marcada por números de identificação antes de ser deportada e exterminada nos campos de concentração nazistas (Andujar, 2016).

Na entrevista realizada com Sérgio, seu relato a respeito da *marca* impressa no corpo pelo aparelho de monitoração eletrônica sinaliza decorrências imprevistas que ultrapassam o estigma e o olhar discriminatório.

A milícia⁴² aqui no Rio de Janeiro, se vê um cara de tornozeleira, enquadra. É bom que você nem frequente certos espaços de milícia

⁴² Fortalecidas no decorrer da última década, as milícias do Rio de Janeiro controlam determinados territórios da cidade e do estado, sendo mantidas pela imposição de taxas obrigatórias a moradores e comerciantes locais, ou pela aplicação de monopólios coativos sobre determinados produtos, serviços e estruturas (Cano & Duarte, 2014). Geralmente, são chefiadas por policiais ou ex-policiais motivados pelo lucro pessoal e pelo combate a grupos narcotraficantes. Segundo Sérgio, “*a relação da milícia com a Polícia Militar aqui no Rio de Janeiro é uma só, ela funciona como uma só. Policiais trabalham na milícia, às vezes são os que comandam ou prestam segurança e deixam funcionar. É um meio muito*

*com a tornoeleira, que aí você pode sofrer um mal. Eu já até travei uma conversa uma vez com um conhecido miliciano e ele falou, ‘Sérgio, a gente enquadra, tem que enquadrar’. Não é só que eles queiram enquadrar, mas no próprio bairro, quando vêem que o cara é monitorado, tá identificado pelo Estado que ele é um criminoso. E aí, se for ladrão, vai sofrer uma represália. Se for homicídio, dependendo do caso, vai passar batido. Se for estuprador, nem pisa porque aí vai morrer. Então dependendo do crime e do contexto do crime praticado, ele pode permanecer ali ou não, ou pode até ser morto. Eu já vi uma situação dessa, de descobrir que o cara monitorado era jack, estuprador, e os caras mataram. Eu vivo bem no meu bairro porque um miliciano do meu bairro foi preso comigo, é um puta amigo meu. Mas em outros espaços eu ia ter que desenrolar pra ficar. E sempre condicionado a alguém: ‘sou amigo de fulano, de beltrano’. Cara a cara não vai. Não vai achando que tá passando batido porque não tá. A milícia vai te cobrar. Então se o cara tá de tornoeleira na área de miliciano, ele tá sujeito a uma série de coisas. Ele pode ser morto, pode sofrer esculacho, pode sofrer o que for, só por causa da tornoeleira.*⁴³

A marca identificatória do criminoso tem implicações diversas, variando conforme os espaços e circunstâncias. Em determinadas áreas da cidade do Rio de Janeiro, pode acarretar no levantamento da ficha criminal do usuário mediante os vínculos estreitos entre os grupos de milicianos que as controlam e a Polícia Militar, podendo resultar na execução do indivíduo marcado caso sua pena decorra da prática de um crime não tolerado, como o estupro ou o assassinato de um policial, por exemplo. De toda maneira, o risco de vida imposto pelas milícias é um fator a ser considerado por qualquer um que porte um aparelho de monitoração na capital fluminense. Sérgio prossegue:

Tem um bairro de Jacarepaguá que eu não conheço ninguém, é de milícia aquilo lá. Às vezes eu pego um ônibus que passa por lá. Daí acontece que eu tô de bermuda e o ônibus foi por lá. Entra alguém dentro do ônibus e me vê de tornoeleira e acha que eu sou uma ameaça: “Desce”. Avisa a milícia no bairro: “pô, tem um cara de

seguro de garantir dinheiro, porque com o tráfico você tem que ficar trocando tiro, tem que ficar fazendo arrego. Com a milícia não. Com a milícia, o dinheiro chega na mão numa boa. E aí tem o dinheiro da vã, tem o dinheiro da rede clandestina de instalação de TV a cabo, tem internet agora também, tem o gás, tem a porra toda. Em geral, são policiais ou ex-policiais que atuam na milícia. E pessoas comuns também. Tem policial militar que é miliciano, tem policial civil que é miliciano, tem militar da Defesa que possa ser miliciano. Mas em geral, a Polícia Militar é a que tem mais gente envolvida”. De acordo com Cano e Duarte (2014, p. 331), “o miliciano é simultaneamente agente público e privado, jogando com essa ambiguidade (...)”. Mais recentemente, as atividades das milícias têm se estendido aos domínios da política institucional, reveladas por denúncias de ameaças a militantes ligados à defesa dos Direitos Humanos, ligações com chefes de governo e pela participação no assassinato da vereadora Marielle Franco, em fevereiro de 2018.

⁴³ Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016.

tornozela dentro do ônibus, eu acho que ele vai assaltar o ônibus”. Os cara enquadra, não quer nem saber. Ou chega arrebatando na bala, porque tem essa potencialidade de violência, ou vai te enquadrar, vai te esculachar, vai puxar tua vida toda. Porque eles têm essa capacidade e têm essa legitimidade dentro desses espaços. E a sociedade vai aplaudir. Amanhã eu vou aparecer no jornal que ‘ex-presidiário é morto em área de milícia’. E o consentimento de geral vai ser: ‘tava roubando’. Eu ia morrer à toa. E ninguém vai questionar, porque a própria tornozela vai legitimar a morte. Pode parecer estranho. Se eu morro com uma tornozela, a própria tornozela legitima a morte.⁴⁴

Inserido em áreas específicas, o equipamento de controle tem por efeito colateral a identificação do sujeito executável, ao estampar o crime como marca visível na perna do criminoso. Tal como a máquina kafkiana que inscreve a sentença no corpo do sentenciado, a *pulseira* reitera ao condenado e à sociedade a verdade de sua condenação: “*Seria inútil anunciá-la. Ele vai experimentar na própria carne*” (Kafka, 1998, p. 36). Aqui, o dispositivo de monitoramento oscila entre seu funcionamento biopolítico, destinado a produzir e conduzir circulações autogeridas, e uma inadvertida face *tanatopolítica*, direcionada à identificação da *vida matável* (Agamben, 2002). “*A tanatopolítica acontece quando um Estado assinala, marca ou circunscreve um grupo humano que está sob sua jurisdição para matá-lo*” (Vitores, 2012, p. 2). Refere-se à produção da *vida indigna de ser vivida*, conceituação sobre a qual se baseia o poder soberano de decidir sobre a morte (Agamben, 2002).

Não se pretende inferir daí que o Estado monitore para matar. O escopo dos programas de controle eletrônico penal fundamenta-se em princípios biopolíticos, e não tanatopolíticos. Seu programa consiste fundamentalmente em gerir e conduzir corpos em vida, e não em definir ou expor o indivíduo penalizado à morte. Contudo, em contextos particulares, governados por redes público-privadas de segurança que atualizam consideráveis traços de soberania, a marca fixada pelo aparelho de monitoração é utilizada como instrumento de identificação daqueles que devem viver e dos que devem morrer. O Estado marca o corpo cuja morte será definida pelos grupos a ele vinculados mas que o extrapolam, sustentados por práticas de confisco e extermínio. Entre o controle dos circuitos territoriais e a extração público-privada da vida, a marcação do corpo criminoso suscita decorrências não calculadas, ajustadas às dinâmicas de violência que se espriam pelo país.

⁴⁴ Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016.

No estado do Ceará, o acirramento dos confrontos entre grupos faccionais que disputam o controle de determinadas áreas urbanas tem apresentado algumas dificuldades aos operadores dos serviços de monitoramento nos momentos de aplicação da medida. Divididas em zonas pertencentes a facções inimigas, as áreas periféricas da Região Metropolitana de Fortaleza são os bairros onde habitam muitas das pessoas monitoradas, algumas delas ligadas a estes grupos. Entretanto, as regras de fixação impostas pela monitoração não condizem, muitas vezes, com as necessidades de circulação colocadas pelos cenários de conflito, uma vez que a permanência em endereço fixo pode acarretar em risco de vida ao apenado. De acordo com o psicólogo da Central de Alternativas Penais de Fortaleza, há situações em que o indivíduo monitorado é perseguido por facções rivais e o seu recolhimento em domicílio pode representar uma ameaça. *“Ele não pode ficar parado. Se ele tem um inimigo querendo matá-lo, ele não pode ficar na casa dele. Pra ele é impossível ficar com monitoração eletrônica. Se não ele morre”*.⁴⁵

Por esse motivo, o juiz da 3ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza relata a situação de um rapaz que preferiu retornar à prisão depois de um período que passou em regime domiciliar sob monitoramento:

*Eu recordo muito desse caso, mas eu não recordo qual foi a audiência. Ele chorou, pedindo para retornar pra dentro do presídio porque não suportava mais a idéia de que ali, ele estando fixo na residência, monitorado, sem poder sair dali, ele poderia vir a ser vítima de algum tipo de agressão por parte de algum inimigo dele. E aí ele pediu pra retornar pra dentro do presídio e a saída que eu encontrei pra ele naquele momento foi autorizar o retorno dele pra dentro do presídio e tirar o monitoramento. Muitas vezes, eu imagino, que é até o aspecto psicológico da coisa. Ele acha que tá sendo vigiado. Porque os nossos presos, como em todo canto, a maioria é humilde. Mas eles mudam muito de residência, é impressionante. Como regra, eles mudam muito de residência, porque eu acho que é o medo, receio do inimigo.*⁴⁶

Por razões distintas, variando conforme os contextos, são consideráveis os impactos dos dispositivos de monitoramento nos cenários de conflito urbano nacionalizados pelas capitais brasileiras.

Em São Paulo, alguns relatos indicaram que o uso de tornozeleiras, em determinado momento, tornou-se uma via de identificação do pertencimento ao

⁴⁵ Entrevista realizada em 4 de julho de 2017.

⁴⁶ Entrevista realizada em 3 de julho de 2017.

Primeiro Comando da Capital. Segundo Vladimir, monitorado em 2014 quando cumpria pena no regime semiaberto no interior do estado, os presos de unidades que pertencem ao PCC utilizavam a *pulseira* na perna direita, ao passo que aqueles que pertenciam a unidades da *oposição*⁴⁷ utilizavam na esquerda. “*Cada facção coloca de um lado*”⁴⁸, dizia ele. Pelo fato de já ter tido uma desavença com um dos “cabeças” do *partido*⁴⁹, Vladimir contou que usava o aparelho na perna esquerda, razão pela qual chegou a ser ameaçado, pouco antes de romper a tornozeleira:

Faz mais ou menos 2 anos, eu tava de saidinha, vindo lá do semiaberto de Sorocaba. A condução me levava até a capital. Eu tava indo pra Osasco, na casa do meu pai. Quando eu desci da condução, ali na Pça Azevedo Antunes, na Lapa, três irmãos do PCC já colaram em mim. Eles viram a pulseira na minha perna esquerda e vieram me cobrar. Me encurralaram contra um muro e começaram a desenrolar que tinham que me levar pra debater em outro lugar. Eu fechei os punho e falei “ó, o que vocês vão fazer comigo vocês faz aqui mesmo. Eu não vou pra lugar nenhum com vocês, nós desenrola aqui e agora”. Nisso tinha uma base da PM por perto, dessas unidade móvel da PM. Os polícia chegaram pra ver o que tava acontecendo e os caras saíram correndo. Expliquei pros PM que eu tava de saidinha, mostrei a pulseira e o documento que comprova a saidinha e eles me deixaram vazar. Na sequência, eu fui pra Igreja Nossa Senhora da Lapa. Cheguei lá, fiz minha oração, catei uma faca e cortei a pulseira. Deixei ela lá na igreja em gratidão ao Nosso Senhor (Vladimir, CDP Belém I)⁵⁰.

Vladimir permaneceu foragido por cerca de um ano e meio antes de ser recapturado e enviado para o Centro de Detenção Provisória do Belém I, unidade destinada a prisão preventiva, mas que abriga presos do regime fechado por falta de vagas nas penitenciárias do estado. Sobre o uso do aparelho na perna esquerda ou direita, conforme o pertencimento ou não ao PCC, Natasha, presa no CPP do Butantã e monitorada em 2014 durante as saídas temporárias, reafirma: “*Desde que tem essa pulseira é assim. O partido coloca em uma perna e a oposição na outra. Alguém começou isso de brincadeira e ficou*”⁵¹.

⁴⁷ *Oposição* é como o PCC designa seus grupos rivais, que podem também ser referidos como *coisa* ou *vermes*.

⁴⁸ Conversa informal realizada a partir de trabalho de campo, realizado em 10 de maio de 2016.

⁴⁹ *Partido*, *quinze*, *comando*, *família* são alguns dos nomes que designam o Primeiro Comando da Capital.

⁵⁰ Conversa informal realizada a partir de trabalho de campo, realizado em 24 de maio de 2016.

⁵¹ Conversa informal realizada a partir de trabalho de campo, realizado em 13 de maio de 2016. Tal informação foi, no entanto, contestada por outros interlocutores e interlocutoras com quem mantive

Na visão de Augusto, não se tratava de brincadeira:

Eu não sabia disso, até que teve um dia que a gente saiu da colônia pra trabalhar lá no lixão de Mirandópolis. Lá perto, ia também trabalhar os presos monitorados de outra unidade de Mirandópolis, que é do PCC. Foi aí que eles começaram a apontar pra nós e falar: ‘Ó lá! Os coisa! Ó lá! Os coisa!’. Daí eu fiquei pensando como é que os cara sabia que a gente era oposição e perguntei isso pro agente penitenciário que ficava lá com nós. Daí ele disse: ‘Olha pra sua perna. Agora olha pra perna deles lá’. Foi aí que eu percebi, mano, que os cara tava tudo com a pulseira na perna direita, e nós na esquerda. A ‘polícia’, junto com o PCC, marca nós pra saber que nós é oposição. Teve um preso que pediu pra ‘polícia’ colocar a pulseira na outra perna e o ‘polícia’ falou que não. Se recusou, porque quer que nós fique marcado como coisa.

A perna em que a tornozeleira era instalada seria determinada, de acordo com Augusto, pelas articulações entre o PCC e os agentes prisionais das unidades de regime semiaberto, com a finalidade de identificar aqueles que pertenciam ao *partido do crime* e diferenciá-los de seus inimigos, os *coisa*. Aos membros do PCC, o aparelho instalado na perna direita teria como propósito a auto-affirmação da identidade faccional e de seu pertencimento ao coletivo. Aos *coisa*, a marca fixa na perna esquerda denotaria suas condições de inferioridade que os equiparam a *vermes*, como também são chamados os rivais do *comando*. Dos propósitos de supervisão remota, o dispositivo era convertido em sinal de identificação e diferenciação, a partir das relações estabelecidas entre o PCC e os agentes prisionais na operacionalização dos serviços de monitoramento em São Paulo.

Para além do estigma goffmaniano, instrumento social fundado no descrédito e na inabilitação social (Goffman, 1988), o corpo marcado refere-se aqui à auto-affirmação identitária que habilita socialmente o indivíduo a ser reconhecido como membro pertencente a um determinado coletivo, a partir da marca fixada pelo Estado. Não se trata da mera determinação de cima a baixo de uma identidade deteriorada pela estrutura sócio-política que imprime no indivíduo o rótulo que o inferioriza, mas de um agenciamento coletivo, compartilhado entre o Estado, a empresa de

contato. Maria, por exemplo, que também foi monitorada quando cumpria pena no semiaberto do Butantã, quando questionada a respeito da utilização da tornozeleira na perna direita ou esquerda, conforme o grupo faccional de pertencimento, foi taxativa: “*Mentira. Não tem nada disso*”. Outras pessoas entrevistadas também disseram que não sabiam nada a respeito. Outros, entretanto, confirmaram a informação. Ao que os relatos indicam, isso se deu nos anos iniciais de implementação das tornozeleiras em São Paulo.

monitoramento, a “facção criminosa” e o próprio indivíduo monitorado, que resulta na enunciação de uma informação que integra e constitui sua própria subjetividade e do qual o estigma é apenas um dos efeitos. Christian Kasper (2004) propõe a noção de *desvio de função* para descrever a utilização arbitrária de um objeto específico, a despeito de suas normas de uso. De acordo com o autor, um desvio de função é caracterizado como uma transgressão de uso de um determinado artefato, viabilizada por sua incorporação a um novo contexto e pela percepção de suas virtualidades. A utilização da *pulseira* como signo da identidade faccional aparece aqui como um uso imprevisto, no interior de uma relação de poder específica ao chamado “mundo do crime”, desviando-se da funcionalidade originalmente atribuída ao dispositivo.

De todo modo, agenciada ou não por grupos faccionais, desviadas ou não as funcionalidades do aparelho, a condição de prisioneiro estampada no corpo tem como decorrência previsível a conversão do indivíduo monitorado em alvo privilegiado da atenção policial, cujos controles presenciais somam-se ao rastreamento à distância. Diversos relatos sublinham a atração do olhar persecutório da polícia e de agentes de segurança privada, despertado pelo equipamento de monitoração.

Todo mundo fica te olhando. No mercado, o segurança ficava colado em mim. E chama atenção da polícia. Lá no meu bairro nem tem tanta polícia e começou a rondar quando me viram com a pulseira. Teve um dia que eu fui buscar minha filha na escola com isso. Foi horrível. A ronda escolar chegou em mim e depois apareceu uma pá de viatura e me enquadrrou. Todo mundo ficava olhando, minha filha não entendeu nada, ficou super nervosa (Natasha, CPP Butantã, São Paulo)⁵².

O sujeito perigoso que mobiliza precauções policiais pode agora ser reconhecido pela pena que ele ostenta. À anatomopolítica do delinquente se sobrepõe a identificação do criminoso pelo artefato tecnológico a ele acoplado: elemento maquínico coextensivo ao corpo que escancara sua individualidade e condição de prisioneiro.

Dessa maneira, seja pela produção da vida matável, seja pela auto-affirmação da identidade faccional, seja ainda pela circunscrição do indivíduo perigoso a ser acompanhado de perto pela polícia, o aparelho de monitoração imprime no corpo do apenado a marca da política penal, constituindo o processo produtivo da identidade criminosa. O signo que enuncia a verdade do crime no corpo-máquina criminoso é

⁵² Conversa informal realizada a partir de trabalho de campo, realizado em 13 de maio de 2016.

introduzido na semiologia política do conflito como dimensão positiva própria às tecnologias de poder e construção da individualidade, ainda que essa individualidade seja exposta à morte ou à abordagem policial constante.

O corpo marcado pelo dispositivo de monitoração reafirma a subjetividade criminosa inaugurada pela lei penal e pelo discurso criminológico, agora estampada no corpo como placa de registro identitário ou *Magen David* revisitado. Tal como o índio sem nome cuja identidade é numericamente fundada pela campanha biopolítica de vacinação subsequente ao massacre deliberado, ou como o povo uniformizado a ser enviado e eliminado nos campos de extermínio, a identidade do sujeito monitorado é politicamente construída pela marca escancarada pelo Estado que o devolve à sociedade como alvo de intervenção policial ou como vida nua exposta à morte. Entre *bios* e *tanatos*, o *corpo marcado* constitui um dos principais efeitos da aplicação do monitoramento eletrônico sobre aqueles cujo castigo converte-se em identidade.

Capítulo 2

Composições diagramáticas

2.1. Caixa-preta

Juiz: É rompimento?

Monitor: Não. É bloqueio de sinal.

Coordenadora: E não é falha de sinal. Se fosse, ele ia e voltava, ia e voltava.

M: Você vê os impactos. Ele mexeu, e acabou. Então você vê que não é tão subjetiva assim a informação.

C: Ai ele acha que tá bloqueando e a gente vê que ele tá fora da área de inclusão.

M: Porque a gente vê qual foi a última transação dele, que foi em casa. E às vezes dá um sinal, perdido, no meio desse trajeto. E vai mostrar que ele tá fora.

C: A gente consegue ver quando ele tá realmente violando. Eles testam a gente.

M: É. Pra saber o que a gente diz, se a gente tá vendo mesmo ou não⁵³.

Verificando a interface do software, a Coordenadora da Célula de Monitoramento Eletrônico do Ceará e um dos monitores de plantão sinalizam o alerta de violação. Aproveitam a visita do Juiz da 3ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Fortaleza para esclarecer alguns detalhes a respeito do sistema, que haviam ficado pendentes na última audiência. Diante da bancada que contorna a sala octogonal, os quatro monitores do período diurno acompanham seis telas de 30 polegadas e três computadores, que exibem as diferentes janelas do programa. Uma delas disponibiliza o relatório analítico gerado pelo aplicativo, com o registro periódico do itinerário de cada usuário monitorado e a indicação de eventuais descumprimentos às regras de uso do aparelho.

A Célula tinha sido instalada havia cinco anos, mas o sistema era novo, e os juízes tinham pouca familiaridade com alguns procedimentos. Era difícil estabelecer um protocolo que unificasse as decisões judiciais quando alguma falta era cometida pelo apenado. Os próprios juízes não tinham clareza da objetividade das informações

⁵³ Célula de Monitoramento Eletrônico do Ceará. Registro produzido a partir de pesquisa de campo, realizada em 3 de julho de 2017.

produzidas pelo software e reportadas a eles pela equipe de monitores. Uma padronização mínima era necessária e a Coordenadora sabia disso, insistindo repetidamente ao Juiz: *“Não tem padrão, não tem padrão”*.

Os monitores, contudo, pareciam apropriar-se do mecanismo. A detecção de qualquer violação era automática no sistema e a indicação se mostrava clara na interface. *“Uma bateria baixa, ou o equipamento descarregou, ou saiu de casa, ou aproximou da vítima, qualquer irregularidade, o nome dele já se destaca em vermelho e vai pra cima da lista”*⁵⁴. Naquele dia, o acompanhamento apresentado ao Juiz apontava o momento exato em que um dos usuários derrubava a conexão com o servidor instalado na Célula.

M: (...) a gente vê que tá bem no começo do dia: 00 horas.

C: Tudo certo.

M: Só tem aquela linha verde e a azul. Não tem nada aqui, é porque o sinal tá perfeito, não tem nada falhando, tudo normal.

C: Daí começam os impactos.

M: Ele já começa a mexer no aparelho. Ele bate, toca, dá esse impacto. E mostra aqui: IMP.

C: Ai daqui a pouco, no mesmo segundo, todos os sinais desaparecem.

A transmissão se interrompe. Muito provavelmente, um papel alumínio revestindo a tornozeleira bloqueou a comunicação GPRS com o servidor. Artifício conhecido entre aqueles que portam o equipamento de monitoração, o alumínio impede a conexão com a rede de satélites e o envio de dados à central. A quebra do aparelho impossibilitaria os sinais esparsos emitidos durante as horas seguintes. Não se tratava disso. Os impactos eram só um teste, ante a incerteza do indivíduo monitorado sobre a eficácia do dispositivo e a efetiva supervisão dos operadores. *“Às vezes, eles saem um pouco da área, por um minuto, e voltam. Só pra experimentar, ver se a gente realmente tá olhando”*, explica a Coordenadora. No cumprimento de medida penal ou cautelar sob monitoramento eletrônico, nunca se sabe ao certo o nível de diligência e rigor do monitor de plantão. Daí os testes realizados pelo usuário, no mesmo segundo do bloqueio.

⁵⁴ Supervisor da Célula de Monitoramento Eletrônico do Ceará.

A dúvida sobre o grau de rigidez no acompanhamento feito pelos monitores constituirá ela própria um elemento fundamental no funcionamento do dispositivo. Vinculada à condução técnica pela produção de *autocontrole* no sujeito monitorado, alguma margem de incerteza, ainda que não prevista pelos programadores, fará com que o indivíduo avalie por si mesmo os perigos que corre ao arriscar uma violação. Nenhum impedimento físico lhe é imposto e um descumprimento de baixa gravidade talvez venha a ser tolerado. As consequências às possíveis violações ficarão a critério do encadeamento entre as informações geradas pelo software, a interpretação dos monitores e a decisão final dos juízes. Uma violação deliberada presume, portanto, a assunção de um risco incerto.

Do mesmo modo, é comum entre as pessoas monitoradas a ausência de informações precisas sobre o funcionamento tecnológico do sistema. De maneira geral, os agentes encarregados da instalação dos equipamentos de monitoração nos usuários fornecem poucos detalhes a esse respeito. A relativa ignorância do indivíduo monitorado sobre as reais capacidades do sistema atribui aos operadores um poder suplementar no tratamento das informações de rastreamento enviadas aos juízes e tomadas como base para a avaliação da conduta dos apenados. *Caixa-preta* fixa ao corpo, o dispositivo é dotado de uma certa opacidade técnica que resguarda aos monitores o domínio de seus atributos.

Ainda pela manhã, a comunicação entre a Célula de Monitoramento e o equipamento observado se restabelece. O trajeto regular entre a casa e o local de trabalho do indivíduo volta a ser detectado no sistema. O bloqueio era provisório, não ia além da madrugada. A violação, contudo, foi registrada no histórico gerado pelo software e será oficialmente encaminhada ao Juiz no dia seguinte à sua visita. A decisão relativa a um possível retorno do apenado ao cárcere é de responsabilidade da Justiça e será comunicada em audiência. Se o rapaz tiver sorte, uma advertência do magistrado e a manutenção da prisão domiciliar com trabalho externo o livrará da regressão ao regime fechado. Do contrário, seu breve lapso de desobediência e escape o levará de volta a algum dos já conhecidos Institutos Penais do município de Itaitinga, na Região Metropolitana de Fortaleza. E a efetividade da supervisão em meio aberto há de ser certificada no interior dos muros.

Era notável a instalação tecnopolítica disponível na Célula. Inaugurada no ano de 2012 pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS-CE) – hoje Secretaria de Administração Penitenciária (SAP-CE) –, a unidade era responsável pela execução e coordenação dos programas de monitoramento eletrônico no estado. Uma equipe de doze monitores terceirizados alternava-se em turnos para a realização do rastreamento 24 horas por dia. Três supervisores eram encarregados da produção dos relatórios de violação encaminhados aos juízes. Três agentes penitenciários realizavam atendimentos diretos com os usuários monitorados e faziam a manutenção dos equipamentos com defeito. Outros três auxiliares administrativos prestavam apoio técnico e operacional aos monitores. À frente da equipe, a Coordenadora administrava os trabalhos e estabelecia as relações com os quadros da SEJUS, com a Central de Alternativas Penais e com as três Varas de Execução Penal e a Vara Criminal de Fortaleza⁵⁵.

O aparelhamento tecnológico era composto por um servidor, três computadores, seis aparelhos monitores e um televisor, todos fornecidos pela empresa *Spacecom*, contratada pelo Poder Executivo estadual via processo licitatório. O servidor detectava as informações de rastreamento emitidas pelos equipamentos acoplados aos usuários e os enviava aos computadores da sala de controle, onde a interface do programa SAC24 era exibida pela tela dos monitores e do televisor. Violações como a queda dos sinais de comunicação, término de bateria, rompimento da tornozeleira ou descumprimentos das condições relativas aos horários e zonas de circulação eram sinalizadas por alertas automáticos ativados no software e registrados no relatório de monitoramento do apenado.

Um total de 3.000 tornozeleiras eram disponibilizadas no Ceará, das quais 2.881 encontravam-se em uso no ano de 2017. Os equipamentos distribuíam-se entre a capital do estado e os Núcleos de Monitoramento Eletrônico, localizados nos municípios de Quixadá, Sobral, Iguatu e Cariri. Responsável pelo controle de 1.607 pessoas em cumprimento de medida cautelar, 1.156 em execução penal e 118 em medida protetiva de urgência (DEPEN, 2017), o Ceará dispunha de uma das mais completas estruturas de monitoração eletrônica do país.

⁵⁵ A Central de Alternativas Penais contava com um psicólogo e uma assistente social, que realizavam atendimentos psicossociais individuais e coletivos às pessoas monitoradas. As Varas de Execução Penal são responsáveis pelos processos de indivíduos condenados, ao passo que a Vara Criminal cuida dos processos daqueles que cumprem medidas cautelares ou medidas protetivas de urgência.

Não obstante, o bloqueio dos sinais GPRS apresentado ao Juiz no dia de sua visita à Célula colocava em evidência um certo número de vulnerabilidades do sistema de monitoramento do estado. A interrupção da comunicação provocada pelo indivíduo rastreado revelava alguns dos problemas apresentados pelo dispositivo, tanto do ponto de vista tecnológico quanto do próprio gerenciamento jurídico-político das atividades de controle.

Não era a primeira e tampouco seria a última ocasião em que a equipe de monitores se deparava com esse tipo de violação. Diferente da fuga, que demandaria o rompimento do aparelho, a *interrupção continuada do envio de sinais* baseia-se na interceptação artificial e temporária da comunicação entre os componentes do sistema, determinando um intervalo de tempo, sob o comando e critério do usuário, durante o qual a conexão é cortada e o monitoramento suspenso.

O papel alumínio é assim, interrompe o sinal. O cara não quebrou a tornozeleira. Ele enrola um monte de papel alumínio e corta o sinal. E acusa violação. Acusa a violação na hora. Só que a interrupção de sinal também acontece se ele tá no elevador. Também interrompe se tiver uma tempestade. Se tiver uma falha no satélite. Se tiver debaixo de uma placa de concreto. Então, ele pode alegar isso. Já quando é rompimento, tem um dado objetivo⁵⁶.

Obstrução tática, o bloqueio provoca a inversão provisória da relação de comando sobre o mecanismo, por meio da qual a competência operadora de sua ativação e desativação é transferida ao usuário, ainda que sujeito à possível captura policial e recondução ao sistema carcerário. Preservando o argumento de defesa fundado na falibilidade dos sinais de comunicação – álibi questionável, dependendo da duração do bloqueio –, a intervenção restabelece um instante de autonomia ao indivíduo, a partir de seus próprios subterfúgios, independentes do domínio preciso sobre as formas pelas quais o sistema se constitui e se organiza, neutralizando, contudo, suas capacidades de conexão e controle.

Ocasões como essa inquietavam a Coordenadora. Na ausência de instruções claras e procedimentos judiciais unificados sobre como agir diante das possíveis violações cometidas pelos usuários, geralmente, ela orientava os monitores a acionarem a polícia. “*Abre a ocorrência, a gente registra o número e informa pro Juiz no relatório*”. Antes disso, um alerta era acionado pelo monitor no equipamento

⁵⁶ Psicólogo da Central de Alternativas Penais de Fortaleza. Entrevista realizada em 4 de julho de 2017.

portado pelo infrator, solicitando seu contato para esclarecimento da violação. “*Tem uma luz na tornozadeira que fica piscando sempre alguma cor. (...) Quando eu clico aqui, já vai enviar a luz roxa e vai ficar vibrando de 5 em 5 minutos a tornozadeira. Vibrando e apitando também. Tem um alerta vibratório e sonoro*”⁵⁷. Se o indivíduo não responde, a ocorrência é enviada à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS), que gerencia as viaturas da Polícia Militar, para que seja realizada a captura.

Todavia, a falta de um padrão de operações precisamente definido sobre os procedimentos a serem adotados nas ocasiões de violação era um problema de gestão a ser enfrentado⁵⁸. De sua parte, os juízes não tinham clareza se uma violação detectada no sistema decorria de uma falha do equipamento ou de uma falta do usuário, uma vez que o relatório automático gerado pelo software, apresentado em linguagem técnica, não explicitava as circunstâncias das diversas formas de descumprimento possíveis. A mera relação das datas, horários e tipos de violação apresentada no relatório poderia deixar dúvidas sobre as intenções do indivíduo monitorado em promover a interrupção dos sinais, danificar o equipamento ou permitir que a bateria do aparelho descarregasse.

Alarme	Data de Início	Data de violação	Data de finalização	Duração (com alarme)
Sinais de GPS e GPRS perdidos (uSip)	23/04/2017 22:38:01	23/04/2017 23:08:01	23/04/2017 23:08:01	00:00:00 (00:30:00)
Sinais de GPS e GPRS perdidos (uSip)	24/04/2017 03:36:50	24/04/2017 11:28:03	24/04/2017 11:29:03	00:01:00 (07:52:13)
Sinais de GPS e GPRS perdidos (uSip)	24/04/2017 21:30:03	24/04/2017 22:00:03	24/04/2017 22:16:03	00:16:00 (00:46:00)
Sinais de GPS e GPRS perdidos (uSip)	18/05/2017 05:27:52	18/05/2017 05:57:52	18/05/2017 05:58:52	00:01:00 (00:31:00)
Sinais de GPS e GPRS perdidos (uSip)	25/05/2017 03:22:28	25/05/2017 03:52:28	25/05/2017 04:03:28	00:11:00 (00:41:00)

Excerto de relatório automático de violação gerado pelo software SAC24

⁵⁷ Supervisor da Célula de Monitoramento Eletrônico do Ceará.

⁵⁸ Algumas regulamentações relativas à política de monitoração eletrônica são estabelecidas pelo Decreto nº 7.627/2011, que determina que os órgãos responsáveis pela administração da medida comuniquem ao juiz competente os fatos que possam causar a revogação da medida (Art. 4º, V). Entretanto, tais fatos não são precisamente definidos pelo decreto e tampouco pela legislação federal que autoriza a medida no país (Leis 12.258/2010 e 12.403/2011), ficando a critério dos magistrados as definições pormenorizadas sobre as consequências de cada violação cometida pelos usuários. Uma tentativa de padronização dos serviços foi recentemente realizada pelo DEPEN, mediante o lançamento de um “Manual de Gestão Para a Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas” (Brasil, 2017c).

O aspecto meramente informático dos dados produzidos pelo programa dificultava a determinação do caráter proposital das violações detectadas. Dessa forma, era necessária uma interpretação das informações apresentadas, que levasse em consideração as regras de monitoramento determinadas para cada usuário e as especificidades relativas às suas condições de cumprimento, tais como a qualidade da cobertura de sinais de comunicação em seus ambientes de circulação, a disponibilidade permanente de energia elétrica, a viabilidade prática de sua manutenção em endereço fixo, dentre uma série de outros fatores que influenciariam no cumprimento da medida. O relatório automático requeria uma breve tradução dos dados gerados pelo software, observando-se as particularidades de cada caso, realizada por aqueles que detinham o conhecimento sobre a linguagem e o funcionamento do sistema: os monitores.

Era assim que as equipes técnicas adquiriam um considerável protagonismo na condução dos processos penais de indivíduos sob monitoramento eletrônico, uma vez que as decisões judiciais a respeito da intencionalidade dos usuários no cometimento de violações baseavam-se na análise realizada pelos monitores e supervisores a respeito das informações apresentadas pelo software. Se os juízes não compreendiam bem os dados automáticos de violação, os técnicos, ao contrário, demonstravam-se suficientemente seguros sobre suas próprias leituras a respeito dos alertas relacionados no programa. Eram eles, portanto, que forneciam as informações básicas para a decisão final dos magistrados sobre os propósitos dos usuários em descumprir as regras de monitoramento. Era a ponta do sistema, na figura dos monitores e supervisores, que detinha os elementos práticos e cognitivos para a avaliação da conduta dos indivíduos monitorados.

Sendo assim, mais do que a falta de regulamentação jurídica, legislativa ou normativa a respeito dos procedimentos a serem adotados pelas agências encarregadas de gerir os serviços de monitoramento eletrônico, o poder de atuação adquirido pelos monitores decorria do funcionamento tecnológico dos sistemas de rastreamento, revestidos de semântica própria, codificada em parâmetros comunicacionais e alertas comportamentais, cuja leitura e interpretação havia de ser submetida à capacitação técnica. Invertendo-se a hierarquia formal que reservaria aos juízes as competências necessárias à condução do processo penal, a política de monitoramento conferia às equipes técnicas as capacidades pragmáticas de instrução processual. Antes da toga do magistrado, era o uniforme do tecnocrata que assumia o comando do processo penal.

Mas o software também atuava, na medida em que qualquer tipo de irregularidade ou queda de comunicação era lida pelo programa como *violação*. Ora, sabe-se bem que interferências nos sistemas de transmissão de sinais são frequentes em todo equipamento baseado em tecnologias GPS e GPRS, tais como telefones celulares, aplicativos de geolocalização, etc. A falha é elemento constituinte de qualquer mecanismo tecnológico de comunicação, suscetível a alterações climáticas, problemas em seus componentes internos ou interceptações externas, independentes da intenção de seus usuários. Alheio às circunstâncias, o software de monitoramento desenvolvido pela *Spacecom* convertia toda e qualquer falha de comunicação entre os componentes do sistema em alertas de violação.

Submetida, portanto, aos *julgamentos secretos do software* (Pasquale, 2015), a jurisprudência tecnocrática inaugurada pela política de monitoramento eletrônico atribui uma inusitada centralidade à interface estabelecida entre a equipe de monitores e o sistema tecnológico de rastreamento. A produção da verdade jurídica sobre a conduta dos apenados passa a ser condicionada ao agenciamento maquínico constituído pela plataforma eletrônica de monitoramento e o critério dos profissionais da informação e da comunicação.

Por motivos como esses, do ponto de vista do Juiz da 3ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza, não se poderia permanecer refém das interpretações efetuadas pela ponta da política penal para a tomada de decisões relativas ao andamento processual dos indivíduos monitorados. Daí a sua necessidade de compreender melhor o funcionamento do sistema. A própria Coordenadora parecia perturbada com tamanha responsabilidade concedida à sua equipe, solicitando orientações categóricas por parte do Judiciário.

Nesse sentido, algumas reuniões vinham sendo realizadas entre o Juiz e os monitores, com o objetivo de sanar as dúvidas sobre o funcionamento tecnológico da plataforma de controle. Um técnico especialista seria recebido dentro de algumas semanas para explicar os pormenores a respeito das informações emitidas pelas tornozeleiras e reproduzidas pelo software. A Coordenadora esperava que, com isso, alguma definição dos procedimentos administrativos referentes às consequências de violações e aos encaminhamentos a serem realizados pela Célula fosse finalmente determinada.

Mas não eram apenas as autoridades judiciais que desconheciam detalhes relevantes e por vezes decisivos a respeito dos mecanismos tecnológicos de

monitoramento eletrônico. Grande parte das pessoas monitoradas que participaram desta pesquisa não havia recebido informações precisas sobre o funcionamento dos equipamentos que portavam. No Ceará, as orientações de uso do aparelho são transmitidas aos apenados por um vídeo exibido em um dos compartimentos da Célula, dispensando-se as especificidades e explicações que requerem a interação face a face entre monitores e monitorados. Questões relacionadas aos limites perimetrais das zonas de controle ou horários de entrada e saída nas áreas de inclusão são muitas vezes pouco esclarecidas. Particularidades individuais ligadas, por exemplo, às dificuldades de permanência em endereço fixo ou à impossibilidade de acesso constante a fontes de energia elétrica, são frequentemente ignoradas pelos operadores, gerando violações no sistema sem que o próprio usuário tenha ciência clara⁵⁹.

No estado de São Paulo, pouca ou nenhuma instrução formal é dada aos indivíduos monitorados, para quem os meandros tecnológicos do dispositivo permanecem obscuros. Orientações quanto ao uso dos aparelhos são restritas às cartilhas fornecidas pelas empresas de monitoramento, reservando-se aos indivíduos a responsabilidade pelo respeito às regras e pelas consequências de possíveis violações. Dessa forma, não são raros os casos de pessoas que violam as condições de execução penal sob controle eletrônico sem saber que estão violando, ocasionando sanções disciplinares ou regressões de regime. Conforme relatado por alguns presos monitorados, os aparelhos desenvolvidos pela empresa *Synergie* e utilizados em São Paulo durante o ano de 2017, sequer indicavam aos usuários eventuais ausências da área de inclusão. As violações eram registradas no sistema sem o conhecimento dos apenados.

No Rio de Janeiro, o nível de desinformação mantido pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária a respeito da política de monitoramento eletrônico chegou ao ponto de, no início de 2017, os serviços serem interrompidos por meses, sem que os usuários tivessem conhecimento. A falta de pagamento por parte do Estado à empresa responsável fez com que o monitoramento fosse suspenso, mas os aparelhos eram mantidos na perna das pessoas. As centrais não funcionavam, os sistemas não operavam, mas os usuários continuavam com suas tornozeleiras instaladas no corpo.

⁵⁹ Problemas como esses foram relatados na Central de Alternativas Penais de Fortaleza, visitada no dia 4 de julho de 2017.

Note-se, todavia, que a opacidade do mecanismo não é mero indício de um serviço mal prestado e tampouco especificidade do caso brasileiro. Baseado em entrevistas conduzidas no Reino Unido com operadores de monitoramento eletrônico, Craig Paterson (2007) destaca a importância atribuída pelos monitores a um certo grau de imprecisão nas orientações transmitidas às pessoas monitoradas. Um de seus entrevistados destaca explicitamente esse fator: “*Eu acho que as coisas funcionam bem melhor quando o potencial do sistema é um pouco nebuloso*”⁶⁰. A ignorância ou incerteza, por parte dos usuários, a respeito do funcionamento dos sistemas de rastreamento, garante aos operadores um arbítrio adicional, alimentado pela mistificação tecnológica que municia o dispositivo de potenciais desconhecidos. Os aspectos opacos de seus modos de operação parecem ser um atributo do próprio mecanismo, através do qual as agências penais obtêm informações detalhadas sobre a vida cotidiana dos usuários monitorados, ao passo que pouco se sabe a respeito das formas pelas quais os seus dados são tratados ou direcionados.

O princípio não é novo. A averiguação das atividades alheias, sem que se permita o escrutínio de suas próprias atividades, constitui uma das mais tradicionais estratégias de poder (Pasquale, 2015). A consagrada fórmula que permite *ver sem ser visto*, radicada no confessionalismo penitente e sacramentada pelo panoptismo moderno (Foucault, 1987; 2013), é agora reposta na mecânica tecnocrática dos sistemas eletrônicos de controle a céu aberto. Onisciência e opacidade condicionam a performance de uma vigilância ubíqua, simultaneamente distante e presente. Aberta e remota em seu alcance ilimitado. Hermética e renitente como condição operacional. Se o modelo panóptico de disciplinarização é desfigurado mediante a desterritorialização e a descentralização das práticas de monitoramento remoto, seus regimes ambíguos de visibilidade e segredo são reatualizados na mecânica tecnopolítica dos dispositivos de controle eletrônico, condicionada à leitura transparente de seus alvos de observação e à preservação oculta dos procedimentos de operação de um mecanismo penal concebido como *caixa-preta* em seus aspectos físicos, técnicos e políticos⁶¹.

⁶⁰ Oficial de monitoramento (*apud* Paterson, 2007, p. 319).

⁶¹ A noção de *caixa-preta* é trabalhada por Bruno Latour (1994) e Frank Pasquale (2015) para designar a importância política da opacidade estabelecida pelos sistemas sociotécnicos. Para Latour, os aspectos opacos de um *agenciamento sociotécnico* permitem com que um determinado objeto funcione como um conjunto serial e invisível de subprogramas, sobre os quais não se tem domínio. A partir de sua opacidade, as ações propositais e intencionalidades inscritas nos objetos técnicos tornam-se inacessíveis. Pasquale, por sua vez, analisa os aspectos *black box* conservados por empresas, governos

Dessa maneira, seja a partir da perspectiva dos usuários, dos operadores do sistema, ou dos discursos que constituem os dispositivos de monitoramento de presos e presas, a proposta deste trabalho consiste em *quebrar* a caixa-preta, desmontá-la em fragmentos, interromper a conexão entre as suas diversas interfaces para que se compreenda mais detidamente seus elementos heterogêneos e suas peças fracionadas. Um certo ludismo epistemológico (Winner, 1978), baseado na observação direta e na análise documental, é mobilizado aqui como instrumento investigativo das dimensões políticas de um novo *dispositivo tecnopenal*, revestido das camadas obscuras que qualificam tanto os sistemas tecnológicos quanto as instituições penais e penitenciárias brasileiras. É este o objetivo central deste segundo capítulo. Desmontar o artefato. Selecionar alguns de seus pedaços de maneira a tornar inteligíveis seus efeitos de poder. Detectar as ligações estabelecidas entre seus componentes internos e suas interfaces externas. Observar, em particular, sua conexão direta com o dispositivo carcerário.

e operadores do mercado financeiro como forma de proteger suas atividades da regulação e do escrutínio público.

2.2. Formações mecânicas, fluxos orgânicos

Características físicas

Invólucro do dispositivo produzido em ABS injetado PA66 + Fibra de Vidro na cor preta;

Não utiliza nenhum parafuso nem sistema de rebite ou similar que poderia permitir a abertura do mesmo;

Cinta de fixação com fibra óptica e par metálico embutidos para uma melhor resistência;

Dimensões: 47 x 33 x 99 mm;

Peso: 128 gramas;

Temperatura de operação: -10°C até 55°C;

Impermeável à água com grau de proteção IP68.

Sinalização

Visual por meio de LEDs;

Sonora;

Vibratória.

Localização GNSS

Precisão de 1 a 5 metros;

Tempo de coleta de posicionamento parametrizado;

Sistema de GPS assistido – AGPS;

Comunicação

Utiliza duas operadoras de telefonia celular;

Tecnologias 2G e 3G;

Suporte as constelações GPS e Glonass.

(Especificações, Synergye)⁶².

⁶² Synergye, Phoenix PH842A. Disponível em: <http://www.synergye.com.br/tornozeleira.php> (Acesso em 10 de junho de 2019).

As especificações acima referem-se à plataforma *Phoenix PH842A*, desenvolvida pela empresa *Synergie Tecnologia da Informação*. Trata-se do mais novo sistema de monitoramento da empresa, responsável atualmente pelos serviços prestados em Alagoas, Amazonas, Pará, Sergipe, Rondônia e Tocantins. Além dos estados brasileiros, a companhia sediada no interior de São Paulo atua hoje na Colômbia e na Costa Rica⁶³.

As informações descrevem a composição material, tamanho, peso, faixa de temperatura de operação e capacidade de funcionamento à prova d'água. Especificam ainda os alertas de violação, sistemas de comunicação e tecnologias de detecção remota baseadas em GPS e Glonass, além das redes de telefonia móvel padrões 2G e 3G. Assim como os demais mecanismos utilizados no Brasil, a plataforma *Phoenix* opera com base nos sistemas de georreferenciamento via satélite, inaugurados pela justiça penal dos Estados Unidos no ano de 1999.

Inicialmente, os sistemas de monitoramento eletrônico voltados ao controle de apenados eram chamados de *sistema de contato programado* e *sistema de localização contínua*. No primeiro caso, denominado também de *sistema passivo*, um computador é programado para realizar chamadas telefônicas periódicas, em horários aleatórios, aos lugares onde se espera que a pessoa monitorada se encontre (casa, trabalho, escola). O indivíduo deve responder pessoalmente às ligações, o que se comprova por meio de um verificador de voz, uma senha pessoal ou demais sistemas biométricos, tais como a análise da retina do usuário, através de uma câmera fotográfica instalada junto ao telefone. O método *passivo* é mais simples e barato, exigindo apenas uma linha telefônica, um computador e um software para o acionamento de chamadas e reconhecimento de voz. O sistema ganhou novas possibilidades com o desenvolvimento e generalização da telefonia móvel e sua compatibilização com as tecnologias GPS e GPRS, podendo ser aplicado com maior eficiência, praticidade e discricção em qualquer pessoa que porte um telefone celular (Rodríguez-Magariños, 2007).

Já o *sistema de localização contínua*, ou *sistema ativo*, é constituído por três aparelhos: um emissor portátil fixo ao corpo do indivíduo de maneira inamovível (pulseira, tornozeleira ou cinto); um receptor instalado em sua casa e um computador situado na Central de Monitoramento e conectado ao receptor por uma linha

⁶³ Synergie. *Sobre nós*. Disponível em: <http://www.synergie.com.br/sobre.php> (Acesso em 10 de junho de 2019)

telefônica. O aparelho portátil emite sinais de radiofrequência no interior de um determinado raio, captados pelo receptor situado na residência do indivíduo. O equipamento receptor envia as informações ao computador central que indica se a pessoa se afastou de casa. O receptor também pode ser um aparelho móvel, portado pelo monitor ou agente de monitoramento, de maneira que a equipe de supervisão não necessite estar localizada na central para verificar o posicionamento do indivíduo. De maneira geral, o *sistema ativo* é utilizado para controle de regimes domiciliares, restringindo-se o monitoramento aos ambientes domésticos (Whitfield, 2001).

O sistema denominado *híbrido*, ou *misto*, combina as técnicas do sistema *passivo* com o *ativo*. Nele, as chamadas telefônicas são acionadas pelo computador na central que possui também um aparelho receptor para a captação dos sinais de radiofrequência, emitidos por um equipamento portátil acoplado ao corpo do usuário. Nesse caso, o método *ativo* é ativado quando são desrespeitadas as determinações estabelecidas no mecanismo *passivo*, como nos casos em que o indivíduo monitorado não responde às chamadas telefônicas (Shute, 2008). Tanto o sistema *passivo*, quanto o *ativo* e o *híbrido*, compõem os mecanismos denominados de 1ª geração de monitoramento eletrônico de presos.

A partir do final da década de 1990, iniciou-se o uso do GPS nos equipamentos de rastreamento, inaugurando os sistemas designados de 2ª geração. Com eles, a supervisão remota já não se restringia aos espaços em que o receptor estivesse instalado, permitindo a detecção da localização exata do usuário, a qualquer momento, onde quer que ele estivesse. A monitoração por GPS é realizada mediante a conexão entre uma constelação de satélites, uma rede de estações terrestres e um transmissor portátil. Um sinal de alerta é acionado quando o usuário penetra em *áreas de exclusão*, se ausenta das *áreas de inclusão*, ou quando se aproxima de alguém que também deve portar um transmissor (uma vítima, por exemplo).

No caso brasileiro, as secretarias de administração penitenciária e as empresas de monitoramento têm optado pelos sistemas de 2ª geração desde a autorização legal da medida no país. Em geral, a utilização do GPS é combinada no Brasil com os sistemas de comunicação via web e telefonia móvel (GPRS).

O uso do GPS suscita discussões a respeito da mobilidade conferida ao usuário, contraposta às potencialidades de controle por parte dos sistemas penais. Se, de um lado, sua utilização permite a concessão de uma maior liberdade de circulação ao sujeito monitorado, de outro, atribui ao Estado uma capacidade de supervisão

ilimitada, ao recobrir, em tese, toda a superfície terrestre. A tecnologia de posicionamento global evoca, portanto, uma série de questionamentos relacionados à ambiguidade característica dos atuais dispositivos securitários baseados na gestão da mobilidade e no controle a céu aberto. A permissividade concedida aos deslocamentos do apenado é diretamente proporcional à eficiência e alcance das capacidades de supervisão estatal. Segurança e liberdade constituem, desse modo, os princípios basilares perseguidos pelo aperfeiçoamento das técnicas de punição contemporâneas.

Alguns autores descrevem, ainda, o que denominam de *sistemas de 3ª geração*, ainda pouco utilizados, mas que sinalizam os possíveis desenvolvimentos das tecnologias de monitoração. Trata-se de aparelhos dotados de transmissores GPS, combinados com mecanismos de captação de dados fisiológicos das pessoas rastreadas. Nesse caso, são acoplados ao emissor portátil equipamentos de medição da frequência cardíaca, ritmo respiratório (com o propósito de medir níveis de agressividade e excitação sexual), ou aparelhos de verificação do nível de álcool no sangue (Río & Parente, 2006). Nos Estados Unidos tem se utilizado mecanismos de medição de níveis alcoólicos (Nellis, Beyens & Kaminski, 2013).

Outros equipamentos permitem acoplar microcâmeras ao aparelho móvel, possibilitando aos agentes de monitoramento acompanhar tanto a localização quanto as atividades do indivíduo. Algumas versões dos sistemas de *3ª geração* possuem, ainda, a capacidade de realizar intervenções corporais, por meio de “*descargas elétricas programadas, que repercutem diretamente no sistema nervoso central, ou por meio da abertura de uma cápsula que lhe injeta um tranquilizante ou outras substâncias (...)*” (Río & Parente, 2006, p. 1091). Também nos EUA, já foram empregados cintos capacitados a acionar correntes elétricas no transporte de presos para penitenciárias ou para a realização de audiências nos tribunais (Idem).

A elaboração de novas técnicas de controle de presos beneficia-se, dessa forma, das pesquisas desenvolvidas no campo da nanotecnologia, e se entrecruza com aquelas realizadas pela medicina no âmbito do que se chama de “teleassistência”. Rodríguez-Magariños (2007) menciona a plataforma tecnológica *Maya*, desenvolvida pela empresa espanhola *Servitae*. O aparelho tem as dimensões de um relógio de pulso e possui uma série de sensores. Um deles detecta movimentos, consumo energético, golpes, quedas, estados de inconsciência, se o indivíduo se encontra de pé, sentado, deitado ou correndo. Outro equipamento da mesma plataforma mede a

temperatura corporal através de um termômetro digital programado para acionar alarmes periódicos. Há também um sensor de uso, para averiguar se a pessoa está ou não portando o aparelho, e um verificador de resistência, indicando níveis de sudoração, com o objetivo de verificar graus de stress e nervosismo. A microplataforma possui ainda um sistema de radiofrequência UHF para a comunicação com serviços policiais ou ambulatoriais. A conexão UHF gera um campo de alta frequência ao redor do corpo do usuário, viabilizando sua comunicação com outros equipamentos, fixados em uma camiseta, que capturam os níveis de oxigênio no sangue, atividade cardiovascular e pulmonar, além da pressão sanguínea (Idem).

Procedimentos cirúrgicos também são elaborados para a inserção de transmissores no corpo humano. Alguns países, como os Estados Unidos e a Inglaterra, realizam pesquisas empíricas para implantar microchips na camada subcutânea do organismo de condenados. As administrações penitenciárias do Texas e da Flórida, por exemplo, já mantiveram negociações com a empresa estadunidense *Applied Digital Solutions (ADSX)*, que desenvolve a tecnologia necessária. O jornalista Dennis Cunningham (1999) afirma que no final da década de 1990 a *ADSX* faturava em torno de US\$ 165 milhões por ano desenvolvendo equipamentos semelhantes aplicados em gado. A mesma companhia comercializava rastreadores GPS para presos condenados por pequenos delitos ou em pacientes portadores de Alzheimer. O chip desenvolvido pela *ADSX* pode ser implantado sob a pele e lido por scanners de radiofrequência (Idem).

O procedimento cirúrgico é realizado mediante a inserção de um microprocessador no corpo humano, depositado “*no plano intradérmico da face interna do braço, bem abaixo da epiderme, sem atingir vasos sanguíneos*” (Oliveira, 2012, p. 89). Uma série de testes já foram realizados com cobaias voluntárias para verificar os resultados da interação entre o circuito integrado do aparelho condutor e os tecidos vivos do organismo humano. As tecnologias mais conhecidas atualmente, disponíveis no mercado da nanotecnologia, possuem transmissão via rádio e permitem o intercâmbio e armazenamento de informações por aparelhos que chegam a medir o tamanho de um grão de arroz (Idem). Diversos estudos são realizados a respeito do tema, sugerindo a utilização de materiais como silicone e titânio, aplicados em cirurgias plásticas ou ortopédicas, com o objetivo de evitar manifestações adversas no corpo, tais como reações inflamatórias ou formação de nódulos em tecidos que podem

vir a se ulcerar ou desenvolver tumores malignos. Em relatório de avaliação, publicado em 2007, pela pesquisadora Katherine Albrecht, Doutora em Educação pela Universidade de Harvard, alguns dados são apresentados relacionados à formação de sarcomas em ratos, camundongos e cães, devido ao implante de microchips⁶⁴.

No Brasil, a possibilidade de implantação de localizadores no organismo de presos e presas tem seus próprios entusiastas. O advogado criminalista e representante brasileiro da Fundação Internacional Penal e Penitenciária, Edmundo Oliveira, observa que “*o procedimento de implantação do microchip, embora um pouco invasivo, apresenta riscos diminutos, pois trata-se de uma microcirurgia. Por esta razão, requer todos os cuidados concernentes a procedimentos médicos*” (2012, pp. 89-90). O advogado celebra as perspectivas criadas pela chamada nanomedicina e oferecidas ao “*direito penal do futuro*”, mencionando as conquistas obtidas pela implantação de chips na espinha dorsal de seres humanos para recuperar movimentos de braços e pernas em pessoas com problemas motores: “*sem o engenho dos médicos não há como alcançar o equilíbrio do mundo e a perspectiva de colocar o homem face a face com a eternidade*” (Idem, p. 92).

Em diálogo com a nanomedicina, a evolução tecnológica no campo da penalidade vem demonstrando seu interesse nas possibilidades de inserção de elementos artificiais no organismo do infrator, seja para a detecção de seus deslocamentos externos, seja para a observação e regulação de seus fluxos internos. Padrões respiratórios, circulação sanguínea, presença de substâncias tóxicas e ritmos cardiovasculares adentram o conjunto de preocupações e objetos de intervenção dos sistemas de justiça penal. Ao lado dos perfilamentos genéticos armazenados em bancos de DNA, a leitura de informações bioquímicas apresenta-se como método promissor de identificação do criminoso e prevenção do crime.

O exame antropométrico do sujeito delinquente é então ultrapassado pela análise biométrica de seus fluxos vitais (Kanashiro, 2011). A iminência do delito pode ser verificada pelos dados fisiológicos produzidos pelo potencial infrator. Seu ato criminoso seria enfim neutralizado pela atuação remota e antecipada das equipes de monitores. O encarceramento como método de contenção do crime se tornaria, dessa forma, um procedimento dispensável. Já não haveria a necessidade rudimentar de segregação punitiva em espaços de confinamento, que mais fazem reproduzir e

⁶⁴ Disponível em: <http://www.antichips.com/cancer/albrecht-microchip-cancer-full-paper.pdf> (Acesso em 20 de agosto de 2017).

fortalecer o comportamento criminoso do que contê-lo ou transformá-lo. E a prisão enquanto técnica de prevenção ou correção perderia finalmente sua razão de ser.

2.3. Diagramas sobrepostos

A estrutura é composta por dois blocos quadriláteros de dimensões semelhantes, ocupando ao todo cerca de 27 mil metros quadrados de área construída. À esquerda, uma via atravessa quatro galpões externos, tangenciando os blocos dispostos lado a lado. Seguindo o modelo de unidade compacta (ou sintética), versão reduzida e adaptada do padrão paralelo (ou “espinha de peixe”), cada bloco é recortado longitudinalmente por uma radial central, onde se dá a circulação fechada principal. Segmentada por gaiolas de segurança e revestida internamente por pequenas tubulações hidráulicas e elétricas, a radial é constituída em suas laterais por uma série de portas de aço que a separam dos raios e do ambulatório. São oito raios por unidade, quatro de cada lado, paralelos entre si e perpendiculares à radial. Cada raio contém um pátio diante do qual se alinham oito celas de aproximadamente 16 metros quadrados. O edifício é térreo, com exceção do galpão frontal, anterior aos raios, que abriga as celas do seguro no andar superior à esquerda, e as do castigo, à direita. No perímetro exterior soergue-se a muralha retangular da qual despontam seis torres de vigilância – uma em cada vértice do retângulo e duas ao meio, opostas uma à outra –, perfazendo a face externa do diagrama penitenciário.

Instalada à beira da Marginal Tietê, na Zona Leste da cidade de São Paulo, a Chácara Belém reúne dois Centros de Detenção Provisória (CDPs) e duas Alas de Progressão Penitenciária (APPs). Seu modelo atualiza os antigos projetos arquitetônicos conhecidos no Brasil como “poste telegráfico”, que consistem em um longo corredor central para o qual convergem os diferentes módulos construídos separadamente. Na versão compacta, os módulos são menores e mais próximos uns aos outros e as salas administrativas são projetadas para fora da radial, dificultando o acesso de presos rebelados aos agentes prisionais⁶⁵. Compondo suas quatro unidades, o interior do complexo é encadeado por diferentes agrupamentos de setores e sub-setores, espaços anexos e acoplados, oficiais ou improvisados, cujo funcionamento ordinário é marcado pela asfixia de seus compartimentos fechados e pela fatalidade de

⁶⁵ As unidades compactas foram amplamente adotadas no estado de São Paulo durante as últimas duas décadas, em substituição aos grandes complexos penitenciários e à manutenção de presos sem condenação em carceragens de distritos policiais. A opção por esse modelo, de construção rápida e econômica, integra as recentes transformações da política penitenciária do estado, caracterizadas pela expansão interiorizada do parque carcerário e alavancada a partir de dois principais marcos disparadores: o Massacre do Carandiru e a emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ver: Godói, 2015.

sua superlotação. Cada uma de suas portas trancadas guarda centenas ou dezenas de indivíduos à espera perpétua de uma resposta, seja ela judicial, familiar ou médica.

Na entrada da APP II, ao lado direito da gaiola frontal, um computador Intel Core i-5 e centenas de emissores portáteis a ele conectados via web, GPS e GPRS, integram a configuração de um outro diagrama, como promessa da experiência penal em liberdade.

*

Estes pontos representam prisioneiros, têm um emissor eletrônico no tornozelo. Pode-se selecionar um prisioneiro e sabe-se a identidade dele... A identidade.

... As câmeras de vídeo multiplicam a perspectiva de controle. Seu olho frio deve ilustrar a prisão, desmistificá-la.

Um aparelho biométrico para controle de acesso.

... E a revista a uma visita com meios técnicos, a distância.

(Harun Faroki, Imagens da prisão)

As imagens de Harun Faroki (2000) seriam suficientes para descrever o atual acoplamento entre diferentes morfologias de poder reproduzido na Chácara Belém, não fossem as abjetas singularidades do sistema penitenciário do estado de São Paulo. Em seu longa-metragem produzido a partir de cenas capturadas em prisões estadunidenses e européias, o cineasta checo apresenta uma sequência de imagens nas quais os ambientes carcerários são ocupados por aglomerados de equipamentos eletrônicos de identificação e controle a distância. Câmeras de segurança interna e scanners corporais compõem o aparato penitenciário voltado à detecção da movimentação dos presos e da penetração de objetos interditos na cadeia. Rastreadores de detentos são instalados no interior dos estabelecimentos prisionais, sinalizando o deslocamento dos internos pelos diferentes setores das unidades. Aos velhos modelos de confinamento sobrepõe-se a emergente maquinaria de supervisão a céu aberto. Tal como o conteúdo, as próprias imagens justapõem-se umas às outras, imbricando-se o anacronismo harmônico entre aparatos de fixação e produção de movimento. *“Tecnologia de prisões: põe-se grilhões eletrônicos no pé do condenado”* (Faroki, 2000).

Nas Alas de Progressão Penitenciária da Chácara Belém, o trajeto dos presos rastreados por tornozeleiras é observado no software de controle instalado no computador situado ao lado da gaiola de entrada. Quando retornam da jornada de trabalho externo, os detentos em regime semiaberto permanecem nas unidades com seus equipamentos de monitoração no corpo. Alguns deles apresentam feridas nos calcanhares, causadas pelo atrito entre a pele e a cinta do aparelho. Outros relatam queimaduras, ocasionadas pelo eventual aquecimento da *pulseira* quando carregada na tomada. “*Ela dá superaquecimento*”, afirmam. Outros, ainda, não se incomodam. Acostumaram-se ao equipamento. O Agente de Segurança Penitenciária responsável pelas alas observa seus deslocamentos nos horários de trabalho pela tela do velho Intel colocado sobre a escrivaninha de sua sala, mesmo espaço em que os aparelhos são instalados nos presos. Os equipamentos sem uso são armazenados na estante do fundo da sala, em meio ao emaranhado de cabos, carregadores e filtros de linha.

Na entrada do complexo, o acesso é controlado por uma sequência de portais detectores de metal e esteiras de varredura Raio-X. As visitas, em sua imensa maioria mulheres, aguardam de oito a doze horas nas madrugadas de sábado para serem revistadas pela manhã em salas abafadas, equipadas com *bodyscanners* recém adquiridos pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP-SP). Os aparelhos foram instalados após anos de pressão dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil para a erradicação das chamadas revistas vexatórias, que submetem familiares de presos à exposição invasiva de seus corpos. O equipamento evitaria o contato físico entre funcionários e visitas e tornaria desnecessário o desnudamento das pessoas revistadas. As reivindicações pela defesa da dignidade dos familiares de presos e presas culminaram com a aprovação da Lei Estadual nº 15.552 em agosto de 2014, que proíbe a revista íntima nas unidades prisionais do estado. Quatro anos depois da aprovação da lei, pesquisas recentes apontam para a manutenção dos procedimentos vexatórios de revista, paralela à utilização dos scanners corporais⁶⁶.

A estranha sintonia entre a mecânica carcerária e os aparatos bioeletrônicos de segurança e controle pode ser pouco inusitada quando se leva em consideração o desenvolvimento progressivo de sistemas tecnológicos disponibilizados pela indústria da punição, tal como sugerem as cenas de Faroki. Prisões guarnecidas de instrumentos de alta tecnologia constituem objetos clássicos da literatura sociológica

⁶⁶ ITTC. *Revista Vexatória e Audiências de Custódia*. Disponível em: <http://ittc.org.br/revista-vexatoria-audiencias-de-custodia/> (Acesso em 20 de janeiro de 2019).

prisional⁶⁷. Todavia, as particularidades do acoplamento entre os blocos da geometria penitenciária e os novos dispositivos de controle são consideráveis quando concatenadas aos tradicionais maus tratos reservados a presos e seus familiares, perenizados no sistema carcerário paulista, malgrado suas inovações (Salla, 2006; Godoi, 2015; 2018).

Dentre os estados que compuseram o trabalho de campo realizado nesta pesquisa, São Paulo foi o único que contratou equipamentos que teriam queimado a perna de seus usuários. Desenvolvidos pela empresa *Synergie*, os aparelhos que compõem a plataforma *Phoenix* ocasionaram queimaduras relatadas tanto na APP II da Chácara Belém, quanto no Castelinho, CPP de Franco da Rocha. É também exclusividade da SAP-SP a utilização de tornozeleiras no interior das unidades prisionais, conforme assinalado pelo diretor do Departamento Penitenciário Nacional em exercício no ano de 2016, que complementava a informação: “São Paulo é o *contra-exemplo de tudo*”⁶⁸.

A permanência das tornozeleiras dentro do cárcere é prática padronizada no estado. Entre 2010 e 2019, todas as pessoas em regime semiaberto que trabalhavam sob monitoramento no exterior das unidades, eram mantidas com os equipamentos quando retornavam à prisão. Funcionários alegam a dificuldade e o esforço redobrado necessários à retirada e instalação dos aparelhos a cada ocasião em que os presos e presas saem para trabalhar. Segundo Rubens, agente prisional do Centro de Progressão Penitenciária do Butantã, “*seria impossível ficar colocando e tirando a tornozeleira todos os dias em todo mundo*”⁶⁹. Os detentos permanecem rastreados dentro e fora das unidades.

Não era essa a destinação dos sistemas de monitoramento aludida nas propostas legislativas que advogavam a implementação da medida como técnica substituta ao cárcere⁷⁰. Tampouco seria esse o uso almejado pelos primeiros idealizadores do mecanismo, ainda na década de 1960, quando prenunciavam a obsolescência da prisão. Para o Dr. Ralph Schwitzgebel, pesquisador do Comitê Científico de Experimentação Psicológica da Universidade de Harvard e um dos principais elaboradores dos sistemas experimentais de controle eletrônico nos EUA, da mesma forma que “*a bola de aço e a corrente foram substituídas pelo pátio da*

⁶⁷ Ver: Christie, 1998; Wacquant, 2001; Chantraine, 2006; Bouagga, 2010.

⁶⁸ Entrevista concedida na sede do DEPEN, em 29 de março de 2016.

⁶⁹ Conversa informal realizada em 3 de junho de 2016.

⁷⁰ Ver Introdução e Capítulo 4.

prisão, e o pátio da prisão começa a passar aos estabelecimentos semiabertos, algum dia as prisões serão museus ou monumentos à desumanidade e à ineficácia do castigo social” (Schwitzgebel, 1969, p. 598).

Passados cerca de cinquenta anos, sobre o pátio dianteiro do CPP do Butantã, no vigésimo quilômetro da Rodovia Raposo Tavares, presas em regime semiaberto circulam com suas tornoeleiras sob a voz de comando dos agentes penitenciários. Nos momentos de revista, seus corpos alinhados contra as grades do corredor carregam a prótese eletrônica idealizada pelo Dr. Schwitzgebel nas extremidades das pernas. Thaiane relata:

A tornoeleira, quando põe, ela é lacrada já lá no seu tornozelo. Numa sala perto do plantão, ficava as tela de televisão, com uns pontinho verde. Lá na unidade mesmo. Então, quando você punha a tornoeleira, ela tinha um número. E esse número, ele já te acionava naquela tela e mandavam você sair da sala, ficar lá fora no pátio da frente da unidade, que é um pátio enorme que fica estacionada as viatura. Então eles mandava você andar até o outro portão e voltar: “Dá uma volta, vai até lá e volta, pá”. A gente fazia isso pra eles verem se tava sendo monitorado. Depois já era. Daí, você saía. Quando você passava pra sair, eles olhavam. Porque se você passasse a noite inteira tentando, vamos dizer, serrar, é um exemplo, ele ia olhar e ia ver que tava com algum problema. A gente dormia na cadeia com ela, ficava com ela, não tem como tirar⁷¹.

Procedimentos semelhantes são realizados no Castelinho, onde a instalação, supervisão e troca dos aparelhos são efetuadas na ante-sala da diretoria da unidade. Filas de presos monitorados se estabelecem diante do portão gradeado que separa o corredor dos setores administrativos. As *pulseiras* sobressaem por debaixo das calças marrons. Era em uma dessas filas que Anderson permanecia quando seu aparelho apresentava algum defeito, ou quando um novo modelo de equipamento era adquirido pela SAP. Durante o ano em que esteve monitorado, Anderson dormia e acordava todos os dias no CPP com sua tornoeleira presa ao corpo. “*A pulseira não sai, a gente tá sempre com ela. Toma banho com ela, faz tudo com ela*”⁷².

Para além da redundância do uso de mecanismos de monitoramento remoto no interior do cárcere, cujos únicos motivos lógicos residem na facilitação aos procedimentos de instalação dos aparelhos e na prevenção redobrada à fuga, a própria

⁷¹ Entrevista realizada em 31 de agosto de 2015.

⁷² Entrevista realizada em 14 de outubro de 2015.

aplicação da medida para fiscalização do regime semiaberto de execução penal não haveria de apresentar impacto algum no sentido de conter o crescimento da população carcerária. Mesmo que os equipamentos fossem devidamente retirados nos momentos de retorno ao cárcere, nenhum outro objetivo existiria na supervisão eletrônica de saídas temporárias e trabalho externo senão a intensificação do controle exercido sobre aqueles que já detinham o direito de sair para trabalhar ou estar com seus familiares em datas específicas (Japiassú & Macedo, 2008; Campello, 2013). Ainda assim, quando o monitoramento eletrônico foi autorizado no país em junho de 2010 mediante a aprovação da Lei Federal 12.258, a SAP-SP decidiu disponibilizar a medida exclusivamente para a supervisão de presos no semiaberto, adquirindo equipamentos voltados a esta única finalidade. Desde então, os aparelhos colocados à disposição dos juízes pelo Poder Executivo estadual são reservados à fiscalização do regime semiaberto e ao reforço do controle nas ocasiões de *saidinha* e trabalho externo.

Vale observar que o direito à saída temporária e ao trabalho externo é previsto pela Lei de Execução Penal (Art. 122-126), caracterizando o regime semiaberto de cumprimento de pena e constituindo elemento central do sistema progressivo, cuja finalidade jurídica consiste em proporcionar ao apenado o seu retorno gradativo à sociedade. Partindo-se de uma perspectiva penológica orientada por objetivos reabilitadores – perspectiva esta que fundamentou os projetos de implementação do monitoramento eletrônico no país –, o rastreamento de indivíduos nestas situações estabelece mais uma barreira entre o apenado e a sociedade, ao estender a tutela do Estado às ocasiões em que era concedida aos detentos alguma autonomia que permitisse esse retorno.

De qualquer maneira, foi esta a função atribuída ao monitoramento eletrônico no estado de São Paulo. Controlar o trabalho externo e as saídas temporárias no regime semiaberto; tornar mais lento e tutelado o processo de progressão penal; fazer do semiaberto um regime mais fechado.

A consequência lógica das formas de aplicação do monitoramento eletrônico determinadas pela administração penitenciária de São Paulo é refletida pela evolução da quantidade de pessoas monitoradas no estado, concomitante ao incremento da população prisional. Em junho de 2009 – pouco mais de um ano antes da introdução do controle eletrônico em São Paulo –, havia 154,5 mil pessoas encarceradas nas prisões do estado, perfazendo uma taxa de 376,8 presos para cada 100 mil habitantes.

Em junho de 2014, esse total já ultrapassava os 219 mil, constituindo uma taxa de 497,4 por 100 mil habitantes. Hoje, o estado tem mais de 240 mil pessoas encarceradas e a taxa de aprisionamento atingiu em 2016 o índice de 536,5 para cada 100 mil habitantes (Brasil, 2017b).

Gráfico I
Evolução da quantidade de pessoas presas em São Paulo
(2015-2019)

Gráfico elaborado a partir dos dados produzidos pelo DEPEN.

Simultaneamente à expansão da população prisional, o desenvolvimento da política de monitoração em São Paulo levou cerca 4.200 pessoas a serem rastreadas no ano de 2015. Entre 2016 e 2017, os serviços foram interrompidos no estado devido a problemas contratuais entre a SAP e a *Spacecom*, ocasionando uma queda na quantidade de indivíduos monitorados. A partir de novo contrato firmado em 2017, desta vez com a empresa *Synergie*, um total de 6.900 equipamentos de monitoração seriam colocados em funcionamento no ano de 2019⁷³.

Cresce a quantidade de pessoas submetidas à supervisão eletrônica, ao mesmo tempo em que os índices carcerários se mantêm em ascensão, reproduzindo o chamado *net widening effect*, descrito e analisado pelo criminólogo sul-africano Stanley Cohen (1985). Novas densidades são conferidas à rede penal, concatenadas às

⁷³ Dados fornecidos pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, via Lei de Acesso à Informação.

antigas instituições de encarceramento que conservam, contudo, sua centralidade irrestrita.

Entretanto, a manutenção do crescimento da população aprisionada, paralela ao desenvolvimento da política de monitoramento, não é exclusividade do estado de São Paulo. A expansão da malha punitiva atrelada à instalação dos novos dispositivos de controle eletrônico pode ser verificada de maneira geral em todo o Brasil. No ano de 2009, a demografia carcerária brasileira compunha um total de 469.546 pessoas presas. Em junho de 2016 – aproximando-se dos seis anos do início dos programas de monitoramento no país –, a quantidade absoluta de indivíduos trancados nos presídios brasileiros atingiu o recorde histórico de 726.712, alcançando a terceira maior população prisional do planeta. Em termos relativos, se em junho de 2009 havia cerca de 248 presos para cada 100 mil habitantes no Brasil, em junho de 2016 essa taxa chegou a mais de 352/100 mil habitantes (Brasil, 2017b). No ano seguinte, o total de pessoas monitoradas no país chegou a 51.515, sendo a grande maioria delas em fase de execução penal (Brasil, 2017a).

O olhar quantitativo sobre os índices carcerários indica que a modalidade eletrônica de execução penal e fiscalização de medida cautelar vem compondo em todo o país o processo de ampliação do sistema punitivo. A potencialização das capacidades de controle viabilizada pelo monitoramento remoto não pode ser considerada, portanto, especificidade desta ou daquela administração estadual.

Todavia, em seus aspectos qualitativos, as tecnologias de controle eletrônico articulam-se às estratégias penitenciárias locais, notadamente coercitivas no Brasil e dotadas de truculências próprias no estado de São Paulo (Salla, 2006; Godoi, 2015; 2018). Os episódios de espancamento de indivíduos monitorados, decorrentes de falhas nos equipamentos⁷⁴; os isolamentos arbitrários de detentos sob rastreamento⁷⁵ e as feridas e queimaduras ocasionadas por tornoeleiras superaquecidas nos momentos de recarga elétrica atualizam e redimensionam da maneira mais rudimentar aquilo que Rafael Godoi (2015; 2018) identifica como *tortura difusa e continuada*, perpetrada pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo e pelo comprometimento de suas instituições carcerárias com a distribuição sistemática do sofrimento. As diversas violências envolvendo tecnologias prisionais vêm compor o repertório de atrocidades praticadas cotidianamente pelas autoridades penitenciárias paulistas,

⁷⁴ Ver Capítulo 1.

⁷⁵ Idem.

marcado pela inflição extra-regimental de castigos físicos e disciplinares (Salla, 2006; Pastoral Carcerária, 2016).

Uma estreita cumplicidade é estabelecida, desse modo, entre o conjunto de práticas penais reunidas em torno da violência física, do encarceramento em massa e do monitoramento remoto. Distante do escopo elucubrado de substituição da prisão pela supervisão eletrônica, verifica-se, ao contrário, uma sobreposição de técnicas punitivas configurada pela complementaridade mútua entre o meio aberto e o fechado, pela interdependência simbiótica entre o dentro e o fora, atravessada pela reprodução da tortura subjacente ao cárcere. O par prisão-monitoramento passa agora a caracterizar a trajetória penal de indivíduos em situação de progressão de regime.

Nesse percurso, a própria execução da pena sob controle eletrônico é inevitavelmente condicionada à possibilidade de regressão ao regime fechado nos casos de descumprimento das condições judiciais determinadas. Se a noção de “prisão virtual” é muitas vezes evocada como imagem simbólica nas análises a respeito do monitoramento de presos (Roberts, 2004; Maciel, 2014), a virtualidade do cárcere reside mais em sua iminência do que em qualquer tipo de simbolismo. A prisão é mantida como risco necessário, conservado no horizonte próximo do sujeito monitorado. Não há dimensão simbólica ou metafórica.

2.4. Silício em Pedrinhas

A rocha é onde reina o silício, é o reino do inorgânico. (...) Tudo o que se conta hoje sobre as novas máquinas, sobre as máquinas de terceira geração, é a revanche do silício sobre o carbono orgânico. (...) O que chamamos chips, que são o elemento fundamental das máquinas de terceira geração, são de silício. As máquinas de terceira geração representam uma verdadeira revanche do silício sobre o carbono. Aí, é o silício que apresenta vantagens indiscutíveis. Poderia se conceber máquinas de terceira geração em carbono. Mais ainda, já nos anunciam que os computadores futuros, as máquinas do porvir, retornarão ao carbono. Diz-se que os verdadeiros robôs serão robôs orgânicos. Então terá lugar essa espécie de círculo. Seria muito belo como figura. Estamos em plena profecia, percebem? Existem as máquinas de terceira geração, as máquinas modernas, fundadas sobre o silício, que representam a grande revanche do silício. Há uma guerra dos elementos químicos (Deleuze, 2014, p. 347).

A ideia de sobreposição sempre esteve presente na filosofia deleuziana da diferença e talvez ainda mais manifesta na genealogia do poder foucaultiana. O conceito pós-moderno de “hibridismo” aparece como uma pobre formulação ao lado da cartografia topológica proposta por Deleuze e Foucault e revista mais recentemente por Mathieu Bietlot (2003) e Stephen Collier (2011). A coexistência cumulativa entre morfologias disciplinares e securitárias, paralela à reativação dos estados soberanos de exceção, suprimiria as possibilidades de se conferir à história um sentido único e determinado. O carbono e o silício não aniquilam-se um ao outro. Nos anos recentes, a biologia sintética pôde finalmente estabelecer ligações do tipo C-Si, constituindo o que se chama de organossilício, cuja composição molecular tem apresentado impactos substanciais na produção industrial⁷⁶. As ditas tecnologias de terceira geração são então recombinações aos antigos métodos de extração energética baseados na concentração e na disciplina. E as instituições de encerramento perpetuam-se através de suas próprias transformações e acoplamentos.

Mas é também verdade que se chegou a acreditar na extinção próxima da forma prisional e de sua razão de ser como técnica penal fundamental. Se não contradizem, os rumos tomados pela penalidade contemporânea ao menos tencionam os vestígios deixados por Deleuze (1992) em seu *Post Scriptum sobre as Sociedades*

⁷⁶ Inovação Tecnológica. Disponível em: <https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=vida-mescla-silicio-carbono-pela-primeira-vez&id=010160161129>

de Controle⁷⁷. Desdobrando registros anteriores, o filósofo mobiliza o trabalho de Foucault para anunciar o estado terminal da *idade das disciplinas*⁷⁸. Os métodos de internação estariam sendo ultrapassados pela articulação de novas linhas de força. Era só uma questão de tempo para que as ruínas do edifício asilar desse lugar às conexões informacionais estabelecidas pelas máquinas de condução de circuitos.

Ainda que hiperbólico, o prognóstico deleuziano seria arguto o suficiente para admitir a suspeita de que a enunciada substituição das *sociedades disciplinares* pelas *sociedades de controle* implicaria, na realidade, em uma ilimitada imbricação de dispositivos de poder e uma sobreposição progressiva de diagramas tecnopolíticos sustentados por práticas simultâneas e concatenadas de confinamento e distribuição regulatória de fluxos. Mais do que um processo de *substituição* dos modelos de internação por mecanismos de controle a céu aberto e eliminação de uns pelos outros, as novas técnicas de regulação que manifestavam sua emergência desde o século XIX pressupunham a proliferação correlativa de tecnologias biopolíticas, orientadas por estratégias multifacetadas de adestramento comportamental e administração das circulações.

De qualquer maneira, algum tom de despedida aos mecanismos austeros de confinamento punitivo parece evidente no *Post Scriptum* de Deleuze, assim como nas últimas passagens de *Vigiar e punir* (Foucault, 1987, p. 253)⁷⁹, o que mais tarde

⁷⁷ Leandro Siqueira (2012) mapeia os esparsos registros de Deleuze a respeito das sociedades de controle, observando os caminhos abertos deixados pelo autor em seus vestígios analíticos.

⁷⁸ O *Post Scriptum sobre as sociedades de controle* sistematizava proposições inauguradas por Deleuze em uma conferência apresentada em 8 de abril de 1986, durante seu curso sobre Michel Foucault, ministrado na Universidade de Vincennes. Trata-se da ocasião em que o filósofo esboça pela primeira vez a ideia de *sociedade de controle*, associando-a à noção de biopolítica. Diz Deleuze: “(...) não poderíamos formar a partir dos textos de Foucault a hipótese seguinte, de três formações jurídicas e não de duas? Em primeiro lugar, formação de soberania, que se termina com a Revolução francesa, que corresponde a grandes traços de parte da Idade Média e da Idade Clássica, monarquia absoluta. Em segundo lugar, formação disciplinar, o período posterior à Revolução, Napoleão e o século XIX. E começando já nesse período, claro, aparição de uma terceira formação, fundada esta vez sobre uma biopolítica das populações, que se esboça no século XIX e se instala no XX. Vejam onde quero chegar com isso: conforme estas três formações, haveria três sujeitos de direito muito diferentes, três formas jurídicas muito diferentes. Como chamar à terceira, se é que chegamos a aportá-la? Empregando o termo do autor americano de quem eu lhes falava a propósito da literatura, Burroughs, digamos que é uma formação ou um poder de controle. Teríamos, portanto: poder de soberania, poder de disciplina, poder de controle” (Deleuze, 2014, p. 364).

⁷⁹ No final do livro, Foucault sugere que a posição central ocupada pela prisão como técnica de punição e administração da miséria perderia seu sentido nas sociedades ocidentais contemporâneas, diante das demais tecnologias de poder que estariam assumindo esse papel: “No meio de todos esses dispositivos de normalização que se densificam, a especificidade da prisão e seu papel de junção perdem parte de sua razão de ser. Portanto, se há um desafio político global em torno da prisão, este não é saber se ela será ou não corretiva; se os juízes, os psiquiatras ou os sociólogos exercerão nela mais poder que os administradores ou guardas; no limite, ele tampouco está na alternativa ou algo diferente da prisão. O problema atualmente está mais no grande avanço desses dispositivos de normalização e em toda a

levaria Loïc Wacquant a sublinhar a conjectura equivocada e dedicar sua Sociologia da Punição à análise do encarceramento em massa alavancado pelo neoliberalismo recente (2001; 2003; 2012). A emergência da penalidade neoliberal seria marcada em primeiro plano pela explosão das populações carcerárias, concomitante à pulverização de novos sistemas de controle e segurança, tal como se testemunha no Brasil ao longo das últimas duas décadas.

Mas como em qualquer contexto situado, o sistema penal brasileiro é dotado de suas próprias nuances, escapando, da maneira mais agônica, de qualquer formulação universal pretendida não raras vezes pelo pensamento social e filosófico francês.

*

São Luís, 8 de novembro de 2010. Uma ampla rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas termina com 18 presos mortos, sendo três decapitados. Em um breve descuido dos agentes penitenciários, suas armas são tomadas por alguns dos detentos, momentos antes da cadeia *virar*. Ao longo do dia, 15 presos são executados no Anexo III do Presídio São Luís I, e outros três na Penitenciária de Pedrinhas. Apesar dos pronunciamentos das autoridades locais que diziam “*não haver razões para esta barbárie*”, as lideranças da rebelião apontavam seus motivos: superlotação, fornecimento de comida estragada e abastecimento de água escasso. Exigiam ainda o afastamento do diretor do presídio e a interrupção das práticas de tortura (Pedrosa, 2014). Tratava-se do início de um festival macabro de violência explícita cujo palco principal era formado pelas unidades do Complexo de Pedrinhas.

extensão dos efeitos de poder que eles trazem, através da implementação de novas objetividades”. (1987, p. 253/313 – a tradução deste trecho realizada pela Editora Vozes é imprecisa e foi corrigida aqui. A paginação indicada é da edição brasileira, seguida pela francesa, realizada pela editora Gallimard e publicada pela primeira vez em 1975). Três anos depois, o autor manifestaria a revisão da hipótese de saída de cena da prisão na penalidade contemporânea em sua aula inaugural do curso *Segurança, Território, População*, quando assinala que as tecnologias de poder e de punição não podem ser compreendidas como “*uma série na qual os elementos vão se suceder, os que aparecem fazendo seus predecessores desaparecerem. Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. Em outras palavras, vocês vão ter uma história que vai ser uma história das técnicas propriamente ditas*” (2008b, p. 11-12 – grifo meu).

No dia 7 de fevereiro de 2011, seis presos foram executados na Delegacia Regional do município de Pinheiro, com três deles decapitados. Em inspeção realizada na unidade pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a entidade constatava a superlotação da delegacia, precariedade de suas instalações, comando de facções, más condições de higiene, falta de iluminação, alimentação inadequada, servidores desqualificados, péssimas condições de segurança, dentre outros problemas elementares (CNJ, 2013). Um total de 97 presos eram mantidos em quatro celas com capacidade para 40 (Pedrosa, 2014). A referida barbárie parecia inaugurada pelas agências do Estado.

Em 9 de outubro de 2013, outra rebelião na Casa de Detenção de Pedrinhas (CADET) deixou ao menos nove mortos e 30 feridos, além da destruição de dependências da unidade. Na ocasião, o Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (GEOP) afirmou ter descoberto um túnel que daria fuga a 60 presos. A resistência dos detentos à revista na cela teria disparado o tumulto. Em dezembro do mesmo ano, o CNJ documentou em relatório 25 mortes no Complexo de Pedrinhas. Ao todo, 62 execuções foram registradas nas prisões do Maranhão somente em 2013 (Idem).

A contabilização das mortes só não era tão sinistra quanto os métodos empregados. Em um vídeo enviado ao CNJ, referente a uma das rebeliões ocorridas no Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas, um homem é exibido com a pele do membro inferior dissecada, expondo seus músculos, tendões, vasos e ossos, antes de ser executado. Fotografias do Complexo mostram corpos ensangüentados, troncos separados de suas cabeças e um facão enterrado no crânio de um dos detentos (CNJ, 2013). Membros recortados, cabeças degoladas e corpos perfurados com facas e chuchos compuseram o cenário tétrico produzido em Pedrinhas nos primeiros anos da década de 2010.

As imagens capturadas por telefones celulares eram prontamente divulgadas e compartilhadas nas redes digitais que conferiam aos massacres um novo caráter espetacular. Desta vez, o sensacionalismo da grande imprensa não seria necessário para fazer da carnificina prisional uma performance midiática. Os próprios presos encarregaram-se de produzir e circular as imagens de execução, esquartejamento e decapitação: *“Tem que ajeitar o foco pra pegar o bagulho”*, dizia um dos internos durante uma filmagem (apud. Costa, 2014). O corpo mutilado retornaria aos holofotes do teatro punitivo, dotado agora de recursos cinematográficos. Estimulada pela ausência de telefones públicos nas unidades prisionais, impedindo assim o contato de

presos e presas com seus familiares, a penetração de *smartphones* no interior das prisões⁸⁰ passava a ser instrumentalizada como forma de visibilização do morticínio carcerário e de sua conversão em cena pública, replicada pelos canais de comunicação tradicionais.

Os episódios transcorridos em Pedrinhas colocavam em evidência a precariedade do sistema carcerário maranhense, marcado pela superlotação, exiguidade de serviços básicos, contingentes particularmente elevados de presos provisórios e seletividade racial patente. Já em 2008, a população prisional do estado chegava a 5.258 pessoas presas para 1.716 vagas, conforme relatório produzido pela CPI do Sistema Carcerário (Câmara dos Deputados, 2009). Inspeções e visitas feitas por organizações como o CNJ, o Ministério Público e a Pastoral Carcerária apontavam para a situação calamitosa das instalações penitenciárias no Maranhão desde o ano de 2006 (Pedrosa, 2014). Em 2011, o percentual de presos sem condenação era um dos mais altos do Brasil, constituindo 63% da população carcerária maranhense. Enquanto marca transversal da demografia prisional, as maiores taxas de encarceramento da população negra no país eram as do Maranhão, conforme os dados divulgados em 2013 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁸¹.

À beira do colapso e diante das denúncias realizadas por organizações não governamentais perante as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, o Ministério da Justiça anunciou a elaboração de um plano emergencial para conter a crise penitenciária no estado. Em janeiro de 2014, o então Ministro Eduardo Cardozo – que no ano seguinte compararia os presídios brasileiros a “*masmorras medievais*” – elencou 11 medidas que previam ações integradas entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. Dentre elas, constavam a realização de mutirões carcerários por defensores

⁸⁰ É de se registrar a ausência de telefones públicos no sistema prisional brasileiro, privando-se os presos e as presas de qualquer contato com seus círculos de afetividade, como bem ressaltado pela advogada e ativista Raquel Lima, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania: “*Celulares são instrumentos de comunicação e, na prisão, consistem no único meio para que filhos peçam o auxílio de suas mães quando estão doentes ou para que mães acompanhem o desempenho escolar de seus filhos*”. (ITTC. Disponível em: <http://ittc.org.br/celular-na-cavidade-vaginal-para-entrada-em-presidio-nao-e-crime-diz-juiza-ao-rejeitar-denuncia-oferecida-pelo-ministerio-publico/> - Acesso em 10 de dezembro de 2018). Além disso, ao contrário do que a imprensa e as próprias autoridades costumam propagar, a quantidade de celulares introduzidos nas unidades prisionais por meio de visitas e familiares de presos em um estado como o de São Paulo, por exemplo, é ínfima (0,02%) (Cf. Rede Justiça Criminal. Disponível em: <https://redejusticacriminal.files.wordpress.com/2013/07/rede-boletim-revista-vexatoria-2015-web.pdf> - Acesso em 10 de dezembro de 2018).

⁸¹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-%20brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao> - Acesso em 20 de janeiro de 2019)

públicos, a construção de novas unidades prisionais e o fomento à aplicação de alternativas à prisão⁸². A punição em meio aberto era uma das respostas às urgências instauradas pelo caos penitenciário.

No mesmo ano de 2014, o Poder Executivo nacional iniciou o financiamento da política de monitoração eletrônica no Maranhão. A sequência de massacres sediados em Pedrinhas constituiu-se como elemento deflagrador da instalação dos serviços de monitoramento eletrônico no estado. A partir de então, seriam inaugurados os investimentos estatais em torno da implementação de um dispositivo gestado na crise e concebido para contê-la. Ao lado de Alagoas, Goiás e Espírito Santo, o estado foi uma das primeiras unidades federativas fomentadas pelo Departamento Penitenciário Nacional em sua campanha de estruturação do controle eletrônico de presos no Brasil, que contou com um investimento total de R\$ 60 milhões até o ano de 2017 (Brasil, 2017a, p. 56). Na ocasião, o DEPEN recomendava que se concentrasse o direcionamento do dispositivo para a fiscalização do cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, no âmbito da Lei Federal nº 12.403/11 (Lei das Cautelares), com o propósito de reduzir os elevados números de pessoas presas sem condenação. O escopo central era favorecer o *“desencarceramento e a inserção social do monitorado”* (Brasil, 2015, p. 50).

A Lei das Cautelares fora aprovada em maio de 2011, disponibilizando à magistratura um cardápio de medidas intermediárias passíveis de serem aplicadas no decorrer do processo penal, em substituição à prisão provisória. Tais medidas são elencadas no artigo 319 da Lei nº 12.403/11: comparecimento periódico em juízo; proibição de acesso ou frequência a determinados lugares; proibição de manter contato com pessoa determinada; proibição de ausentar-se da comarca; recolhimento domiciliar no período noturno ou nos dias de folga; suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira; fiança e, por fim, monitoração eletrônica (Art. 319, IX). A monitoração no âmbito das cautelares pode ser aplicada de modo cumulativo a demais medidas (tais como proibição de acesso a determinados lugares ou recolhimento domiciliar) ou de maneira isolada.

Na avaliação do DEPEN, o direcionamento exclusivo dos dispositivos de monitoração para a fiscalização de cautelares, em detrimento à sua utilização na fase de execução penal, atenderia aos propósitos de redução dos índices de

⁸² IPEA. Disponível em: <http://ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/direitos-humanos/892-ministro-anuncia-plano-emergencial-para-conter-crise-em-presidios> (Acesso em 20 de janeiro de 2019).

encarceramento, uma vez que evitaria a manutenção de determinados réus em prisão preventiva antes do trânsito em julgado. Se o monitoramento de indivíduos condenados poderia representar um reforço do controle punitivo sobre aqueles que já cumpriam suas penas em prisão domiciliar ou regime semiaberto, a monitoração em caráter cautelar seria uma possível forma de se evitar o encarceramento ao longo do período de instrução processual. Ao invés de aguardar o julgamento na prisão, os réus poderiam ser mandados para casa sob supervisão eletrônica. De acordo com o órgão,

“O DEPEN deverá fomentar os serviços de monitoração em caráter cautelar, de modo residual, e quando estes forem avaliados como necessários, considerando os direitos fundamentais das pessoas envolvidas e quando as demais medidas cautelares se mostrarem insuficientes para conter o encarceramento” (Brasil, 2017a, p. 124).

Desse modo, durante os dois anos iniciais da implementação do monitoramento no Maranhão, quase todos os equipamentos disponíveis no estado eram dirigidos ao controle de medidas cautelares diversas da prisão. Conforme os dados da SEAP-MA, das 987 pessoas monitoradas em outubro de 2016, 812 cumpriam cautelares, representando 82% da população monitorada⁸³. O estado direcionava a medida à tentativa de contenção de seus altos índices de prisão preventiva, que perfaziam 59% da população prisional em junho de 2016.

Todavia, entre 2016 e 2017, a expansão da política de monitoração no Maranhão passou a ser promovida por um redirecionamento da medida, agora voltada ao controle de pessoas em cumprimento de pena. Enquanto o número de indivíduos monitorados em medida cautelar subiu de 812 para 867 entre 2016 e 2017, a quantidade de pessoas condenadas sob controle eletrônico foi de 132 a 1.437 no mesmo período, elevando a 2.319 o total de pessoas rastreadas no estado (Brasil, 2017a). O salto quantitativo do programa maranhense de rastreamento de presos é alavancado pela recondução das práticas de supervisão remota, agora dirigidas à fiscalização da execução penal.

⁸³ Dados da SEAP, obtidos a partir de pesquisa de campo realizada em 20 de outubro de 2016 na Central de Monitoramento Eletrônico do Maranhão.

Gráfico 2
Evolução da quantidade de pessoas monitoradas no Maranhão
(2014-2017)

Gráfico elaborado a partir dos dados produzidos pelo DEPEN e pela SEAP-MA

Simultaneamente, a elevação dos índices de encarceramento no estado indica que, nos quatro primeiros anos de sua implementação, o monitoramento eletrônico não apresentou efeitos no sentido de conter o crescimento da população prisional. Ao contrário, sua introdução e expansão acompanha a inclinação progressiva da curva demográfica carcerária.

Em 2012, dois anos antes da implementação do dispositivo no Maranhão, a população prisional do estado somava 5.263 pessoas. Já em 2016, a quantidade total de indivíduos encarcerados chegou a 8.835. Entre 2012 e 2014, a taxa média de crescimento anual da população carcerária era de 8%, ao passo que, nos dois primeiros anos de implementação do monitoramento, esse índice foi a 22% ao ano. No que diz respeito especificamente aos números de presos provisórios, observa-se também a manutenção do crescimento absoluto e relativo de seus contingentes populacionais, concomitante ao incremento da quantidade de pessoas monitoradas. Se no ano de 2012 havia 3.376 pessoas presas sem condenação no estado, em 2016, dois anos após a introdução do monitoramento, esse total foi a 5.177. Entre 2012 e 2014, a taxa média de crescimento do número de presos provisórios era de 10% anual, ao passo que entre 2014 e 2016, esse índice subiu a 14% (Brasil, 2017a).

Gráfico 3
Evolução da quantidade de pessoas presas no Maranhão
(2012-2016)

Gráfico elaborado a partir dos dados produzidos pelo DEPEN

O cruzamento dos dados referentes ao total de indivíduos encarcerados e ao número de pessoas monitoradas assinala o processo de ampliação da malha penal no Maranhão, impulsionado pelo uso da monitoração eletrônica. À semelhança do que vem ocorrendo em todo o país, a aplicação da medida no estado tem promovido um aumento da quantidade de pessoas submetidas à supervisão punitiva do Estado. A expansão das velhas estruturas de encarceramento é mantida, concomitante à difusão dos novos dispositivos de controle em meio aberto. Tecnologias de rastreamento e instituições de encarceramento articulam-se umas às outras, alavancando a dilatação do sistema penal e penitenciário.

Aqui poderia ser útil estabelecer uma diferenciação entre dois efeitos distintos, ainda que interligados, da política de monitoração eletrônica: *intensificação* e *ampliação* das redes de controle penal (Cohen, 1985). No primeiro caso, verificado no estado de São Paulo, os impactos do dispositivo remetem ao fortalecimento da fiscalização exercida sobre pessoas que já cumpriam suas penas em regime semiaberto, e agora passam a ser monitoradas nas ocasiões de saída. A supervisão eletrônica intensifica o controle exercido sobre indivíduos que se encontram em fase

de progressão de regime, dotados do direito de sair para trabalhar ou visitar seus familiares e amigos. Já no segundo caso, preponderante no contexto maranhense, o próprio volume populacional submetido à tutela penal é ampliado pela implementação do monitoramento, na medida em que um número crescente de pessoas passa a ser supervisionado em regime aberto, simultaneamente à manutenção do crescimento da população encarcerada nas unidades prisionais. As redes de controle se expandem na medida da diversificação do catálogo de sanções disponível ao sistema de justiça. De uma forma ou de outra, os aparatos de controle e punição são potencializados.

É importante ressaltar, contudo, que a contribuição da política de monitoramento ao recrudescimento punitivo observado no Maranhão, em São Paulo e, de modo geral, em todo o Brasil, acompanha as tendências verificadas internacionalmente. Nos Estados Unidos, efeitos semelhantes são observados já no início da década de 1990 por Palumbo, Clifford e Snyder Joy (1992), e mais recentemente por Lilly e Nellis (2013). Na Europa Ocidental, a potencialização dos sistemas penais promovida pelo rastreamento de presos é sinalizada por Kaluszynski e Froment (2008), Paterson (2013) e Aebi, Delgrande e Marguet (2014). Salvo os casos da Holanda e Dinamarca, não há indícios de países que tenham reduzido suas populações prisionais com o auxílio da aplicação do monitoramento eletrônico. Nos mais diversos contextos em que foi implementado, o dispositivo tem atuado como método de extensão e reforço do poder punitivo, sobrepondo-se ao cárcere como técnica penal suplementar. Nesse sentido, o controle eletrônico vincula-se a processos político-penais que atravessam fronteiras.

Entretanto, as condições precárias do sistema prisional brasileiro e suas conexões com a recente intensificação da ocorrência de mortes violentas concentradas no Nordeste do país atribuem características próprias ao programa político maranhense de monitoração eletrônica. Novamente, um conjunto de especificidades há de ser considerado na análise dos processos de implementação do dispositivo nas diversas conjunturas em que aporta, levando-se em conta as diferentes relações estabelecidas entre seus aspectos políticos locais e globais, seus contextos políticos de instalação e suas condições de emergência histórica.

Antes de serem compreendidos pelas autoridades penitenciárias como expressão do esgotamento da estratégia punitiva em sua tarefa anunciada de contenção da violência e do crime, os massacres eclodidos em Pedrinhas seriam tomados como pretexto para novos empreendimentos voltados à expansão do parque

carcerário e ao aparelhamento punitivo do Estado (Teixeira, 2014). Um olhar sobre os investimentos do governo maranhense nas áreas de segurança pública e justiça criminal revela uma espiral crescente de gastos com o aparato de segurança e punição, sem que isso tenha se traduzido na redução da criminalidade ou em garantias mínimas de sobrevivência no sistema carcerário. Entre os anos de 2005 e 2013, as despesas com o sistema penitenciário do estado foram de R\$ 3,8 milhões a R\$ 222,2 milhões, em um crescimento de 5.750% (Teixeira, 2014).

Pedrinhas S.A. é como o sociólogo Wagner Cabral da Costa (2014) refere-se à capitalização das políticas públicas de controle do crime no Maranhão, “*cujo orçamento tem destinado somas crescentes ao setor, sem qualquer vinculação com resultados práticos*” (p. 45). A construção de mais unidades prisionais, a terceirização da gestão e serviços penitenciários e a instalação dos sistemas de monitoração eletrônica constituem o conjunto de medidas adotadas pelo governo maranhense e pelo Executivo nacional diante da situação carcerária escancarada por Pedrinhas.

Investigar o processo de implementação dos dispositivos de rastreamento no Maranhão é detectar, portanto, a coexistência de práticas heterogêneas que fazem convergir em um mesmo território a estrutura degradada e superlotada de suas antigas penitenciárias agrícolas, a reposição sórdida e ostensiva dos corpos esquartejados no interior do sistema prisional e a instalação técnica e modernizadora dos aparelhos de supervisão telemática, cujos efeitos impulsionam a expansão irrefreada da maquinaria punitiva. Observar o cenário social e político da introdução de sistemas de controle eletrônico no estado é situar o cruzamento entre a implacável nacionalização dos conflitos faccionais – estrelados agora por novos coletivos do crime, nativos das regiões Norte e Nordeste (em especial, no Maranhão, pelo chamado *Bonde dos 40*) (Pedrosa, 2014) – e a incorporação de mecanismos georreferenciados de localização de criminosos, oriundos das grandes potências do capitalismo global e alimentados pela indústria brasileira da punição. É considerar o encontro inoportuno entre os limites programáticos da penalidade neoliberal – centrada no tratamento punitivo da miséria e na absorção penal e penitenciária da população negra e da marginalidade urbana – e o redimensionamento das *mortes matadas*, inauguradas pelas chacinas rurais e hoje amplificadas pelos massacres carcerários (Teixeira, 2014). É verificar, por fim, a reposição de técnicas de execução e exposição à morte, imbricadas à promissora instalação de programas penais de alta tecnologia, constituindo um insólito ponto de convergência entre o novo e o rudimentar, o atual e o retrógrado, o

imundo e o asséptico, em torno do qual haveria menos contradição do que ambiguidade. Mais continuidade do que ruptura.

A clássica alegoria evocada por Chico de Oliveira (2003) da sociedade brasileira à semelhança de um *ornitorrinco* – animal improvável no interior de uma razão dualista que opõe precariedade e desenvolvimento como dois pólos estanques na escala social evolutiva – há de ser revisitada nas análises sobre a atual configuração política assumida pelo sistemas penais país afora – de São Paulo ao Maranhão, passando pelo Rio de Janeiro e pelo Ceará. Espécie de mosaico vivo composto pela combinação esdrúxula de desenvolvimento tecnológico e manutenção de instituições arcaicas, o sistema penitenciário brasileiro aparece como expressão icônica de um ornitorrinco punitivo: entidade que não é isto nem aquilo, reunindo em um mesmo conjunto de agências penais a promessa humanitária da supervisão penal tecnocientífica e a perpetuação dos massacres em prisões superlotadas.

Dessa maneira, a compreensão das diferentes configurações assumidas por uma política penal específica exige que se considere, de um lado, as singularidades próprias aos seus contextos de implementação e, de outro, o conjunto de elementos heterogêneos que constituem a sua programática inicial. A análise das diferentes camadas que compõem os dispositivos de monitoramento no Brasil requer uma investigação genealógica que compreenda um breve deslocamento geopolítico, uma vez que se trata de projetos que não foram inicialmente concebidos em solo brasileiro, mas que nele inscreveram suas formas de pensar o poder de punir. Quais os processos sociais, políticos e cognitivos que possibilitaram a emergência e consolidação do monitoramento eletrônico enquanto técnica punitiva? Quais os discursos e racionalidades que motivaram a sua concepção e conferiram sentido ao seu desenvolvimento? O próximo capítulo persegue estes questionamentos, tomando como fio condutor a investigação da elaboração e desenvolvimento dos primeiros sistemas de monitoração eletrônica na superpotência penal estadunidense.

Capítulo 3

Linhas de emergência

3.1. Proveniências epistemológicas: psicotecnologia e criminologia ambiental

Massachusetts, 1964. Liderado pelos irmãos Ralph e Robert Schwitzgebel, o Comitê Científico de Experimentação Psicológica da Universidade de Harvard elabora o primeiro mecanismo de monitoramento remoto de indivíduos considerados “*socialmente inadaptados*” (Schwitzgebel, Scwhitzgebel, Panke & Hurd, 1964). Utilizando tecnologias de radiofrequência, o grupo de pesquisadores desenvolve um aparelho de localização à distância que possibilita o intercâmbio de mensagens entre o indivíduo rastreado e a central de monitoramento. O protótipo detectava a posição de seu portador, transmitindo informações sobre suas atividades, permitindo a troca de comunicações com a equipe de monitores e, quem sabe, modificando o comportamento de seu usuário (Harvard Law Review, 1966).

Conhecido mais tarde como “*a máquina do Dr. Schwitzgebel*” (Idem), o equipamento condensava as experiências iniciais em torno da elaboração de novas tecnologias de controle do desvio. O projeto reunia elementos técnicos e científicos com o propósito de alterar determinados padrões comportamentais a partir da interação homem-máquina. Sua concepção mobilizava um conjunto de saberes psicológicos e criminológicos, conectados aos recentes avanços no campo da telemática.

Partindo da análise deste primeiro conjunto de experiências, o capítulo que se segue empreende uma breve investigação genealógica dos dispositivos de monitoramento de presos e presas e das diferentes racionalidades atreladas à sua elaboração. Baseado em uma revisão da literatura sobre o tema, são identificadas algumas das condições políticas, sociais e científicas que viabilizaram a sua emergência e desenvolvimento nos Estados Unidos, ao longo das últimas décadas do século XX. O ponto de partida situa-se, contudo, na interseção estabelecida entre a pesquisa científica e a intervenção comportamental, que faria do universo acadêmico o espaço de gestação de um novo dispositivo tecnopenal.

O aparelho desenvolvido pelos psicólogos de Harvard valia-se de emissores portáteis pesando cerca de 1 quilo, que enviavam frequências de rádio a uma distância de aproximadamente 400 metros. O indivíduo monitorado portava uma pulseira transmissora e uma bateria fixa à cintura. Os sinais de localização eram amplificados por um sistema adaptado de rastreamento de mísseis que disponibilizava a posição do equipamento em uma tela situada na estação base. Os usuários reportavam suas

atividades e estados emocionais aos pesquisadores, que emitiam de volta mensagens de reforço por meio de códigos sonoros. Desenvolvido como instrumento de comunicação psicoterapêutica, o protótipo foi nomeado de *Behavior Transmitter-Reinforcer* e testado em uma série de voluntários que incluíam estudantes, apenados e pacientes psiquiátricos (Fox, 1987; Gable & Gable, 2005; Vitores, 2009).

Pouco tempo depois, elucubrava-se a possibilidade de modificação do sistema para a captação dos signos físicos e neurológicos da pessoa monitorada, tais como frequência cardíaca e respiratória, níveis alcoólicos no sangue e ondas cerebrais. Robert Schwitzgebel aperfeiçoou o modelo inicial, facilitando seu manuseio e incluindo um sensor de pulsação que captava ritmos cardíacos e demais informações fisiológicas. Para além da movimentação, a ideia era acompanhar as condições clínicas e psíquicas do indivíduo, registrando suas oscilações e intervindo sobre elas. Conforme os pesquisadores,

a pessoa supervisionada pode levar com ela uma variedade de transdutores como contadores, gravadores, câmeras e instrumentos de medição; transdutores que podem ser acionados e/ou interrogados desde a estação central com objetivos de controle ou de investigação comportamental (Schwitzgebel & Hurd, 1969, p. 7).

O aparelho transmissor portado pelo usuário teria como função principal a interceptação imediata sobre as situações vividas pelo sujeito, influenciando em suas ações através de um mecanismo de *feedback comportamental*. Os dados físicos e geográficos eram enviados à central de controle a cada 30 segundos, permitindo a produção de gráficos analíticos a partir dos quais se baseavam as mensagens de reforço. De sua parte, a central emitia um conjunto de estímulos ao indivíduo, verificando suas respostas e elaborando, por meio de seu registro, um quadro correlacional de probabilidades comportamentais (Schwitzgebel *et. al.*, 1964, p. 234).

Segundo Ralph Schwitzgebel (1976), as experiências fundamentavam-se no conceito de *condicionamento operante*, formulado no início da década de 1950 pelo psicólogo comportamental Burrhus Skinner. O expoente do behaviorismo havia investigado as variáveis do comportamento humano, baseadas nas dinâmicas de *estímulo* e *resposta*, por meio das quais o reforço ou punição às ações individuais produziriam efeitos mensuráveis. A noção de condicionamento operante explicava as formas pelas quais o repertório comportamental de um determinado organismo é modelado por alterações no ambiente em que ele é inserido. Uma intervenção externa

produziria respostas cuja probabilidade pode ser predita. A conduta individual se ajustaria à emissão de feedbacks positivos ou negativos, conforme tendências verificáveis (Skinner, 2000, p. 72).

Todavia, ao contrário das leituras e interpretações recorrentes do clássico *Ciência e Comportamento Humano*, que enfatizam a mecânica castigo-recompensa como marca do pensamento de Skinner, o psicólogo acreditava que o conjunto das ações humanas pode ser “*mais eficientemente controlado pela modificação das circunstâncias*” (Idem, p. 209). As restrições físicas produzem, frequentemente, disposições emocionais de contra-ataque. “*O controlador não precisa ter o poder de coagir ou restringir diretamente o comportamento, mas pode afetá-lo indiretamente alterando o ambiente*” (Idem, p. 345). Os estímulos aversivos contingentes ao castigo tendem a gerar predisposições desorganizadoras, exigindo, posteriormente, outros métodos de controle para remediá-las.

Inspirados pela teoria skinneriana, o grupo de pesquisadores de Harvard coordenado pelos irmãos Schwitzgebel desenvolveu seu sistema de controle articulando a psicologia comportamental com o que chamavam de *psicotecnologia*, ou seja, “*o estudo da interação entre a tecnologia elétrica, mecânica e química e a experiência humana consciente*” (Schwitzgebel, 1973, p. 11). Suas investigações se desenvolviam em torno de um programa de pesquisas definido como “*eletrônica comportamental*”, cujo escopo central consistia na aplicação da engenharia eletrônica voltada à “*compreensão, manutenção e modificação do comportamento humano*” (Schwitzgebel *et. al.*, 1964, p. 233).

Concebida como ciência aplicada, a psicotecnologia do grupo de Harvard perseguia o aprimoramento das técnicas de observação e intervenção psicológicas mediante o uso de aparatos eletrônicos que permitissem a manutenção do paciente em seus espaços habituais. Com o auxílio de sistemas de localização e comunicação à distância, seria possível superar as limitações experimentais representadas pelos métodos de internação e desenvolver mecanismos terapêuticos de controle em meio aberto. O registro das atividades do indivíduo e o intercâmbio de sinais com a central de controle forneceria condições adequadas à supervisão e transformação do comportamento desviante. Mais do que a mera observação, a ideia era alterar a conduta individual a partir da relação entre seres humanos e sistemas eletrônicos, estabelecidos como unidade integrada (Idem).

Dentre as múltiplas funcionalidades de suas experiências – tais como o tratamento de pacientes epiléticos, geriátricos ou portadores de transtornos mentais (Schwitzgebel, 1973, p. 15) – os pesquisadores vislumbravam as perspectivas que elas ofereceriam aos procedimentos de reabilitação de delinquentes:

Nas pesquisas sobre a conduta humana realizadas até os dias de hoje, ou o indivíduo estudado se encontra sujeito a uma constante vigilância, ou deve-se confiar nas informações subjetivas fornecidas por ele a respeito de sua própria conduta. Ambas as técnicas possuem limitações óbvias e os resultados de tais pesquisas são frequentemente inadequados. Por exemplo, na penologia moderna, um dos principais objetivos é a reabilitação dos delinquentes convictos. Ainda assim, as ferramentas penológicas e as técnicas comumente utilizadas implicam ou em um grau elevado de restrição situacional (prisão) ou numa supervisão limitada através de contatos periódicos com o indivíduo (probation). A diferença entre ambas as técnicas é tão grande que, em muitos casos, a transição de uma técnica a outra pode levar a formas de estresse contra-reabilitadoras (Schwitzgebel & Hurd, 1969, p. 6).

Os psicólogos evocavam a função corretiva da pena como um de seus objetivos, uma vez que as técnicas de confinamento produziam efeitos emocionais indesejados. A prisão e suas coerções excessivas constituíam mais um “*estandarte de tecnologias da vingança do que de tecnologias de reabilitação*” (Schwitzgebel, 1968, p. 34). Sua ineficácia enquanto procedimento reformador do comportamento delincente deveria ser superada por sistemas tecnológicos de controle e predição. Segundo eles, a partir do momento em que se puder “*prever ou controlar comportamentos delinquentes, o encarceramento já não será necessário como meio de controle comportamental e proteção social*” (Schwitzgebel, 1969, 236).

Uma pessoa liberada dessa maneira seria menos propensa do que o habitual a cometer delitos se um registro de sua localização fosse gravado em uma estação base. Se, além disso, for incluído um sistema de comunicação com essa pessoa por tons em via dupla, poderia se estabelecer uma relação terapêutica, na qual a pessoa em liberdade vigiada fosse premiada, avisada ou informada de outro modo, de acordo com um plano terapêutico (Schwitzgebel, 1969, p. 598).

As finalidades atribuídas ao sistema alinhavam-se às premissas que marcavam o pensamento penológico à época de seu desenvolvimento. Os propósitos terapêuticos e reabilitadores imputados ao monitoramento vinculavam-se aos preceitos correcionalistas predominantes na década de 1960. O descrédito na prisão enquanto

método corretivo havia se espalhado pelos círculos jurídicos, políticos e criminológicos estadunidenses ao longo da primeira metade do século XX, fomentando os debates a respeito da necessidade de elaboração e estruturação das chamadas penas alternativas (Cohen, 1985; Wacquant, 2001; Garland, 2008). O crescimento dos índices de reincidência criminal evidenciava a ineficiência do cárcere como técnica reformadora. As medidas penais aplicadas na comunidade adquiriam a preferência dos especialistas e operadores de um sistema de justiça criminal essencialmente orientado pelo ideal reabilitador (Garland, 1985; 2008).

Nesse contexto, os saberes *psi* gozavam de especial relevância no interior do arcabouço científico que fundamentava teoricamente os sistemas penais norte-americanos e europeus dos anos 1950 e 1960. Os problemas centrais que mobilizavam a pesquisa criminológica hegemônica residiam na compreensão da personalidade delinquente e nos aspectos patogênicos do criminoso individual. Da psicanálise criminal de orientação freudiana, interessada nas motivações causais que levavam os indivíduos a tornarem-se delinquentes – traumas de infância, conflitos do inconsciente, causalidades subjacentes profundas – à psiquiatria forense, dedicada à identificação das origens neurológicas da inadaptação social – psicopatia, transtornos de personalidade anti-social, incapacidade de autodeterminação e entendimento –, a razão criminológica reabilitadora sustentava-se em grande medida pelas ciências *psi*, cuja atenção voltava-se às características do indivíduo, decifrado e tratado a partir da diferenciação binária entre o normal e o patológico. O tratamento penal focava-se sobretudo nas predisposições do infrator e na reforma de seu comportamento social, psicológica ou neurologicamente desviado (Garland, 2008).

No âmbito das preocupações correcionais, o estudo e avaliação dos impactos representados pelos diversos tipos de intervenção penal constituía um dos eixos orientadores da pesquisa criminológica. Mecanismos de auto-avaliação e reflexão interna às instituições de controle do crime atraíam investimentos governamentais em países como Estados Unidos e Inglaterra, com o objetivo de analisar os efeitos das medidas penais sobre os criminosos e a redução de suas propensões ao crime (Garland, 2008). Nesse sentido, as penas comunitárias tais como *probation* e *parole*⁸⁴

⁸⁴ O sistema de *probation* é utilizado pelo direito anglo-saxão e se aproxima da suspensão condicional da pena, diferenciando-se desta pelo fato do indivíduo ter a própria sentença suspensa, sendo então encaminhado à supervisão de agentes comunitários (*probation officers*). O regime de *parole* equivale, no Brasil, ao livramento condicional, no qual o condenado que cumpre um determinado período de

apresentavam resultados aparentemente favoráveis à recuperação do delinquente, quando comparadas ao encarceramento (Dodge, 1975).

Entretanto, a ausência de fiscalização contínua sobre os regimes em meio aberto tornava questionável sua capacidade de controle e prevenção à reincidência, exigindo métodos mais estritos de supervisão penal. Era necessário desenvolver formas efetivas de substituição à prisão que garantissem um controle estrito, individualizado e moderador exercido sobre o infrator (Cusson, 1997). As pesquisas do grupo de Harvard perseguiram esse objetivo, ao desenvolverem os primeiros mecanismos de monitoramento remoto de indivíduos tidos como delinquentes.

Sistemas como esse podem monitorar a localização geográfica e as variáveis psicossociológicas, além de permitir uma comunicação codificada bidirecional com pessoas em seu ambiente social natural. (...) Seria conveniente, por exemplo, que se oferecesse aos criminosos a opção de escolher entre o encarceramento ou a liberdade condicional com monitoramento eletrônico (Schwitzgebel & Schwitzgebel, 1973, p. 15)

O programa de experimentações desenvolvido em Massachussets oferecia à justiça uma forma intermediária de controle penal que eliminaria os inconvenientes do cárcere ao tratar do infrator em seu ambiente natural. A estruturação e o monitoramento das atividades cotidianas do criminoso em sua própria comunidade, mediada pelo intercâmbio de mensagens comunicacionais e situacionais, constituiria um método mais eficiente de supervisão penal.

A proposta reunia os elementos discursivos organizados em torno das tradicionais finalidades reabilitadoras, incorporando, contudo, os novos conteúdos teórico-programáticos elaborados pelas correntes criminológicas então emergentes. Se, por um lado, as finalidades científicas do grupo de psicólogos concentravam-se na reforma e transformação do comportamento delinquente, por outro, seus idealizadores apostavam na atuação *preditiva* e *situacional* transcorrida no ambiente social do criminoso como técnica eficaz de controle do crime.

A psicotecnologia dos irmãos Schwitzgebel articulava-se à gênese epistemológica da chamada *criminologia ambiental*, formulada entre os anos 1960 e 1970 e sustentada pela hipótese central de que o crime é uma manifestação natural da

pena privativa de liberdade pode concluir sua sentença em meio aberto sob determinadas condições (Bruno, 1967, pp. 171-179).

conduta humana e a tendência de sua ocorrência deve ser coibida mediante intervenções situacionais. Mais do que a transformação individual do sujeito delinquente, os teóricos ligados às novas linhas de pensamento criminológico preocupavam-se com a prevenção espaço-temporal da ocorrência infracional. A eficiência no combate à criminalidade dependeria de atuações ambientais que fariam da ação delituosa um empreendimento arriscado (Jeffery, 1971; Brantingham & Brantingham, 1981). O alvo principal de interesse científico se deslocaria do indivíduo delinquente ao evento criminoso.

O próprio behaviorismo de Skinner já havia elaborado alguns dos elementos basilares que seriam agora incorporados pela escola criminológica ambiental. A ideia de que a conduta humana seria condicionada pelo ambiente externo constituía o núcleo principal das teses comportamentalistas, voltadas à compreensão e ao aperfeiçoamento das técnicas de controle. Alterações ambientais e intervenções situacionais consistiam, para Skinner, os procedimentos mais adequados de manipulação das condutas.

A nova razão criminológica absorveria tais premissas, direcionando-as à elaboração de estratégias renovadas de controle do crime, a partir de um conjunto de postulados e matrizes teóricas. Reunindo aspectos da psicologia comportamental, do pensamento social urbano e da microeconomia, a criminologia ambiental, identificada também como “criminologia situacional” ou “criminologia da vida cotidiana”, fundamentava-se em três principais vetores teóricos: 1. *Teoria das atividades de rotina*; 2. *Teoria geométrica do crime* e 3. *Teoria da escolha racional* (Brantingham & Brantingham, 1981).

O primeiro vetor ressaltava a necessidade de organização das ações cotidianas tanto de infratores quanto de vítimas, de maneira a evitar os riscos representados por “situações criminogênicas”. A atenção prioritária dos especialistas residia na análise, coordenação e predição das atividades individuais e coletivas, criando condições para o gerenciamento dos fluxos populacionais no interior do espaço urbano a partir do cruzamento das informações demográficas com os dados relativos à incidência criminal. A análise recaía sobre a identificação dos espaços e tempos de circulação: por onde passam as pessoas; quanto tempo permanecem nos ambientes de trabalho, lazer e descanso; quais os ritmos de deslocamento, entrada e saída nos diversos locais em que frequentam e qual a sua relação com a frequência de eventos criminosos nas áreas observadas. *Ritmo, tempo e frequência* constituíam os conceitos principais sobre

os quais se baseava a pesquisa criminológica, cuja matriz teórica recuperava os fundamentos da *ecologia humana*⁸⁵ (Cohen & Felson, 1979).

O segundo vetor, designado como *teoria geométrica do crime* ou *geometria do crime*, explicava os padrões da ocorrência criminal a partir do estudo dos aspectos geográficos da atividade humana, conferindo atenção especial às oportunidades do crime oferecidas pela estrutura espacial. Ancorados em uma certa *geografia comportamental*, seus teóricos ressaltavam a influência do espaço urbano sobre as escolhas individuais de potenciais vítimas e infratores. O problema central a ser analisado relacionava-se ao fato de que os pontos nodais e trajetos de passagem frequentados por criminosos poderiam se cruzar ou sobrepor com aqueles pelos quais atravessam vítimas e cidadãos comuns. Um trajeto seguro seria, portanto, aquele que evitasse a interseção com os nódulos ou distritos identificados como zonas de risco, por concentrarem em seus limites altos índices de criminalidade (Brantingham & Brantingham, 1981).

Por fim, a *teoria da escolha racional* admite que a ação criminosa é o resultado de uma sequência de julgamentos individuais do infrator, baseados em seus próprios cálculos de riscos e benefícios. Se o criminoso considera que os riscos do crime são inferiores aos benefícios por ele oferecidos, a infração é tomada como uma ação vantajosa. Nesse sentido, o potencial infrator atua como agente calculista de seus atos, tendo por objetivo extrair do crime uma vantagem pessoal. Aqui, não se trata apenas de prognósticos financeiros, mas de cálculos e julgamentos internos que tomam a intervenção penal como um prejuízo ou um risco a ser evitado. A projeção utilitária de vantagens e desvantagens orientaria o infrator em suas escolhas individuais. Outrora tratado como elemento patológico a ser corrigido e tratado por meio de técnicas reabilitadoras, o criminoso passava a ser visto como agente racional, calculista de suas ações e empreendedor de sua própria conduta (Becker, 1974; Clarke & Cornish, 1985).

O repertório teórico que constituía as novas correntes criminológicas atravessou e atravessa os programas de monitoramento eletrônico nos diversos países

⁸⁵ Desenvolvida a partir dos anos 1940, a ecologia humana considera a centralidade do espaço e do tempo sobre as formas de agir de seres humanos. Seus teóricos se interessavam pelas formas de sociabilidade estabelecidas no interior de uma comunidade, a partir de relações de competitividade e cooperação. Tais relações seriam condicionadas pela transformação temporal do espaço comunitário. A sobrevivência de indivíduos e populações no interior de uma comunidade em transformação dependeria de suas capacidades de adaptação ao ambiente, sustentadas em grande medida pelas práticas de cooperação entre os habitantes (Brantingham & Brantingham, 1981).

em que o dispositivo foi implementado (Kaluzinski & Froment, 2003; Gable, 2005; Vitores, 2009; Cotter & Lint, 2009). A estruturação das atividades cotidianas de indivíduos considerados infratores, com base em horários de circulação e recolhimento; o planejamento geométrico de seus deslocamentos no interior de zonas de inclusão e exclusão; e a compreensão de que a intervenção penal deve ser estabelecida como um risco a ser inserido no cálculo individual que conduz o criminoso, compõem os princípios orientadores das práticas de monitoração eletrônica, centradas no gerenciamento dos fluxos de apenados no ambiente social.

As pesquisas dos irmãos Schwitzgebel situavam-se no intervalo temporal entre a crença hegemônica na funcionalidade corretiva da pena e a emergência de uma nova razão criminológica que daria o tom das políticas penais e de segurança pública na passagem do século XX para o XXI. O avançar das décadas de 1980 e 1990 assistiria a transformações significativas nas práticas e saberes penais tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, em direção a uma epistemologia institucional gerencialista e neutralizadora de indivíduos e populações tidos como indesejados, em detrimento aos velhos princípios correccionistas (Feeley & Simon, 1992; Wacquant, 2001; 2003; Garland, 2008). O escopo norteador dos programas penais passaria a oscilar entre a gestão situacional do crime e a aniquilação das capacidades de ação do criminoso. E os sistemas de rastreamento de presos seriam então alinhados a esse novo paradigma, particularmente ligados às correntes situacionais.

Todavia, como veremos mais adiante, os atributos reabilitadores conferidos ao controle eletrônico não serão abandonados pelos operadores e legisladores envolvidos em sua implementação. Ao contrário, serão inseridos em um emaranhado heterogêneo e multifacetado de formulações discursivas que conformaram um dispositivo polivalente, capaz de adequar-se a contextos políticos variados e a epistemes penológicas multiformes (Cotter & Lint, 2009).

De qualquer maneira, a análise das propriedades políticas e dos impactos do controle eletrônico sobre as pessoas monitoradas exige o estudo das diferentes racionalidades que constituem suas condições de emergência, seu desenvolvimento não linear e suas atribuições difusas. A investigação das diversas linhas de enunciação que costuram as práticas de monitoramento de presos permite com que se identifique, de um lado, os esquemas táticos e cognitivos de controle do crime mobilizados em torno de sua implementação e, de outro, a composição de forças sociais, políticas e econômicas que possibilitaram a sua difusão inicial. Para além do saber científico, o

desenvolvimento do dispositivo seria alavancado por práticas discursivas variadas que atravessavam a ficção científica popular e a racionalidade penal neoliberal.

3.2. Imaginário ficcional e penalidade neoliberal

*Quão cômico eu era quando era apenas um fantoche!
E como sou feliz agora, tendo me tornado um garoto de verdade!*
(Carlo Collodi, *Le Avventure di Pinnocchio*)

Alguma incógnita há de permanecer subjacente ao poder da ficção em informar a realidade. Em sua capacidade de produzir a verdade. Não se saberá ao certo os níveis de inspiração dos agentes públicos e privados, políticos e empresariais, extraído do imaginário ficcional na concepção de seus projetos de construção do concreto. O que se pode saber são as potencialidades da produção cultural em se fazer pensar o que seria impensável e delinear assim as virtualidades do porvir.

David Kirby (2000) observa a importância da indústria cinematográfica e sua interação com a realidade social na construção de imagens e discursos acerca do avanço das pesquisas em engenharia genética e seus impactos na sociedade atual. A rápida expansão das ciências biotecnológicas é frequentemente projetada pelo cinema com requintes fantasiosos e sobrevalorizações estéticas a respeito da manipulação do material orgânico hereditário. O inverso, no entanto, é também verdadeiro, na medida em que uma série de produções no campo da ficção científica anteciparam realidades que, à época, pareciam bem distantes de sua concretude. É o caso do cinema futurista produzido no início do século XX, cujos enredos se desenvolvem em torno de experimentações genéticas que só viriam a se realizar a partir da década de 1970. Técnicas de eugenia baseadas na manipulação do genoma humano aparecem em filmes exibidos por uma incipiente produção cinematográfica dos anos 1910⁸⁶, o que leva Kirby a investigar os efeitos da ficção científica sobre a realidade social.

Sua Sociologia da Ficção, apoiada em autores ligados à fenomenologia do cinema e à literatura futurista, levanta questões a respeito da influência do universo cinematográfico no desenvolvimento de um certo determinismo genético: o redimensionamento do racismo levado a cabo pela combinação laboratorial de genes humanos. Kirby elabora uma reflexão analítica sobre a erradicação da dicotomia entre ciência e ficção e seus mecanismos complementares de reprodução das relações humanas. Mas ressalta também a capacidade da produção cultural em lançar luz aos

⁸⁶ Dentre as produções mencionadas por Kirby (2012), constam os filmes *Eugenics at the Bar* “U” Ranch (1914), *Snakeville’s Eugenic Marriage* (1915), *Heredity* (1915), *The Regeneration of Margaret* (1916), *Their Mutual Child* (1920).

piores pavores da sociedade a respeito da ciência como força social. Tal como observa o sociólogo português Flávio Ferreira (2016), discutindo o trabalho de Kirby, o caráter incerto dos rumos a serem tomados pela pesquisa biotecnológica torna difícil a conclusão valorativa a respeito de seu conteúdo ético e moral. De todo modo, alguma atenção espreita há de ser necessária “*quando a ficção nos incomoda de tão realista e a realidade parece-nos beirar o ficcional*” (Ferreira, 2016, p. 115).

*

No ano de 1983, o juiz estadunidense Jack Love, de Albuquerque, Novo México, inspirou-se em uma história em quadrinhos do personagem Homem-Aranha para realizar a primeira aplicação jurídica de um mecanismo de controle eletrônico penal. O magistrado ficara particularmente intrigado com um episódio do popular personagem da série *Marvel Comics* no qual o vilão da história acoplava ao braço do herói um equipamento de localização que perseguiria seus passos por onde estivesse. O rastreamento do personagem permitiria com que seu rival se colocasse em condições de vantagem, já que se manteria sempre um passo à frente do super-herói (Lilly & Nellis, 2013, pp. 24-25). Entusiasmado com a ideia do cartunista, Jack Love tomou a iniciativa de reproduzi-la para o rastreamento de presos na árida Albuquerque.

Desde o final dos anos 1970, o juiz se interessava por possíveis formas de monitoramento de jovens detentos da penitenciária local, coletando informações sobre sistemas eletrônicos de localização, tais como cartões anti-furto utilizados em supermercados e tecnologias de rastreamento de cargas e animais. Os quadrinhos do Homem-Aranha, publicados em 1977 em uma edição do jornal da cidade, estimularam Love a procurar fabricantes interessados na elaboração de um mecanismo semelhante. Foi então que encontrou o pequeno empresário da área de informática, Michael Goss, que aceitou empreender a iniciativa. Goss investigou as patentes dos equipamentos desenvolvidos pelos irmãos Schwitzgebel e seu grupo de pesquisas, concluindo que, com a utilização de componentes tecnológicos reduzidos, agora disponibilizados pelo mercado de eletrônicos, seria possível desenvolver algo próximo à encomenda do juiz. O empresário produziu um aparelho que denominou de *Gosslink*, em referência ao seu próprio nome (Burrell & Gable, 2008; Lilly & Nellis, 2013).

As primeiras versões do artefato eram compostas por um transmissor que emitia sinais de rádio a cada 60 segundos e um receptor conectado a um computador e a uma linha telefônica. O modelo já não incluía a possibilidade de intervenção direta e intercomunicação bidirecional entre o portador do equipamento e a central de controle, tal como se dava nos sistemas desenvolvidos pelos psicólogos de Harvard. Basicamente, o mecanismo elaborado por Michael Goss consistia em um sistema de detecção da proximidade do usuário em relação à central e sinalização de alarmes em casos de violação das áreas delimitadas. Em abril de 1983, depois de experimentar o equipamento em si mesmo durante três semanas, Jack Love determinou sua aplicação em cinco indivíduos sob regime de *probation* em Albuquerque (Rodríguez-Magariños, 2007; Burrell & Gable, 2008; Lilly & Nellis, 2013).

Anos depois, o próprio juiz manifestaria sua preocupação com os aspectos invasivos do mecanismo, quando empresas japonesas lhe ofereceram a possibilidade de acoplar ao equipamento um controle televisivo. Na ocasião, o magistrado afirmaria que a “*nova tecnologia estava facilitando a violação dos direitos básicos das pessoas*” (Love *apud* Rodríguez-Magariños, 2007, p. 61).

Já era tarde. A partir de sua experiência, os sistemas de monitoramento iniciaram sua difusão pelos Estados Unidos. Alguns meses depois da iniciativa de Love, um programa de rastreamento de apenados foi inaugurado em Palm Beach, na Flórida, incluindo 415 pessoas entre 1984 e 1989 (Burrell & Gable, 2008). Ainda em 84, um projeto semelhante teve início no condado de Kenton, Kentucky, direcionado ao controle de *probationers*⁸⁷. No ano seguinte, 21 estados já adotavam o monitoramento eletrônico no país (Lilly & Ball, 1992). Em 1998, a quantidade total de pessoas monitoradas nos EUA ultrapassava 95.000, de acordo os dados apresentados pelo *National Law Enforcement and Corrections Technology Center* (1999). Pouco mais de uma década havia sido necessárias para que o desenvolvimento do dispositivo atingisse essa marca.

Os anos de 1980 são tidos como marco inicial da propagação dos sistemas de monitoramento eletrônico de presos e presas nos EUA. O equipamento desenvolvido em Albuquerque é apontado pelos analistas como a versão inaugural dos mecanismos atuais (Vitores & Domènech, 2007; Burrell & Gable, 2008; Lilly & Nellis, 2013). Jack Love e Michael Goss são reconhecidos por terem estimulado a elaboração de um

⁸⁷ Indivíduos submetido ao regime de *probation*, equiparado à suspensão condicional da pena, no direito brasileiro.

modelo operacional do sistema e viabilizado sua primeira utilização prática. A inspiração proveniente do universo ficcional converteu-se em realidade concreta ensejada pelo empreendimento jurídico e comercial de seus inauguradores. A partir de então, o controle eletrônico se disseminaria pelo sistema penal norte-americano e seria exportado para a Europa ainda em 1988, quando a Inglaterra realizou seus primeiros projetos-piloto (Mair & Nellis, 2013).

A genealogia do dispositivo é dotada, contudo, de um certo número de descontinuidades. Seu desenvolvimento não obedece a uma mecânica histórica unívoca e tampouco a uma destinação penológica prévia. As funções do mecanismo e os elementos propulsores de seu progresso vinculam-se aos diferentes deslocamentos histórico-políticos que marcaram o campo do controle do crime ao longo dos últimos decênios do século XX. Suas condições de emergência seriam dadas por transformações agudas que atravessariam o universo penal em parcelas significativas do globo.

Vinte anos haviam se passado entre o início das pesquisas do grupo de Ralph e Robert Schwitzgebel e a iniciativa de Love. O programa de experimentações transcorrido em Massachussets não obtivera adesão das autoridades estaduais ou federais estadunidenses. As poucas menções ao projeto apresentavam críticas aos potenciais abusos tecnológicos que seu emprego acarretaria (Tribe, 1973). Seus próprios protagonistas também haviam ponderado sobre as ameaças que os equipamentos de controle eletrônico poderiam representar às liberdades coletivas e individuais. *“O abuso do equipamento telemétrico comportamental na prevenção do crime levanta uma grande ameaça às liberdades civis essenciais do grande público”*, ressaltava o Dr. Ralph Schwitzgebel (1969, p. 611). Durante toda a década de 1970, um relativo esquecimento fora reservado à ideia de se monitorar apenados com rastreadores eletrônicos (Burrell & Gable, 2008).

Quais seriam então as razões para o sucesso dos programas de monitoramento desenvolvidos nos anos 1980? Que motivos fariam com que um conjunto de experiências cientificamente embasadas e psicologicamente fundamentadas não obtivesse êxito enquanto programa político aplicado, e uma ideia impulsionada por uma história em quadrinhos infanto-juvenil fosse ela sim o ponto disparador do período de deflagração de um novo dispositivo de supervisão penal?

Quatro processos básicos e inter-relacionados podem ser apontados aqui como fatores explicativos, reunidos em torno da chamada *guinada punitiva* (Wacquant,

2001; 2003; Garland, 2008) que reconduziu as estratégias de controle do crime nos EUA durante as três últimas décadas do século XX: 1. a absorção massificada – e racialmente seletiva – de volumosos contingentes populacionais pelos sistemas penal e penitenciário a partir de meados dos anos 1970; 2. a intensificação da participação do capital privado no sistema de justiça criminal estadunidense; 3. a compreensão de que o combate à criminalidade exigia a modernização e a informatização dos recursos destinados às agências penais e de segurança pública e 4. a consolidação de uma racionalidade penológica essencialmente orientada por parâmetros econômico-políticos de custo-eficiência.

O encadeamento entre estes quatro elementos constitui, de um lado, uma espécie de berço sócio-histórico de uma nova tecnologia de controle punitivo e, de outro, a composição parcial e localizada daquilo que se convencionou designar, entre alguns autores, de *penalidade neoliberal* (Foucault, 2008; 2008b; Wacquant, 2001; 2003; Harcourt, 2008; 2009)⁸⁸. O vultuoso incremento da quantidade de pessoas submetidas a controles penais, particularmente concentrado na população negra; a gestação e o desenvolvimento de uma ávida indústria do controle do crime; a tecnicização dos instrumentos mobilizados pelas agências penais e securitárias e a virada do pensamento criminológico hegemônico em direção a uma racionalidade de tipo econômico e eficientista perfazem alguns dos processos basilares que constituem a face penal do governo neoliberal. Dessa forma, um breve olhar às conexões estabelecidas entre estes pontos específicos permite com que se detectem os principais vínculos passíveis de serem estabelecidos entre a emergência dos dispositivos de monitoramento eletrônico e a formulação de um lastro político e epistemológico no campo da penalidade, enquadrado no interior das análises sobre o neoliberalismo.

O último quarto do século XX assistiu a uma explosão demográfica sem precedentes no sistema carcerário estadunidense, alavancada pelas campanhas de reafirmação da hierarquia etnorracial no país, tal como assinalado por Angela Davis (2003) e Louïc Wacquant (2003). No decorrer dos anos 1960, a estratificação entre negros e brancos havia sido abalada pela luta política dos movimentos negros pró-

⁸⁸ Atenho-me, aqui, a alguns dos trabalhos que interessam mais diretamente a esta pesquisa, sem pretender apresentar uma revisão extensiva da literatura dedicada à análise da penalidade neoliberal. Tampouco empreendo a tentativa de sistematização e análise do *neoliberalismo* enquanto conceito global, concentrando-me em sua face penal e nos autores que fornecem instrumentos analíticos para a compreensão da emergência do monitoramento eletrônico.

direitos civis. A erupção dos guetos do Norte, que concentravam os descendentes de escravos nas áreas pauperizadas das grandes metrópoles, e a erradicação do “sistema de Jim Crow”, que estabelecia a segregação racial legal nos estados do Sul, teriam como resposta a desproporcional reação estatal em direção à criminalização sistemática e à penalização massiva da população negra ao longo das décadas subsequentes (Davis, 2003; Wacquant, 2003). À sucessão legislativa que declarava “guerra ao crime”⁸⁹, associada à hiperatividade performativa das instituições de segurança pública e à condenação agressiva dos crimes de rua, subjazia a atuação racialmente dirigida das instituições penais e securitárias (Davis, 2003; Alexander, 2010). Cristalizadas na doutrina da *lei e da ordem* e nos programas de *tolerância zero*, as medidas de recrudescimento penal e policial deflagradas nos EUA entre os anos 1970 e 1990 impeliram a disparada abrupta dos níveis de encarceramento (Wacquant; 2001; 2003).

De 1975 a 1985, a população prisional do país praticamente dobrou, saltando de 380 mil para mais de 750 mil presos e presas. Destes, 45% eram negros, quando a população negra perfazia 12% da demografia total estadunidense. Em 1995, a quantidade de pessoas encarceradas nas prisões federais, estaduais e locais ultrapassaria 1,5 milhão. No ano 2000, esse número já se aproximava dos 2 milhões, levando 1 de cada 10 homens negros entre 20 e 29 anos ao cárcere, enquanto a taxa de homens brancos presos desta mesma faixa etária era de 1 para 100. Em 25 anos, a quantidade de indivíduos trancados nas instituições carcerárias da “terra da liberdade” cresceu a mais de 400%, ao passo que a população total do país subiu a uma taxa de 30%⁹⁰.

A impossibilidade física e pragmática de ampliação do parque carcerário na velocidade exigida pela rápida produção de condenados impulsionava também a expansão da população sob medidas penais comunitárias, já numericamente superior à quantidade de indivíduos encarcerados. Simultaneamente ao dramático aumento do público prisional, o número de pessoas em regimes de *probation* ou *parole* acumulava contingentes ainda mais expressivos. Em 1981, mais de 1,5 milhão de pessoas cumpriam pena em algum destes dois regimes. No ano de 1990, já eram mais de 3,1

⁸⁹ Da qual os principais exemplos foram a lei anti-drogas, assinada em 1986 por Ronald Reagan, elevando as sentenças mínimas para crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas, e a *three-strikes law*, que em 1994 previa a prisão perpétua de reincidentes habituais.

⁹⁰ Dados produzidos pelo *Bureau of Justice Statistics*. Disponíveis em: <https://www.bjs.gov/index.cfm?ty=tp&tid=1> (Acesso em 18 de março de 2019).

milhões. Em 2000, esse total ultrapassava os 4,5 milhões, perfazendo uma taxa de 1 a cada 54 adultos residentes nos EUA, e 1 a cada 14 adultos negros⁹¹. Longe de ser periférica, a massa populacional sob sanções em meio aberto representava a camada mais espessa de um expansivo bloco demográfico sob a tutela punitiva estatal, cujo alvo prioritário tinha raça definida.

Não obstante, a dúvida em relação à eficácia das medidas comunitárias como técnicas de controle e prevenção à reincidência criminal provocaria mudanças no caráter funcional das penas em meio aberto, tradicionalmente associadas ao ideal reabilitador (Garland, 1985; 2008). A conclusão mântica e relativamente consensual de que “nada funciona” em matéria de correção do criminoso, difundida entre criminólogos e administradores públicos a partir da década de 1970 (Martinson, 1974), conduziria os serviços de *probation* a finalidades de puro controle, intensificando seus métodos de supervisão e condições de cumprimento penal (Wacquant, 2003; Garland, 2008). Avaliações de conduta, exames toxicológicos, contatos telefônicos periódicos e relatórios a respeito da execução penal ganhariam ênfase dentre os procedimentos que caracterizavam o trabalho das agências de *probation* (Idem; Idem). No âmbito de um novo paradigma das penas comunitárias, o monitoramento eletrônico se inseria como técnica ideal, permitindo ao Estado um acompanhamento estrito do itinerário de seus *probationers* e *parolees* (Kilgore, 2012).

Entretanto, o poder público já não será mais o único agente encarregado de sua atribuição punitiva elementar. A produção massificada de condenados passaria a exigir e ser ela mesma exigida pela estruturação de um vasto *complexo industrial penal* (Lilly & Knepper, 1993), tanto no meio fechado quanto no aberto. E aqui se passa ao segundo ponto, condicionante do sucesso do monitoramento eletrônico a partir das décadas de 1980 e 1990 nos EUA: o florescimento do mercado do castigo e a potencialização da função lucrativa do sistema penal (Paterson, 2013). De um lado, o impulso punitivo promovido pelas autoridades públicas demandava a multiplicação de agentes capacitados a lidar com o rápido influxo de sentenciados. A velocidade corporativa e os baixos custos com os quais as empresas privadas eram capazes de erguer estabelecimentos penitenciários e fornecer serviços de provisão e controle seriam suficientes para que elas adquirissem a confiança do Estado (Christie, 1994;

⁹¹ Idem.

Garland, 2008; Mason, 2012). De outro lado, a formação de um amplo mercado da punição estruturado pela iniciativa privada requisitava seus meios de manutenção e crescimento, economicamente dependente da produção em larga escala de presos e presas. A acumulação de condenados tornava-se fator necessário ao desenvolvimento produtivo dos empreendimentos penais que tomavam seus criminosos como “*mais-valia humana*”⁹² (Davis, 2003).

No ano de 1980 ainda não havia nenhuma prisão para adultos gerida por agentes privados nos EUA. Dez anos depois, já eram 67 unidades, abrigando um total de 7.000 presos e presas. Até 2009, esse número chegaria a 129.000, constituindo um crescimento de 1600% em menos de duas décadas. Companhias como a *Corrections Corporations of America (CCA)* e a *GEO Group* protagonizaram o desenvolvimento do que veio a se tornar um dos mais lucrativos ramos da economia estadunidense, tomando as políticas de encarceramento em massa como motor de seu crescimento. Ao todo, cada uma destas empresas obtinha receitas próximas a 3 bilhões de dólares no ano de 2010, conforme documentado em relatório publicado pela *American Civil Liberties Union* (ACLU, 2011).

Correlacionada ao programa de construção de presídios privados, a elaboração de novas técnicas de supervisão de apenados oferecia perspectivas promissoras ao (re)emergente mercado da punição⁹³. Ainda na primeira metade da década de 1980, uma série de empresas e organizações comerciais passaram a desenvolver suas próprias versões dos chamados *ankle bracelets*. O empresário Michael Goss, que ao lado de Jack Love concebera os equipamentos testados em Albuquerque, abriu sua companhia especializada no ramo, a *National Incarceration Monitor and Control Services*. Tratava-se da primeira empresa dedicada ao desenvolvimento e comercialização de tornozeleiras eletrônicas. Em 1987, 10 grupos comerciais já forneciam equipamentos de monitoramento eletrônico nos EUA (Renzema, 1992). Em 1996, já eram 20 empresas estadunidenses atuando no ramo (Gable & Gable,

⁹² A ideia de mais-valia humana é mobilizada aqui, a partir de sua utilização por Angela Davis (2003, p. 91), como mão de obra excedente, reabsorvida pelo mercado da punição que transforma, não necessariamente o trabalho, mas a própria mão de obra descartada pelo mercado em lucro econômico extraído dos contratos estabelecidos com o Estado.

⁹³ Os agenciamentos público-privados nas práticas penais não eram novidade na história estadunidense. Até o fim do século XVIII, cadeias administradas por agentes privados eram contratadas pelo Estado para manter indivíduos que aguardavam julgamento. A primeira prisão gerida pelo poder público fora construída somente em 1790. A partir de então, o envolvimento do setor privado no ramo penal se limitaria à prestação de serviços como alimentação, atendimento médico e transporte de presos. No decorrer da década de 1980, contudo, empresas particulares retornaram ao cenário punitivo tornando-se um importante ator do sistema penal dos EUA (Mason, 2012).

2005, p. 1). No avançar das décadas seguintes, a produção e comercialização de mecanismos de controle eletrônico se tornaria um negócio internacionalmente difundido (Paterson, 2013).

Para além do domínio penal, o criminólogo Craig Paterson sublinha a importância da indústria da segurança privada sobre a ascensão do mercado de sistemas e serviços de monitoramento remoto. Grandes companhias de segurança, tais como a *G4S* e a *Serco*, obtiveram um papel relevante na implementação de políticas de monitoração de presos tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, beneficiando-se de seus vínculos formais ou informais com instituições governamentais (Idem). Incitando imaginários tecnológicos, os empreendedores da área encorajavam políticos e órgãos do governo a modernizarem suas práticas e estruturas de supervisão. Mais do que as capacidades de reforma ou prevenção à reincidência criminal, a ênfase recaía sobre as especificações técnicas e possibilidades quiméricas que seus produtos ofereciam ao Estado (Lilly & Nellis, 2013).

Sendo assim, as campanhas pela informatização dos sistemas penal e securitário que tiveram lugar nos anos 1980 e 1990 nos EUA – terceiro fator de propulsão do monitoramento eletrônico – baseavam-se na interface estabelecida entre os setores público e privado, alimentadas pela ideia de que a “guerra ao crime” haveria de ser vencida através da tecnologia. Seria esta a arma principal por meio da qual os entusiastas de programas como o *tolerância zero* erradicariam as incivildades urbanas – das mais insignificantes às mais expressivas, conforme as premissas propagadas pela *teoria das janelas quebradas*⁹⁴. O enfoque nas admiráveis capacidades dos sistemas técnicos de punição e segurança consistia em uma poderosa tática de lobby utilizada por representantes de empresas de eletrônicos (Idem).

O desenvolvimento dos equipamentos de monitoramento de presos se inseria, portanto, em um conjunto de medidas tecnogerenciais que seriam adotadas pelas instituições de polícia e de justiça (Froment, 2011; Paterson, 2013). Sistemas de videomonitoramento, tecnologias de identificação biométrica, fichamentos genéticos,

⁹⁴ Formulada no início dos anos 1980 por James Wilson e George Kelling (1982), a *teoria das janelas quebradas* forneceu algumas das principais bases para o programa de *tolerância zero*, inaugurado pelo prefeito da cidade de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, e deflagrado pelos EUA a partir da década seguinte. Grosso modo, Wilson e Kelling argumentavam que, se uma janela quebrada em um determinado edifício não é rapidamente concertada, a tendência das pessoas que “costumam quebrar janelas” é tomá-lo como abandonado e dar sequência à depredação. A metáfora era traduzida à questão criminal, na qual os autores defendiam a necessidade de se coibir e reprimir toda e qualquer infração, por mais ínfima que fosse, de modo a conferir aos bairros e comunidades um aspecto seguro que constrangeria os criminosos e impediria que maiores infrações ocorressem.

mecanismos analíticos e informacionais sobre ocorrências criminais e projetos de policiamento preditivo passariam a compor o arsenal estratégico direcionado ao combate à criminalidade nas grandes metrópoles. Durante a década de 1980, sistemas de CCTV instalados em espaços públicos se espalharam pelas cidades estadunidenses. Em 1993, a *DARPA (Defense Advanced Research Products Agency)* iniciou seu programa de reconhecimento facial, posteriormente disponibilizado às empresas de segurança. Em 1998, o FBI inaugurou um banco de dados forense que armazenava os perfis de DNA de centenas de milhares de condenados, amostras de sangue e saliva coletadas pelas administrações penitenciárias em todo o país (Wacquant, 2001).

Mais do que meros instrumentos, os novos sistemas de controle do crime ativavam com eles uma série de formulações teórico-discursivas baseadas na securitização do ambiente urbano como parâmetro do aumento da “qualidade de vida” (Wilson & Kelling, 1982). A ordem pública e a boa circulação nos bairros e comunidades estariam condicionadas à capacidade das autoridades de reunir informações de identificação geográfica sobre os índices e frequências de eventos criminosos, tal como previam as correntes criminológicas ambientais (Andresen, 2009). O icônico *CompStat*, sistema de processamento informacional encomendado pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque e inaugurado em 1994, sintetizava alguns dos preceitos fundamentais da criminologia ambiental, na medida em que permitia, mediante o uso de dados estatísticos sobre ocorrências criminais no espaço urbano, a distribuição georreferenciada das atividades das patrulhas, baseadas nos princípios táticos da intervenção situacional.

Nesse sentido, o quarto e último elemento compreendido aqui como agente propulsor do monitoramento eletrônico refere-se à formulação léxica e política de uma nova racionalidade penal orientada por propósitos gerenciais, conforme apontado por Michel Foucault (2008a; 2008b) e uma série de autores baseados nas leituras a respeito do que o filósofo chamou de *governamentalidade neoliberal*. As abordagens criminológicas emergentes na década de 1970 e o intercâmbio de práticas e *expertises* entre os setores público e privado levariam as agências de polícia e de justiça a adotar um modelo administrativo espelhado na forma empresa e pautado por parâmetros de custo-eficiência (Garland, 2008; Aviram, 2016). Atualizando as premissas do utilitarismo liberal elaboradas por Jeremy Bentham e Cesare Beccaria – que traduziam os fundamentos do livre mercado ao pensamento jurídico-penal – a governamentalidade neoliberal perseguia a otimização das técnicas de controle,

concebendo as práticas punitivas e preventivas a partir de critérios econômicos voltados à análise de riscos, contenção de custos e maximização da eficiência no combate à criminalidade (Foucault, 2008a; 2008b; Harcourt, 2008). Para além ou aquém da privatização *stricto sensu* da justiça criminal, os agenciamentos público-privados na gestão e elaboração da pena vinham compor um processo específico de *governamentalização do sistema penal* (Foucault, 1979).

Consagrada pelo economista Gary Becker (1974) e pelos expoentes da Escola de Chicago, a racionalidade penal neoliberal empregava como método analítico uma série de cálculos econômicos que contrapunham os custos do crime aos investimentos necessários à intervenção penal, de maneira que os dispêndios ocasionados pelas políticas punitivas não excedessem aqueles representados pela criminalidade. Os instrumentos utilizados pelas agências de controle do crime seriam agora fundamentados por uma razão aritmética que converteria a pena em mecanismo de mercado, voltado à redução da oferta do crime a um determinado nível que faria de sua demanda uma demanda negativa. À diferença do utilitarismo de Bentham e Beccaria, o objetivo central dos neoliberais já não residia na conversão moral do indivíduo criminoso, interpretada como lucro político extraído da pena reformadora, mas em uma ação sobre o mercado do crime que tornaria o ato infracional um empreendimento de risco (Foucault, 2009). Agente derrotado no jogo do mercado formal regido pelas leis da livre iniciativa, o infrator se inseria no mercado do crime como empreendedor individual que pagaria o preço da resposta penal como consequência natural de suas próprias escolhas (Hamann, 2012).

Às leituras jurídicas e disciplinares sobre o crime e o criminoso sobrepunha-se uma epistemologia penal voltada ao gerenciamento econômico-político da criminalidade. O próprio infrator seria então tomado como um agente de mercado, subjetivado como capital humano, empreendedor de si mesmo e indivíduo responsável pelos riscos que corre. Se a governamentalidade neoliberal constituía-se a partir de uma certa configuração de tecnologias de poder, sua efetividade estaria condicionada à ativação de uma série de tecnologias de si, concebendo o criminoso a partir da mesma chave de análise pela qual compreendia a política criminal (Foucault, 2008a; Lemke, 2012). E o ponto de contato entre uma escala de atuação à outra seria dado pela racionalidade econômica. A razão de mercado constituiria o saber global e fluido que estabelecia a conexão entre as estratégias de governo de si e dos outros; entre as técnicas de poder e seus módulos correspondentes de subjetivação.

É nessa medida, portanto, que o controle eletrônico de indivíduos condenados ou processados pelo sistema de justiça respondia às exigências colocadas pela penalidade neoliberal. A elevação dos gastos públicos com o sistema prisional faria com que a questão penitenciária fosse gradativamente percebida como uma questão orçamentária. Pesquisas de impacto financeiro começavam a ser divulgadas, enfatizando a carestia dos sistemas penitenciários. Era preciso desenvolver técnicas de supervisão menos custosas do que a prisão e mais eficientes do que as penas comunitárias tradicionais. Às virtudes tecnológicas dos mecanismos de controle à distância se somariam suas vantagens do ponto de vista econômico (Paterson, 2013). No mesmo sentido, a transferência de tarefas de controle ao próprio sujeito penalizado possibilitava o desencargo estatal dos custos representados pela provisão de serviços e estrutura às instalações penitenciárias. O sujeito punido tornava-se mais um agente imbuído da função compartilhada do exercício punitivo.

O conjunto de transformações que constituem a penalidade neoliberal fornecem, portanto, algumas das condições básicas para a compreensão da consolidação e desenvolvimento dos programas de monitoramento eletrônico nos EUA. Outros processos históricos poderiam ser tomados como fio condutor de sua gênese, uma vez que o surgimento de sistemas tecnológicos de rastreamento georreferenciado remontam ao início do século XX, no âmbito da navegação militar. Entretanto, o recorte histórico aqui proposto baseia-se em um interesse específico pelas metamorfoses técnicas, políticas e discursivas das estratégias de punição, cristalizadas no monitoramento de presos. É nas recentes transformações operadas pelo poder de castigar que esta pesquisa encontra seu maior objeto de interesse.

Da mesma forma, cumpre destacar que o que se entende aqui por penalidade neoliberal não se organiza como uma grade política e analítica estática, estabelecida de modo inalterado no tempo e no espaço. Tampouco se compreende a penalidade neoliberal à imagem de um sistema teórico e político hermético ou total, mas como uma composição móvel de vetores flexíveis capaz de adaptar-se e modificar-se conforme os diferentes cenários sociais e políticos, tal como os dispositivos de poder por ela mobilizados (Lemke, 2018). Outros vetores a ela se acoplam, acrescentando, justapondo ou contornando suas formações táticas. Outras linhas de força atravessam a racionalidade penal neoliberal, desviando, redirecionando ou retroalimentando suas práticas.

Entretanto, os quatro vetores destacados neste item são tomados aqui como linhas consideravelmente estáveis, a partir das quais se mobiliza a noção analítica de penalidade neoliberal e sua vinculação com emergência do monitoramento eletrônico. A revisão da literatura sobre o tema fornece elementos suficientes para apontar a relevância destes quatro fatores na genealogia do dispositivo, quais sejam: a massificação dos contingentes populacionais submetidos a alguma forma de controle punitivo; a participação crescente de agentes privados no sistema de justiça criminal; a informatização do aparelhamento destinado às agências penais e de segurança pública e a definição da racionalidade econômica como eixo orientador das políticas de combate ao crime e controle do criminoso.

3.3. A guerra produtora do sistema penal: GPS

“Satélites militares desenvolvidos para guiar mísseis nucleares estão sendo usados para monitorar indivíduos em livramento condicional em um sistema tecnológico avançado, elaborado para reduzir a disparada astronômica da população prisional nacional” (Fields, 1999, p. 1).

Era esse o lead da reportagem publicada no dia 8 de abril de 1999 pelo periódico *USA Today*. Um texto sintético a respeito da mais recente inovação realizada pelo sistema de justiça criminal estadunidense. A matéria descrevia o mecanismo, especificava os custos e situava os debates em torno da utilização de uma nova tecnologia de sensoriamento remoto que redimensionaria as capacidades de alcance dos mecanismos de monitoramento de presos: o Sistema de Posicionamento Global.

A constelação de satélites administrada pelo poder militar dos Estados Unidos estava agora disponível ao sistema penal. Já não era necessário ater-se aos recursos limitados das comunicações por radiofrequência, cuja cobertura de sinais restringia-se aos perímetros próximos da residência do apenado. Já não seria preciso, portanto, obrigar o preso a permanecer nas imediações de sua casa por questões de restrição técnica. Agora, em qualquer ponto do planeta, a rede de 24 satélites que compunha o GPS seria capaz de detectar sua localização⁹⁵. A chamada 2ª geração de dispositivos de monitoramento era lançada ao mercado.

Foi na Guerra do Golfo Pérsico que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos inaugurou seu sistema de navegação, formado, na época, por 16 satélites. A estréia do GPS deu-se em 1991 com o objetivo de ampliar a precisão dos mísseis AGM-86C lançados contra as tropas iraquianas no Kwait. O projeto integrava os programas de desenvolvimento de “armamento inteligente” realizados pelas forças armadas estadunidenses, que consistiam na perfectibilidade da ofensiva militar, ensejada pela ideia de “ataque cirúrgico”. Orbitando a mais de 20.000 quilômetros da superfície da Terra, os satélites calculavam, em tempo real, a latitude, longitude e velocidade do artefato bélico e traçavam a rota que o direcionava às coordenadas de seu alvo. Além disso, viabilizavam a localização de tropas, tanques e aeronaves das

⁹⁵ O sistema GPS é, todavia, sujeito a interferências e falhas de cobertura, geralmente provocadas por bloqueios topográficos, edifícios e montanhas.

forças aliadas e minas terrestres plantadas pelo inimigo (Siqueira, 2012; Siqueira & Campello, 2018).

Considerada a maior operação militar desde a Guerra do Vietnã, a invasão à região do Golfo foi tida como laboratório de aperfeiçoamento de tecnologias de ponta que seriam largamente empregadas na condução de conflitos internacionais dali em diante (Idem; Idem). O uso de armamento inteligente era parte de um amplo processo político de reconfiguração da guerra contemporânea que passava pelos esforços de eliminação do embate frente-a-frente entre tropas militares. Em detrimento à troca de baixas nos territórios de batalha, os novos “*estados de violência*” passariam a ser caracterizados por seu enfoque em competências tecnocientíficas voltadas à distribuição da morte calculada (Gros, 2009). E o GPS seria um dos principais meios de sua efetivação. Terminada a intervenção no Golfo, o relatório final de avaliação da campanha estadunidense emitido pelo Departamento de Defesa ressaltava a importância da nova tecnologia de sensoriamento: “*o GPS foi utilizado mais extensivamente que o planejado e supriu as necessidades de navegação e localização. Deve-se considerar a incorporação do GPS a todos os sistemas de armas e plataformas*” (DOD, 1992, p. 877).

Ao final da década de 1990, a rede de satélites passaria a ser utilizada para monitorar indivíduos sob a tutela da justiça. Seu uso civil já era disponibilizado para o rastreamento de automóveis, planejamentos de viagens e localização de telefones móveis (Lilly & Nellis, 2013). Era só uma questão de tempo para que a tecnologia fosse incorporada aos sistemas de monitoramento de presos. No ano de 1999, nove estados americanos utilizavam o GPS para o controle de um público que variava de “criminosos sexuais” em Chicago a jovens considerados infratores em Nova Jersey (Fields, 1999). Em 2001, a Florida iniciou sua utilização, integrada a softwares de identificação georreferenciada de ocorrências criminais, com a finalidade de reunir informações estatísticas sobre crimes e compará-las aos dados referentes aos fluxos de apenados (Lilly & Nellis, 2013). Ao longo dos anos seguintes, o sistema passaria a ser utilizado no monitoramento de presos em todo o país.

O uso do GPS transformou as práticas de supervisão eletrônica ao propiciar às autoridades penais o acompanhamento permanente dos deslocamentos do indivíduo monitorado. Suas vantagens técnicas sobre os antigos mecanismos residiam em sua capacidade de detecção de *movimento*. Enquanto os aparelhos baseados em radiofrequência sinalizavam tão somente a presença ou ausência do indivíduo em um

espaço determinado (geralmente sua casa), os equipamentos dotados de transmissores GPS capturavam sua movimentação em qualquer ambiente que fosse. Se antes a localização de pessoas monitoradas só era constatada nos momentos de recolhimento domiciliar, agora se poderia ter ciência de seu itinerário completo de maneira contínua. A partir do GPS, não apenas a execução penal deixava de exigir um espaço fixo, mas as próprias capacidades de supervisão se desterritorializavam.

Durante os anos de sua inauguração pelos sistemas de justiça, a incorporação de um mecanismo de rastreamento ilimitado nos equipamentos de monitoração de presos dividiu opiniões e posicionamentos no campo jurídico. Por um lado, celebrava-se a perspectiva de retirar da prisão determinados criminosos que não representavam um “real perigo” à sociedade, evitando-se os “efeitos criminógenos” do encarceramento e as despesas elevadas por ele implicadas. *“O sistema oferece ao juiz uma opção para manter pessoas fora da prisão, distantes de todas as suas influências negativas. É também um corte de gastos ao contribuinte”*, anunciava o presidente da Faculdade Judicial Nacional da Universidade de Nevada, Percy Luney. *“O problema do sistema antigo é que quando os infratores saem de casa, você já não tem ideia de onde se encontram ou do que estão fazendo”*, completava (Luney *apud* Fields, 1999, p. 2). Por outro lado, advertia-se a respeito das possibilidades de expansão dos controles penais, facilitada pela generalização do emprego do GPS. O Professor de Direito da Universidade de Georgetown, Paul Rothstein, sublinhava as transformações nas práticas de controle do crime relacionadas à utilização dos novos mecanismos de rastreamento, ressaltando: *“Pode-se terminar com a maior parte da população submetida a alguma forma de vigilância por parte do Governo”* (Rothstein *apud* Fields, 1999, p. 2). As ameaças de recrudescimento das capacidades de controle estatal pairavam sobre as discussões e análises críticas que se davam em torno do monitoramento eletrônico e suas inovações.

Atentava-se, em particular, às virtualidades do dispositivo em impulsionar os processos de *net widening*: fenômeno definido por Stanley Cohen (1985) e compreendido pela *ampliação* e *intensificação* das redes de controle penal, efetivadas pelo incremento da população carcerária, simultaneamente ao crescimento dos contingentes populacionais submetidos a regimes em meio aberto; multiplicam-se os volumes demográficos submetidos aos órgãos penais do Estado, cujas técnicas de controle tornam-se progressivamente mais rígidas, ao passo que novas agências e serviços, supostamente desenvolvidos para substituir as velhas instituições prisionais,

passam a estabelecer para com o cárcere uma relação de complementaridade e controle suplementar.

De fato, o desenvolvimento da primeira geração de dispositivos de monitoramento já havia sinalizado para a expansão da malha penal representada por seu avanço. A difusão inicial do controle eletrônico nos EUA durante as últimas décadas do século ocorrera em paralelo à dilatação do sistema prisional do país. Nenhuma tendência de recuo ou contenção das taxas de encarceramento havia sido verificada com a implementação do dispositivo. Ao contrário, seu desenvolvimento reforçava a dimensão e densidade da rede punitiva do Estado que, ao lado de seus parceiros privados, absorvia um número crescente de pessoas e tornava cada vez mais estritas as condições de cumprimento penal, agora mediadas por mecanismos de localização à distância (Kilgore, 2012). Tendo em vista o fortalecimento do poder punitivo viabilizado pela utilização do GPS, Paul Rothstein observava o potencial dos novos sistemas estarem em vias de “*criar um monstro*” (Rothstein *apud* Fields, 1999, p. 2).

Hiperbólica ou não, sua ressalva tinha propósito. A 2ª geração de sistemas de supervisão eletrônica contribuiu significativamente para que a medida se difundisse ainda mais. Estimulada por empresas como a *Advanced Business Sciences* e a *ProTech Monitoring*, pioneiras no uso do GPS para controle de presos (Paterson, 2013), a disseminação do dispositivo fez com que a quantidade total de pessoas monitoradas nos EUA ultrapassasse o seu dobro na virada do século, subindo de 42.000 em 1997 para 100.000 em 2006, conforme as informações divulgadas pelo boletim especializado *Journal of Offender Monitoring* (2006). No mesmo ano de 2006, a quantidade de pessoas trancadas nas prisões do país atingia um total de 2,2 milhões, com sua taxa de crescimento chegando ao ápice histórico de quase 3% ao ano. Concomitantemente, os índices de *probation* e *parole* permaneciam em plena ascensão, ultrapassando, juntos, 5 milhões de pessoas em 2007⁹⁶. O acoplamento entre a prisão e suas variadas formas de modulação a céu aberto mantinha inalteradas as tendências de encarceramento, produzindo uma vasta legião de cativos, dentro e fora dos muros.

Valendo-se, portanto, dos sistemas de comunicação via satélite, os dispositivos de monitoramento ganhavam novos vetores de desenvolvimento. Às

⁹⁶ *Bureau of Justice Statistics*. Disponível em: <https://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cpus10.pdf> (Acesso em 20 de março de 2019).

linhas de força que configuravam o ímpeto punitivo neoliberal somavam-se os avanços da tecnologia militar. E os rumos tomados pelas novidades técnicas apresentadas pelo sistema de justiça ficariam a cargo do cruzamento entre as orientações políticas das autoridades penais do país, os interesses econômicos da indústria do castigo e os anseios de maximização da eficiência tecnológica. Fórmula iníqua que levou o monitoramento eletrônico a constituir-se como anexo virtual da instituição carcerária, distanciando-se de seus enunciados propósitos de substituição à prisão, tornando mais rígidos e onipresentes os controles estabelecidos além-muros e redimensionando as capacidades de supervisão penal a horizontes ilimitados.

Global Preventive Security (Segurança Preventiva Global). É assim que Didier Bigo⁹⁷ mobiliza a sigla referente ao sistema de geolocalização desenvolvido pelas forças armadas estadunidenses e utilizado pela justiça penal. O autor analisa a transversalização das práticas de vigilância, atrelada aos processos contemporâneos de interseccionalidade entre as estratégias de governo do crime e as técnicas de administração da guerra. Para além do intercâmbio de tecnologias, a capilarização de novos mecanismos de controle aparece como efeito e fator propulsor da simbiose tática e cognitiva estabelecida entre as políticas de segurança interna e externa. Os discursos e práticas vinculados às estratégias contemporâneas de securitização são marcados por uma “desdiferenciação” entre os domínios militares, policiais e penais: processo através do qual as forças armadas são convocadas a intervir em questões internas, as polícias se engajam em conflitos transnacionais e os sistemas de justiça criminal passam a dedicar-se ao controle e neutralização do infrator tomado como inimigo íntimo⁹⁸. Daí a relevância analítica, sublinhada por Bigo, de se articular a pesquisa sociológica aos estudos internacionalistas⁹⁹.

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/en/global-preventive-security-and-its-unbearable-lightness/>>. Acesso em 3 de dezembro de 2018.

⁹⁸ Vide as concepções teórico-discursivas fundamentadas pelo chamado Direito Penal do Inimigo, no qual o criminoso é juridicamente desprovido de sua condição de cidadão e tido como elemento a ser aniquilado pela política penal (Jackobs & Meliá, 2009).

⁹⁹ Movimento semelhante é operado por Stephen Graham (2006), que chama atenção para a impossibilidade de se compreender a disseminação de tecnologias de vigilância e monitoramento do espaço urbano sem que se considere a progressiva militarização das cidades como estratégia enfática de gestão pública. Retomando as perspectivas de Paul Virilio e Mackenzie Wark, que posicionam a guerra no centro da análise política, Graham discute as conexões entre os processos globais de urbanização e o repertório técnico e discursivo mobilizado pelas forças armadas estadunidenses. O emprego de tecnologias de geolocalização e de sistemas onipotentes de vigilância constitui um dos principais aspectos do redirecionamento de estratégias militares ao controle de insurgências urbanas e à gestão dos riscos representados pela criminalidade.

Deslocando o olhar para o espaço sideral, Leandro Siqueira (2015) investiga o desenvolvimento de sistemas de sensoriamento remoto a partir de uma análise genealógica das campanhas de ocupação da órbita terrestre, impulsionadas pela corrida armamentista ao longo da segunda metade do século XX. Interessado na rearticulação de exercícios de poder operada pelas atuais *sociedades de controle* (Deleuze, 1992; 2014), Siqueira analisa a instalação de tecnologias de monitoramento em escala planetária, baseadas no acúmulo técnico e científico obtido a partir dos empreendimentos espaciais realizados durante a Guerra Fria.

Proveniente da pesquisa espacial e voltado à perfectibilidade da ofensiva bélica ao inimigo externo, o GPS era agora dirigido a alvos internos, trazendo consigo a reconfiguração diagramática das táticas de controle do crime, orientada pelos objetivos militares de identificação, traçabilidade e perseguição à distância. Precisão e mobilidade passavam a constituir atributos essenciais de um controle penal desterritorializado e munido de tecnologias siderais. As qualidades ilimitadas dos sistemas de 2ª geração tornavam-se mais um atrativo do dispositivo, que já havia iniciado sua deflagração pelo planeta, impulsionada pelas empresas interessadas na abertura dos promissores mercados da Europa, América do Sul e Oceania.

Ainda no final dos anos 1980, após a implementação do monitoramento eletrônico no Canadá (1987), a Inglaterra (1988) iniciou seus próprios programas de rastreamento, combinados ao regime de *probation*. Na década seguinte, a Suécia (1994), Austrália (1994), Holanda (1995), Espanha (1996), França (1997), Argentina (1997) Bélgica (1998) e Nova Zelândia (1999) desenvolveram projetos-piloto que se consolidariam ao longo dos anos 2000 (Kaluszynski & Froment, 2003; Leal, 2011; Nellis, Beyens & Kaminski, 2013). Os diversos modelos de aplicação variavam conforme as orientações políticas dos poderes executivos, legislativos e judiciários de cada país. Os níveis de participação da iniciativa privada na administração e operacionalização da medida também diferiam de acordo com os Estados nacionais. A Inglaterra concedeu amplos poderes de atuação às empresas, que além de fornecerem equipamentos, passavam a ser as principais responsáveis pela gestão das centrais de monitoramento (Paterson, 2013). Nos casos da França, Holanda e Suécia, os agentes privados desenvolviam os aparelhos, mas as centrais permaneceram sob administração estatal (Lévy, 2013; Nellis, 2014).

A Argentina foi o primeiro país latino-americano a implementar o monitoramento eletrônico, tornando-se, pouco tempo depois, um dos parceiros de

autoridades brasileiras que realizaram visitas técnicas ao país vizinho antes de implementarem a medida. A empresa israelense *Elmotech*, uma das mais expressivas do ramo, atuava na província de Buenos Aires fornecendo equipamentos e operando a central de monitoramento que mais tarde seria utilizada em alguns dos projetos piloto realizados no estado de Minas Gerais (Maciel, 2014).

Na década de 2000, o dispositivo se estendeu a outros países europeus, se espalhou pela América Latina e chegou à Ásia, sendo adotado na Alemanha (2000), Itália (2001), Portugal (2002), México (2003), Israel (2005), Dinamarca (2005), Chile (2005), Colômbia (2005), Panamá (2005), República Dominicana (2005), Tailândia (2007) Noruega (2008), Polônia (2009), Bulgária (2009) e Coréia do Sul (2009).

Em junho de 2010 – após três anos de experimentações que envolveram projetos legislativos federais, iniciativas realizadas por empresas nacionais e internacionais, testes efetuados por magistrados locais e autorizações inconstitucionais ratificadas por governadores estaduais –, a medida foi legalmente autorizada pela primeira vez no Brasil. Sua incorporação no ordenamento jurídico do país fora orquestrada por um conjunto de forças heterogêneas e racionalidades ecléticas que reuniam as diferentes matrizes discursivas procedentes dos Estados Unidos e da Europa, organizadas, contudo, em torno das urgências colocadas pelo sistema penal brasileiro. Sua introdução no país promoveria, de um lado, a instalação de uma nova tecnologia de controle no interior do vasto aparelhamento punitivo nacional e, de outro, a formulação de um dispositivo próprio que absorveria as qualidades endêmicas do complexo penitenciário brasileiro.

Capítulo 4

Enunciados convergentes

4.1. O sistema penal produtor da guerra: PCC

O sistema penitenciário brasileiro encontra-se falido. As constantes e recentes rebeliões demonstram a fragilidade e impotência do sistema. Faz-se necessário repassar com urgência a questão da execução da pena. A superlotação dos presídios inviabiliza qualquer fiscalização eficiente dos condenados por parte das autoridades responsáveis. Presos perigosos convivem com outros de menos periculosidade, causando verdadeira promiscuidade e levando os presos a se tornarem cada vez mais perigosos, animais e selvagens. Uma solução que poderia auxiliar no desfogamento dos presídios, combatendo o problema da superpopulação, seria a utilização de dispositivos, como pulseiras eletrônicas, a fim de monitorar os condenados menos perigosos, que cumprem pena no regime aberto. Em vez de se recolherem ao cárcere esses condenados poderiam continuar em suas residências durante o tempo de cumprimento da pena, o que permitiria efetivar um processo de ressocialização desses condenados de modo mais eficiente. Com esse objetivo, apresentamos este Projeto de Lei para o qual contamos com o apoio de nossos ilustres Pares (PL nº 337/07, p. 2-3)

O trecho apresentado acima compõe a justificativa do PL nº 337/07, elaborado pelo Deputado Ciro Pedrosa (PV-MG) e exibido ao plenário da Câmara no dia 7 de março de 2007. Tratava-se da primeira de uma série de propostas legislativas sobre o monitoramento eletrônico apresentadas naquele ano ao Congresso Nacional. Antes dela, os PLs nº 4.342/01 e 4.834/01 haviam sido lançados ainda em 2001, tratando da mesma matéria. Durante cerca de cinco anos, todavia, as propostas de introdução do rastreamento de presos no ordenamento jurídico do país foram deixadas de lado, sendo retomadas somente em 2007, mediante o projeto de Ciro Pedrosa. A partir de então, uma intensa produção sobre o tema traria a discussão de volta à pauta das casas legislativas brasileiras. Entre março e junho de 2007, quatro projetos foram apresentados à Câmara dos Deputados e dois ao Senado Federal, visando a autorização da monitoração eletrônica no Brasil.

Este capítulo acompanha o processo de introdução do monitoramento no país, concentrando-se na implementação legal e institucional da medida. O principal objetivo aqui reside na identificação e análise dos discursos e linhas de argumentação que justificaram e sustentaram a aprovação do controle eletrônico no contexto brasileiro. Além disso, serão detectados alguns dos agentes e agências que conduziram e delinearam a implantação do rastreamento de presos e presas no Brasil, e o conjunto de processos sociais e políticos que os motivaram. Com esse propósito,

parte-se da elaboração dos projetos de lei e dos debates legislativos que se desenvolveram em torno da medida três anos antes de sua ratificação constitucional, concretizada em 2010 mediante a aprovação da Lei Federal nº 12.258/10.

O PL nº 337/07 anunciava alguns dos argumentos elaborados pelos legisladores durante a tramitação das propostas de implementação do dispositivo. Conforme o relator, a pertinência da medida residia no colapso do sistema carcerário brasileiro. Os quadros de superlotação e a debilidade dos mecanismos de gestão penitenciária haviam conduzido ao estado de “selvageria” e “animalidade” que tomava conta dos presídios do país. Se os excedentes populacionais inviabilizavam as possibilidades mínimas de controle prisional, um processo eficiente de redução da população carcerária e reintegração social de apenados constituía-se como condição da capacidade do Estado em tornar exequível a administração do parque carcerário nacional.

À parte a linguagem burlesca, a motivação não era banal. A entrada do século XXI havia sido marcada pelo crescimento exponencial da quantidade de pessoas trancadas nas unidades prisionais brasileiras. De um total de 90 mil indivíduos em 1990, a população carcerária absoluta saltou para quase 233 mil no ano 2000, chegando a 422.373 em 2007. A taxa de aprisionamento subiu de 137,1 pessoas presas para cada 100 mil habitantes no ano 2000, para 229,6/100.000 em 2007, quando o número de indivíduos mantidos presos além da capacidade do sistema aproximou-se de 173 mil¹⁰⁰. A superlotação das prisões, a debilidade ou ausência de assistência médica e jurídica aos detentos e as condições deletérias dos estabelecimentos prisionais teriam como resultado lógico a irrupção de rebeliões no interior das unidades.

Entretanto, o conjunto de violências produzido pelo dispositivo carcerário não se ateve aos perímetros circunscritos pelos muros institucionais. O ano anterior à intensificação da produção legislativa sobre o monitoramento eletrônico seria lembrado na história do país por uma sequência de episódios concatenados que evidenciariam os efeitos explosivos das políticas de encarceramento em massa, para além dos limites do edifício prisional.

No dia 12 de maio de 2006, a notória série de ações coordenadas pelo Primeiro Comando da Capital no estado de São Paulo alarmou as autoridades e a

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>> Acesso em 20 de junho de 2018.

imprensa em todo o Brasil ao escancarar a capacidade destrutiva de uma organização gestada no seio do sistema carcerário. Os chamados “ataques de maio” deflagraram uma megarrebelião em 84 unidades prisionais e mais de 300 atentados a órgãos públicos, delegacias, bases e viaturas policiais, postos do Corpo de Bombeiros, ônibus e agências bancárias (Adorno & Salla, 2007; Dias, 2011; Biondi, 2014; Feltran, 2018). Tratava-se da maior onda de ataques armados cuja ordem partia de dentro das prisões. A alegada “guerra ao sistema” havia sido deflagrada pelo PCC. As ações resultaram na morte de 52 policiais e agentes penitenciários e a contraofensiva estatal levou a pelo menos 221 homicídios praticados pelas polícias no decorrer da semana seguinte¹⁰¹ (Feltran, 2018).

As razões imediatas dos ataques estariam relacionadas à transferência de presos para unidades do interior do estado (Adorno & Salla, 2007). Nada obstante, seus grupos protagonistas e agentes disparadores vinham se fortalecendo politicamente há mais de uma década, nutridos pela fabricação em larga escala de condenados e pelas péssimas condições de encarceramento, que exigiam dos internos a formação de redes de gestão e organização própria como premissa de sobrevivência (Biondi, 2014). Precariedade e superlotação compunham os ingredientes básicos que fariam do aparato carcerário um mecanismo produtor e amplificador da violência. De instrumento corretivo, preventivo ou meramente punitivo, a prisão se convertia em uma espécie de bomba-relógio.

Os episódios de maio de 2006 mobilizaram os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em campanhas que apontavam para direcionamentos político-penais variados. De um lado, procurou-se ativar uma agenda voltada à “modernização” dos sistemas penal e penitenciário, atendendo a convenções programáticas nacionais e internacionais vinculadas à defesa dos direitos humanos. Orientado pelos Programas Nacionais de Direitos Humanos I e II, o Governo Federal perseguiu ações governamentais que objetivavam aumentar a oferta de vagas no sistema prisional e reduzir a superlotação dos presídios (Adorno & Salla, 2007), além de fomentar a incipiente política de alternativas penais por meio da criação, em março de 2007, da Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas (CONAPA). De outro lado, os atentados de 2006 reanimaram os debates cíclicos sobre a redução da

¹⁰¹ Entidades de defesa dos direitos humanos apontam para um total de 493 homicídios no estado de São Paulo entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, dentre os quais constam 52 policiais assassinados, 221 mortos pela polícia e 220 homicídios não esclarecidos (Feltran, 2018, p. 256).

maioridade penal e a aprovação de medidas de endurecimento disciplinar sobre presos e presas. Os “ataques do PCC” desencadearam a aprovação às pressas, pelo Congresso Nacional e pela Presidência da República, das Leis Federais nº 11.464/07 e 11.466/07, as quais autorizavam, respectivamente, a restrição dos direitos de progressão penitenciária e liberdade provisória a indivíduos acusados de crimes hediondos, e a tipificação como falta disciplinar grave do porte e uso de telefones celulares e radiocomunicadores no interior das prisões (Idem).

Dentre as medidas projetadas, acenderam-se as discussões parlamentares sobre o monitoramento eletrônico como modalidade de execução penal. Os acontecimentos de 2006 conformariam um ambiente político e cognitivo próprio à demanda e compreensão das necessidades de estruturação de novas técnicas punitivas extra-cárcere.

Ao longo do primeiro semestre de 2007, os projetos voltados à aprovação do rastreamento de presos ocupariam o Parlamento, mobilizando discursos oriundos das mais diversas matrizes penológicas. Na Câmara, quinze dias após a apresentação do PL de Ciro Pedrosa, o Deputado Carlos Manato (PDT-ES) exibiu em plenário o PL nº 510/07, destacando as potencialidades de reinserção social, economia de recursos e maior segurança viabilizada pela supervisão eletrônica. Segundo o Deputado, a medida propiciaria *“a ressocialização dos condenados, desonerando o Estado e garantindo a tranquilidade que nosso povo precisa nesse momento de inegável falência do sistema penitenciário brasileiro”* (PL 510/07, p. 2-3).

Na semana seguinte, mais uma proposta entraria em discussão no Congresso. Tratava-se do PL nº 641/07, redigido pelo Deputado Edio Lopes (PMDB-RR) e apresentado à Câmara no dia 12 de abril de 2007. Nele, enfatizava-se as necessidades de potencialização das capacidades de controle penal por parte do Estado, além da viabilidade técnica e mercadológica do controle telemático. Conforme a justificativa do projeto,

“É de generalizado conhecimento que o Estado não vem exercendo seu dever de fiscalizar o cumprimento da pena ante a impossibilidade de contratar e manter recursos humanos suficientes para supervisão contínua do reeducando, especialmente quando o condenado é autorizado a deixar o sistema prisional, seja para exercer trabalho externo, seja para resgatar a sanção em regime aberto em face da inexistência de casas de albergado ou estabelecimentos adequados. A total ausência de fiscalização tornou-se, assim, sinônimo de

impunidade. O presente projeto tem exatamente em mira solucionar tal problema, uma vez que permite a fiscalização do condenado, restringindo os locais onde poderá frequentar e permanecer, além de servir como meio de exercer um controle mais eficaz sobre as condições fixadas pelo Juízo na sentença condenatória (...). Podemos afirmar que do ponto de vista de viabilidade tecnológica o presente projeto é passível de execução plena, haja visto, que não só no mercado internacional mas sobretudo no mercado nacional existem empresas aptas para prontamente atender as necessidades impostas pelo presente projeto” (PL 641/07, p. 4-7).

O texto de Edio Lopes mencionava ainda o desenvolvimento de pesquisas, realizadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a respeito dos sistemas de rastreamento utilizados nos Estados Unidos e na Europa, relacionando os custos das diferentes tecnologias de monitoramento às despesas representadas pela pena de detenção. A justificativa do PL previa, a partir de declaração do então diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Maurício Kuehne, que o controle eletrônico poderia atingir cerca de 42% da população prisional, permitindo assim uma *“considerável diminuição da superlotação do sistema carcerário brasileiro”* (Idem, p. 6).

Em 27 de junho de 2007, o PL nº 1.440/07, elaborado pelo Deputado Beto Mansur (PP-SP), concluía o ciclo de propostas apresentadas à Câmara em favor da implementação da medida. Desta vez, sublinhava-se os aspectos humanitários do controle eletrônico, ao permitir ao preso o exercício do trabalho, a participação em atividades educativas e a convivência familiar. Segundo o relator,

Não se pode olvidar que o uso do monitoramento eletrônico contribui muito mais com a humanização e a reintegração do condenado à sociedade, haja vista que se lhe permite trabalhar, participar de cursos e atividades educativas e sobretudo gozar diariamente do convívio familiar. Além disso, constitui medida que pode impedir que condenados de menor potencial ofensivo sejam obrigados a conviver com outros de grande periculosidade, o que sabidamente oferece riscos à sobrevivência ou à integridade física daqueles, além de colaborar para que estabelecimentos se transformem em verdadeiras ‘escolas do crime’. Ademais, sua adoção deve ainda implicar indiscutível vantagem econômica para o Estado, posto que evidentemente as eventuais despesas com as atividades voltadas apenas para o monitoramento eletrônico da localização de condenados seriam bastante inferiores àquelas atualmente incorridas com seu recolhimento e manutenção em casas de albergado ou outros estabelecimentos (PL 1.440/07, p. 7).

Motivações ressocializadoras articulavam-se a argumentos econômicos e propósitos securitários no processo produtivo da legislação federal que autorizaria a monitoração eletrônica de pessoas condenadas. A polivalência do dispositivo atravessava os discursos apresentados à Câmara dos Deputados, cujo denominador comum residia nas urgências suscitadas pela superlotação do sistema carcerário.

Todavia, os projetos que culminaram efetivamente com a aprovação legal da monitoração eletrônica viriam de outra casa legislativa: o Senado Federal. De lá provieram o PLS nº 165/07 e o PLS nº 175/07, apresentados em março de 2007 e elaborados por parlamentares situados em posições supostamente opostas no espectro político-institucional brasileiro, a saber, o Senador Aloízio Mercadante (PT-SP), redator do PLS nº 165/07, e o Senador Magno Malta (PR-ES), autor do PLS nº 175/07.

Expoente da esquerda partidária, Aloízio Mercadante era um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua trajetória política havia sido marcada por atuações contra a ditadura civil-militar e papéis de relevo nos programas econômicos do Governo Luís Inácio Lula da Silva. Magno Malta, por sua vez, pertencia ao Partido da República (PR), sendo uma das principais lideranças da bancada evangélica no Congresso, tradicionalmente vinculada à defesa de pautas conservadoras, tais como a manutenção da proibição do aborto e a repressão resoluta ao narcotráfico, temas aos quais o Senador se dedicou ao longo de sua carreira parlamentar. Apesar das diferenças, as argumentações de ambos evidenciavam um alinhamento notável durante a tramitação de seus respectivos projetos que visavam a aprovação do rastreamento de presos.

Em sessão realizada no dia 25 de abril de 2007 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), Magno Malta reverberava uma antiga fórmula da vigilância disciplinar, à qual atualizava mediante a utilização dos recursos informáticos agora disponíveis: “(...) *Um programa num computador põe uma pessoa dentro do Fórum, uma só, na frente da tela do computador monitorando todos que estão com monitoramento eletrônico. Uma só!*” (Malta, 2007, p. 7), dizia o Senador, reproduzindo o postulado estratégico formulado por Jeremy Bentham, que via na economia e eficiência da política penal a medida e o princípio da correção do delinquente (Bentham, 2008). Na mesma sessão da CCJ, Aloízio Mercadante assinalava: “*Nós estamos dando mais um passo em recuperar a disciplina, o controle*

e ao mesmo tempo introduzir a perspectiva efetiva de recuperação dos presos condenados pelo sistema jurídico brasileiro”. E complementava, afirmando a importância de se criar medidas que impedissem que “organizações criminosas contaminem e controlem o sistema prisional” (Mercadante, 2007, p. 5).

A reunião da CCJ dava início às discussões sobre as propostas de implementação do monitoramento apresentadas ao Senado, tomando como objeto de debate o PLS nº 175/07, de Magno Malta. O texto original previa a aplicação do rastreamento eletrônico nas ocasiões de condenação ao regime aberto e livramento condicional. Ao final daquele dia, o PLS de Mercadante seria apensado ao de Magno Malta, incorporando a possibilidade de monitoramento de saídas temporárias no regime semiaberto. Dessa forma, a proposta aprovada pela Comissão previu a autorização da monitoração eletrônica nos casos de cumprimento de pena em regime aberto, livramento condicional e saída temporária no regime semiaberto.

O texto recebeu o parecer do Senador Demóstenes Torres, filiado ao Partido Democratas (DEM-GO) e então presidente da CCJ. Em seu parecer, Demóstenes destacava os aspectos modernizadores das novas tecnologias de rastreamento e apoiava-se no fato da medida ser adotada em países tomados como referência em matéria de política penal:

Não vislumbro na mera utilização de uma pulseira ou tornozeleira eletrônica qualquer ofensa ao princípio do respeito à integridade física e moral do preso (...) Ademais, o mecanismo de rastreamento eletrônico de condenados, conforme enfatizado na Justificação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2007, já é empregado com sucesso em algumas das principais democracias do Ocidente. Os avanços tecnológicos têm que se fazer presentes no sistema de justiça criminal. É o caso da oitiva de réus e testemunhas por sistema de videoconferência. Dos sistemas automatizados de identificação dactiloscópica usados pelas polícias. Também é o caso do monitoramento eletrônico dos condenados. Tenho como salutar, portanto, a adoção do sistema pelo Brasil (Torres, 2007, p. 2)

O argumento tecnológico era então anexado à série de enunciados que fundamentavam a importação do controle eletrônico de presos ao contexto brasileiro. Tal como fora apregoado nos Estados Unidos e na Europa durante as últimas décadas do século XX, soluções eficientes aos problemas relacionados à escalada do hiperencarceramento exigiam ferramentas modernas. Os discursos que emergiam no Congresso Nacional a respeito da medida ativavam um fascínio político pelas

possibilidades técnicas dos dispositivos de monitoramento, adaptando as linhas de argumentação que haviam circulado nos parlamentos europeus e estadunidenses, baseadas em um pragmatismo tecnológico supostamente neutro do ponto de vista político (Kaluszynski & Froment, 2003).

Do Senado, o PLS nº 175/07 foi enviado à Câmara para apreciação e votação dos deputados. Em sessão ordinária realizada em 14 de maio de 2008, o Deputado Flavio Dino, membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-MA), abria a discussão na Câmara em favor da matéria:

Sr. Presidente, nobres pares, este projeto é daqueles que têm a aptidão de unir a Casa, porque se trata de matéria já muito debatida, seja na Câmara, seja no Senado Federal, relativa ao chamado rastreamento ou monitoramento eletrônico de presos. (...) Os efeitos práticos do projeto encontram-se em 3 planos fundamentais. O primeiro deles é que nós teremos a possibilidade de, hoje, esses benefícios, que são baseados apenas no princípio da confiança, serem acompanhados pelo Estado, mediante esse monitoramento eletrônico. Hoje, portanto, nós não temos nenhuma fiscalização, ou quase nenhuma fiscalização. Com o projeto, teremos o acompanhamento no caso desses benefícios. (...) Então, o segundo ponto positivo, Sr. Presidente, que gostaria de destacar, é a possibilidade de estimularmos essas medidas alternativas para que possamos contribuir para a diminuição da superpopulação carcerária. O terceiro ponto positivo diz respeito aos impactos fiscais da medida. Nós sabemos que cada vaga no sistema penitenciário custará 3 vezes mais do que esse dispositivo eletrônico que não será obrigatório, mas permitido ao juiz determiná-lo no exame de cada caso concreto. Concluo dizendo aos ilustres Parlamentares que aqui estão, Deputados e Deputadas, que este projeto é compatível com os direitos humanos, viabiliza um regime mais favorável de execução da pena, estimula medidas alternativas, ajuda a descomprimir o sistema penitenciário e diminui os custos da administração pública com o cumprimento da pena (Dino, 2008, p. 361).

Flavio Dino era o relator do Substitutivo nº 1.288/07, que apensava ao PLS de Magno Malta os demais projetos em tramitação na Câmara a respeito do monitoramento. Sua fala no plenário sistematizava o triângulo discursivo que ancorava as propostas de implementação da medida, elencando os três principais argumentos que sustentavam sua defesa: 1) Fortalecimento securitário das capacidades de supervisão penal sobre medidas em meio aberto; 2) Estímulo à aplicação de penas alternativas substitutas ao cárcere e 3) Redução dos gastos

públicos com o sistema penal. Modulando-se a tônica dos discursos, eram estes os pontos fundamentais apresentados pelos parlamentares.

Desse modo, ao lado de Ciro Pedrosa, Carlos Manato, Edio Lopes e Beto Mansur, o Deputado Flavio Dino assumiu um papel de relevância na aprovação da medida pela Câmara. Da direita à esquerda, um relativo consenso se estabelecia no Congresso Nacional sobre a pertinência e importância do dispositivo, fosse por suas capacidades de controle, fosse por suas vantagens econômicas, fosse ainda por suas qualidades humanitárias. Raras foram as vozes que apresentaram maiores problematizações aos projetos de lei exibidos no Senado ou na Câmara sobre a matéria. O único questionamento expressivo viria da Deputada Luciana Genro, então integrante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RS). Naquela mesma sessão de maio de 2008, a Deputada apresentou seu contraponto:

Sr. Presidente, colegas, vou destoar dos Deputados que já se manifestaram e do aparente consenso neste Plenário porque nós entendemos que essa política de monitoramento eletrônico de presos em regime semi-aberto não resolve o problema da reincidência, não impede esse condenado de cometer novos crimes e também não vai reduzir a população carcerária. Nós entendemos, em primeiro lugar, que a melhor maneira de impedir que um egresso do sistema penitenciário cometa novo delito, seja no regime semi-aberto ou já em liberdade, é oferecer-lhe condições de ser reintegrado à sociedade. Isso é parte de uma visão de segurança pública integrada com políticas sociais que pode e deve ser executada pelos municípios por meio de programas específicos destinados aos presos em regime semi-aberto, em liberdade condicional ou egressos do sistema penitenciário. (...) A ideia de que preso em regime semi-aberto é uma ameaça à sociedade e, portanto, precisa ser monitorado eletronicamente contraria a própria ideia do regime semi-aberto, que é justamente a compreensão de que esse cidadão tem condições de sair da prisão e ficar no regime semi-aberto. Essa é uma relação de confiança estabelecida com o juiz que vai lhe dar esse direito. Então, nós entendemos que o monitoramento eletrônico causará um constrangimento evidente a essas pessoas, e não será acompanhado de nenhuma política que realmente garanta a esse cidadão a sua reinserção na sociedade (Genro, 2008, p. 372-373).

Luciana Genro antecipava algumas das implicações que seriam concretizadas com a autorização e nacionalização da medida ao longo dos anos seguintes. Sem grandes efeitos, contudo, suas ponderações foram mantidas como dissonância isolada. A proposta seguiu para votação dos deputados. O projeto foi aprovado pela Câmara e

a matéria retornou ao Senado, incluindo, além do monitoramento de pessoas em regime aberto, livramento condicional e regime semiaberto, as hipóteses de fiscalização de indivíduos submetidos a penas restritivas de direito e suspensão condicional da pena.

Em 1 de abril de 2009, uma nova sessão se realizava na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para debater o tema. Desta vez, a discussão seria breve. Parlamentares como Romeu Tuma, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-SP) e Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores (PT-RS), apresentaram de maneira sucinta suas manifestações de apoio ao projeto de lei. O Senado parecia convencido de que a proposta era suficientemente sólida e sua autorização era não apenas oportuna, mas urgente. Sem maiores alterações, Demóstenes Torres emitiu um novo parecer e o projeto seguiu enfim para sanção presidencial.

No dia 15 de junho de 2010, a Lei Ordinária nº 12.258/10 foi aprovada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com um conjunto de vetos que excluía as possibilidades de aplicação da monitoração eletrônica nos casos de regime aberto, penas restritivas de direito, livramento condicional e suspensão condicional da pena. Permaneceram, portanto, as previsões de controle eletrônico das condições estabelecidas pelo juiz quando da determinação de prisão domiciliar ou saída temporária no regime semiaberto (Art. 146-B). Os vetos seriam justificados da seguinte forma pelo Ministério da Justiça:

A adoção do monitoramento eletrônico no regime aberto, nas penas restritivas de direito, no livramento condicional e na suspensão condicional da pena contraria a sistemática de cumprimento de pena prevista no ordenamento jurídico brasileiro e, com isso, a necessária individualização, proporcionalidade e suficiência da execução penal. Ademais, o projeto aumenta os custos com a execução penal sem auxiliar no reajuste da população dos presídios, uma vez que não retira do cárcere quem lá não deveria estar e não impede o ingresso de quem não deva ser preso. (Brasil, 2010b, p. 2)

A compreensão de que o uso do monitoramento nas hipóteses vetadas contrariava os princípios de individualização, proporcionalidade e suficiência da execução penal carecia de fundamentação explícita, já que a atenção ou não a tais premissas dependeria de sua aplicação específica nos casos definidos pelo juiz. Contudo, se o objetivo central da medida era retirar do cárcere “quem lá não deveria estar” e impedir “o ingresso de quem não deva ser preso”, a manutenção da

possibilidade de rastrear indivíduos nas ocasiões de saída temporária no regime semiaberto faria pouco ou nenhum sentido, uma vez que estabelecia um controle adicional sobre pessoas que já se encontrariam em situação de progressão de regime.

De qualquer maneira, a produção legislativa que precedeu a autorização do monitoramento eletrônico no âmbito federal conciliou um conjunto de atores e linhas de argumentação tomados, a priori, como antagônicos ou contraditórios entre si. De políticos vinculados à chamada *bancada da bala* – policiais, ex-policiais ou parlamentares dedicados à defesa do armamento civil e ao endurecimento das políticas penais e de segurança pública – a legisladores ligados a pautas humanitárias, diversas foram as vozes que articularam o processo de formulação da lei que aprovaria a monitoração de presos no país. A tradicional distinção política entre direita e esquerda seria pouco operativa na identificação dos agentes encarregados da produção legal que se realizou em torno da medida. Mais do que isso, desenvolveu-se ao redor do tema um *alinhamento transversal das práticas político-discursivas* em favor do monitoramento, equiparando posições variadas.

No plano dos enunciados, os debates parlamentares promoveram uma convergência de argumentos heterodoxos que faziam coexistir pressupostos teóricos ou ideológicos provenientes de diferentes escolas e princípios criminológicos. As atividades legislativas dedicadas ao tema evidenciaram a versatilidade de uma racionalidade penal pendular por excelência, que oscilava entre a demanda pelo fortalecimento das formas de fiscalização do cumprimento de medidas em meio aberto, de um lado, e a maior eficiência no processo de recuperação de presos, de outro. Tais frentes discursivas se entrelaçaram umas às outras e constituíram o coro eclético em favor da implementação do controle eletrônico de presos no país.

Atravessando o emaranhado discursivo que tecia a concepção legal da medida, a premência do desenvolvimento de técnicas substitutas ao cárcere constituía-se como elemento comum às justificativas que compunham as propostas apresentadas. A frequência de rebeliões revelava a fragilidade da prisão e a necessidade de reformulação do sistema penal, mediada pela implementação de um dispositivo que favoreceria, a um só tempo, a efetiva ressocialização dos condenados e a economia de recursos destinados ao sistema prisional. De uma certa maneira, o argumento fundado na utilidade, eficiência e otimização das práticas penais, promovia o cruzamento entre enunciados econômicos, securitários e reabilitadores que ancoravam a aprovação da monitoração eletrônica. A reintegração social do criminoso era então traduzida em

termos de eficácia utilitária e percebida como urgência, deflagrada pela explosão bélica e demográfica do sistema carcerário brasileiro, escancarada, por sua vez, pelo fortalecimento do chamado crime organizado.

Não se pretende afirmar, com isso, que os ataques do PCC teriam, isoladamente, motivado as autoridades legislativas federais a introduzirem no país os dispositivos de monitoramento eletrônico. Somente uma análise reducionista e simplificadora dos processos histórico-políticos poderia levar a uma conclusão a tal ponto automática. Uma série de outros fatores relacionados à crença entusiasta na tecnologia e aos interesses da indústria da punição em desenvolvimento devem ser considerados e serão assinalados nos próximos movimentos deste capítulo. Entretanto, as justificativas apresentadas nos projetos de lei e a sincronia cronológica de suas elaborações com os episódios de 2006 protagonizados pelo PCC sinalizam a relevância da sequência de rebeliões no processo de implementação legal da medida.

Tampouco seria fortuito o fato de que as primeiras propostas voltadas à autorização do monitoramento eletrônico, elaboradas ainda no ano de 2001, também haviam sido apresentadas pouco tempo depois da irrupção de levantes acionados pelo PCC, quando a primeira megarrebelião coordenada pela facção paulista, em 28 de fevereiro de 2001, mobilizou 29 unidades prisionais em 19 diferentes municípios do estado de São Paulo (Biondi, 2011; Feltran, 2018). Foi a partir desse momento que se produziram os PLs nº 4.342/01 e 4.834/01, apresentados, respectivamente, em março e junho de 2001.

Dessa forma, os cenários de calamidade notabilizados pelas rebeliões prisionais e seus transbordamentos pelo território urbano constituíram fatores de fundamental importância para a propulsão e intensificação das discussões sobre a necessidade de reforma do sistema penal brasileiro, dentre as quais a monitoração eletrônica seria uma das principais estratégias. As campanhas em favor do fomento a penas alternativas ganharam corpo a partir daí, conduzidas por entidades governamentais e representações da sociedade civil organizada. Nessa direção se desenvolveram, por exemplo, as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos III, relativas à *“modernização da política de execução penal”*, elaboradas

pela Presidência da República com o apoio e participação de uma lista extensa de Organizações Não Governamentais¹⁰² (Campello, 2013).

A reação política às fraturas do sistema carcerário seria concebida, portanto, no interior dos contornos político-programáticos estabelecidos pelo próprio sistema penal, reposicionando o projeto reformista como horizonte invariável das estratégias de solução de conflitos, e apontando para o fato de que as revoltas prisionais e manifestações de resistência seriam elas também importantes agentes produtores de política pública.

¹⁰² Ver: *Programa Nacional de Direitos III* (Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf - Acesso em 10 de junho de 2019)

4.2. Guarabira

*Estão no meio de lugar nenhum e não sabem nem em que região está
localizada a Colônia.*

*Do lado de fora, além da vastidão e dos espaços vazios, existe o
silêncio empurrando-os para o nada.*

(Ana Paula Maia, Assim na terra como debaixo da terra)

Conhecida como a “Rainha do Brejo”, a cidade de Guarabira localiza-se no interior do estado da Paraíba, a 98 quilômetros de João Pessoa. Sua fama na região do brejo paraibano deve-se a seu destaque local nos setores de comércio e de serviços. O município de 58 mil habitantes conta com importantes redes comerciais oriundas da capital do estado, e seus moradores ostentam com certa satisfação o slogan regional: “*Em Guarabira, tudo se encontra*”.

No ano de 2007, a vocação da cidade, aliada à iniciativa de um magistrado pessoense e de um empresário de Campina Grande, levariam à primeira experiência de monitoramento eletrônico de presos e presas no Brasil. No dia 13 de julho daquele ano, o juiz e professor de Direito Constitucional, Bruno César Azevedo Isidro, inaugurava seu projeto intitulado “*Liberdade vigiada, sociedade protegida*”, em uma promissora parceria estabelecida com a empresa *Insiel Tecnologia Eletrônica*. Cinco detentos que cumpriam pena em regime fechado no Presídio Regional de Guarabira passaram a realizar serviços em obras públicas, levando consigo pequenas caixas pretas fixadas em seus tornozelos e monitoradas via satélite. Os presos saíam da unidade prisional às 8 horas da manhã para limpar as praças e ruas da cidade, retornado às 17 horas. À noite, dormiam no cárcere enquanto seus equipamentos eram recarregados (Isidro, 2017).

Tratava-se da etapa inicial de um projeto-piloto que reverberaria, pouco tempo depois, nos debates acadêmicos e legislativos a respeito da temática. Ocasão disparadora, mais do que originária, de um programa que já emergia nos discursos de empresários, juristas, deputados e senadores debruçados sobre a ineficácia das políticas penais e penitenciárias no Brasil, mas que agora encontrava ressonância prática pela primeira vez no país. O projeto de Bruno Isidro foi o pioneiro dentre um conjunto de experimentações localizadas de controle eletrônico de presos, que antecederiam, contudo, a autorização legal da medida no plano federal.

Alguns anos mais tarde, o juiz relataria que o princípio de sua experiência de sucesso teria se dado três meses antes, em uma sala de aula, a partir de seu encontro

com o jovem Percival Henriques, então estudante universitário. Isidro ministrava seu curso na Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Paraíba, quando o rapaz sugeriu lhe apresentar o empresário João Pinheiro, dono de uma companhia de rastreamento de cargas em Campina Grande, para que elaborassem um sistema de monitoramento remoto de condenados.

Conforme seu relato,

A idéia surgiu em sala de aula, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, quando explicava o sistema penal nos EUA aos alunos, e à época havia um casal de religiosos brasileiros que estava preso e fazendo uso das tornozeleiras. Nesse contexto, um aluno sugeriu que se eu quisesse, poderia fazer o monitoramento de presos em Guarabira. Dessa aula para a prática que deu início ao projeto, foram três meses. Já que tal aluno me apresentou um amigo, que tinha uma empresa de vigilância eletrônica em Campina Grande, e este topou o desafio, e a idéia de ser parceiro do Juízo das Execuções Penais no projeto do monitoramento eletrônico de presos na Comarca de Guarabira¹⁰³.

A empresa de João Pinheiro ficou responsável pelo desenvolvimento dos equipamentos enquanto Bruno Isidro se encarregava de aplicá-los em sua comarca. Para isso, foram utilizados dois computadores instalados na sede da *Insiel*, nos quais os deslocamentos dos detentos eram observados em um mapa digital; um computador na Vara de Execuções Penais de Guarabira, para que o juiz e sua equipe também realizassem o acompanhamento; e cinco tornozeleiras que pesavam aproximadamente 100 gramas e emitiam sinais de geolocalização por meio do Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM), operado pela rede de telefonia celular. Os testes duraram pouco mais de um ano e o mecanismo foi nomeado de *sistema online*, pelo qual o rastreamento era efetuado de maneira ininterrupta, registrando o posicionamento dos presos por onde estivessem (Isidro, 2017). A tecnologia utilizada correspondia aos sistemas denominados de *monitoramento contínuo*, com capacidade de transmissão de dados 24 horas ao dia.

Um prazo de quatro meses foi determinado para a análise de questões relativas ao peso e anatomia do aparelho, assim como à precisão no registro das informações coletadas sobre a localização dos presos, contando com a cooperação do Instituto de Metrologia e Qualidade da Paraíba (IMEQ/PB). O modelo de aparelho zelava, de

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/praticas/liberdade-vigiada-sociedade-protetida/>> (Acesso em 15 de julho de 2013).

acordo com Isidro, pelo “*maior conforto aos reeducandos e atenção ao princípio da dignidade humana*” (Idem, p. 203).

No ano seguinte, a *Insiel* elaborou um segundo sistema, semelhante aos mecanismos utilizados em países europeus, ao qual denominou de *tornozeleira domiciliar*. O equipamento era especificamente voltado à supervisão de regime domiciliar (ou *monitoramento fixo*), no qual o condenado ou acusado é obrigado a permanecer em sua casa, podendo se ausentar mediante autorização judicial. Um raio de até 400 metros de sua residência poderia ser mantido como margem de flexibilidade. Na ocasião, o sistema foi testado em uma mulher que havia regredido do regime aberto e passaria a cumprir pena em casa sob controle eletrônico (Idem).

A iniciativa do juiz consistia em desenvolver no Brasil um mecanismo tecnopenal equivalente a dispositivos já difundidos em países do norte global, que traziam consigo a expectativa de contenção dos níveis de encarceramento, mediante o uso de tecnologias de localização remota. A primeira década do século assistia ao transbordamento dos estabelecimentos prisionais em diversas partes do planeta, e a possibilidade de efetuar um controle a céu aberto sobre indivíduos condenados pela justiça criminal parecia imbuída de motivos autoexplicativos, particularmente no país cuja população carcerária absoluta ocupava à época o quarto posto internacional.

Balão de ensaio das práticas de controle eletrônico de presos no Brasil, o projeto implementado no improvável município de Guarabira ganhou visibilidade em expressivos meios de comunicação do país¹⁰⁴ e desdobrou-se em uma série de intercâmbios entre os seus idealizadores e membros do Congresso Nacional. A experiência era realizada no rescaldo das rebeliões articuladas pelo PCC em maio de 2006 e o Poder Legislativo empenhava-se na produção de respostas aos problemas desencadeados pela superlotação do sistema prisional. Os debates a respeito do monitoramento eletrônico estavam em curso no Parlamento, mediante a tramitação dos PLs nº 337/07, 641/07, 510/07 e 1.440/07, e dos PLSs nº 165/07 e 175/07.

Bruno Isidro foi convidado a relatar sua experiência piloto à Câmara dos Deputados, no âmbito da CPI do Sistema Carcerário, instalada em agosto de 2007 com o propósito de investigar as causas e apontar soluções para a recorrência de

¹⁰⁴ TV Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J0X7f1nWj0U> (Último acesso em 7 de novembro de 2018); TV Paraíba, filial da Rede Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rGrSyC0IgbU> (Último acesso em 7 de novembro de 2018); ConJur. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2007-jul-13/presos_testam_tornozeleira_eletronica_paraiba (Último acesso em 7 de novembro de 2018).

rebeliões, óbitos não esclarecidos, torturas, abusos sexuais, corrupção de agentes públicos, fortalecimento de “organizações criminosas”, elevação das taxas de reincidência, altos custos de manutenção de presos, dentre outros componentes da cena penitenciária brasileira (Câmara dos Deputados, 2009). Em sessão de audiência pública sobre o uso de tecnologias voltadas ao sistema prisional, realizada em 23 de abril de 2008 em meio à CPI, o magistrado expôs aos parlamentares os procedimentos de seu projeto, manifestando seus anseios de que o Congresso não tardasse a aprovar a legislação que autorizaria o controle eletrônico penal no Brasil: *“Que venha a lei federal, porque unifica o procedimento em um país como o nosso, um país continental”* (Idem, p. 66).

Isidro era um dos principais personagens que conduziam o processo de implementação do monitoramento no país, circulando por fóruns legislativos e judiciários em defesa da medida. Pioneiro e entusiasta de um “direito penal do futuro”, o magistrado seguiu com sua campanha, sendo recebido também no Senado Federal pelos então senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres, interessados na descrição e resultados preliminares de seu projeto. Ambos eram responsáveis pelas propostas que seguiam em tramitação no Senado. A partir da experiência paraibana, iniciou-se a *“corrida entre os principais estados da federação que disputavam para ver qual seria o primeiro a lançar e executar o monitoramento eletrônico”* (Isidro, 2009, p. 221).

Ainda no ano de 2007, o Departamento de Inteligência da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (DIASP-SAP) realizou testes com equipamentos de rastreamento georreferenciado, avaliados por especialistas em informática, eletrônica e segurança. No ano seguinte, o então governador José Serra sancionaria a Lei Estadual Nº 12.906/08, autorizando o controle eletrônico de pessoas no estado de São Paulo. A lei paulista baseava-se em um projeto de lei elaborado pelo Deputado Estadual Baleia Rossi e estabelecia a possibilidade do rastreamento de indivíduos no regime semiaberto. A gestão e operação da medida ficaria sob a responsabilidade da SAP (Campello, 2013; 2014).

Também em 2007, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e o secretário de Estado da Defesa Social, Mauricio Campos Junior, viajaram a Israel com o intuito de conhecer de perto o sistema de rastreamento de presos utilizado no país e estabelecer contato com a empresa *Elmotech*, uma das líderes mundiais do ramo. No ano seguinte, representantes dos poderes Executivo e Judiciário e do Ministério

Público de Minas Gerais realizaram visita técnica à Argentina, primeiro país da América do Sul a utilizar a monitoração eletrônica. Em abril de 2008, iniciou-se um período experimental no estado no âmbito do “*Projeto Piloto de Monitoramento Eletrônico de Pessoas Condenadas*”. Na ocasião, utilizou-se uma das Centrais de Monitoramento instaladas na Argentina, além de uma central localizada em Belo Horizonte (Maciel, 2014).

No estado de Alagoas, as experiências de monitoramento deram-se a partir de agosto de 2008, quando a Intendência Geral do Sistema Penitenciário (IGESP) realizou testes em três indivíduos submetidos ao regime semiaberto e um agente penitenciário, monitorados 24 horas por dia via GPS. Na ocasião, a imprensa local noticiou que a empresa *Monitore Vigilância Eletrônica*, com sede no Distrito Federal, ofereceria os serviços de forma gratuita em um período de testes, para que o Estado conhecesse, na prática, “*as vantagens do serviço e a qualidade do equipamento*”¹⁰⁵. O Intendente-Geral do Sistema Penitenciário de Alagoas, tenente-coronel Luiz Bugarin, afirmava que o equipamento era uma “*mudança de conceito, porque muda a forma de controle dos reeducandos em regime semiaberto, mas de uma forma mais humana*”¹⁰⁶. A IGESP celebrava, ainda, uma economia de mais de 50% com o uso do mecanismo (Campello, 2013).

No mesmo mês, em Pernambuco, quatro presos do regime semiaberto da Penitenciária Agroindustrial São João, na Ilha de Itamaracá, e cinco presas da Colônia Penal Feminina do Recife, participaram do projeto-piloto implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH). A experiência durou 60 dias e contou com tecnologia desenvolvida em parceria pela empresa estadunidense *Security Alert* e a pernambucana *Tron Controles Elétricos* (Idem).

Em novembro de 2008, o Rio Grande do Sul publicou a Lei 13.044/08, autorizando a aplicação do monitoramento eletrônico, direcionado à fiscalização do cumprimento de prisão domiciliar, proibição de frequentar determinados lugares, livramento condicional, progressão para os regimes semi-aberto e aberto, autorização para saída temporária do estabelecimento penal ou prestação de trabalho externo (Rio Grande do Sul, 2008, Art. 1º). O projeto-piloto gaúcho utilizou quatro presos voluntários submetidos ao regime semiaberto, que retornavam às suas residências nos

¹⁰⁵ Alagoas 24 horas. *AL testa monitoramento eletrônico de presos*. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/index.asp?vEditoria=Pol%C3%83%C6%92%C3%82%C2%ADcia&vCod=51634> (Acesso em 16 de julho de 2018).

¹⁰⁶ Idem.

finais de semana, permanecendo obrigados a recolher-se à casa de albergado durante a noite nos dias de semana (Oliveira & Azevedo, 2011).

O estado de Goiás inaugurou seus próprios testes com rastreamento remoto de apenados em fevereiro de 2009. As experiências duraram 30 dias, durante os quais, de início, 10 presos em regimes semiaberto e aberto receberam o equipamento, cuja tecnologia também era importada de Israel (Conte, 2010). O monitoramento era feito por servidores públicos, auxiliados por computadores instalados na Secretaria de Segurança Pública e na Vara de Execuções Penais. Além disso, outros servidores realizaram o acompanhamento externo para averiguação do cumprimento das condições judiciais determinadas (Corrêa Jr., 2012).

No Rio de Janeiro, um projeto de lei a respeito do tema, de autoria da Deputada Estadual Cidinha Campos (PDT-RJ), também tramitou na Assembléia Legislativa e, no dia 3 de setembro de 2009, foi sancionada pelo governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a Lei Estadual Nº 5.530/09. O documento regulamentava o monitoramento de pessoas que cumpriam pena nos regimes semiaberto e aberto. A lei fluminense seria a última legislação estadual a autorizar a medida antes de sua aprovação em âmbito nacional. Paralela às experiências efetuadas nos estados da Paraíba, São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Goiás, a iniciativa integrava o conjunto de experiências de monitoramento que antecederam a lei federal.

Sendo assim, não se pode estabelecer um ponto originário de surgimento ou introdução dos dispositivos de controle eletrônico de presos e presas no Brasil, mas sim uma série de experiências localizadas, conectadas a discursos de fortalecimento do controle penal, otimização dos gastos públicos e humanização das penas. A introdução da medida se deu no país, a partir de 2007, pela prática de magistrados e secretarias estaduais, junto a empresas de segurança privada, telecomunicações, tecnologia da informação ou segurança automotiva. Posteriormente, realizaram-se implementações da medida formalizadas por legisladores estaduais e sancionadas pelos respectivos poderes executivos.

Observe-se, contudo, que as leis aprovadas em âmbito estadual em São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro entre 2008 e 2009 eram todas elas inconstitucionais, uma vez que o Art. 22, I da Constituição Federal de 1988 determina que *“compete privativamente à União legislar sobre direito penal”*. Isso significa

que, constitucionalmente, somente o legislador federal pode sancionar leis relativas à execução penal.

O debate em torno da inconstitucionalidade das leis estaduais mobilizou juristas e passou pela argumentação de governadores e deputados que se ancoraram no Art. 24, I da Constituição Federal, o qual estabelece que assuntos penitenciários podem ser legislados de maneira concorrente entre estados e a União. Dessa forma, o Art. 24, I da CF concederia supostamente aos estados a possibilidade de instituir e regulamentar o monitoramento eletrônico, se este fosse considerado matéria exclusiva do Direito Penitenciário. A discussão confrontava os Artigos 22, I e 24, I, da CF, levantando a dúvida sobre se a medida seria juridicamente caracterizada como exclusiva de Direito Penitenciário, ou requereria alteração na Lei de Execuções Penais, competente à União. Considerou-se, por fim, que o monitoramento de presos não se restringe ao Direito Penitenciário, abrangendo questões relativas ao Direito Penal, já que possui, conforme sublinhado por Pierpaolo Bottini, *“natureza penal de restrição da intimidade (...) tanto daquele que está no sistema prisional quanto daquele situado fora dele, como, por exemplo, aqueles submetidos a penas restritivas de direito ou a prisão domiciliar”* (Bottini, 2008, p. 392).

Entretanto, a medida já era prática introduzida no país, fosse a título de testes, fosse por meio das leis ratificadas inconstitucionalmente nas Assembléias Legislativas estaduais. Em junho de 2010, a Lei Federal nº 12.258/10 autorizaria o rastreamento de presos e presas, sacramentando práticas que já haviam sido inauguradas, a despeito de sua inconstitucionalidade. A Lei nº 12.258/10 alterava a Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84) e estabelecia que caberia ao Judiciário a determinação da monitoração eletrônica nos casos de cumprimento de pena em regime semiaberto ou prisão domiciliar. No ano seguinte, a aprovação da Lei Federal nº 12.403/11 alterou o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/41), incluindo o monitoramento dentre as medidas cautelares diversas da prisão (Art. 319, IX).

Com a aprovação da medida, o controle eletrônico seria então lançado e anunciado como prática econômica, eficiente, modernizadora e favorável à reintegração social de apenados. Eram estas as vantagens do dispositivo atribuídas pelo juiz Bruno Isidro ao projeto por ele concebido:

(...) o monitoramento através das tornozeleiras eletrônicas demonstra-se como meio eficiente e eficaz, que se coaduna com as novas

necessidades dos atuais tempos, pois permite uma constante vigilância de modo econômico e com possibilidade de não perder o convívio em sociedade, o que facilita a ressocialização e consequentemente pode vir a diminuir a reincidência no crime (Isidro, 2017, p. 355).

Na ocasião de sua experiência piloto, o objetivo ressocializador da monitoração eletrônica contribuiu para sua aceitação tanto no Poder Legislativo quanto em meio a entidades voltadas ao fomento e valorização de práticas penais inovadoras e socialmente responsáveis. Durante os primeiros anos de consolidação da política de monitoramento no país, Bruno Isidro seria premiado por sua iniciativa, que estimulava o “*engajamento da sociedade no combate à violência*” (REF).

Mais recentemente, o juiz passou a promover em relatos e entrevistas a ideia de que o uso de tornozeleiras haveria de ser suplantado agora pela utilização de microchips subcutâneos implantados por via cirúrgica na camada intradérmica de condenados ou suspeitos:

“Eu acredito que a tornozeleira representou um primeiro momento no monitoramento eletrônico de presos e ainda está se desenvolvendo e se estruturando em outros estados. Porém, chegou a hora de avançarmos. Em vez da tornozeleira, o monitoramento deveria ser feito por chips. Além de ser imperceptível, dificulta a retirada”¹⁰⁷.

¹⁰⁷ G1. Juiz que iniciou uso de tornozeleira eletrônica no país defende chips para monitorar presos. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/juiz-que-iniciou-uso-de-tornozeleira-eletronica-no-pais-defende-chips-para-monitorar-presos.ghtml>. Acesso em 25 de novembro de 2018.

4.3. O mercado do castigo

O ideal de nossas prisões seria um milhar de autômatos levantando-se e trabalhando, comendo e dormindo, sob a influência de correntes elétricas produzidas por um único vigia. Assim se pode economizar; mas tampouco tem de extraordinário que homens reduzidos à condição de máquinas não sejam, uma vez livres, os homens que a vida social necessita (Kropotkin, 2012, p. 17).

A cena ironicamente evocada por Piotr Kropotkin ainda no final do século XIX era parte de seus estudos a respeito das prisões russas e francesas e do papel desempenhado pelo sistema de justiça da época, quando os regimes de trabalho forçado assumiam funções fundamentais na mecânica produtiva rebocada pela fábrica. Usinas e oficinas se instalavam em instituições carcerárias que encarregavam-se de prover e concentrar em suas dependências uma determinada quantia de mão de obra gratuita ou a baixos salários. *“Quem quer que se aproxime da imensa muralha circular, que segue pendente a uma distância de quatro quilômetros, acreditaria estar junto a uma pequena população operária e não em um cárcere”* (Idem, p. 8), observava o geógrafo anarquista, cujas pesquisas sobre sistemas prisionais haviam se iniciado contra sua vontade, quando de sua detenção no ano de 1872 pelo governo czarista.

A esta altura, contudo, sabemos que o vigia solitário imaginado por Kropotkin não teve condições de operar, por ele mesmo, as diversas técnicas de controle e punição que se complexificaram no avançar dos séculos. Toda uma rede profissional e tecnocrática de guardas, fiscais, agentes penitenciários, monitores e supervisores técnicos, servidores públicos e privados, tem sido posta em funcionamento como componente humano dos agenciamentos maquínicos que constituem os novos mecanismos de controle de apenados. É também nesse sentido que o modelo panóptico seria insuficiente para explicar os diagramas de poder configurados pelos sistemas contemporâneos de monitoramento remoto.

Por outro lado, a imagem virtual de prisioneiros automatizados, gerenciados pela mediação de correntes eletrônicas, encontra hoje sua mais completa atualização nos dispositivos de rastreamento de presos em regime de trabalho externo. Comandados por sistemas de alertas, milhares de detentos são enviados todos os dias aos seus postos de trabalho, que mais se assemelham a prolongamentos das unidades prisionais às quais eles retornam no final da jornada. É assim nos Centros de

Progressão Penitenciária do estado de São Paulo e nas Casas de Albergado do Rio de Janeiro.

Mas Kropotkin prosseguia: *“Chaminés fumegantes, quatro delas enormes, máquinas a vapor, uma ou duas turbinas e o monótono ruído de engrenagens em funcionamento: isso é o que se vê e se ouve no momento”* (Idem). Tratava-se da descrição da Prisão Militar de Brest, situada na Bretanha, norte da França. Os sistemas penal e econômico já se alimentavam mutuamente, fosse pela produção industrial a partir da mão de obra prisional, fosse pela repressão e contenção das sublevações operárias contra os regimes de exploração do trabalho fabril (Idem).

Algumas décadas depois de Kropotkin, Georg Rusche e Otto Kirchheimer (2004) desdobrariam e aprofundariam as análises a respeito das correlações entre as práticas punitivas e a estrutura sócio-econômica européia e estadunidense durante a Era Moderna. Afastando-se das teorizações que viam o castigo como mera consequência jurídica do crime, Rusche e Kirchheimer investigam a história da punição no Ocidente, indagando quais os motivos que fazem com que determinadas técnicas penais sejam adotadas ou rejeitadas em uma dada configuração social. Em um mundo que oscilava entre a livre concorrência e o capitalismo monopolista, a regulação do mercado de trabalho e a absorção de um crescente exército industrial de reserva, gerado pelas transformações do sistema produtivo, passavam a depender de instituições penais aptas a disciplinar o trabalhador desviado e a equacionar a balança de oferta e demanda da força de trabalho (Idem). Estabelecia-se então a recíproca cumplicidade entre a máquina carcerária e o aparato industrial.

Hoje, seria difícil fazer crer nos sistemas penais como instrumento econômico-político de formação e adestramento de mão de obra obediente, tal como nos séculos XVIII e XIX. No Brasil, apesar das atividades laborais remanescentes em certas unidades prisionais – e dos enunciados retóricos que reafirmam o trabalho como método de penitência –, a ausência de emprego e o excedente populacional do sistema carcerário conjuram a viabilidade de se fazer da prisão um simulacro da oficina, da empresa ou da fábrica. Uma série de atividades econômicas se articulam *com e a partir* da prisão, mas que não podem ser resumidas à conformação de uma força produtiva dócil e útil, à semelhança daquela encontrada por Rusche e Kirchheimer e analisada posteriormente por Michel Foucault (1987). A delinquência fabricada pelo cárcere escapou ao seu programa e capacidade de domínio.

Entretanto, a participação de agências e agentes econômicos se faz cada vez mais presente nos projetos de reformulação das estratégias penais. Enquanto empresas privadas se ocupam de atividades básicas do exercício punitivo (edificação de estabelecimentos penitenciários, fornecimento de serviços de alimentação, equipes de segurança prisional, funções administrativas, etc.), entidades estatais mobilizam não apenas uma gramática econômico-empresarial como eixo orientador da política penal, mas assumem funções práticas de negociação comercial e financeira dos programas de gestão do crime, fazendo das esferas securitárias e penitenciárias um terreno profícuo de reprodução do capital (Minhoto, 1997; 2002; Pastoral Carcerária, 2014; Aviram, 2016). É este cruzamento mútuo entre os domínios penal e econômico que se compreende aqui como um processo de *governamentalização do sistema penal*, característico da governamentalidade neoliberal e de sua penalidade correspondente (Foucault, 1979; 2008a). Autoridades públicas se passam por empresários e empresários se passam por autoridades públicas no processo produtivo das práticas punitivas. A própria lei penal passa a ser elaborada e instituída a partir desse intercâmbio (Aviram, 2016).

O desenvolvimento e deflagração de tecnologias securitárias provoca atualmente um novo impulso a esse processo, oferecendo à indústria de eletrônicos um campo fértil de atuação. Se de um lado, a pulverização de aparatos eletrônicos voltados ao ramo prisional converte presos e presas em “*consumidores cativos da indústria do controle do crime*” (Christie, 1998), de outro, sua disponibilização ao consumo estatal ativa e alimenta o imaginário fetichista de legisladores em torno dos sistemas eletrônicos de segurança (Paterson, 2013). Tecnologia de ponta e otimização de custos demonstram seus próprios poderes de fascinação.

Revisitando ainda Piotr Kropotkin, a economia de recursos viabilizada pela produção de prisioneiros autômatos sob a intervenção de estímulos tecnológicos é reposicionada no horizonte distópico dos atuais operadores de um mercado em ascensão e nutrida por um complexo industrial florescente, cujo produto negociado é a inflição do castigo. Todavia, a inventividade do mercado já não parece concentrar-se na potencialização das capacidades produtivas do trabalho prisional, dedicando-se, antes disso, aos procedimentos biotecnológicos de administração da superpopulação carcerária, seja pela criação de métodos de supervisão penal a céu aberto, seja pelas tentativas de aniquilação calculada das possibilidades de revolta no ambiente prisional.

*

Câmara dos Deputados, 23 de abril de 2008.
Audiência Pública à CPI do Sistema Carcerário:

O SR. CHARLES SABA – *Boa tarde, Deputados. É uma honra estar aqui hoje. Muito obrigado pelo convite. (...) Eu vim aqui falar sobre um equipamento não letal chamado Taser. (...) Uma pistola que conduz através de uma onda elétrica, uma onda T, que trava o cérebro levando o ser humano a travar e cair ao solo. Ela funciona com uma mira a laser, como tem aqui atrás de mim, apertando o gatilho centelha a 50 mil volts (ruído de disparo) e a duração do tiro é de 5 segundos. A pessoa vai para o chão. É instantâneo, porém não há lesão permanente, nem lesão letal. Então o equipamento que nós utilizamos custa 779 dólares, é barato para salvar a vida desses homens aqui quando isso é necessário. Eles têm uma arma letal, que é de uso excepcional. Esta aqui, não letal, é de uso diário. Aquela é seguro de vida, esta aqui é seguro de saúde.*

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ – *Qual é o efeito dela, por favor?*

O SR. CHARLES SABA – *O efeito dela é que ela trava os músculos da pessoa atingida e a pessoa vai para o chão. (Câmara dos Deputados, 2008, pp. 17-18).*

Naquela tarde de abril de 2008, a sessão de Audiência Pública sediada pela Câmara dos Deputados dedicava-se à exposição de instrumentos tecnológicos disponibilizados pelo setor privado ao sistema penitenciário brasileiro. Os expositores representavam empresas de segurança e fabricantes nacionais e internacionais de produtos voltados ao domínio penal. Havia sido convidados por membros do Executivo e do Legislativo, interessados nas soluções oferecidas pelo mercado às mais recentes instabilidades do sistema carcerário.

Charles Saba era Presidente da *USPIT*, empresa estadunidense dedicada ao treinamento especializado nas áreas de Segurança Pública e Defesa Civil, e Consultor Permanente para o Comitê Latino-Americano das Nações Unidas sobre Requisitos Mínimos de Manutenção de Detentos. Trazia ao Congresso as novidades desenvolvidas por sua empresa ao universo prisional. Ao longo de sua apresentação, explicou o funcionamento da pistola *Taser*, esclarecendo suas qualidades técnicas e a contenção de gastos possibilitada pelo seu uso, em comparação ao armamento letal.

Segundo Saba, o equipamento era inequívoco: “*Você trava e o nome da queda do ser humano ao solo é ‘tampo de privada’, você enrijece e vai para o chão*” (Idem, p. 19). O armamento de eletrochoque atuava no sistema nervoso, paralisando seu alvo em frações de segundos.

Na sequência de sua fala, Antônio Carlos Magalhães Soares, Diretor de Relações Institucionais da *Condor Tecnologias Não Letais*, apresentou ao plenário uma série de artefatos concebidos para contenção de distúrbios:

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES SOARES – (...) Nós temos uma família de produtos. (...) Vou passar rapidamente falando de cada uma. Aqui, primeiro, as munições de impacto controlado, que são as famosas balas de borracha. (...) Essa é uma linha nova de munição tanto de impacto controlado, como ogivas explosivas, ogivas com gás lacrimogêneo e até iluminativas. (...) Munições químicas que são disparadas por uma arma 12, ou 37/38, que é uma arma com calibre bastante grande, dispara um pó com lacrimogêneo que incapacita por bastante tempo. (...) Essa granada é uma granada para adentramento, ela provoca um ruído bastante intenso que atordoa o criminoso. Então, ela é jogada dentro do ambiente, e o grupo tático tem um tempo de 6 a 7 segundos para agir, e é muito eficiente. Granadas de impacto. Também é uma novidade para ser usada em ambiente carcerário. (...) Tem situações que se resolvem com uma pistola elétrica; tem outras que não se vai conseguir resolver com a pistola elétrica, vai-se precisar de uma bala de borracha, ou de uma granada de gás lacrimogêneo. (...) Então, dessa maleta, tem um certo número, uma diversificação de itens que podem ser usados. Isso, dentro de uma penitenciária dá uma versatilidade operacional muito grande (Idem, p. 28).

O mercado estava armado para a guerra declarada contra o crime e a manutenção da ordem dentro das prisões. Se o poder público pretendia recuperar a capacidade de gestão do sistema carcerário, a iniciativa privada via na crise penitenciária uma ampla janela de oportunidades.

Antônio Carlos Magalhães Soares trazia ao Congresso uma amostra generosa de produtos. Munições de emissão lacrimogênea; pirotécnicos de sinalização; granadas explosivas de borracha maleável; sprays de pimenta sem registro fisiológico; granadas fumígenas com efeito incapacitante; munições plastificadas que não penetram no corpo; lanternas com efeito de cegueira momentânea, dentre outros. Além de apresentar cada um dos artefatos, o representante da *Condor* justificava a pertinência dos produtos e demonstrava seus conhecimentos na área de conflitos urbanos:

(...) A natureza dos conflitos mudou. Hoje, esses conflitos são travados nas cidades. As guerras no passado eram travadas em locais definidos, em campos de batalha. Hoje, o que se vê é que a guerra nas cidades e essa situação exige novas doutrinas e tecnologias compatíveis com essa realidade. Na segurança pública, a evolução do crime expõe os agentes da lei a graves riscos, exigindo treinamento, capacitação profissional e recursos materiais adequados para agirem com eficácia e de forma humanitária, o que se consegue primordialmente pelo emprego de tecnologias não letais. Existe uma exigência mundial nessa questão humanitária, no trato com o delinquente, com o criminoso, não só em ações de segurança pública como na guerra também (Idem, p. 23).

O empresário mencionava alguns dos principais aspectos da reconfiguração dos *estados de violência* contemporâneos (Gros, 2009) e do chamado *novo militarismo urbano* (Graham, 2011), atentando às necessidades de equacionamento entre a neutralização armada do inimigo interno e o respeito às convenções humanitárias internacionais. A contextualização de seu discurso posicionava a prisão no centro nevrálgico dos conflitos nas cidades e atribuía ao setor privado um papel de relevância no combate ao crime. E a sessão dedicada à CPI do Sistema Carcerário se transformava em feira da punição.

As exposições pareciam animar os parlamentares, que ao final de cada apresentação solicitavam detalhes a respeito das capacidades técnicas, custos e implicações políticas do uso dos artigos apresentados. Equipamentos de Raio-X; detectores de metais; *bodyscanners*; circuitos fechados de televisão; câmeras móveis 360°; sistemas integrados de câmera IP com revestimento blindado; mecanismos biométricos de controle de acesso; sensores infravermelho para acionamento de alarmes, dentre uma série de outros artefatos securitários voltados ao consumo penitenciário compunham o arsenal oferecido aos deputados presentes na audiência.

Em meio aos convidados, os empresários Sávio Bloomfield e Hebert de Souza apresentaram ao Parlamento as diversas vantagens dos emissores portáteis, softwares de controle e Centrais de Monitoramento que suas companhias colocariam à disposição do Estado. A paraibana *Insiel* não era a única empresa a elaborar sistemas eletrônicos direcionados à aplicação de uma nova modalidade de execução penal, sem que sequer houvesse uma autorização legal para a medida.

Posterior à fala de Antônio Carlos Magalhães Soares, a palavra era de Sávio Bloomfield:

Boa tarde. Parabênizo esta Casa pela iniciativa (...). Minha empresa chama-se Spacecom, a empresa é voltada ao desenvolvimento de produtos eletrônicos e também temos uma parceria com o Instituto para o Desenvolvimento de Tecnologia – LACTEC, do Paraná. Bom, a Spacecom é uma empresa 100% nacional, nós somos a única fabricante no Brasil de equipamentos de monitoramento eletrônico de preso (...). Nós denominamos nosso sistema de SAC-24, ou seja, Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas. Ele é um sistema que visa a fazer a monitoração dos presos com a utilização de tornoeleiras eletrônicas (Câmara dos Deputados, 2008, 52).

A Spacecom era então apresentada à casa encarregada da produção legislativa no país. A exposição de Sávio Bloomfield enfatizava os benefícios técnicos, sociais e econômicos do sistema desenvolvido pela empresa, apto a propiciar uma melhor reintegração social dos presos e garantir a redução de gastos para com o sistema penal. Dialeto comum à interface público-privada e argumentação central no interior de uma razão criminológica que encontrava seu espaço no imaginário político-criminal brasileiro, os parâmetros de custo-eficiência eram destacados pelo empresário em sua participação na Audiência Pública.

(...) As vantagens nesse tipo de serviço, como nós vimos aqui, é de retirar aqueles presos ou acompanhar aqueles presos que estão em regime de progressão de pena. As principais vantagens são: a área social, possibilitar ao apenado um melhor retorno à sociedade, fazendo com que o Estado faça seu acompanhamento após ele sair do presídio ou do albergue no regime aberto ou em prisões temporárias; uma economia também, uma redução nos custos hoje, que o gasto do Governo, aproximadamente, como já foi dito aqui nesta comissão, é em torno de 1.300 reais mensais por apenado. Esse equipamento poderia trazer os custos a cerca de 50% ou 40% desses custos para o Governo. (...) O sistema desenvolvido pela Spacecom é composto de 2 unidades: 1 tornozeira que pesa menos de 80 gramas e 1 unidade portátil de rastreamento. Por que é feito em 2 peças e não em 1 peça? Ele é feito para se ter maior segurança, para evitar que o apenado possa envolver em seu tornozelo papel de alumínio em torno do equipamento e deixar de comunicá-lo. Quando você tem 2 equipamentos um no outro, ele faz toda essa detecção para saber se está sendo encoberto ou não, para evitar a fraude de localização do preso, muito comum em sistemas únicos. Bom, esse equipamento, que é essa caixinha aqui, ela é responsável pela captação do sinal do satélite e armazenamento das informações da proximidade do preso que está utilizando essa tornozeira. Então, ele capta as informações geográficas, armazena as informações da tornozeira dizendo que o preso está próximo a ela e envia à Central. Como é que o preso utiliza isso? É tão prático que eu uso, estou usando, e ninguém notou. Eu uso

na minha cintura e uma tornozeleira no meu pé. A minha mulher está sempre me monitorando. (Risos). (...) Nós resolvemos investir nessa tecnologia nacional porque nós detemos a tecnologia e queremos contribuir para esse problema aqui no Brasil” (Câmara dos Deputados, 2008, p. 52-54).

Em sua longa apresentação, Sávio Bloomfield relatava ainda que mantinha interlocução com o Departamento Penitenciário Nacional desde 2004, quando o então representante do DEPEN, Mauricio Kuehne, e o diretor de Políticas Penitenciárias, Alexandre Cabana, visitaram a sede da companhia na cidade de Curitiba (Câmara dos Deputados, 2008, p. 59).

Alguns anos mais tarde, Alexandre Cabana seria investigado pelo próprio Ministério da Justiça, sob a suspeita de participar do contrabando de câmeras, microfones e demais equipamentos fornecidos ao DEPEN pela empresa *Segurança e Vigilância Patrimonial*. Cabana teria conduzido a aquisição de aparelhos pirateados que compunham a plataforma de inteligência instalada na Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Catanduvas, no estado do Paraná. Conforme relatório produzido pela Seção de Execução Penal de Catanduvas, das 210 câmeras de vídeo instaladas na unidade de segurança máxima, apenas 93 funcionavam. A suspeita era de que os equipamentos haviam sido contrabandeados do Paraguai a um preço de 600 mil reais, quando o valor do contrato era de 6 milhões¹⁰⁸.

De qualquer maneira, os encontros relatados entre os representantes do DEPEN e o dono da *Spacecom* mostravam que as negociações entre os setores público e privado no incipiente mercado nacional de sistemas eletrônicos de monitoramento de presos não se restringiam às arenas legislativa e judiciária, e se revelavam anteriores ao próprio projeto encabeçado pelo juiz Bruno Isidro e a empresa de rastreamento de cargas de João Pinheiro na cidade de Guarabira. Três anos antes do projeto paraibano, as pesquisas e investimentos privados na tecnologia necessária à implementação da medida já eram realizados pela *Spacecom*, e o DEPEN sinalizava seu interesse nas novidades ofertadas por uma embrionária indústria brasileira do controle penal em meio aberto. A nova política penal vinha sendo discutida entre os representantes da *Spacecom* e do DEPEN desde 2004.

¹⁰⁸ ConJur. *MJ vai investigar câmeras piratas em presídios*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jan-13/ministerio-justica-investigar-cameras-piratas-presidios-federais> - Acesso em 23 de novembro de 2017).

A audiência na Câmara prosseguia. Após a apresentação de Bloomfield, era a vez da concorrência. O empresário Hebert Saul de Souza, Diretor Técnico da *STOP/BR*, exibiu aos deputados o mecanismo de rastreamento desenvolvido pela companhia que representava:

(...) o produto que a gente tem pra apresentar, como diz o Dr. Sávio, é um produto de monitoramento eletrônico para presos, utiliza somente uma peça, a gente só está trabalhando com uma peça única. Se vocês quiserem dar uma olhadinha (...). E a STOP/BR já é uma empresa que já está situada no Brasil (...). A gente usa um software chamado de Very Tracks, que já está rodando em uma versão em português. A nossa sede é em Houston, no Texas; atuação em todo o território brasileiro para a América do Sul. (...) Bom, tecnologia patenteada; a implantação é muito simples, é um produto único, de um único device, uma única peça (...) Não há o falso alarme da braçadeira que sumiu, que acontece com alguns dispositivos de 2 peças. E é um revolucionário software de GPS. (...) Ai a gente tem um breve comentário sobre onde podem ser usados, não é? Condenados de livramento condicional, infratores de regime semi-aberto, tal como já foi até mencionado pelo Deputado. Pessoas que estão em julgamento não deveriam estar fazendo a escola, o mestrado, o doutorado do crime (...). Então, acho que esse lado social que todos nós já comentamos, que é muito importante, é o fato principal a ser evidenciado nisso (Câmara dos Deputados, 2008, pp. 68-71).

Sublinhando suas preocupações sociais, o diretor da empresa texana não deixava de enfatizar as vantagens técnicas de seu produto em relação ao sistema apresentado anteriormente pelo dono da *Spacecom*. A corrida no interior do novo mercado se iniciava na Câmara. E os parlamentares intervinham, expondo suas dúvidas aos representantes das empresas.

(...) O SR PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Eu queria só fazer uma pergunta. O custo que tem sido apresentado, custo por preso do monitoramento eletrônico, ele é baseado realmente no custo do equipamento ou ele é baseado no custo que um preso supostamente tem para o Governo brasileiro hoje?

O SR SÁVIO BLOOMFIELD – Ele é composto de diversas variáveis. Um, na quantidade de informação que o governo vai querer, na redundância do sistema, na redundância da central, na quantidade de equipamentos a serem produzidos para se fazer a monitoração e se ele deseja comprar o equipamento ou se ele deseja alocar e que seja prestado o serviço. Então, é uma variável.

A esse respeito, a assertiva difundida de que os mecanismos de monitoramento eletrônico permitiriam uma redução dos gastos representados pelo sistema penal requer uma ou duas ressalvas. Em primeiro lugar, os dados referentes aos custos dos sistemas de monitoramento são demasiado imprecisos, na medida em que as pesquisas de avaliação de impacto econômico apresentam resultados consideravelmente disparatados¹⁰⁹, ao levar em consideração de maneira pouco rigorosa ou uniforme os gastos necessários com profissionais (técnicos de monitoramento, assistentes sociais, psicólogos, agentes penitenciários) e manutenção das estruturas físicas (centrais de monitoramento, centrais de alternativas penais, núcleos especializados), necessários à aplicação da medida. O cálculo restrito aos preços dos equipamentos de monitoração é evidentemente falacioso (Lévy, 2016). Ademais, tende-se a comparar os custos dos programas de controle eletrônico com a média de gastos despendidos com o sistema prisional, ao passo que os primeiros concentram-se, via de regra, na chamada “ponta leve” do sistema penal, ou seja, indivíduos em fase de progressão de pena ou condenados a medidas penais em meio aberto, ou ainda pessoas submetidas a medidas processuais diversas da prisão, que requereriam estrutura menos custosa do que aquela direcionada às unidades penitenciárias, ou prisões de segurança máxima, que elevam a média dos gastos destinados ao setor penitenciário¹¹⁰. Nesse sentido, a comparação entre os custos do monitoramento eletrônico e os gastos representados pela prisão segue o mesmo raciocínio enganoso dos cálculos de custo de estabelecimentos prisionais privatizados em relação às instituições estatais. Como bem observam Minhoto (1997), os modelos privados reservam-se a presos considerados de “menor periculosidade”, que mobilizam estrutura securitária menos rígida e, portanto, mais barata, tornando a comparação inverossímil. A principal e derradeira observação relacionada à questão econômica repousa sobre o fato de o monitoramento eletrônico não ser aplicado de maneira substituta à prisão, constituindo, assim, um gasto suplementar. Investe-se na estruturação da política de monitoração eletrônica, adicionalmente aos investimentos na ampliação do parque carcerário.

¹⁰⁹ Na Europa, as pesquisas de avaliação dos custos de programas de monitoramento apontam para uma variação de 2,64 euros na Estônia a 100 euros na Noruega. Os cálculos utilizam bases diferentes, dificultando uma avaliação fidedigna dos encargos econômicos da medida. Nos Estados Unidos, os gastos oscilam entre 8,60 dólares e 23,66 dólares, sem que se leve em conta os custos com profissionais envolvidos na aplicação do monitoramento (Lévy, 2016, pp. 5-7).

¹¹⁰

De todo modo, considerando a participação ativa do setor privado no processo produtivo da lei que autoriza e regulamenta o rastreamento de condenados no Brasil, deve-se ter em conta que o acoplamento aparentemente heterodoxo entre o discurso correcionalista e o argumento econômico obedeceu em grande medida ao interesse latente da indústria brasileira do controle do crime na ampliação de sua clientela. É evidente que a preocupação manifestada pelos representantes da *Spacecom* e da *STOP/BR* com a reintegração social dos condenados há de ser compreendida como artifício publicitário, mais do que como compromisso a esta ou àquela escola criminológica ou linha de interpretação das reais finalidades da pena.

Entretanto, tal composição discursiva demonstrava sua própria eficácia nos procedimentos de construção legislativa, e a campanha pela implementação do monitoramento eletrônico era marcada por uma transversalidade de interesses, de enunciados e de atores, por meio da qual a preocupação fundada no cálculo de custo-eficiência, vinculada às expectativas pela universalização do produto penal em questão, manifestava-se de maneira indiferenciada tanto por empresários quanto por deputados, senadores e juízes. Se o argumento social emergia nos discursos dos fabricantes, conferindo ao agente privado função análoga à de legislador, o léxico mercadológico não deixava de ser reproduzido tanto no Legislativo quanto no Judiciário, convertendo as arenas jurídico-políticas em uma sorte de balcão de negócios.

Essa “*desdiferenciação funcional e radical*” (Minhoto e Gonçalves, 2015) entre os sistemas jurídico, político e econômico – alavancada pelo espraiamento generalizado de práticas e racionalidades de governo espelhadas na forma empresa – tem suas próprias consequências quando o bem de consumo sobre o qual se negocia é a punição. Consequências estas que seriam menos relacionadas à deterioração das dimensões ontológicas das esferas públicas ou privadas do que à fatídica influência política de grupos corporativos na definição das pautas e agendas de política criminal, desdobrada na expansão ilimitada do público consumidor da pena como condição de lucratividade.

Sustentado, portanto, por uma economia penal cujo terreno de atuação já não se limita à prisão – alimentando-se, antes, de sua crise permanente – o dispositivo de monitoramento encontrou no sistema punitivo brasileiro um solo fecundo. Seus agentes propulsores trafegavam entre os três poderes e o universo corporativo, ordenando as condições políticas e semânticas de sua instalação. Dos debates

legislativos na Câmara e no Senado à sua autorização constitucional pela Presidência da República, passando pela iniciativa de fabricantes nacionais e estrangeiros, além de projetos-piloto conduzidos por magistrados e secretários de governo, a implementação da medida articulou-se no país a partir das trocas e contatos estabelecidos entre atores públicos e privados reunidos em torno das respostas que os avanços tecnológicos ofereciam às instabilidades do sistema carcerário.

Em menos de uma década, os programas estaduais de monitoração se estruturaram em praticamente todas as unidades federativas. O desenvolvimento da política de monitoramento ao longo dos anos de 2010 levaria mais de 51,5 mil pessoas a serem rastreadas pelo sistema penal brasileiro em 2017, sem que se verifique qualquer indício de promoção dos alegados objetivos de desencarceramento ou substituição da prisão pela punição em meio aberto. Ao largo de uma mudança de paradigmas, a medida reposicionava a prisão como técnica central de administração de conflitos e redimensionava as capacidades de controle por parte do Estado e de seus parceiros privados.

Mas a consolidação do dispositivo na política penal e penitenciária brasileira não se realizou sem que produzisse seus próprios impactos na vida cotidiana daqueles aos quais ele se endereçava. Talvez seja essa a maior transformação implicada pela aplicação da medida, a despeito da manutenção da prisão como forma punitiva basilar e prioritária. A penalidade neoliberal fundadora dos programas de monitoramento teria como efeito correlato a conformação de um novo sujeito penalizado reenviado à sociedade e responsável pela pena que se inscreveu sobre seu corpo. Se do ponto de vista político, a implementação inicial da monitoração eletrônica no Brasil apresenta mais continuidades do que rupturas, ao manter inalterada a evolução dos níveis de encarceramento, do ponto de vista subjetivo e microfísico, o dispositivo inaugura a conformação de novas formas de individuação punitiva, proporcionando deslocamentos fundamentais em relação ao sujeito confinado.

Capítulo 5

Tecnofísicas do controle

5.1. Sem controle

Juiz: Nós estamos na fase de analisar as informações da SEJUS. Informar com vencimentos. Porque a gente tem dúvidas sobre o que é falha do equipamento, o que é falta por parte do apenado. Esse é o momento que a execução penal está vivendo. O que é falta? O que é falha do equipamento? Tanto é que a gente muitas vezes já fez audiências com o pessoal aqui do monitoramento pra tirar dúvidas em audiência, pra decidir sobre aquele caso específico.

Coordenadora: Agora vai vir uma pessoa pra explicar o sistema, porque o desconhecimento do sistema e do que está no relatório gera essa dúvida. E você já entendendo como o sistema funciona, fica mais fácil até pra confiar no relatório.

Juiz: Perfeito.

Era julho de 2017 quando da visita do Juiz à Célula. O Ceará experimentava alguns dos impactos mais agudos da histórica ruptura entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital. As audiências realizadas junto à equipe de monitores tinham por objetivo esclarecer o Poder Judiciário a respeito do funcionamento de um mecanismo que forneceria subsídios ao enfrentamento das situações de violência recentemente instauradas no estado. Era necessário compreender melhor os dados produzidos pelos sistemas de rastreamento de presos para que a Justiça finalmente se apropriasse de uma política penal desenvolvida para conter a crise penitenciária que atravessava muros e abalava o sistema de Segurança Pública.

No mês anterior, seis pessoas haviam sido alvejadas em uma casa de veraneio na praia do Porto das Dunas, a 40 quilômetros de Fortaleza¹¹¹. Uma festa que celebrava a soltura de um rapaz acusado de liderar uma quadrilha de drogas sintéticas terminava com dez homens encapuzados invadindo a mansão a tiros de pistola .40. Nove dias depois, cinco pessoas seriam mortas em um bar no município de Horizonte, dentre elas uma criança de 3 anos¹¹². Na madrugada de 20 de julho, outros quatro homens seriam executados na cidade de Paraipaba, situada no litoral oeste do Ceará.

¹¹¹ Diário do Nordeste. *Seis pessoas são mortas em chacina em uma casa de praia no Porto das Dunas*. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/seis-pessoas-sao-mortas-em-chacina-em-uma-casa-de-praia-no-porto-das-dunas-1.1765572> (Acesso em 10 de dezembro de 2018).

¹¹² Diário do Nordeste. *Preso suspeito de ter executado vítimas da Chacina de Horizonte*. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/preso-suspeito-de-ter-executado-vitimas-da-chacina-de-horizonte-1.1775739> (Acesso em 10 de dezembro de 2018).

Os episódios eram parte de uma sequência de chacinas desencadeada no estado após o fim da consagrada parceria entre os dois maiores coletivos criminais do país.

Desde 2010, Fortaleza vinha se estabelecendo como ponto difusor estratégico no escoamento de armas e drogas ilícitas rumo à Europa, África e Oriente Médio. A importância da cidade no cenário geopolítico criminal residia na qualidade de sua estrutura portuária e em sua proximidade com os mercados consumidores transatlânticos (Sá & Aquino, 2018; Feltran, 2018). A cocaína proveniente do Peru e da Colômbia cruzava os estados do Norte em rotas disputadas entre o PCC e a facção amazonense Família do Norte (FDN), antes de chegar à capital cearense, que via nascer em seus bairros pobres o grupo local Guardiões do Estado (GDE). Ao aquecimento das atividades do tráfico somava-se a territorialização armada das periferias da cidade, estabelecida por pequenas gangues a partir do final da década de 1990 (Sá & Aquino, 2018).

Em 2015, um acordo de paz entre as facções no Ceará promoveu uma redução significativa dos índices de assassinato. O pacto teria sido determinado pelas lideranças do PCC e do CV, incomodadas com o aumento estatístico das mortes violentas, que chamava atenção da imprensa e prejudicava o andamento dos negócios. Durante o primeiro semestre de 2016, os moradores das áreas marginalizadas da cidade celebraram as sensíveis mudanças no cotidiano de suas ruas, em uma pacificação alheia aos trabalhos das agências do Estado (Idem). Entretanto, com a aliança rompida entre os comandos do eixo Rio-SP, a radicalização da violência se instaurou no Ceará¹¹³. Os bairros pobres das zonas urbanas tornaram-se campo de batalha recortado e disputado pelos grupos faccionais que se articulavam em partilhas políticas de parcerias e rivalidades. A quebra dos acordos alavancou a escalada de episódios sangrentos na capital litorânea, escancarando a centralidade do CV e do PCC na gestão da guerra e da paz nas periferias de Fortaleza, assim como em demais cidades da região¹¹⁴. A violência que explodia no Nordeste havia sido gestada nas prisões do Sudeste. E o Ceará experimentou alguns de seus episódios mais brutais.

¹¹³ O conflito aberto entre o PCC e o CV havia sido disparado em meados de 2016. Os motivos aparentes da cisão consistiam em disputas em torno do mercado atacadista de ilícitos na fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai, além de alianças estabelecidas entre o comando carioca e grupos inimigos do PCC em Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Amazonas (Feltran, 2018; Manso & Dias, 2018).

¹¹⁴ Leonardo Sá e Jania de Aquino (2018) analisam a composição de fatores que levou à escalada de violência no Ceará entre os anos de 2013 e 2018, sublinhando a importância da presença das facções provenientes das prisões de São Paulo e do Rio de Janeiro nas chacinas de 2017, concatenada às atividades territoriais de gangues e coletivos locais. Entretanto, considerando a simultaneidade da

Quando o Juiz da 3ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Fortaleza procurava compreender os detalhes a respeito do funcionamento tecnológico de um dispositivo que há não muito tempo vinha sendo implementado no país, o que ele pretendia era apropriar-se de instrumentos que pudessem evitar a sua própria participação na retroalimentação desse processo, na esperança redundante de que os problemas criados pelo sistema penal haveriam de ser solucionados no interior do próprio sistema penal.

A cultura das facções ainda está se instalando no estado do Ceará. Você tem muitos presos que estão vinculados com a facção para sobreviver dentro do presídio. Se existisse um processo de recuperação, não precisaríamos das muralhas. Porque, de fato, elas não seguram mais ninguém. Então aqui tem um trabalho muito humano, um empenho muito grande, em fazer o sistema de monitoramento funcionar.

A estruturação de alternativas ao cárcere era uma aposta jurídico-penal não apenas para controlar as instabilidades do sistema carcerário, mas também para conter as ondas de ataque que haviam se espalhado pelo país e agora se concentravam nas regiões Norte e Nordeste. Os espaços institucionais já não circunscreviam as revoltas e massacres desencadeados pela superlotação das prisões. Entre o interior e o exterior dos muros se estabeleciam conexões e circulavam informações que transmitiam ordens de atirar em escala nacional. Era preciso lançar mão de novas formas de punição que atendessem aos anseios securitários e interrompessem o processo de adensamento das fileiras faccionais que se formavam no sistema carcerário do estado.

Mas também no Ceará a consolidação da política de monitoramento eletrônico ocorreu em paralelo à expansão da população carcerária. A exemplo do que ocorria em todo o Brasil, a medida potencializou os controles punitivos exercidos pelo sistema de justiça, sem que repercutisse em um recuo nos índices de aprisionamento. Em 2012, ano em que os serviços de rastreamento foram inaugurados no estado, a quantidade de pessoas nos presídios cearenses era de 18.304, constituindo uma taxa de 216,6 indivíduos encarcerados para cada 100 mil habitantes. Em junho de 2017, o número absoluto de pessoas presas chegou a 26.863, e a taxa de aprisionamento subiu

violência eclodida em Fortaleza com a série de massacres nas unidades prisionais de demais estados do Norte e do Nordeste, bem como as referências ao CV, PCC e Guardiões do Estado durante os assassinatos no Ceará, manifestadas por seus próprios protagonistas, destaca-se aqui a centralidade que os confrontos entre as facções sudestinas adquiriram nos episódios.

a 297,8/100 mil¹¹⁵. Entre 2015 e 2017, o total de indivíduos monitorados no Ceará foi de 296 a 2.881, conforme os dados publicados pelo DEPEN (Brasil, 2015; 2017a). A experiência cearense não seria uma exceção no processo de expansão do sistema penal, ao qual o monitoramento eletrônico era mais um elemento propulsor.

A distribuição dos equipamentos no estado procurava atender às recomendações do Poder Executivo Nacional, privilegiando a aplicação da medida na fase de instrução processual. Correspondendo às diretrizes estabelecidas pelo DEPEN, cerca de 56% das determinações de monitoração eletrônica no Ceará eram realizadas no âmbito de medidas cautelares diversas da prisão, tendo como objetivo a redução da quantidade de presos provisórios (DEPEN, 2017). Ao lado dos estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba e Sergipe, o Tribunal de Justiça do Ceará era um dos que direcionava a aplicação do monitoramento majoritariamente ao controle do cumprimento de medidas cautelares, com o propósito de conter o crescimento dos índices de prisão preventiva (Idem).

Todavia, durante os anos iniciais da política de monitoração eletrônica no estado, a quantidade de pessoas presas sem condenação permaneceu em ascensão. Entre 2012 e 2017, o total de presos provisórios foi de 8.121 a 12.767, aproximando-se da metade da população carcerária total. Ao mesmo tempo, em 2017, 1.607 pessoas em medidas cautelares diversas da prisão eram agora submetidas ao controle eletrônico, sendo a maioria delas com restrição domiciliar noturna e de final de semana durante o período em que aguardavam julgamento. Sendo assim, o direcionamento majoritário dos dispositivos de monitoramento para medidas cautelares tampouco sinalizou a substituição do cárcere pela supervisão eletrônica em meio aberto. Seu uso enquanto mecanismo preventivo vem também fortalecendo as capacidades de controle do sistema de justiça sobre pessoas que sequer foram condenadas, aplicado sob o preceito da segurança pública e da conveniência da instrução criminal.

No caso do Ceará, o monitoramento de medidas cautelares acarreta ainda em um aumento do tempo de pena nos casos de condenação posterior, já que o período em que o réu permanece aguardando a sentença sob supervisão eletrônica não é descontado quando da sentença condenatória. Conforme descrito pelo psicólogo da Central de Alternativas Penais de Fortaleza,

¹¹⁵ Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>> Acesso em 10 de julho de 2019.

No final das contas, aquilo ali não vai contar nenhum ponto positivo na vida dele, além de estar em liberdade no curso do processo. Não vai contar na dosemetria da pena. Não vai ser abatido. Então ele ficou dois anos sem sair de casa no final de semana e o que ele pode dizer é que pelo menos ele tava em liberdade, mas se ele tivesse preso, seria abatido da pena dele. Como ele não tá preso, não é feito isso. Então na realidade, às vezes, a medida cautelar ela pode representar uma ampliação da pena.

Segundo o psicólogo, a ausência de previsão legal específica regulamentando o monitoramento em caráter cautelar permitia a normalização de procedimentos processuais desse tipo. *“Não tem previsão legal pra isso. Isso é uma coisa que eu tô levantando, levantei já em várias reuniões com o Ministério da Justiça, to levantando isso nacionalmente”*. Seus esforços consistiam em pressionar o Executivo, a magistratura e a Defensoria Pública para que uma jurisprudência fosse definida, prevendo a detração do período de cumprimento de medida cautelar na contagem do tempo de pena. *“Mas nesse momento, eles não tão nem solicitando isso. Os defensores não tão nem se atentando pra isso”*. Por negligência ou ímpeto punitivo, a monitoração como medida cautelar acabava acarretando em uma extensão antecipada da pena.

As formas de aplicação e finalidades jurídicas assumidas pelo monitoramento variam, portanto, de acordo com as unidades federativas. Cada estado é dotado de seus próprios métodos de gestão e orientações jurídicas para a aplicação da medida. Sua determinação é realizada pelos magistrados dos Tribunais de Justiça estaduais, ou pelas secretarias de administração penitenciária, que definem os casos e circunstâncias de utilização do dispositivo, a partir das hipóteses previstas pela legislação federal. Todavia, nenhuma das previsões legais regulamenta a medida, deixando a cargo dos estados a opção por sua implementação e conferindo ao Judiciário a competência decisória sobre as ocasiões específicas em que cabe sua aplicação. Cada unidade federativa apresenta, desse modo, particularidades próprias relacionadas à destinação e funcionalidade do dispositivo. Ainda assim, o fortalecimento das redes de controle penal apresenta-se como efeito transversal aos diferentes contextos estaduais.

Em São Paulo, como foi visto, a medida é aplicada exclusivamente para o controle do regime semiaberto de cumprimento de pena. A SAP-SP determina o direcionamento dos dispositivos nos contratos firmados com as empresas. As

administrações penitenciárias das unidades de regime semiaberto selecionam os presos aptos a trabalharem fora dos estabelecimentos prisionais, indicando aos juízes de execução penal aqueles que deverão receber os equipamentos. Dessa forma, no estado de São Paulo, quem define os casos passíveis de aplicação do monitoramento eletrônico é o Poder Executivo, e não o Judiciário, uma vez que os equipamentos contratados encontram-se disponíveis para utilização exclusiva das unidades do semiaberto.

No Maranhão, os serviços foram inicialmente direcionados para a supervisão de medidas cautelares. Entre 2014 e 2016, quase todos os equipamentos disponíveis no estado eram utilizados no âmbito das cautelares. De 2016 em diante, contudo, a medida passou a ser redirecionada para controle da execução penal. A partir de então, verificou-se um aumento quantitativo do total de pessoas monitoradas pela justiça maranhense, concomitante ao incremento da demografia carcerária, implicando no incremento da quantidade de pessoas submetidas a alguma forma de controle penal no estado.

No Rio, os dispositivos são utilizados sobretudo para a supervisão do cumprimento de pena em prisão domiciliar. Ao todo, 4.008 equipamentos encontravam-se em funcionamento no estado em 2019, dos quais 3.887 eram usados por pessoas em regime domiciliar. Tampouco no Rio de Janeiro a aplicação da medida promoveu algum indício de contenção do crescimento da população prisional. Entre 2010 e 2017, o total de pessoas encarceradas no estado mais do que duplicou, subindo de 24.399 a 52.691¹¹⁶. No contexto fluminense, verifica-se tanto a ampliação do sistema penal, evidenciada pelo aumento do volume de pessoas sob a tutela da justiça, quanto a intensificação das formas de controle sobre indivíduos em prisão domiciliar.

Em todos os estados em que foi realizado trabalho de campo no desenvolvimento dessa pesquisa, assim como em todo o Brasil de uma forma geral, a implementação do monitoramento teve por efeito a potencialização das capacidades de controle do sistema penal. Variando-se os pormenores referentes às formas de aplicação e destinação dos equipamentos, os resultados políticos indicam o fortalecimento qualitativo e quantitativo das capacidades das agências público-privadas em exercer o poder de punir.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>> Acesso em 10 de julho de 2019.

Cumpra, portanto, estabelecer uma breve sistematização dos impactos políticos do dispositivo de monitoramento eletrônico no país, a partir dos dados produzidos em campo e da análise das informações quantitativas disponibilizadas pelos órgãos executivos estaduais e nacional. Uma síntese dos resultados da política de monitoração eletrônica, verificados ao longo de sua primeira década de implementação, pode contribuir para a obtenção de uma visão geral de seus efeitos e funcionalidades na política penal e penitenciária brasileira, quais sejam: 1) *Dilatação centrífuga do sistema penal*; 2) *Densificação centrípeta das malhas de controle*; 3) *Administração securitária e biopolítica do sistema penitenciário* e 4) *Virtualização e desterritorialização da violência carcerária*. Estes quatro pontos específicos, aos quais pode-se designar aqui de *efeitos funcionais*, compreendem, por um lado, os principais impactos políticos da monitoração eletrônica de presos e presas no Brasil, e, por outro, alguns dos elementos fundamentais que constituem os processos contemporâneos pelos quais atravessa o sistema penal brasileiro.

O primeiro efeito refere-se ao movimento de dilatação do sistema penal provocado pelo monitoramento eletrônico e pelas penas alternativas ao cárcere de modo geral. Trata-se de um fenômeno clássico, observado em diversos países, desde a formação da chamada *onda punitiva* que teve início na década de 1970 nos Estados Unidos e se alastrou por grande parte das democracias ocidentais ao longo do final do século XX e início do XXI (Cohen, 1985; Wacquant, 2003; Garland, 2008). Ao passo em que se intensificam as atividades de absorção e captura de criminosos e suspeitos realizadas pelas instituições de justiça e de segurança pública, verifica-se o desenvolvimento expansivo dos programas dedicados à aplicação de penas comunitárias, simultaneamente ao inchaço das prisões. A punição em liberdade aparece como alternativa razoável frente aos obstáculos físicos estabelecidos pelo confinamento e pela institucionalização carcerária. A força resultante consiste na ampliação ilimitada dos sistemas penais.

Na medida em que a penalidade deixa de incidir somente sobre o preso, passando a atuar também sobre o indivíduo livre, posto para circular em liberdade, ela já não reconhece mais limites. A própria vida social passa a ser atravessada por sua presença. Suas formas de controle se confundem com a existência livre e suas técnicas de punição são reinterpretadas sob a forma de benefícios. Dito de outro modo, ao passo em que as atividades dos sistemas penais já não se limitam à extração e contenção da liberdade, mas passam a regular, ordenar, controlar e produzir mesmo

a liberdade, a justiça penal e seus mecanismos de poder deixam de admitir um domínio que lhes seja exterior. Seus horizontes se abrem a potenciais ilimitados. O sistema punitivo já não pode reconhecer, dessa forma, um campo de exterioridade. E a intervenção penal que se pretendia mínima revela suas tendências de maximização. Esta tem sido a primeira e mais visível implicação política sinalizada pela implementação do monitoramento eletrônico no contexto brasileiro.

O segundo efeito funcional diz respeito a um processo inverso mas, ainda assim, concomitante e correlacionado ao primeiro. Trata-se da densificação centrípeta dos controle punitivos, acarretada pela supervisão eletrônica de presos e presas em progressão de regime ou em medidas cautelares diversas da prisão. O movimento aqui refere-se não à abertura expansiva, mas ao fechamento intensivo dos programas, serviços e instituições responsáveis pela aplicação de medidas em meio aberto ou semiaberto. Seus mecanismos são explicitados, por exemplo, pela aplicação do monitoramento eletrônico no controle de pessoas submetidas ao regime semiaberto.

Note-se que o regime semiaberto é geralmente referido como *semifechado*, tanto no estado de São Paulo quanto no Rio de Janeiro, já que são poucas as vagas disponibilizadas para realização de trabalho externo e são raras as ocasiões em que a grande maioria dos presos e presas em progressão de regime podem deixar o presídio. No Castelinho, ao final de 2016, dos 3.552 detentos da unidade, pouco mais de 200 saíam para trabalhar¹¹⁷. No CPP do Butantã, todas as presas que participaram desta pesquisa afirmavam que o período em que tinham cumprido pena no regime fechado havia sido menos “duro” do que o tempo que cumpriam no semiaberto. Tendo passado, em sua maioria, pela Penitenciária Feminina de Santana ou pela Penitenciária Feminina da Capital, era unânime a percepção de que o CPP do Butantã era “pior” do que as unidades de regime fechado, tanto pela relação com os funcionários quanto pela falta de vagas para trabalhar fora da prisão¹¹⁸. No Rio,

¹¹⁷ Dados obtidos em 22 de setembro de 2016, a partir de interlocução com Agentes de Segurança Penitenciária do CPP de Franco da Rocha.

¹¹⁸ A dificuldade de obtenção de vagas de emprego fora da cadeia foi também uma questão destacada por Thaiane: “(...) você vai pro semiaberto e você tem a ilusão que você vai conviver com a rua. Isso é mentira. Porque na hora que você chega num semiaberto, primeiro você tem que ter a primeira saída (temporária) pra você ter o direito de entrar numa fila imensa pra conseguir ter um emprego. (...) O preso, dentro do fechado, ele tem a noção de que seria uma coisa muito boa ir pro semiaberto. “Eu to a um passo da rua, pelo menos a cada 3 meses eu vou pra rua...”. Quando eu cheguei lá no semiaberto do Butantã, eu vi a dificuldade dos empregos, por que, primeiro, eu já era velha, segundo, não tinha criança, menores, pra eu sustentar elas. Então eu fui ficando no fim das filas. Do fim das filas, eu peguei e fiz cursos, fiz um curso de costura lá, que é onde eu consegui, com muito esforço, ir pra rua. Foi terrível”. Entrevista realizada em 31 de agosto de 2015.

Sergio também se referia ao semiaberto como *semifechado*, alegando a dificuldade de obter autorização para saídas temporárias.

Dessa maneira, a monitoração eletrônica aplicada às raras ocasiões de saída vem tornando o semiaberto um regime ainda mais rígido. O dispositivo de monitoramento atua aqui como técnica de intensificação dos controles penitenciários e endurecimento das instituições semiabertas, reafirmando o confinamento como eixo gravitacional em torno do qual orbitam as práticas punitivas. Em um certo paradoxo contra-intuitivo, o que seriam instituições supostamente mais brandas, caracterizadas pela dissolução contemporânea entre o *aberto* e o *fechado* – pela simbiose indefinida entre o *dentro* e o *fora* (Cohen, 1985; Bigo, 2006) – na prática, são operadas e constituídas como centros herméticos e altamente supervisionados, atravessados por mecanismos redobrados de regulação e controle¹¹⁹.

O terceiro efeito funcional do monitoramento eletrônico refere-se à finalidade administrativa assumida pelo dispositivo na política penitenciária brasileira. Se de um lado, a medida é imbuída da função biopolítica de regulação e controle dos fluxos de indivíduos e populações sob a égide da justiça penal, de outro, sua implementação é lançada e apregoada como estratégia de gestão da crise do sistema carcerário. Sua função tática e administrativa lhe é atribuída, portanto, desde o seu desenvolvimento inicial. Seja como forma de redução dos gastos públicos direcionados ao sistema penal, seja como técnica de prevenção securitária ao fortalecimento de grupos criminosos provenientes do universo carcerário, é a crise permanente do sistema penitenciário que faz nascerem as práticas de monitoramento a céu aberto, direcionadas à condução dos fluxos de parcelas específicas da superpopulação prisional.

Não é fortuito que os Poderes Executivos assumam as linhas de frente nos procedimentos de operação e determinação do monitoramento eletrônico, em

¹¹⁹ Não se pretende aqui fornecer subsídios à argumentação que fundamenta as propostas de supressão da progressão penal e do próprio regime semiaberto, movidas por razões populistas ou paixões punitivas. Não se trata de reafirmar o isolamento como parâmetro referencial e horizonte programático das estratégias de gestão de conflitos. Ao contrário, o que se busca detectar são as configurações específicas assumidas pela política de monitoração eletrônica no contexto paulista, cujo objetivo central reside na intensificação do controle punitivo a serviço da gestão prisional. Pretende-se, portanto, demonstrar alguns dos efeitos silenciados dos programas de rastreamento de presos, relacionados à retroalimentação do sistema carcerário e à miopia penológica que atravessa a crença na solução de conflitos mediada pelo exercício reformulado do castigo. São as próprias campanhas em defesa do fomento às chamadas “alternativas penais” que devem ser colocadas em questão por meio da investigação pormenorizada de seus efeitos.

detrimento do Poder Judiciário. Não é à toa que as equipes técnicas da Célula de Monitoramento Eletrônico do Ceará, enquanto operadores diretos dos sistemas de rastreamento, adquirem protagonismo na condução dos processos de pessoas monitoradas. Tampouco seria por mero descaso da magistratura – ainda que isso seja mais um fator presente e relevante na configuração política do dispositivo – que a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo determine os casos específicos em que cabe a aplicação da medida. Mais do que instituto jurídico alternativo ao cárcere, o dispositivo assume o papel estratégico de gestão e controle da população submetida ao sistema penal, particularmente de presos e presas em situação de progressão de regime ou sob medidas cautelares diversas da prisão. Conectada à sua função punitiva, uma finalidade eminentemente securitária e administrativa é atribuída ao monitoramento eletrônico.

Por fim, o quarto e último efeito funcional do dispositivo relaciona-se aos processos contemporâneos de virtualização e desterritorialização das práticas de tortura e das dinâmicas de violência que caracterizam o sistema carcerário brasileiro. As feridas e queimaduras produzidas por aparelhos de monitoração no estado de São Paulo; as agressões e espancamentos desencadeadas por falhas nos equipamentos, seguidos pelo isolamento disciplinar em celas de castigo; as ameaças e execuções de indivíduos monitorados por grupos de milicianos no Rio de Janeiro e a marcação do corpo faccionado que reconhece seus inimigos pela perna em que a *pulseira* é instalada são alguns dos principais elementos produzidos pela pesquisa de campo, relativos à dimensão virtual e desterritorial adquirida pela violência carcerária, mediante a aplicação do monitoramento remoto. Cada um destes elementos – relatados nos Capítulos 1 e 2 desta tese – sinaliza a passagem da experiência carcerária de uma dimensão atual para uma dinâmica virtual.

A virtualização da prisão ocorre quando a realidade do cárcere se impõe sobre os espaços e circunstâncias em que suas estruturas físicas institucionais não se fazem presentes. Quando a presença dos controles penitenciários se descolam da prisão-prédio para instalar-se no corpo do prisioneiro, o conjunto de regras, práticas e violências características das relações de poder mobilizadas pelo aparato carcerário se virtualizam. Através da monitoração eletrônica, a mecânica prisional extrapola seus limites de concreto, sem perder com isso suas qualidades imanentes. Seus modos de assujeitamento já não podem ser precisamente circunscritos.

Mas os processos de virtualização tendem sempre a se atualizar (Lévy, 1995). E a atualização da prisão virtual será então mobilizada pela tendência e ameaça de regressão ao regime fechado nos casos de violação ou falha dos equipamentos de monitoração, trazendo com ela o risco permanente das agressões físicas que habitam os espaços subterrâneos do arquipélago carcerário (Mallart, 2019). A virtualidade do cárcere reside também em sua iminência; na presença do regime fechado enquanto realidade iminente.

É assim que o monitoramento eletrônico tem adquirido no Brasil uma configuração e aspecto singulares, estabelecidos por sua conexão com o conjunto de práticas que qualificam a tecnologia prisional no país. A tortura subjacente ao cárcere torna-se mais uma dimensão real e virtual dos dispositivos de controle a ele conectados. Às técnicas seculares de castigo físico sobrepõem-se os sistemas de detecção remota, constituindo um complexo multifacetado de práticas penais heterogêneas e articuladas umas às outras. Novamente, o ornitorrinco de Chico de Oliveira (2003) exhibe seu aparente contrassenso nas particularidades do sistema penal brasileiro: lá onde se realiza o encontro entre a programática punitiva neoliberal e a reativação infinda dos paus-de-arara difusos pelo parque carcerário nacional.

É certo que seria necessário empreender uma investigação aprofundada sobre as experiências de outros países, munida de certa carga de pesquisa de campo, para detectar as possíveis violências atreladas à aplicação da monitoração eletrônica nos contextos que não o brasileiro. Daí também a relevância das investigações de caráter comparativo. Por hora, atemo-nos ao extenso trabalho que tem sido realizado pelos colegas estrangeiros debruçados sobre o tema. Em nenhuma das pesquisas levantadas e analisadas na revisão da literatura produzida a respeito do monitoramento eletrônico ao redor do mundo é documentado algo próximo aos espancamentos, agressões ou perseguições extra-legais decorrentes do uso da *pulseira*. O que não significa, é claro, que não se passem coisas parecidas pelos sistemas penais mundo afora. Como se usa dizer no jargão militante: “cadeia é cadeia”.

De todo modo, consolidando e sintetizando alguns dos impactos políticos dos dispositivos de monitoramento identificados nesta pesquisa, os principais efeitos e funcionalidades da medida referem-se à ampliação dos contingentes populacionais submetidos à égide penal; à intensificação dos controles punitivos; à gestão securitária das instituições penais e a virtualização da violência que se produz no cárcere e

reverbera para além dos muros. Cada um dos estados em que foi realizado trabalho de campo apresenta ao menos um desses aspectos, quando não a sobreposição entre eles.

Dessa forma, o repertório técnico de abusos e discricionariedades a serviço do sistema penal brasileiro parece ser ampliado e aprofundado a cada solução inovadora. Se tomarmos o próprio sistema penal como uma tecnologia ou máquina, a filosofia das técnicas elaborada por Jacques Ellul (1990; 2010) ajudaria a compreender o fenômeno por meio do qual os mecanismos tecnológicos se desenvolvem em progressão geométrica, e as soluções para os problemas criados por uma determinada técnica são perseguidas por meio da invenção de uma nova técnica que acaba por produzir novos problemas e assim sucessivamente, sobrepondo-se técnica sobre técnica. Nesse processo ilimitado de acumulação tecnológica, os problemas produzidos pelos sistemas técnicos – e, notadamente, pelos sistemas penais – podem ser consideravelmente mais expressivos do que aqueles aos quais eles se propõem a solucionar (Ellul, 2010).

Quando teme-se em demasia os controles exacerbados exercidos pelas novas tecnologias, pode-se temer ainda os processos mediante os quais as novas tecnologias tendem a fugir ao controle.

5.2. Nota final sobre o ciborgue aprisionado

Pelo *robocop* vê-se apenas os seus olhos. Pálidos e bem abertos. Por alguns segundos, a boca aparece, acentuando a fala. Quando a cabeça some, tem-se uma visão rápida e esparsa do ambiente interno escurecido. E um cheiro quente emerge do concreto, atravessando o *robocop*. No canto esquerdo, um cano estreito que deve servir de chuveiro e um vaso sanitário sem tampa compõem o banheiro integrado. Do lado direito, dois beliches de concreto. Mas ele parece estar sozinho.

Os olhos retornam e sua voz acelera. Pede que se encaminhe à Secretaria seu pedido de transferência para a Penitenciária de Presidente Venceslau. Diz que corre risco de vida e que tem sido ameaçado a cada vez que tenta algum contato com a diretoria da unidade. Há mais de seis meses ele é mantido lá dentro, sem acesso ao pátio ou ao corredor. Mais de seis meses naquele espaço mudo.

Pela abertura da porta, nota-se suas costas, braços e pernas já dominados pela evolução de irritações dérmicas causadas pela infestação de percevejos e pela ausência de contato com o sol. A denúncia de que um telefone celular teria entrado na unidade pelas mãos de um dos agentes o levou àquela cela, utilizada como *castigo do seguro*¹²⁰. A ala é destinada àqueles cujo contato com os presos do raio é considerado arriscado. Um setor apartado do convívio regular para o resguardo da integridade física dos detentos que o solicitam. Mas agora, seus próprios companheiros do seguro o ameaçam, além dos funcionários da unidade. Relata que na semana anterior fora agredido pela terceira vez e diz que “*a cela ficou cheia de sangue*”. Ele se afasta. No pátio, alguns rezam em círculo.

Robocop. O nome foi dado pelos presos e se refere à pequena portinhola da porta de aço, por onde se vê a parte interna da cela. Um retângulo horizontal aberto à meia altura. O propósito é que se possa vigiar ou comunicar com o interior, sem a necessidade de abrir a porta. É por ali também que se entrega a *bóia*¹²¹. Para quem está dentro da cela, olhando em direção à portinhola nos momentos de verificação ou

¹²⁰ A ala do seguro é um espaço institucional mantido fora dos pavilhões e reservado aos presos que não são aceitos no convívio regular da cadeia, seja por terem cometido crimes não tolerados pela maioria dos detentos, seja por terem alguma rivalidade com a facção hegemônica da unidade prisional. Os *castigos*, por sua vez, são celas ou setores destinados à punição e isolamento de presos que tenham cometido alguma falta disciplinar. Atualmente, tem sido cada vez mais comum a sobreposição administrativa desses espaços, por meio de celas feitas de *castigo do seguro* ou *seguro do seguro*. Fabio Mallat (2019) refere-se a esses espaços institucionais improvisados, que muitas vezes não chegam a constar nos organogramas penitenciários, como *subterrâneos da prisão*.

¹²¹ Refeição diária servida aos presos.

chamada, vê-se apenas a boca ou os olhos do agente penitenciário. Daí a referência ao policial mecanizado do cinema, cujo corpo maquínico conectado ao capacete deixa só a boca à vista. O buraco retangular da porta metálica faz o contato entre o interior e o exterior da cela, pela única fresta de parte humana visível. Vista de dentro, a porta é tida como uma espécie de revestimento ao redor do corpo do agente que se dirige ao lado de dentro. Carcaça de aço que protege o carcereiro do perigo encarnado pelo prisioneiro. Armadura estática de proporção excessiva.

Entretanto, reinvertidos os ângulos, para quem olha de fora para dentro, o corpo robótico emoldurado pela porta de aço é o corpo do preso, cuja cabeça se encaixa na fresta tentando contato. É dele o corpo sorvido no interior do cubo de metal e concreto implorando socorro. Insistindo pela transferência para algum outro cubo. Recoberto e consumido pela máquina carcerária. Triturado ao fundo do corredor do seguro do CDP I da Chácara Belém¹²².

*

Em uma certa altura de seu trabalho genealógico sobre o nascimento das prisões, Michel Foucault (1987) recupera uma série de registros médicos, técnicos e políticos que sinalizam uma outra gênese: a gênese do corpo-máquina. Um corpo que seria fabricado ou transformado pelo dispositivo carcerário. Uma das grandes novidades do programa disciplinar que se consolidava a partir do século XVIII residia em sua necessidade de manipulação detalhada do corpo delinquente, do qual se passaria a extrair utilidade. O corpo executado e exibido ao público perderia seu sentido enquanto projeto penológico. O sistema penal reformulado concentrava-se agora em exercer sobre o corpo um poder de coerção exaustivo; em dominar suas aptidões, aumentar suas forças, ajustar seus desvios e mantê-lo, assim, ao mesmo nível da mecânica. A tecnologia prisional se encarregaria de operar a transformação do corpo criminoso em corpo maquínico: *“corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”* (Idem, p. 117). Sua nova microfísica passaria a perseguir o desenvolvimento de métodos de automatização do organismo humano, através de relações de comando-obediência que fariam do corpo do preso um elemento constituinte do próprio aparato prisional.

¹²² Registro produzido a partir de pesquisa de campo realizada no Centro de Detenção Provisória Belém I, em 26 de abril de 2016.

Na entrada do século XXI, o sistema carcerário brasileiro aparece ainda como imagem imponente de uma grande máquina transformadora de corpos. Não a máquina disciplinar, operadora da metamorfose corretiva do sujeito desviado, embora tal função não tenha sido de todo eliminada de seu programa. Tampouco a máquina político-econômica, produtora de um corpo obediente e utilizável, apesar de tais qualidades perpassarem alguns de seus efeitos. Mas uma máquina complexa que não pode deixar de atuar sobre o corpo e nele inscrever suas marcas singulares. Uma máquina envelhecida e infinitamente reinventada, que só pode funcionar na medida em que dispõe dos corpos que lhe são encaminhados. Uma máquina orgânica de proporções avantajadas que absorve centenas de milhares de corpos, fazendo de cada um deles o meio e a condição de sua manutenção.

E o corpo fabricado por essa imensa máquina já não tem os mesmos contornos daquele produzido pela anatomia política disciplinar. Já não lhe são atribuídas as mesmas características. É provável que a tarefa de estabelecer seus atributos seja ela mesma uma tarefa perdida, frente à multiplicidade morfológica assumida pelo corpo-prisioneiro concebido no atual aparato carcerário brasileiro. Corpo amorfo, submetido às mais variadas intervenções e penitências que caracterizam o funcionamento regular das instituições prisionais do país. Corpo triado, distribuído pelos diversos espaços e regimes de privação que constituem o sistema penitenciário. Corpo segregado, apartado do universo social e afetivo ao qual ele só pode figurar como ameaça. Corpo aglutinado, amontoado do lado de dentro junto a milhares de outros corpos com os quais estabelece novos vínculos e afetos. Corpo sintonizado, conectado ao lado de fora mediante os recursos comunicacionais que se fazem disponíveis. Corpo dopado, medicalizado e anestesiado pela distribuição generalizada de psicofármacos na cadeia. Corpo renunciado em benefício da alma pela proliferação de comunidades religiosas no interior do cárcere. Corpo bélico, armado como pode diante do insuportável. Corpo mutilado, soerguido como estandarte a cada novo massacre do qual ele é fatalmente o alvo. De uma ou outra forma, o corpo disciplinado já não pode definir por completo a produção biopolítica do sistema prisional brasileiro. Seria preciso uma infinita sucessão de predicados para descrever a multiplicidade de corpos capturados e transformados pela prisão.

Contudo, o desenvolvimento dos mecanismos de monitoramento remoto inaugura atualmente uma nova relação entre a máquina penal e o corpo penalizado. Sua concepção enquanto técnica de punição além-muros estabelece um conjunto de

novas interações entre o poder punitivo e o corpo que se pune. Se a sanção disciplinar tomava o corpo penalizado como elemento coextensivo à máquina penal, o controle eletrônico reposiciona esses elementos, fazendo da máquina punitiva um objeto coextensivo ao corpo punido. O sistema que fazia do corpo um prolongamento da máquina, agora faz da máquina uma extensão do corpo.

Uma tal inversão elementar, decorrente da urgência de superação dos inconvenientes do cárcere, tem como um de seus principais resultados a constituição de um novo sujeito penalizado. Novas formas de individuação são mobilizados por esse deslocamento técnico que retira o corpo da máquina para fixar a máquina no corpo. Novas interfaces biotecnológicas são estabelecidas diante das atuais reconfigurações operadas pelo sistema penal. Mais precisamente, dois processos simultâneos e interligados são desencadeados pela *incorporação* das técnicas, práticas e racionalidades que constituem os dispositivos de monitoramento eletrônico: um movimento de subjetivação e um processo imanente de dessubjetivação.

Retomando, portanto, o percurso traçado ao longo do capítulo inicial desta tese, um dos principais procedimentos operadores desse movimento duplo de subjetivação e dessubjetivação consiste na desterritorialização do controle punitivo, viabilizada pela supervisão remota. A partir do momento em que a pena deixa de reconhecer um limite institucional e territorial fixo, acoplando-se ao corpo em deslocamento do indivíduo penalizado, a relação entre o sujeito punido e o objeto punitivo é substancialmente alterada. A unidade subjetiva individual será tanto produzida quanto desmantelada.

A expressão mais evidente dos mecanismos de produção subjetiva desencadeados pelo monitoramento eletrônico é dada pela transferência das tarefas de administração da pena ao próprio indivíduo monitorado, subjetivado como carcereiro de si mesmo. Ao sujeito penalizado é imputada a incumbência de zelar pelo bom funcionamento de seu aparelho de monitoração e conduzir a si próprio conforme o conjunto de regras e condições judiciais determinadas. É de sua responsabilidade única a recarga periódica da bateria do equipamento; o retorno ao cárcere ou ao domicílio nos horários previstos; a permanência no interior de áreas de inclusão e a ausência das áreas de exclusão estabelecidas. O imperativo neoliberal da responsabilização individual constitui-se como um dos vetores centrais desse processo, na medida em que ao sujeito punido é atribuída a atividade íntima e pessoal de gerir a própria pena.

Nesse sentido são lançadas propostas que prevêm a aquisição e o pagamento de tornozeleiras eletrônicas pelo próprio preso. Inspirados em experiências estrangeiras, alguns projetos de lei tramitam atualmente no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais, sugerindo que os valores implicados pelo uso dos equipamentos de monitoração sejam repassados aos presos monitorados¹²³. A ideia é desonerar o Estado e atribuir ao apenado a responsabilidade pela compra do aparelho que supervisiona o cumprimento de sua pena. O indivíduo monitorado se tornaria dessa maneira um novo parceiro privado encarregado da tarefa punitiva que se exerce sobre ele mesmo.

Todavia, a produção do indivíduo prisioneiro de si é também mediada pelo risco de regressão penal e pelo auto-isolamento acarretado pelo monitoramento eletrônico. Foram estes os casos de Anderson, Deivid e Elton, que manifestavam aversão ao convívio social durante o período de monitoração. *“O benefício que eu tenho de estar na rua nada mais é do que uma extensão da unidade. Só de vir aqui falar com você, eu fico extremamente perturbado, com um monte de coisa na cabeça”*¹²⁴, dizia Anderson. Tanto o medo do retorno ao cárcere quanto a vergonha de ser identificado na rua como criminoso faziam com que Anderson optasse por seu próprio recolhimento.

Perturbações semelhantes teriam levado Elton a construir um muro em torno de sua casa, isolando-a completamente, de maneira a impedir que qualquer pessoa do lado de fora constataste a presença de um “bandido” no bairro. Elton ficara particularmente preocupado em ser reconhecido e perseguido como um criminoso por seus vizinhos, conforme o relato de sua esposa¹²⁵. Era também a sensação persecutória que o psicólogo da Central de Alternativas Penais de Fortaleza (CAP) encontrava quando atendia pessoas submetidas à monitoração eletrônica e diagnosticadas com esquizofrenia. *“Pra um delírio persecutório surgir dali, você tá com a gasolina e o fósforo”*¹²⁶. Segundo ele, não eram raros os casos de aplicação do monitoramento em apenados com diagnósticos de transtorno mental.

Mas o conjunto de perseguições implicadas pelo uso do dispositivo não constituem mero delírio. Como vimos, o corpo marcado pelo equipamento de

¹²³ O PLS 310/2016, por exemplo, de autoria do Senador Paulo Bauer (PSDB-SC), já foi aprovado pela CCJ do Senado. Nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas e Rio de Janeiro, projetos semelhantes tramitam nas assembleias legislativas.

¹²⁴ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2015.

¹²⁵ Ver Capítulo 1.

¹²⁶ Entrevista realizada em 4 de julho de 2017.

monitoração converte-se em alvo privilegiado da polícia e da milícia em determinados contextos. Em São Paulo, são frequentes os relatos de presos e presas monitorados a respeito de rondas e abordagens policiais atraídas pelo aparelho. No Rio, Sergio mencionava os *enquadros*, *esculachos* e a possível execução de pessoas monitoradas pelas mãos das milícias que dominam certas áreas. Nesses casos, a marca que identifica o criminoso assinala também a vida em risco de morte. No Ceará, situações semelhantes foram relatadas tanto pelo psicólogo da CAP, quanto pelo Juiz da Vara de Execuções Penais, tendo este último recebido o pedido de um homem monitorado para ser enviado de volta ao cárcere, com medo de ser assassinado por um de seus inimigos¹²⁷.

Seja pela transferência da responsabilidade punitiva ao indivíduo punido, seja pelas tendências de isolamento e exclusão de si mesmo, ou seja ainda pela perseguição de agentes públicos ou público-privados de segurança e extermínio, um dos principais efeitos de subjetivação produzidos pelo dispositivo de monitoramento refere-se à conversão do prisioneiro em seu próprio agente prisional. O sujeito que penaliza e o objeto penalizado agora convergem em um mesmo elemento.

Entretanto, ainda aqui, o movimento de construção identitária do indivíduo sob supervisão é sempre vulnerável aos *desvios de função* (Kasper, 2004) operados pelas pessoas monitoradas. A marcação do corpo é também mobilizada como forma de auto-afirmação de uma subjetividade própria, determinada (ou co-determinada) pelo sujeito monitorado. Sergio costumava dizer: “*eu faço da minha tornozeleira uma bandeira*”. Procurava deixar o aparelho sempre à mostra como recurso estratégico de combate aos preconceitos que eventualmente sofria. “*Eu ando de bermuda na faculdade. Se eu quiser ir pra praia, eu vou à praia. Eu faço sempre questão de ocupar esses espaços pra a gente poder debater alguns assuntos*”¹²⁸. Para ele, a exposição do equipamento era uma espécie de militância.

No Butantã, Natasha e Thaiane contavam que colocavam enfeites e laços na *pulseira*, buscando ornamentá-las e amenizar assim os seus aspectos estigmatizantes. “*(...) daí a gente decorava, eu coloquei uns laço de cabelo... Pra não ficar aquele negócio tão feio, sabe?*”¹²⁹, dizia Natasha. Adesivos, elásticos de cabelo e coberturas

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016.

¹²⁹ Conversa informal realizada em 29 de abril de 2016.

de cores variadas eram utilizados como forma de re-apropriação do próprio corpo, convertendo o aparato de controle em uma forma de adorno.

Também no estado de São Paulo, conforme descrito no Capítulo 1, o aparelho de rastreamento era agenciado como meio de afirmação da identidade faccional. Natasha, Vladimir e Augusto relatavam que nos anos iniciais da implementação do monitoramento em São Paulo, o PCC orientava seus *irmãos* e *primos*¹³⁰ monitorados a utilizarem a *pulseira* na perna direita, enquanto aqueles que eram ligados a grupos rivais usavam na esquerda. O equipamento era ostentado como um sinal de pertencimento ou simpatia ao *Partido do Crime* e demarcação de sua diferença em relação aos coletivos de *oposição*.

Sendo assim, a produção da subjetividade individual e coletiva de pessoas monitoradas não se estabelece como um movimento descendente, imposto e pré-determinado pelo Estado. Não se trata de mera rotulação instituída de cima a baixo sobre um sujeito neutralizado. Os processos de individuação e subjetivação desencadeados pelo monitoramento referem-se, antes, a procedimentos agenciados e compartilhados entre os diversos atores envolvidos na execução penal sob controle eletrônico. A construção do sujeito monitorado é mediada por sua participação ativa nos processos de incorporação e transformação do conjunto de técnicas, práticas e discursos que constituem o dispositivo. Não se trata, portanto, da simples internalização de regras ou normas pelo indivíduo, mas de um processo em via dupla por meio do qual o repertório identitário do sujeito se entrecruza às formas de condução de si mobilizadas pelo dispositivo.

Tampouco se pretende estabelecer aqui um conjunto de modelos ou modos típicos de produção do sujeito monitorado. Não há um sujeito modelar ou ideal, mas processos multilíneares desencadeados por um dispositivo em particular que, além de uma técnica penal, constitui-se como tecnologia de si. A configuração do indivíduo monitorado seria então estabelecida através de linhas de subjetivação entrecruzadas – dentre as quais esta pesquisa procurou identificar algumas de suas expressões –, produzidas a partir dos investimentos que se fazem sobre o seu corpo. Módulos ou linhas subjetivas que se estabelecem a partir da relação entre o corpo e a máquina, e que serão também atravessadas pelas demais linhas identitárias relacionadas às subjetividades sociais, raciais, sexuais, políticas, jurídicas, etc.

¹³⁰ *Irmãos* é como são referidos os integrantes do PCC. *Primos* é a forma como os membros da facção se referem aos seus amigos e parceiros que não pertencem ao coletivo.

O corpo feminino sob monitoramento traz com ele as especificidades e implicações relacionadas ao que se espera de uma mulher na sociedade brasileira. O corpo negro monitorado carrega a imagem biotecnológica do perigo redobrado, criminalizado de antemão pelos sistemas de segurança e justiça. O corpo pobre rastreado é aquele que passou pelo cárcere ou a ele tende a retornar, tendo muito pouco a ver com o político ou o empresário do colarinho branco¹³¹.

Ainda: as resistências, linhas de fuga e estratégias de escape ou bloqueio aos controles engendrados pelo monitoramento eletrônico são frequentemente acionadas e elaboradas pelas pessoas monitoradas. Os recursos mais comuns consistem na interrupção do envio de sinais de comunicação mediante o envolvimento do aparelho em um papel alumínio, ou o simples e direto rompimento do lacre com o auxílio de uma faca, alicate ou tesoura. De tempos em tempos, uma notícia é veiculada pela imprensa anunciando o aparecimento de uma tornozeleira rompida em um terreno abandonado ou num banheiro de rodoviária¹³².

Mas o engenho de alguns faz com que se encontrem meios de retirar o aparelho sem a necessidade de rompê-lo, evitando assim o acionamento de alertas nas centrais. As notícias mais originais a esse respeito referem-se, por exemplo, à ocasião em que o rapaz teve a habilidade de remover o aparelho, mantê-lo em funcionamento e, em seguida, fixá-lo em seu cachorro. O cão, que atendia pelo nome de Frederico,

¹³¹ Refiro-me aqui, em especial, ao uso do monitoramento eletrônico para o controle de prisões domiciliares aplicadas sobre administradores públicos e privados acusados ou condenados por corrupção ou lavagem de dinheiro, que tornou notória a aplicação da monitoração no Brasil. A esse respeito, vale reproduzir as palavras de Sergio, analisando o controle eletrônico de políticos e empresários: “Cara, recentemente a gente teve a prisão do Cabral, a prisão do Garotinho. Eu acho que por muitas coisas o Cabral deveria ser responsabilizado. Mas monitoramento, prisão, essas coisas, eu não vejo com bons olhos. Não consigo acreditar. Eu acredito que isso é uma retribuição de violência do próprio Direito. O Direito se potencializa dessa maneira. Isso é uma marca. Muito pesada. Aqui no Rio, acho que foi em Angra, tinha um rapaz com um tornozeleira envolvido num esquema da Lava-jato, logo no início, que foi ridicularizado no restaurante, foi expulso de um restaurante porque usava uma tornozeleira. Isso marca. Isso é um estigma, isso te (incompreensível) muito ruim. Isso é uma presença constante do Estado no seu corpo. Isso fere a sua subjetividade. Então assim, eu não vejo com bons olhos isso em ninguém. Eu não acredito”. (Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016).

¹³² G1. *Em MS, tornozeleira de preso é encontrada rompida em rodoviária*. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/10/em-ms-tornozeleira-de-preso-e-encontrada-rompida-em-rodoviaria.html> (Acesso em 20 de julho de 2019).

permaneceu algumas semanas com a coleira inusitada¹³³. Ou, ainda, o famoso caso do galo encontrado com uma tornozeleira eletrônica no pescoço¹³⁴.

Artimanhas desse tipo só são possíveis pelo fato de que a prática de rastreamento, tecnicamente falando, é efetuada sobre o aparelho e não sobre o indivíduo. O intercâmbio de sinais de localização se realiza entre o equipamento emissor e o servidor instalado na central. Se o indivíduo se retira desse agenciamento – ou, se o equipamento é retirado do indivíduo – as atividades técnicas de supervisão podem ser perfeitamente mantidas, uma vez que as conexões forem preservadas. E esta possibilidade de fuga só se estabelece quando o elemento rastreado é menos uma pessoa do que um equipamento. Essa via de escape é somente praticável na medida em que a supervisão se realiza menos sobre um sujeito do que sobre um conjunto de dados que podem se referir à sua posição ou à mera posição de um aparato que fora astuciosamente retirado e deixado em um canto qualquer. Um conjunto de dados que podem se referir não a um prisioneiro mas... a um galo!

É nesse sentido que o sujeito se desfaz. Quando o indivíduo é convertido em dados, sua unidade subjetiva se fragmenta em meras informações digitalizadas que podem se referir a ele ou a qualquer outra coisa. Seu posicionamento e conduta são concebidos e analisados a partir de uma unidade incerta, tecnicamente construída e substancialmente frágil. Um sujeito maquínico é também um elemento dessubjetivado; um indivíduo transformado em *corpo de dados*, nas palavras de Marta Kanashiro (2011), ou um sujeito convertido em *corpo computável*, nos termos de Josh Bersen (2015).

Daí a pertinência do uso e projeção de sistemas de detecção de dados fisiológicos e fluxos orgânicos intra-individuais, tais como a presença ou ausência de álcool no sangue ou o monitoramento das frequências cardíaca e respiratória do usuário. O chamado RAM (*Remote Alcohol Monitoring* – Monitoramento Alcoólico Remoto) tem sido uma opção nos Estados Unidos como forma de controle do consumo alcoólico de apenados durante o cumprimento de determinadas sentenças (Nellis, Beyens & Kaminski, 2013), tomando como objeto de supervisão remota não

¹³³ G1. *Preso que colocou tornozeleira eletrônica no cachorro tirou equipamento porque 'incomodava para dormir', diz delegado*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2018/08/31/preso-que-colocou-tornozeleira-eletronica-no-cachorro-tirou-equipamento-porque-incomodava-para-dormir-diz-delegado.ghtml> (Acesso em 20 de julho de 2019).

¹³⁴ G1. *Preso tirava tornozeleira e colocava em pescoço de galo no RS*. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/08/preso-tirava-tornozeleira-eletronica-e-colocava-em-pescoco-de-galo-no-rs.html> (Acesso em 20 de julho de 2019).

somente a pessoa, mas as substâncias por ela ingeridas. Daí também a fabricação de nano-rastreadores passíveis de serem implementados por via cirúrgica na camada subcutânea do indivíduo monitorado, de maneira a tornar ainda mais integrados o corpo biológico e o corpo tecnológico. É o que propõem alguns dos principais idealizadores e propagadores da supervisão telemática no Brasil, prevendo um futuro próximo em que a nanotecnologia penal se consubstancia ao corpo humano.

Donna Haraway (2009) aposta na interpenetração entre o corpo e a máquina como forma de libertação das circunscrições identitárias que confinam subjetividades em categorias totalizantes – “eu ocidental”, confinado em sua natureza humana, sua classe, sua raça, seu gênero. A autora manifesta-se pelo híbrido como tática de corrosão das matrizes subjetivas por meio das quais as relações de dominação se reproduzem. O fim da cisão dualista entre o “natural” e o “artificial” abriria possibilidades para uma emancipação política apoiada na fratura da unidade subjetiva e sua correspondente reprodução de alteridades assimétricas.

Aqui, todavia, a fusão entre o técnico e o orgânico parece reposicionar identidades, vinculadas ao ato criminoso e à condição de prisioneiro reenviado à sociedade. Os processos imanentes de subjetivação e dessubjetivação desencadeados pelo monitoramento remoto inauguram uma espécie particular de hibridismo, ao promoverem o acoplamento entre a pena e o apenado e identificarem o preso à própria prisão fixada em seu corpo.

Subjetivado como carcereiro de si ou dessubjetivado como *biomáquina*, o corpo produzido pelo monitoramento eletrônico é o corpo-ciborgue, interface entre o físico e o técnico, o orgânico e o mecânico, o humano e o não humano. Não o ciborgue celebrado por Haraway, emancipado e liberado das cápsulas identitárias que conformam o sujeito moderno, mas o ciborgue aprisionado nas linhas de subjetivação que sobrepõem a estas cápsulas a marca da política penal. O ciborgue que transita entre as unidades superlotadas de regime semiaberto e os espaços urbanos em que ele é tido como um perigo. O ciborgue recolhido dentro de sua casa, ou o ciborgue que milita em favor de sua aceitação pública. O ciborgue ameaçado pela abordagem policial, ou o ciborgue atendido e acompanhado pelas equipes de psicólogos e assistentes sociais. O ciborgue amedrontado pela perseguição miliciana, ou o ciborgue faccionado na correria do comando. O ciborgue espancado na cela do castigo, ou ainda o ciborgue apropriado de si e do corpo mecânico que lhe foi dado.

REFERÊNCIAS¹³⁵

- ACLU. **Banking on Bondage**. Private Prisons and Mass Incarceration. Nova Iorque: American Civil Rights Union, 2011.
- AEBI, M. F.; DELGRANDE, N.; MARGUET, Y. Have Community Sanctions and Measures Widened the Net of the European Criminal Justice Systems?. **Punishment and Society**, v. 17, n. 5, p. 575-597, 2015.
- ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**. v. 21, n. 61, 2007.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALEXANDER, M. **The New Jim Crow**. Mass Incarceration in the Age of Colorblindness. Nova Iorque: New Press, 2010.
- ALVAREZ, M. C. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.
- ALVAREZ, M. C. Teorias clássicas e positivistas. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 59-59, 2014.
- ANDUJAR, C. **Marcados**. Buenos Aires: Universidad Nacional de las Artes, 2016.
- AUBREY, B. **L'entreprise de soi**. Paris: Flammarion, 2000.
- AUGUSTO, A. **Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
- AVIRAM, H. Are Private Prisons to Blame for Mass Incarceration and Its Evils? Prison Conditions, Neoliberalism, and Public Choice. **Legal Studies Research Paper Series**, n. 113, p. 1-46, 2016.
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BECKER, G. S. Crime and Punishment: An Economical Approach. In: BECKER, G. S.; LANDES, W. M. (Eds.). **Essays of Economics of Crime and Punishment**. Chicago: NBER, p. 1-54, 1974.
- BENTHAM, J. **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BERSON, Josh. **Computable bodies: instrumented life and the human somatic niche**. London: Bloomburly, 2015.

¹³⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BIETLOT, M. Du disciplinaire au sécuritaire: de la prison au centre fermé. **Multitudes**: Revue trimestrielle, politique, artistique et culturelle, n. 11, 2003.

BIGO, D. Security, exception, ban and surveillance. In: LYON, D. **Theorizing Surveillance**: The Panopticon and Beyond. Portland: Willian Publishing, p. 46-68 2006.

BIONDI, K. **Etnografia no Movimento**: Território, Hierarquia e Lei no PCC. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2014.

BOGARD, W. Surveillance assemblages and lines of light. In: LYON, D. **Theorizing Surveillance**: The Panopticon and Beyond. Portland: Willian Publishing. 2006.

BOUAGGA, Y. Qui sont les “pires des pires”? Des usages des classifications en Supermax aux États-Unis. **Déviance et Société**, v. 34, n. 2, p. 201-216, 2010.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Aspectos pragmáticos e dogmáticos do monitoramento eletrônico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, v. 36, p. 387-404, 2008.

BRANTINGHAM, P. J.; BRANTINGHAM, P. L. **Environmental Criminology**. Illinois: Waveland Press, 1981.

BRASIL. Lei Nº 12.403, de 4 de maio de 2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011.

BRASIL. Lei Nº 12.258, de 15 de junho de 2010. Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. **A implementação da política de monitoração eletrônica de pessoas no Brasil**. Brasília: DEPEN, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. **Diagnóstico sobre a política de monitoração eletrônica**. Brasília: DEPEN, 2017a.

BRASIL. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: DEPEN, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: DEPEN, 2017b.

BRASIL. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. **Manual de gestão para a política de monitoração eletrônica de pessoas**. Brasília: DEPEN, 2017c.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 165 de 2007. Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para dispor sobre o monitoramento eletrônico,. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 175 de 2007. Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica. Brasília: Senado Federal, 2007.

BROWN, W. **Edgework: critical essays on knowledge and politics**. New Jersey: Princetown University Press, 2005.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BURREL, W.; GABLE, R. From B. F. Skinner to Spiderman to Martha Stewart: The Past, Present and Future of Electronic Monitoring of Offenders. In. **Probation and Parole: Current Issues**. Haworth Press, p. 101-118, 2008.

Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas da Audiência Pública à CPI do Sistema Carcerário. 23 abr. 2008. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2007.

CAMPELLO, Ricardo Urquizas. **Política, direitos e novos controles punitivos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

CANO, I.; DUARTE, T. Milícias In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 325-333.

CORRÊA JR., Alceu. **Monitoramento eletrônico de penas e alternativas penais**. São Paulo, Tese (Doutorado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHANTRAINE. G. La prison post-disciplinaire. In: **Déviance et Société**, v. 30, n. 3, p. 273-288, 2006.

CHRISTIE, N. **A indústria do controle do crime: a caminho dos GULAGS em estilo ocidental**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CLARKE, R. V.; CORNISH, D. B. Modeling offenders' decisions: a framework for research and policy. **Crime and Justice: An Annual Review of Research**. n. 6, p. 147-185, 1985.

CNJ. **Relatório de Inspeção nos Estabelecimentos Prisionais do Maranhão**. Ofício 363/GP/2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/relatorio-cnj-presidios-maranhao.pdf>>. Acesso em 7 de março de 2019.

COHEN, S. **Visions of social control**. Cambridge: Polity Press, 1985.

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. **American Sociology Review**. n. 44, p. 588-608, 1979.

COLLIER, S. J. Topografias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 245-284, 2011.

COSTA, W. C. Pedrinhas S.A.: a violência do negócio e o negócio da violência. In: SMDH, **Catirina**, n. 0, p. 9-53, 2014.

COTTER, R. LINT, W. D. GPS-Electronic Monitoring and Contemporary Technology: A Case Study of US GPS-Electronic Monitoring Programmes. **The Howard Journal**. v. 46, n. 1, p. 76-87, 2009.

CUNHA, M. I. Closed Circuits. Kinship, neighborhood and incarceration in urban Portugal. In: **Ethnography**. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage Publications, v. 9, n. 3, p. 325-350, 2008.

CUSSON, M. Peines intermédiaires, surveillance électronique et abolitionnisme. **Révue internationale de criminologie et de police technique et scientifique**. v. 1, n. 98, p. 43-54, 1997

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. Y. **Are prisons obsolete?** Nova Iorque: Seven Stories Press, 2003.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. Diferença e repetição. São Paulo: Edições Graal, 2009.

DELEUZE, G. **El poder**: curso sobre Foucault II. Buenos Aires: Cactus, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DIAS, C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DINO, F. Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas da sessão ordinária da CD. 14 mai. 2008. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2007.

DODGE, C. **A Nation Without Prisons**. Lexington: Lexington Books, 1975.

ESPÓSITO, R. **Bios**: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

FEELEY, M.; SIMON, J. **The New Penology**: Notes on the Emerging Strategy of Corrections and Its Implications. **Criminology**. v. 30, n. 4, p. 449-474, 1992.

FELTRAN, G. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, F. A genetização da percepção do cotidiano: reflexões desde uma sociologia da ‘ficção científica’. **Aurora**: revista de arte, mídia e política. v. 9, n. 26, p. 122-145, 2016.

FIELDS, G. Satellite ‘Big Brother’ eyes parolees. **USA Today**. 8 abr. 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **La société punitive**. Paris: Gallimard, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS H. L.; RABINOW, P. (Orgs.). **Michel Foucault**. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 2009.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOX, R. G. Dr. Schwitzgebel’s Machine Revisited: Electronic Monitoring of Offenders. **Aust & Nz Journal of Criminology**. v. 20, p. 131-147, 1987.

FIELDS, G. Satellite ‘Big Brother’ eyes parolees. In. **USA Today**, Gannet Co: 1999.

FROMENT, J. C. Le pouvoir souverain, la peine et le corps. Éléments pour une philosophie pénale de la surveillance électronique. In: **Revue interdisciplinaire d’études juridiques**. v. 37, 1996, p. 1-44.

FROMENT, J. C. Sécurité, justice et nouvelles technologies. De quelques enseignements du développement des technologies de contrôle à partir des exemples

du placement sous surveillance électronique et de la vidéosurveillance. **Droit et cultures**. v. 61, n. 1, 2011.

GABLE, R. K.; GABLE, R. S. **Electronic Monitoring**: Positive Intervention Strategies. Estados Unidos, 2005. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1P3-879665011.html>>. Acesso em 15 julho 2018.

GARLAND, D. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GARLAND, D. **Punishment and Welfare**: A History of Penal Strategies. Nova Orleans: Quid Pro books, 1985.

GENRO, L. Sâmara dos Deputados. Notas taquigráficas da sessão ordinária da CD. 14 mai. 2008. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2007.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GODOI, R. Tortura difusa e continuada. In. MALLART, F.; GODOI, R. (Orgs.). **A rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Venetta, 2017, p. 117-126.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GRAHAM, S. Surveillance, urbanization and the US 'Revolution in Military Affairs'. In: LYON, D. **Theorizing Surveillance**: The Panopticon and Beyond. Portland: Willian Publishing, p. 247-269 2006.

GROS, F. **Estados de Violência**. Ensaio sobre o fim da guerra. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

HAMANN, T. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, São Paulo, nº 3, 2012, p. 99-133.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue. In. TADEU, T. (Org.). **Antropologia do ciborgue**. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2009.

HARCOURT, B. Neoliberal Penalty: A Brief Genealogy. In. **Law and Economics Working Paper Series**. Chicago: The Law School of University of Chicago, p. 1-19, 2009.

HARCOURT, B. Neoliberal Penalty: The Birth of Natural Order, The Illusion of Free Markets. Chicago: The Law School of University of Chicago, p. 1-61, 2008.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**: The New World Order. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HARVARD LAW REVIEW. Anthropometry: Dr. Schwitzgebel's Machine. **Harvard Law Review**, v. 80, n. 2, p. 403-421, 1966.

ISIDRO, B. C. A. **O monitoramento eletrônico de presos e a paz social no contexto urbano**: nova política de contenção da modernidade a partir da visão da microfísica do poder e da sociedade de controle. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

JAKOBS, G. MELIÁ, M. C. **Direito Penal do Inimigo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; MACEDO, Celina Maria. O Brasil e o monitoramento eletrônico. In: Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária (Ministério da Justiça) (Org.). **Monitoramento Eletrônico**: uma alternativa à prisão? Experiências internacionais e perspectivas no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2. sem. 2008, p. 13-35.

JEFFERY, C. R. **Crime Prevention Through Environmental Design**. Califórnia: Sage Publications, 1971.

KAFKA, F. **O veredicto e Na colônia penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KALUSZYNSKI, M.; FROMENT, J. C.. **Sécurité et nouvelles technologies**. Evaluation comparée dans cinq pays européens (Belgique, Espagne, France, Grande-Bretagne, Pays-Bas) des dispositifs de réglementation de l'assignation à domicile sous surveillance électronique. Paris: HAL, 2003.

KANASHIRO, M. M. **Biometria no Brasil e o Registro de Identidade Civil: novos rumos para identificação**. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

KASPER, C. **Aspectos do desvio de função**. Disponível em: <<https://aforcadascoisas.files.wordpress.com/2011/07/aspectos-do-desvio-de-func3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

KILGORE, J. Progress or More of the Same? Electronic Monitoring and Parole in the Age of Mass Incarceration. In: **Critical Criminology**. Netherlands: Springer, v. 21, n. 1, 2012.

KIRBY, D. A. The New Eugenics in Cinema: Genetic Determinism and Gene Therapy in GATTACA. **Science Fiction Studies**. v. 27, n. 2, p. 193-215, 2000.

KROPOTKIN, Piotr. **As prisões**. Campinas: Barricada Libertária, 2012.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOUR, B. On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy. In: **Common Knowledge**. Durham: Duke University Press, v. 3, n. 2, 1994.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: n -1 edições, 2014.

LEMKE, T. **Biopolitics: an advanced introduction**. New York: New York University Press, 2011.

LEMKE, T. **Foucault, Governmentality and Critique**. Bolder: Paradigm Publishers, 2012.

LEAL, C. B. **Vigilância eletrônica à distância: instrumento de controle e alternativa à prisão na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2011.

LÉVY, R. From tagging to tracking: beginnings and developement of electronic monitoring in France. In: NELLIS, M.; BEYENS, K.; KAMINSKI, D. (Eds.). **Electronically Monitored Punishment: international and critical perspectives**. New York: Routledge, 2013. p. 21-43.

LÉVY, R. Le bracelet électronique est-il efficace ? Réflexions sur la recherche évaluative en matière de surveillance électronique. **Le bracelet électronique, Etat des lieux, état des savoirs**. Paris, 2016.

LÉVY, P. **Qu'est-ce que le virtuel ?** Paris: Éditions La Découverte, 1995.

LILLY, J. R.; BALL, R. A. The Pride Inc Programme: an evaluation of 5 years of electronic monitoring. **Federal Probation**. v. 56, n. 4, 1992.

LILLY, J. R.; KNEPPER. The commercial-corrections complex. **Crime and Delinquency**. v. 39, n. 2, p. 150-166, 1993.

LILLY, J. R.; NELLIS, M. The limits of Techno-utopianism: electronic monitoring in the United States. In: NELLIS, M.; BEYENS, K.; KAMINSKI, D. (Eds.). **Electronically Monitored Punishment: international and critical perspectives**. New York: Routledge, 2013. p. 128-149.

MACIEL, W. C. **Os 'Maria da Penha': Uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. ICS/UNB. Brasília: UNB, 2014.

MAIR, G.; NELLIS, M. 'Parallel tracks': probation and electronic monitoring in England, Wales and Scotland. In: NELLIS, M.; BEYENS, K.; KAMINSKI, D. (Eds.). **Electronically Monitored Punishment: international and critical perspectives**. New York: Routledge, 2013, p. 63-81.

MALLART, F. As pílulas e a prisão: produção e gestão do sofrimento. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, Edição 104, 2016, p. 36-37.

MALLART, F. **Findas linhas: circulações confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MALTA, M. Senado Federal. Notas taquigráficas da sessão ordinária do SF para discussão dos PLS 165/07 e 175/07. **Senado Federal**, Brasília, 2007.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINSON, R. What works? – questions and answers about prison reform. **The Public Interest**, p. 22-54, 1974. Disponível em: <<https://www.gwern.net/docs/sociology/1974-martinson.pdf>>. Acesso em 2 de janeiro de 2019.

MASON, C. **Too Good to be True**. Private Prisons in America. Washington: The Sentencing Project, 2012.

MBEMBE, A. Necropolitics. In: **Public Culture** v. 15, n. 1, North Carolina: Duke University Press, 2003, p. 11-40.

MERCADANTE, A. Senado Federal. Notas taquigráficas da sessão ordinária do SF para discussão dos PLS 165/07 e 175/07. **Senado Federal**, Brasília, 2007.

MINHOTO, L. D. As prisões do mercado. In: **Lua Nova**, nº 55-56. São Paulo: CEDEC, 2002, p. 133-154.

MINHOTO, L. D. Direito, Ideologia e Gestão da Violência. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MINHOTO, L. D.; GONÇALVES, G. L. Nova ideologia alemã? A teoria social envenenada de Niklas Luhmann. **Tempo Social**. v. 27, n. 2, p. 21-43, 2015.

MISSE, M. Sujeição criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 204-212, 2014.

NATIONAL LAW ENFORCEMENT AND CORRECTIONS TECHNOLOGY CENTER. **Keep track of Electronic Monitoring**. p. 1-7, 1999

NELLIS, M. Surveillance-Based Compliance using Eletronic Monitoring. In: RAYNOR, P.; UGWUDIKE, P. (Eds.) **What Works in Offender Compliance**. International Perspectives and Evidence-Based Practice, London: Palgrave Macmillan, 2013, p. 1-14.

NELLIS, M. Understanding The Electronic Monitoring of Offenders in Europe: expansion, regulation and prospects. In: **Crime, Law and Social Change**, 2014, p. 489-510.

NELLIS, M.; BEYENS, K.; KAMINSKI, D. Introduction: making sense of electronic monitoring. In: NELLIS, M.; BEYENS, K.; KAMINSKI, D. (Eds.). **Electronically Monitored Punishment**: international and critical perspectives. New York: Routledge, 2013, p. 1-18.

OLIVEIRA, E. **Direito penal do futuro**. São Paulo: Lex Editora, 2012.

OLIVEIRA, F. **O ornitorrinco**. Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, J. R.; AZEVEDO, R. G. O monitoramento eletrônico de apenados no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 5, n. 9, 2011.

PALUMBO, D. J.; CLIFFORD, M.; SNYDER-JOY, Z. From Net Widening to Intermediate Sanctions: The Transformation of Alternatives to Incarceration From Benevolence to Malevolence. In.: BYRNE, J. M.; LURIGIO, A. J.; PETERSILIA, J. (Eds.). **Smart Sentencing**: the emergence of intermediate sanctions, Sage Publications, 1992. p. 229-244.

PASQUALE, F. **The Black Box Society**. The Secret Algorithms that Control Money and Information. Cambridge, Londres: Harvard University Press, 2015.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Tortura em tempos de encarceramento em massa**. São Paulo: Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária, 2016.

PATERSON, C. Commercial crime control and the development of electronically monitored punishment: a global perspective. In: NELLIS, M.; BEYENS, K.; KAMINSKI, D. (Eds.). **Electronically Monitored Punishment**: international and critical perspectives. New York: Routledge, 2013, p. 211-227,

PATERSON, C. Street-level Surveillance: Human Agency and the Electronic Monitoring of Offenders. In: **Surveillance and Society**, v. 4, n. 4, p. 314-328, 2007.

PEDROSA, L. A. C. Complexo Penitenciário de Pedrinhas: do seletivismo penal ao cadafalso. In: SMDH, **Catirina**, n. 0, p. 93-108, 2014.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PRISON Images. Direção de Harun Faroki, Berlin: **Inge Klassen**, 2000, 1 DVD (60 min.).

RENZEMA, M. Home Confinement Programmes: development, implementation, and impact. In.: BYRNE, J. M.; LURIGIO, A. J.; PETERSILIA, J. (Eds.). **Smart Sentencing**: the emergence of intermediate sanctions, Sage Publications, 1992. p. 41-53.

RIO, M. A. I.; PARENTE, J. A. P. La pena de localización permanente y su seguimiento con medios de control electrónico. In.: **Anuário de Derecho Constitucional Latinoamericano**. Montevideo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2006.

ROBERTS, J. **The Virtual Prison**: community sutody and the evolution of imprisonment. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, F. G. **Cárcel Electrónica**: Bases para la creación del sistema penitenciario del siglo XXI. Colección Los Delitos, n. 72. Valencia: Tirant lo Blanch, 2007.

ROSE, N. **The Politics of Life Itself**: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century. Princeton: Princeton University Press, 2007.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SÁ, L. D.; AQUINO, J. P. D. A “guerra das facções” no Ceará (2013-2018): sociedade armada e disposição viril para matar ou morrer. **42º Encontro Anual da Anpocs**. 2018.

SALLA, F. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

SCHWITZGEBEL, R. Issues in the use of an electronic rehabilitation system with chronic recidivists. In: **Law and Society Review**, v. 3, n. 4, p. 597-611. 1969.

SCHWITZGEBEL, R; HURD, W. **Patente EE.UU. No.3478344**. Washington: Oficina de Patentes y Marcas de EE.UU, 1969.

SCHWITZGEBEL, R. L.; SCHWITZGEBEL, R. K. (Eds.). **Psychotechnology**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1973.

SCHWITZGEBEL, R. L.; SCHWITZGEBEL, R. K.; PANKE, W. N.; HURD, W. A. A program of research in behavioral electronics. **Behavioral Science**, v. 9, 233-238, 1964.

SHUTE, S. Rastreamento de criminosos por satélite. Um estudo do monitoramento de criminosos na Inglaterra e no País de Gales. In.: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Ministério da Justiça). **Monitoramento eletrônico: uma alternativa à prisão?** Experiências internacionais e perspectivas no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2008.

SIQUEIRA, L. **Ecopolítica: derivas do espaço sideral**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

SIQUEIRA, L. Procedências espaço-siderais da sociedade de controle: deslocamentos para a órbita terrestre. **Ecopolítica**, nº 3, p. 42-68, 2012.

SIQUEIRA, L.; CAMPELLO, R. U. Deslocamentos para a órbita: rastreamentos, punição e servidão maquínica no sistema penal brasileiro. In: **Anais do XXXVI Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA)**. Barcelona: LASA, 2018.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TORRES, Demóstenes. Parecer do Senado Federal ao PLS 175/07. **Senado Federal**, Brasília, 2007.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VITORES, A. **La transformation de la regulación social mediante las prácticas de monitorización electrónica.** La celda en casa, la pena en la calle. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona, 2009.

VITORES, A.; DOMÈNECH, M. Tecnologia y poder: un analisis foucaultiano de los discursos acerca de la monitorización electrónica. In. **Fórum: Qualitative Social Research**, v. 8, nº 2, Art. 2, 2007. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/250/551#footnoteanchor_6>. Acesso em 05 de fevereiro de 2017.

VÍTORES, R. F. **El nacimiento de la tanatopolítica.** Ponencia presentada en el curso “Medicina y Holocausto”, Madrid: Auniversidad Autônoma de Madrid, 2012.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, L. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, V. M (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.** Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 11-42.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos** [A onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WHITFIELD, D. **The Magic Bracelet: Technology and offender supervision.** Winchester: Waterside Press, 2001.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. **Broken Windows: the Police and neighborhood safety.** 1982. Disponível em: <http://www.manhattan-institute.org/pdf/atlantic_monthly-broken_windows.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

WINNER, L. **Autonomous technology: Technics-out-of-control as a theme in Political Thought.** Cambridge, Massachussets and London: The MIT Press, 1978.

WINNER, L. Do Artifacts have Politics? In: **The Whale and the Reactor: A search for limits in an Age of High Technology.** Chicago: The University of Chicago Press, 1986.